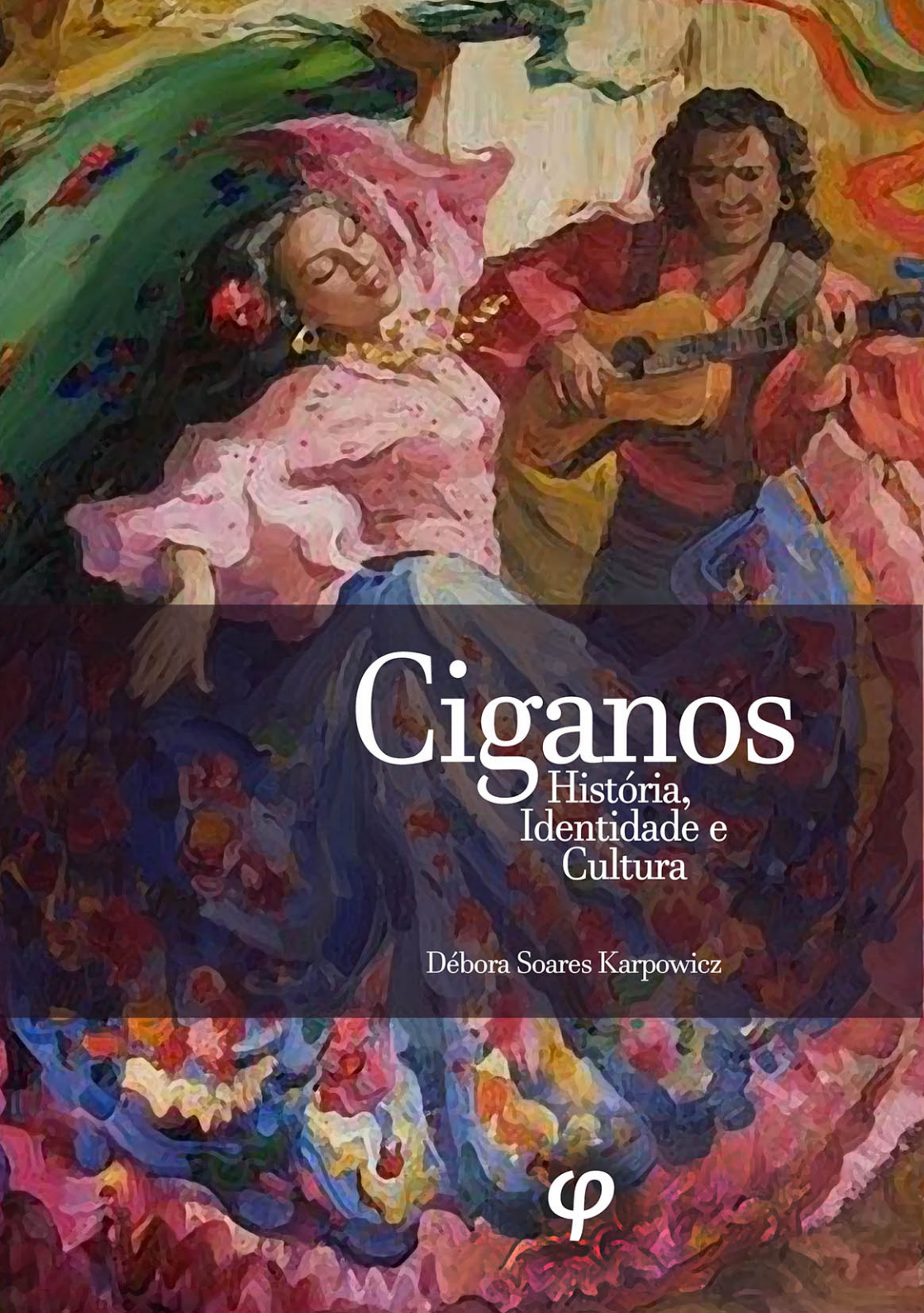




Ciganos

História,
Identidade e
Cultura

Débora Soares Karpowicz

φ

A presente obra é fruto da Dissertação de Mestrado, pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em História da PUCRS, defendida em março de 2011 com o título “O OLHAR DE SI E O OLHAR DOS OUTROS: Um itinerário através das tradições e da identidade cigana”. Versa sobre a história, a identidade, as representações, as tradições e a cultura dos ciganos. O principal objetivo do trabalho consiste em analisar em que medida a longa tradição cultural cigana e sua condição de povo nômade, ágrafo e excluído social e politicamente de várias formas, em vários continentes, há vários séculos, se preserva na vida cotidiana de quatro grupos de ciganos que vivem em localidades diferentes do Rio Grande do Sul (Brasil), no início do século XXI. Para isso, alguns questionamentos foram suscitados: qual a origem dos ciganos? Ao longo dos séculos, como foram vistos e representados no Brasil? Tais representações correspondem a sua identidade e tradições? Em que base se fundamenta a identidade cigana? Como os porto-alegrenses veem os ciganos e como os ciganos veem os porto-alegrenses? Existiriam motivos para a sua não integração na sociedade e cultura brasileira? Somente através de um estudo multidisciplinar foi possível responder a tais questionamentos. Utilizou-se de revisões bibliográficas, de fontes primárias, do relato oral, bem como de observação do tipo participante, feitas com famílias de residência fixa e/ou nômades – durante o período da pesquisa – em Porto Alegre e na região metropolitana. Recorreu-se, ainda, à aplicação e análise de instrumentos capazes de analisar quantitativa e qualitativamente as questões propostas. Diante do exposto, pretende-se demonstrar que a trajetória histórica dos grupos ciganos está imantada de representações e estas contribuem, até hoje, para a permanência e a reprodução de estereótipos sobre esta etnia.

Débora Soares Karpowicz é Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em História (PUCRS - 2011). Graduada em História (PUCRS - 2009). Desenvolveu pesquisa de doutoramento relacionada à História da Penitenciária Feminina Madre Pelletier de Porto Alegre (RS-Brasil) e no mestrado sobre a história dos ciganos. Atua, principalmente, nas seguintes linhas de investigação: História do Brasil, História do Rio Grande do Sul, História das Ideias, História das Instituições, Etnicidade, Identidade, História dos Ciganos. Atualmente é professora do Centro Universitário Uniasselvi e da Rede Marista de Ensino, atuando como professora de História e assessora de área em Ciências Humanas.



Ciganos

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Profa. Dra. Lúcia Helena Müller

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Profa. Dra. Ruth Maria Chittó Gauer

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Profa. Dra. Janete Abrão

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Ciganos

História, Identidade e Cultura

Débora Soares Karpowicz

φ editora fi

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

KARPOWICZ, Débora Soares

Ciganos: História, Identidade e Cultura [recurso eletrônico] / Débora Soares Karpowicz -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

339 p.

ISBN - 978-85-5696-381-9

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ciganos, 2. Cultura, 3. História; 4. Identidade; I. Título.

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

As minhas fontes de amor:
Vó Dida - (*in memoriam*)
e André Karpowicz.

Agradecimentos

Esta pesquisa é o resultado de muito trabalho e também fruto de muitas colaborações, sem as quais jamais seria possível realizá-la. Desta forma, inicio meu agradecimento à instituição **PUCRS**, através dos professores Draiton Gonzaga de Souza e Luciano Marques de Jesus que, em nome da instituição, me possibilitaram ir tão longe.

Agradeço aos grupos **ciganos** que me receberam, possibilitando que esta pesquisa fosse desenvolvida. Em especial a Aderson Bagesteiro e sua família, que me acolheu desde o primeiro contato. À Luana Costichi e Kelli Ivanovivichi, que abriram meus horizontes inserindo-me nas primeiras aventuras antropológicas. À Solange Soares e Luana Reis, que proporcionaram, no último momento, novas e brilhantes descobertas. E a todos os ciganos que vivem e “sobrevivem” as freqüentes batalhas do dia-a-dia, muito obrigada por tudo que aprendi com vocês.

À professora Janete Silveira Abrão, por acreditar neste projeto desde o início. Com extrema competência, acuidade, dedicação e muita paciência, fez com que este sonho se realizasse. A banca avaliadora Professora Ruth Gauer e Lúcia Müller.

Aos **Mestres**, professores da PUC que acompanharam meu percurso, agradeço pelos pequenos gestos, carinhos e palavras de incentivo, que fizeram com que acreditasse no desenvolvimento dessa investigação. Em especial, agradeço à professora Elizabeth Pedroso pelas co-orientações, revisões e apoio constante e ao professor amigo Roque Dal Ross.

A minha **família**, em especial ao meu marido André, que desde o início foi fonte inspiradora, meu guia, meu esteio.

Obrigada pela paciência, pela parceria, pelas intermináveis “lidinhas” no que havia escrito, muito do que aprendi foi ao seu lado.

Aos **Amigos** e **Colegas** que participaram ativamente da construção e realização deste sonho. À Amiga Kellen Bammann, Ednéia, Luciana de Oliveira, Carla Helena. Às colegas da Biblioteca Central da PUC em especial a Claudinha. A todos vocês meus amigos e colegas, gratidão, os pequenos gestos significaram muito durante todo este processo.

Sumário

Prefácio	13

Rodrigo Corrêa Teixeira

Introdução	29

1.....	45

Das origens à diáspora

1.1 As Origens dos Ciganos.....	49
1.1.2 As origens ciganas na obra de Francisco Adolpho Coelho	50
1.1.3 As origens ciganas, segundo de Mello Moraes Filho	53
1.1.4 As origens ciganas, conforme de José B. d'Oliveira China	56
1.1.5 As origens ciganas sob a ótica de autores contemporâneos.....	59
1.2 Os ciganos na Europa.....	66
1.3 Cartas de Degredo: a chegada dos Ciganos no Brasil.....	72

2.....	81

Representações acerca dos ciganos: o olhar dos viajantes

2.1 Literatura de viagem: possibilidades de uma fonte	84
2.2 A prática comercial cigana na ótica dos viajantes	87
2.3 Representações sobre aparência dos ciganos	108
2.4 O uso da linguagem	118
2.5 O Nomadismo e identidade cigana	121
2.6 Religião e outras práticas culturais.....	124

3.....	129

Tradição e identidade cigana: um universo a desvendar

3.1 Contextualização geral dos grupos.....	130
3.2 Um breve olhar sobre a tradição.....	140
3.3 A Unidade na Diversidade: aspectos da construção da identidade cigana	143
3.4 Estrutura familiar.....	147
3.5 “Somos brasileiros igual a vocês, só que ciganos”	155

4	181
O olhar de si e o olhar dos outros	
4.1 Percepção dos brasileiros sobre os ciganos	182
4.1.1 Perfil dos brasileiros entrevistados.....	183
4.1.2 O olhar dos outros	186
4.1.3 Percepção dos entrevistados sobre os direitos dos ciganos	193
4.1.4 Nível de aceitação social dos ciganos pelos brasileiros	195
4.2 Percepção dos ciganos sobre os brasileiros.....	202
4.2.1 Perfil dos ciganos entrevistados	203
4.2.2 O olhar de si.....	208
4.2.3 Contato, conhecimento e percepção dos ciganos sobre os brasileiros	210
4.2.4 Direitos e deveres ciganos.....	215
4.2.5 Nível de aceitação social dos ciganos em relação a outros segmentos sociais	216
Considerações finais	223
Referências	231
Apêndice A	243
Apêndice B	247
Apêndice C	305
Apêndice D.....	307
Apêndice E	309
Apêndice F	313
Apêndice G.....	317
Apêndice H.....	321
Anexo A.....	325

Prefácio

Rodrigo Corrêa Teixeira^{1 2}

Nas últimas décadas multiplicaram-se no Brasil as pesquisas e publicações nos Estudos Ciganos. Apesar disto, no âmbito da produção historiográfica, seja no viés mais convencional da História do Brasil, seja na perspectiva das histórias conectadas, misturadas ou na história das mestiçagens, ainda é precária a produção. Uma das razões disto está nas imensas dificuldades apresentadas na coleta e análise documental. "Ciganos: História, Identidade e Cultura" de Débora Soares Karpowicz traz uma inovadora abordagem, redimensionando o papel das comunidades ciganas no nosso passado e no nosso presente.

Sabe-se muito pouco sobre os ciganos ainda. Da sua existência no transcurso da história nós temos que nos conformar quase sempre com o que deixaram registrado deles seus inimigos. Os trabalhos de pesquisa atuais, ainda que gradativamente aumentando, são bem escassos e nem sempre apresentam precisão metodológica. No entanto, as vezes resulta uma tarefa impossível colocar a prova ideias que estão sendo gestadas sobre uma base de dados expostos por um conjunto pequeno de obras historiográficas e trabalhos de campo, por mais amplos que sejam. Na medida em que, em todo caso, sempre trabalha-se com conjecturas, pode-se arriscar algumas afirmativas sobre temas tão polêmicos: a

¹ Mestre em História (UFMG), doutorando em Geografia (UFMG) e professor do Departamento de Relações Internacionais na PUC Minas. Autor de *Ciganos no Brasil: uma breve história* (Editora Crisálida).

² As referências bibliográficas do prefácio poderão ser encontradas ao final das referências finais deste livro.

existência de tradição cultural dos ciganos - no sentido de conteúdos culturais e identidade étnica - com uma permanência resistente, não necessariamente eterna, no entanto extraordinariamente duradoura. A mim me parece que se pode propor a existência dessa tradição cultural de forma eclética: consistente e extensa, através de multitude de variações e adaptações históricas e-espaciais, duradouras e conjunturais.

Desenhando suas análises acerca da literatura, esse livro nos alerta que, de um modo geral, os textos literários sobre os ciganos costumam ter um tom completamente diferente: ou de desprezo ou de fascínio. Na experiência histórica dos ciganos na Europa, em primeiro lugar, quando da chegada deles, no século XV, já foram vistos como uma ameaça. Em seguida, rapidamente se firmou a ideia de que a convivência com os ciganos era impossível, porque envolvia riscos graves. Na sequência, distanciando da Idade Média, a sociedade europeia passou a medir a sua evolução civilizacional por uma demarcação dos ciganos - não procuraram os pontos comuns, por muito pequenos que fossem, mas as maiores diferenças possíveis. Num certo sentido a Europa "inventou" os ciganos, criando imagens que não correspondem à realidade social, apresentando-os como incapazes de se desenvolverem, evoluírem ou se adaptarem cultural ou civilizatoriamente.

A história dos ciganos é a história de um povo mundializado desde os seus primeiros tempos. Essa característica os aproxima dos judeus, tanto na longa duração e ampla distribuição geográfica, quanto nas perseguições sofridas. A diferença fundamental entre o antissemitismo e o racismo anticigano é que aos judeus é retirado o seu valor, enquanto aos ciganos não é reconhecido valor algum. O fascínio pelos ciganos é um fascínio à distância, romantizam-se os ciganos, mas se evita chegar mais perto deles. Este desprezo é algo praticado continuamente, até na literatura. Esperava-se que a literatura após a Segunda Guerra propiciasse uma nova perspectiva sobre as comunidades ciganas, mas isso não aconteceu. Na verdade, a situação piorou: tendo em vista a vigilância sobre o

antisemitismo, considerando sua proibição socialmente cada vez mais legitimada, o racismo é desviado para os ciganos. As sociedades ocidentais e ocidentalizadas, inclusive a brasileira, os tratam representando-os como parte de um passado "descivilizado" da nossa história.

Entre as inúmeras hipóteses acerca das origens das populações ciganas, as mais consistentes são aquelas que os situam no nordeste da Índia, baseando-se em estudos linguísticos do romani. Desconhecem-se as causas que motivaram a diáspora dos ciganos, nem em quais datas precisas se iniciaram diversas informações sobre sua presença em distintos países europeus.

Após séculos desde sua chegada à Europa, os ciganos continuam objeto de várias políticas estatais contrárias. No entanto, gradual e lentamente algumas ideias emergiram nas comunidades ciganas sobre qual seria seu lugar na sociedade em que viviam e qual seria o potencial ganho advindo nos desenvolvimento de uma comunidade unida. Os ciganos formam comunidades segmentadas internamente e vivem em diferentes países, em diversos contextos socioeconômicos. A ideia de unidade de sua comunidade e o senso de igualdade perante as outras comunidades nacionais, contudo, é uma dinâmica que se iniciou nos tempos modernos (MARUSHIAKOVA & POPOV, 2004. p. 71)

A relação entre o Estado e os povos viajantes sempre foram altamente conturbadas pelas diferentes maneiras com qual cada grupo se relaciona com o território – sendo o primeiro grupo tratando esse como um objeto fixo e onde existe uma autoridade política e o último como um contexto flexível para a migração. Nesse sentido, os Estados têm tentando, ao longo da história, ou fazer com que esses povos passem rapidamente por seu território, ou que se estabeleçam fixamente nele. Isso tem servido a dois propósitos tem tanto reduzido as consequências materiais da migração transnacional nômade para o próprio Estado, e forçou os nômades a adotar a ordem política do Estado territorial, aliviando a disjunção ideacional entre nômades e do Estado. (DE

CARVALHO; CAVOUKIAN; CUTHBERT; LEVIN & MACKAY, 2009, p. 2)

Quais são as características dos chamados “ciganos”? Será o termo “cigano” um identificador de uma tradição cultural homogênea ou, antes, a unidade cultural de um conjunto de minorias heterogêneas e autônomas? Ou, mais, será este apenas um estereótipo, uma categoria social imposta a grupos sociais minoritários dominados?

Como a experiência de desrespeito está ancorada nas vivências dos ciganos, de modo que possa dar motivação para a resistência social, para o conflito e, sobretudo, para a luta por reconhecimento?

A luta por reconhecimento é um aspecto central na formação das identidades pessoais e coletivas, como elemento no qual se movem e se constituem as subjetividades cotidianas. Ao longo do processo de construção da identidade, em seus diferentes estágios, ocorrem interiorizações de esquemas padronizados de reconhecimento social. Nesse processo, o indivíduo aprende gradativamente a perceber-se como membro de um grupo social, com necessidades e capacidades peculiares à sua personalidade, através da reação positiva de seus parceiros de interação. Em seu processo de socialização, cada sujeito interioriza formas de reconhecimento social inerentes ao seu grupo sociocultural (HONNETH, 2003).

As interações sociais de reconhecimento mútuo favorecem a construção de uma identidade do eu autônoma e, ao mesmo tempo, socialmente integrada. A supressão dessas relações produz experiências de frustração, vergonha e humilhação, trazendo consequências nefastas ao processo de construção da identidade (HONNETH, 2003). Os conflitos gerados por ataques à identidade pessoal ou coletiva e as ações que neles se originam têm em seu cerne a busca pela restauração de relações de reconhecimento mútuo:

O nexo existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau da autorrealização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima (HONNETH, 2003, p. 272).

Ao tentar compreender perspectivas ciganas ("vozes ciganas") e discuti-las no contexto da sociedade civil no Brasil, torna-se necessário colocar a luta pelo reconhecimento dos ciganos no Brasil no contexto da interpretação de suas ações. Significa compreendê-los em suas possibilidades de desenvolver, nas interações sociais, os componentes de reconhecimento num dado contexto sociocultural, promovendo a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima.

Desde o século XV a palavra "cigano" é utilizada como um insulto (FRASER, 1992. p. 48). De fato, o termo aparece registrado pela primeira vez em português em *Farsa das ciganas*, de Gil Vicente, provavelmente em 1521. Nesta peça teatral, os ciganos são considerados como originários da Grécia (VICENTE, s.d., pp.319-329). No século XIX, no Brasil, não se fala nem que são originários da Grécia nem da Índia, apesar de ganhar cada vez mais força, na Europa, a explicação de que os ciganos teriam vindo do subcontinente indiano. No entanto, há menções sobre ciganos, no Brasil, em que eles se diziam descendentes de antigos egípcios. Além disso, muitas vezes foram chamados de "turcos", talvez pela associação ao Império Turco-Otomano mencionada nos passaportes.

Nas últimas décadas, pesquisadores, ciganos ou não, consagraram a distinção dos ciganos, no Ocidente, em três grandes grupos. O grupo rom³, demograficamente majoritário, é o que está distribuído por um número maior de países. É dividido em vários subgrupos (natsia, literalmente, nação ou povo), com denominações próprias, como os kalderash, matchuara, lovara e tchurara. Teve sua história profundamente vinculada à Europa Central e aos Bálcãs, de onde migraram a partir do século XIX para a Europa Ocidental e para as Américas. Muitas organizações ciganas e vários ciganólogos têm tentado substituir, no léxico, ciganos por roma. A este processo tem-se denominado romanização, e tem a intenção de conferir legitimidade a estes grupos como sendo o dos "verdadeiros ciganos". Há ainda, pelo menos, duas derivações dessa política. A primeira, a do subgrupo kalderash, autoproclamada a mais "autêntica" e "nobre" entre as comunidades ciganas. A segunda é a do grupo linguístico vlxax romani, considerado, por muitos pesquisadores, como portador da "verdadeira língua cigana".

Os sinti, também chamados manouch, falam a língua sintó e são numericamente expressivos na Alemanha, Itália e França. No Brasil, nunca foi feita uma pesquisa apurada sobre sua presença. Provavelmente, os primeiros sinti chegaram ao país também durante o século XIX, vindos dos mesmos países europeus já mencionados.

Os calon, cuja língua é o caló, são ciganos que se diferenciaram culturalmente após um prolongado contato com os povos ibéricos. Da Península Ibérica, onde ainda são numerosos, migraram para outros países europeus e da América. Foi de Portugal que vieram para o Brasil, onde são aparentemente o grupo mais numeroso. Embora os calon tenham sido pouco

³ Rom, substantivo singular masculino, significa homem e, em determinados contextos, marido; plural roma; feminino romni e romnia. O adjetivo romani é empregado tanto para a língua quanto para a cultura. Apesar disto, como fazem muitos ciganólogos, a seguir sempre escreveremos "os rom" e não "os roma", da mesma forma "os calon", "os sinti" etc.

estudados, acredita-se que não haja entre eles algo que se assemelhe à complexa subdivisão étnica dos rom.

Historicizar os ciganos nos remete a compreendê-los tanto na sua pluralidade quanto no seu excepcionalismo. Há uma generalidade reducionista ao se chamar de ciganos indivíduos e/ou comunidades com diferenças significativas entre si. Precisa-se, assim, ter o cuidado ao se classificar como "cigana" a identidade de grupos que chegaram ao Brasil deportados de Portugal, desde o século XVI e, ao mesmo tempo, a identidade de famílias oriundas dos Bálcãs e da Europa Central, que chegaram ao país no final do século XIX, bem como famílias romenas que buscaram refúgio no Brasil na última década. Trata-se de uma enganosa generalização, sem dúvida, pois que o espaço e o tempo modificam sensivelmente a constituição desses "sujeitos".

Partindo do entendimento das diferenças entre os vários agrupamentos ciganos, é perceptível o fato que estes pensam a respeito de si próprios de forma fragmentária. Cada cigano tem uma forte identificação com seu grupo familiar ou com as famílias que têm o mesmo ofício. Uma identidade única entre todos os ciganos só existe quando o contexto das relações sociais entre comunidades minoritárias diversas se unem (na diversidade) para fazer frente ao "outro" hegemônico (isto é, neste caso, a sociedade nacional não cigana). Nestes contextos, as diversas categorias étnicas são capazes de se unirem sob o nome geral de "ciganos" e se organizarem para o embate político.

Sabemos quão triste é a sorte das chamadas "nações sem territórios". Os ciganos são notoriamente reconhecidos pela sua condição de constante peregrinação, ou seja, o nomadismo e a inexistência de um território circunscrito em fronteiras físicas. Como afirma um dito rom, "Acima o céu, abaixo a terra, e no meio os roma". Acaso por não ter território estas nações estão desprovidas de fronteiras? Acaso a justaposição sem osmose entre sociedades arraigadas em seu território e sociedades dispersas não é um indício de que o mundo sedentário impõe fronteiras sociais,

econômicas, antropológicas e culturais a seus vizinhos de caminhada? Outros dirão que os ciganos levam seus parques pertences em suas próprias fronteiras comunitárias que, em cada momento, delimitam territórios efêmeros.

Os ciganos se definem como uma nação sem um território compacto e, sobretudo, sem pretensões de tê-lo. Não reivindicam o espaço senão o direito e a justiça. As comunidades ciganas desejam situar-se numa dinâmica progressiva orientada à integração social, a igualdade de direitos, o rechaço da exclusão e o respeito mútuo de todas as identidades representadas no mundo.

Para o cigano, a fronteira enquanto limite entre soberanias é uma inimiga, pois se apresenta como fratura da continuidade do espaço. No entanto, se a fronteira fratura o espaço, também o estrutura. Criam espaços, a menos que sejam os próprios espaços que, ao crescer e unir-se entre si, suscitam as fronteiras.

Em realidade, o que desafia a fronteira é muito mais a dispersão dos roma do que séculos de sedentarização de muitos ciganos, que ainda conservam o vínculo das visitas (com o qual prefiguram o mundo moderno), do mesmo modo que desafiavam as fronteiras outros povos transeuropeus mas não nômades, tais como os judeus e os armênios.

Os roma, igual aos representantes de outros povos, assumem plenamente sua identidade de cidadão, de pessoa que ama seu país e vive dentro de suas fronteiras, mas também a de seu povo, carente de território compacto e que transcende toda fronteira.

Mas, além das óbvias diferenças superficiais, há uma profunda identidade comum que se baseia em determinada percepção do destino, da honra, da compaixão, da alma ou da justiça. Diversidade e unidade se complementam quando se planejam em harmonia. A variedade enriquece porque multiplica as experiências, as visões e as sabedorias, ainda que a unidade reforce a solidariedade mais além da vaidade dos desacordos.

Mais pragmaticamente, num momento em que os povos qualificados de "sedentários" se dispersam por mil motivos por toda Europa e fora dela, a experiência milenar dos romanos nos ensina como, sem uma continuidade territorial, é possível gerenciar um patrimônio cultural e ético transversal plenamente vivo, e fazê-lo mantendo uma lealdade absoluta até comunidades que a história, as culturas e as fronteiras dividiram.

À parte a complexa definição da identidade cigana, a documentação conhecida indica que sua história no Brasil (COELHO, 1995) iniciou em 1574, quando o cigano João Torres, sua mulher e filhos foram degredados para o Brasil.

Em geral, durante o século XIX, praticamente só se falava de ciganos quando sua presença inquietava as autoridades. Isto ocorria, por exemplo, quando eram acusados de roubarem cavalos. Nas poucas vezes em que se escreviam sobre aspectos culturais dos ciganos, não havia qualquer interesse sobre como eles próprios viam sua cultura. Os contadores da ordem pública, como os chefes de polícia, os compreendiam como sendo "perturbadores da ordem", responsáveis pelos mais hediondos crimes.

Outras fontes, como viajantes e memorialistas, recorriam aos estereótipos corriqueiros, como "sujos", "trapaceiros" e "ladrões". Isto funciona como um indicador: os ciganos eram raramente considerados por si mesmos e, com frequência, eram sinônimos de barbárie, imundice, desonestidade e imoralidade. Assim, a documentação se detém pouco sobre os ciganos singulares, que se tornam desprovidos de existência. Quase sempre incidem sobre "o cigano", entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características estereotipadas pensadas e impostas por uma sociedade não cigana dominante.

A documentação sobre ciganos é escassa e dispersa. Sendo predominantemente uma população "sem escrita", ao longo dos séculos os ciganos deixaram relativamente poucos registros escritos. Assim, raramente aparecendo nos documentos, aproximamo-nos deles indiretamente, por meio de mediadores,

chefes de polícia, clérigos e viajantes, por exemplo. Nestes testemunhos, a informação sobre os ciganos é dada por intermédio de um olhar hostil, constrangedor e estrangeiro. Os ciganos nas cidades oitocentistas, por exemplo, estavam em dissonância aos ideais de civilização e progresso, tão marcantes deste período. Os ciganos são identificados generalizadamente como elementos incivilizáveis, inúteis à sociedade, supersticiosos, corruptores dos costumes, vândalos, enfim, uma anomalia social e racial. Uma vez vistos desta maneira, as autoridades tentavam controlá-los, no entanto, sem obterem grande eficácia.

Qual é o discurso sobre os ciganos? Quando se fala da opinião formada em torno dos ciganos, deve-se considerar que, algumas vezes, eles mesmos contribuíram para a construção de uma "mitologia". Assim, "em algumas ocasiões, as autoridades locais e os próprios ciganos produziram por diferentes razões ideológicas, mitos coincidentes sobre o verdadeiro cigano" (ACTON, 1974, p.54). Analisando-se duas definições de ciganos em dicionários, primeiro vemos como o Padre Raphael Bluteau, autor do primeiro dicionário de Portugal, repercute as preocupações que a Igreja tinha com o comportamento considerado herege dos ciganos, no início do século XVIII:

Ciganos – Nome que o vulgo dá a uns homens vagabundos e embusteiros, que se fingem naturais do Egito e obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento nem domicílio permanente, como descendentes dos que não quiseram agasalhar o Divino Infante quando a Virgem Santíssima e S. José peregrinavam com ele pelo Egito (BLUTEAU, 1712, p.311-312).

O fato de não empregarem os sacramentos católicos (casamento ou batismo de crianças, por exemplo), em favor de seus costumes, desafiava a moral religiosa, que pretendia controlar todas as parcelas da sociedade. Tomadas como afronta à Igreja, as cerimônias que os ciganos faziam à sua maneira, geraram uma duradoura antipatia do clero. Embora a "feitiçaria" cigana poucas

vezes fosse além da prática da leitura da sorte, ela era rigorosamente atacada pelos religiosos. O agravante disto era que, uma vez atingida a Igreja, a coroa Portuguesa também se sentia afetada (DONOVAN, 1992, p.35).

No século XIX, os ciganos continuaram a serem vistos como um grupo bárbaro por não se guiarem por preceitos católicos. No entanto, esta visão foi suavizada, já que a compreensão dos ciganos enquanto raça e grupo socialmente desclassificado foi ocupando maior espaço.

Um século depois, o dicionário do Padre Bateau passou a ser reeditado sob a direção do brasileiro Antonio de Moraes Silva, que define os ciganos da seguinte forma:

Raça de gente vagabunda, que diz vem do Egito, e pretende conhecer de futuros pelas rayas, ou linhas da mão; deste embuste vive, e de trocas, e baldrocas; ou de dançar, e cantar: vivem em bairro juntos, tem alguns costumes particulares, e uma espécie de Germania com que se entendem. (...) Cigano, adj. que engana com arte, subtileza, e bons modos (SILVA, 1922, p.396).

As ideias de trambiqueiros, de divulgarem terem vindo do Egito e a de vagabundos, que contém em si também a noção de nomadismo, permaneceram ao longo do século XX. Mas as menções religiosas foram retiradas, e não apenas porque o novo editor não era um clérigo, mas porque realmente a imagem se transformou. Continuaram como um grupo criminalizado, mas dando-se ênfase aos seus aspectos culturais (TEIXEIRA, 2009).

Na consulta de outras fontes, muitos outros adjetivos negativos foram listados e, infelizmente, pelo desconhecimento e ignorância da sociedade brasileira, muito destas representações estereotipadas continuam no imaginário social como demarcadores da comunidade cigana. Cada uma destas imagens teve períodos de maior e menor destaque. Além disto, combinaram-se entre si das mais diversas maneiras, produzindo um painel extremamente amplo de imagens dos ciganos que, como

podemos deduzir, não refletem de fato a variedade étnica nas comunidades ciganas e muito menos os valores e símbolos autodeterminantes de uma população genuinamente distinta da população brasileira.

Assim, devemos nos questionar sobre como construir um saber sobre as comunidades ciganas sem promover uma representação que os isole, fechando-os em uma perspectiva eurocêntrica de ciência, já que as culturas ciganas são, antes de tudo, abertas, flexíveis e intercambiantes. E aqui nos cabe uma pergunta fundamental: Como criar possibilidades de inclusão dos ciganos na sociedade nacional, quando suas características são, fundamentalmente, transnacionais? Como propiciar políticas públicas de inclusão quando se depara com culturas que se desenvolveram de forma sempre contra-hegemônica, como resultado de perseguições e fugas, e num processo de contínua reinvenção das fronteiras (entre o mundo não cigano)?

A relação entre o Estado (territorialmente fixo e com uma autoridade política) e os povos nômades (representando os fluxos populacionais e a falta de controle político) sempre foram altamente conturbadas em virtude das diferentes territorialidades em questão. Nesse sentido, os Estados têm tentando, ao longo da história, ou fazer com que esses povos passem rapidamente por seu território, ou que se estabeleçam fixamente nele. Isso tem servido a dois propósitos: tem reduzido as consequências materiais da migração transnacional nômade para o próprio Estado, e tem forçado os nômades a adotar a ordem política do Estado territorial, aliviando a disjunção ideacional entre nômades e Estado.

Os Estados têm tentado forçadamente fixar os povos nômades por motivos materiais e ideacionais. A sedentarização forçada é, então, uma consequência das atitudes estatais, além de ser parte de uma convicção estatocêntrica de que o nomadismo representaria uma ameaça ao sucesso material ou a segurança ontológica do Estado enquanto uma instituição. A reação estatal a essa suposta ameaça, contudo, não é uniforme, sendo possível

observar diferentes políticas em direção à esse povo. (DE CARVALHO, 2009, p.2)

Como se constitui a territorialidade dos ciganos, grupo expropriado socialmente, minoritário e associado a formas nômade de vivência geográfica? Como comunidades que construíram territorialidades a partir de intensos fluxos e complexas redes sociais (baseadas nas redes de parentesco, relações políticas inter e intraétnicas) e econômicas (amplas conexões comerciais) se comportam frente às novas territorialidades, desterritorializações e reterritorializações no processo de globalização? Como recorrem à história, à memória e aos ambientes socioculturais para legitimar suas territorialidades em construção?

A territorialidade cigana se manifesta em diversas escalas: a tenda, o acampamento, a cidade, os itinerários e as regiões são espaços com os quais os ciganos estabelecem diferentes e complexas relações. A territorialidade do grupo, em macroescala, expressa-se como um "arquipélago" de pequenos territórios. Nos diversos locais onde costumeiramente acampam, os ciganos chegam e saem sazonalmente, ainda que possa haver algumas famílias ciganas sedentárias. Assim, os espaços vividos são mais referentes aos acampamentos, aos itinerários e aos pontos de pernoite do que aos elementos urbanos ou rurais marcantes para a sociedade nacional (TEIXEIRA, 2009).

O nomadismo propicia que as fronteiras dos territórios ciganos sejam portáteis. Ainda que existam muitos acampamentos em terrenos de outros proprietários (para os quais devem pagar aluguel), o fato de que não tenham a posse não interfere no sentido simbólico dos mesmos. As barracas e a solidariedade entre as famílias são os elementos que tornam portáteis os territórios, sinalizando que um determinado espaço é cigano.

Nesta perspectiva "pode ser que os acampamentos sejam para eles [os nômades] os lugares mais importantes, conhecidos mediante a experiência íntima" (TUAN, 1982, p.200). O

acampamento compreende tanto o espaço onde se situam as tendas e o intervalo entre elas quanto o terreiro onde os ciganos trabalham no artesanato, no comércio, cozinham e, às vezes, alimentam-se (FERRARI, 2010).

No passado, raramente os grupos ciganos percorriam longas distâncias de uma província a outra ou mesmo por diversas regiões brasileiras, pois estas viagens duravam semanas e até meses, o que custava um enorme empenho econômico e físico. A maior parte dos deslocamentos ciganos envolvia distâncias entre cidades vizinhas, ou entre cidades da mesma região. A identidade se afirmava por uma continuidade no tempo e uma permanência num espaço, um espaço portátil, já que os acampamentos mudavam em suas localizações, mas permaneciam como território cigano.

Apesar dos inúmeros trabalhos nas últimas décadas sobre os ciganos no Brasil, o conhecimento objetivo da população cigana ainda é bastante precário, pois raríssimos estudos produziram informações demográficas de qualidade que pudessem nos orientar quanto à produção de estimativas sérias. A maior parte das estimativas sobre ciganos no Brasil se baseia em vagas impressões mais ou menos qualificadas, mas sempre imprecisas. Encontramos estimativas que vão dos 100 mil até 1 milhão de ciganos espalhados no território nacional (MOONEN, 2011a, p.115-117), mas nenhuma representa números embasados demograficamente.

Os ciganos constituem-se em uma "cultura de fronteira". A característica de cultura de fronteira é a vocação para práticas cartográficas: desenham mapas que definem a parte de dentro e os que habitam como mais significativas do que tudo o que se encontra do lado de fora e em situação de desconforto. É em função de tal mapeamento que as culturas de fronteira olham para si mesma em autocontemplação. As culturas na fronteira, por outro lado, contemplam o que está fora mais do que está dentro, porque, não tendo o poder de exercitar práticas cartográficas

centralizantes e tendo as suas fronteiras definidas pelas culturas centrais, devem necessariamente desejar o centro que está fora.

No transcurso da história os ciganos souberam subverter quase todas as situações que o contexto desfavorável lhes oferecia. Adaptaram-se, penetrando nas lacunas que a dinâmica econômica e social criavam. A adaptação para a sobrevivência foi o grande trunfo da condição cigana. Mesmo tendo uma identidade aparentemente frágil, eles a recriaram frente às mais díspares circunstâncias. A sobrevivência foi a realização mais duradoura, o grande evento, da história cigana. Por isso Angus Fraser, autor do melhor trabalho historiográfico sobre ciganos, escreve na primeira página de seu livro:

Quando se consideram as vicissitudes que eles encontraram – porque a história a ser relatada agora será antes de tudo uma história daquilo que foi feito por outros para destruir a sua diversidade – deve-se concluir que a sua principal façanha foi a de ter sobrevivido (FRASER, 1992, p.1).

Na perspectiva de longa duração a história dos ciganos na América Portuguesa e no Brasil, Império e República, é um conjunto de práticas de resistência às políticas anticiganas. Em vivências bastante diversificadas econômica e culturalmente, os ciganos produziram formas de sociabilidades que permitiram as comunidades sobreviverem no transcurso dos séculos, apesar da discriminação generalizada da sociedade nacional e das políticas anticiganas do Estado Português e, *a posteriori*, do Estado Brasileiro. Na curta duração, novas perspectivas para os direitos das comunidades ciganas são delineadas no século XXI. No entanto, neste caso, são enormes os desafios para construção da justiça social.

Os ciganos do Brasil são uma cultura singular no mundo, diferente de qualquer outra, e, entretanto, dividem com aqueles que os acolhem um grande número de seus aspectos culturais. No encontro das culturas. Em tempos de globalização, é preciso

conceber todas as culturas como agentes de unidade e de diversidade, recriando o sentido de humanidade.

Os ciganos constituem-se em uma "cultura de fronteira". Característica de cultura de fronteira é a vocação para práticas cartográficas: desenham mapas que definem a parte de dentro e os que habitam como mais significativas do que tudo o que se encontra do lado de fora e em situação de desconforto. É em função de tal mapeamento que as culturas de fronteira olham para si mesma em autocontemplação. As culturas na fronteira, por outro lado, contemplam o que está fora mais do que está dentro, porque, não tendo o poder de exercitar práticas cartográficas centralizantes e tendo as suas fronteiras definidas pelas culturais centrais, devem necessariamente desejar o centro que está fora.

A dedicação da autora à pesquisa arquivística e etnohistórica - por meio de trabalhos de campo, junto a precisa conjugação da perspectiva quantitativa e qualitativa, torna esse livro o salto para um novo momento da historiografia sobre ciganos no Brasil.

Introdução

Ao caminharmos pelo centro de Porto Alegre é impossível não repararmos no “patrimônio vivo” que por ali transita - as ciganas que lêem a sorte. Ora as encontramos em frente à prefeitura, ora em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário. Elas circulam pelo centro da cidade em busca de “clientes” – moças e rapazes “bonitos” que queiram desvendar o futuro através das linhas das mãos. Assim dizem: “venha cá moça bonita que tenho uma coisa a te falar” ou “moça bonita, moça bonita, deixa eu ver o teu futuro”.

A possibilidade de prever o futuro através das linhas das mãos é uma prática cultural dos ciganos que perpassa milênios, assim como outras de suas tradições, que despertaram curiosidade e estranheza ao longo da história desses grupos.

Tal curiosidade também foi despertada em mim. Ao passar pelo centro da cidade, observei, diversas vezes ao longo dos anos, a forma como estas ciganas abordavam os transeuntes e a maneira como eram rechaçadas, em decorrência do medo ou da discriminação, ou como eram acolhidas em função do interesse que despertavam ao dizerem que podiam prever o futuro. Pensei então: quem seriam estas ciganas, quais as suas origens e procedência e, principalmente, que cultura seria essa tão diferente da nossa? Fui assim pesquisar sobre a história dos ciganos e, para minha grande surpresa, deparei-me com várias lacunas sobre o tema.

Surpresa maior assolou-me ao descobrir que a chegada do primeiro cigano ao Brasil ocorreu em 1574, antes mesmo das primeiras políticas oficiais de imigração. No Rio Grande do Sul,

aqui limitado à capital e região metropolitana, a importância das etnias ciganas é desconhecida. Há pouca referência a elas, para não dizer que o conhecimento de seus costumes, tradição e cultura, por parte da sociedade gaúcha, brilha por sua ausência. Quando o “gaúcho” narra sobre seus “feitos históricos” e origens, refere-se, dentre outras façanhas, às guerras de delimitação de fronteiras, bem como a seus heróis farroupilhas; a personagens que, na maioria das vezes, descendem de alemães, italianos, portugueses ou espanhóis. Quando muito, lembra dos lanceiros negros cuja liberdade estava vinculada à vitória nas batalhas da “Revolução”. Nenhuma menção é feita aos ciganos. Tais constatações e questionamentos levaram-me a desenvolver este estudo.

Em um primeiro momento, esta pesquisa tinha como objetivo analisar o tratamento dispensado às minorias étnicas, em especial aos ciganos, durante o Estado Novo, com ênfase nas políticas de imigração. Pretendia-se verificar, através dos jornais, *Correio do Povo* e *Zero Hora*, os porquês de tais políticas, buscando compreender como as etnias ciganas foram concebidas diante de um ideário político - de uma “raça homogênea”, adaptado à realidade social¹ - imposto pelo regime governado por Getúlio Vargas no período de 1937-1945. Pretendia-se também analisar as representações que foram feitas dos ciganos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, durante tal período. No entanto, após levantamento minucioso no arquivo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, constatou-se que tal análise não seria possível, devido à escassez de documentos.² Tal constatação ressaltou a “invisibilidade” social e histórica dos ciganos no Rio Grande do Sul, aumentando ainda mais minha inquietude.

Em meio a questionamentos e evidências de lacunas na documentação escrita e procuras estéreis em arquivos e

¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.124.

² A relação do material encontrado, durante pesquisa no acervo do Museu da Comunicação Hipólito José das Costa, está arrolada, cronologicamente, no apêndice A.

bibliotecas, inconformada fui à busca da fonte “viva”. Procurei saber quem eram as ciganas que trabalhavam no centro de Porto Alegre, onde moravam, como viviam. Quis observar mais de perto sua cultura. Foi quando me deparei com um mundo à parte, com uma teia cultural complexa que não imaginava existir.

Frente à falta de resultados obtidos nos arquivos e bibliografias e, após os contatos entretidos com os grupos ciganos, surgiram novos questionamentos de caráter histórico e cultural. Neste sentido, o presente trabalho objetiva, primordialmente, analisar em que medida a longa tradição cultural cigana e sua condição de povo nômade, ágrafo e excluído social e politicamente de várias formas, em vários continentes, há vários séculos, se preserva na vida cotidiana de quatro grupos de ciganos que vivem em localidades diferentes do Rio Grande do Sul, no início do século XXI?

Para melhor explicitar a questão central, foram elencados alguns objetivos específicos:

- ❖ Qual a origem dos ciganos e como se dispersaram pelo mundo e a partir de quando?
- ❖ Quando chegaram, de onde vieram e como viviam os ciganos desde os tempos mais remotos no Brasil?
- ❖ De onde vêm os ciganos que vivem em diferentes localidades no Rio Grande do Sul, no início do século XXI?
- ❖ Que percepção tiveram os outros sobre os ciganos (os “viajantes” europeus que fizeram observações sobre o povo que vivia no Brasil) e as representações dos ciganos perduraram até a atualidade? Tais representações correspondem à identidade e tradições destes grupos?
- ❖ Em que base se fundamenta a identidade cigana?
- ❖ Como os porto-alegrenses, no início do século XXI, percebem os ciganos e qual o nível de proximidade sociocultural que admitem manter com eles?

- ❖ Como os ciganos do Rio Grande do Sul, no início do século XXI, vivem; que percepção possuem de si, de sua cultura e tradições e dos não-ciganos (brasileiros)?
- ❖ Que nível de aceitação os ciganos que vivem no Rio Grande do Sul, no início do século XXI, apresentam em relação a outros grupos de ciganos e de não-ciganos oriundos de diversos grupos étnicos vivendo no Rio Grande do Sul?

Desta forma, devido à precariedade de documentação escrita (e oficial) e pela história destas etnias estar fundamentada em tradições orais, para responder aos questionamentos propostos, a história oral, com o amparo conceitual e metodológico da Antropologia e da Sociologia, foi o método mais adequado ao objeto de análise. Utilizou-se como fonte, o relato oral, a observação participante, bem como de combinação de metodologias quantitativas e qualitativas. O corpus documental primário foi obtido a partir de quatro grupos de ciganos com residência fixa, seminômade e nômade que – durante o período da pesquisa – estiveram em Porto Alegre e na região metropolitana³.

Portanto, a base metodológica, de caráter multidisciplinar, parte da história oral híbrida⁴, do cotejamento de fontes primárias, totalizando, onze entrevistas semi-estruturadas; 17 observações do tipo participante que corresponderam a um total aproximado de 85 horas despendidas e da aplicação de 112 instrumentos de coleta

³ O grupo 3, localizado na cidade de Encantado, interior do Rio Grande do Sul, justifica sua análise – mesmo não localizando-se em Porto Alegre e Região Metropolitana –, como proposto, por este acampamento ser composto por um número muito grande de ciganos com residência em Gravataí e também pela oportunidade de historiar e etnografar um número considerável de ciganos em um momento muito importante de afirmação da identidade étnico cultural.

⁴ Os procedimentos utilizados em história oral são: história oral pura (feita com diálogos internos das falas apreendidas) e História oral híbrida (quando as narrativas concorrem com outros suportes documentais). In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007, p.48.

de dados⁵ (100 para os porto-alegrenses e 12 para os ciganos). Salientando a importância da história oral, Pilar Folguera afirma:

La utilización de testimonios directos de quienes participaron en la gestación de un proceso histórico, há sido objeto de complejos análisis por parte no sólo de la Historia, sino también de la Sociología, la Antropología, la Psicología, la Geografía y la Lingüística. Todas estas disciplinas coinciden en afirmar que la historia oral [...] permite dar respuesta a los problemas que se derivan de la ausencia de fuentes escritas referidas a un determinado período o a una determinada temática.⁶

Para justificar o uso da história oral, utilizo também as palavras da historiadora Núncia Santoro de Constantino: “A história oral revitaliza-se através de um trabalho sistemático de recuperação e registro da memória; dá conta da diversidade temática, possibilitando investigar grupos humanos que, por hábito, não freqüentam a documentação ‘oficial’”.⁷ Ainda, segundo as argumentações de Paul Thompson:

Por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam em suas próprias vidas: guerras, transformações sociais. [...]. O desafio da história oral relaciona-se, em parte com essa finalidade social essencial da história. [...]. A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo.⁸

⁵ Os instrumentos de coletas de dados foram entrevistas do tipo semi-estruturadas, isto é, compostas por questões do tipo abertas e fechadas, conforme consta dos Apêndices E e F.

⁶ FOLGUERA, Pilar. **Cómo se hace historia oral**. Madrid: EUDEMA, S.A., 1994, p. 6.

⁷ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Caixas no porão: vozes, imagens, histórias**. Porto Alegre: BIBLOS, 2004, p. 31. [Grifos da autora.].

⁸ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 21-26.

Também se utilizou de fontes secundárias – visuais (documentário), jornais, leis, e da literatura crítica existente sobre o tema –.

Cabe ressaltar que este estudo procura analisar não somente o contexto histórico mas, através de um estudo multidisciplinar, também buscar, na Antropologia e na Sociologia, suporte para responder a questões que somente a aplicação da metodologia histórica não seria possível. Desta forma, concomitante à análise bibliográfica, se fará um cotejamento de fontes, ora com a experiência vivida junto aos grupos, ora com as fontes orais recolhidas durante entrevistas, de forma a demonstrar se há continuidade ou ruptura nas representações sobre os ciganos, objetivo central desta dissertação.

Durante as entrevistas e a partir da observação participante, procurou-se aguçar a percepção, para que, de forma minuciosa, fosse possível captar a verdadeira intenção da fala do depoente, haja vista que os contatos com os ciganos sempre foram, para eles e para mim, causa de estranheza, considerando as diferenças culturais existentes. Cada entrevista era uma nova expectativa. A permissão para ligar o gravador tornava-se uma verdadeira aventura e, muitas vezes, infelizmente, toda a espontaneidade e a leveza com que conduziâmos nossa “conversa”, passava para uma rígida e mecânica – pergunta e resposta – ou ainda, ao ligar o gravador, a conversa desviava-se por total do roteiro proposto. Justifico assim, as longas entrevistas e depoimentos gravados, às vezes sem questões tão elaboradas, mas que tinham como objetivo a descontração do(a) entrevistado(a) registrando o cotidiano e pautando-se pela espontaneidade, e não atentou-se ao rigorismo, já que este último aspecto não faz parte da cultura cigana. Por isso, em diversas vezes, quando autorizada a ligar o gravador, procurava mantê-lo perto do entrevistado o mais natural possível, deixando a entrevista, em meio a conversas e descontrações, conduzir-se de forma espontânea. Da mesma forma, alguns cortes

são observados, quando, a pedido dos depoentes, o gravador deveria ser desligado. Momentos os quais o viés antropológico entrava em cena, observando e anotando, quando possível, os detalhes que não pudera gravar.

Cabe acrescentar que, para compor o “corpus” documental* que incluiu a história oral e o estudo etnográfico proposto, as incursões nas comunidades ciganas iniciaram-se em maio de 2009. Foram feitos contatos diversos com vários ciganos que, ao longo do período em que foi desenvolvida esta dissertação, estiveram por Porto Alegre ou região metropolitana. Desta forma, as entrevistas semi-estruturadas e as diversas sessões de observação participante se tornaram viáveis a partir de quatro principais grupos.**

O primeiro grupo (Grupo 1) constitui-se de uma comunidade de ciganos localizada na cidade de Gravataí, região metropolitana de Porto Alegre, mais especificamente na parada 61, bairro São Judas Tadeu, rua Vila São Pedro. Compõe-se de aproximadamente 35 ciganos, dentre estes, 14 homens, 8 mulheres e 13 crianças, divididos em 7 famílias e 6 barracas.⁹ Se auto-denominam “ciganos de origem *Rom*”, e o idioma falado entre eles é o *Romaní*.

O segundo grupo (Grupo 2), mais especificamente uma família de ciganos, residente no bairro Partenon, de Porto Alegre, tem em seu núcleo familiar o Sr. Aderson Bagesteiro, chamado de “Pai Neco Bagesteiro” por sua comunidade. Sua família é tradicional em Porto Alegre e contribui, significativamente, para a conservação e divulgação da cultura cigana. Pela descendência ibérica, deduz-se que a família Bagesteiro seja de origem *Caló*, pois não preservaram o idioma de origem.

O terceiro grupo (Grupo 3) é constituído por dezenas de famílias com as quais tive contato durante quatro dias em uma

* As entrevistas e as transcrições estão disponíveis no Centro de História Oral da PUCRS.

** Chamarei os grupos de: Grupo 1 (Gravataí), Grupo 2 (Porto Alegre), Grupo 3 (Encantado) e Grupo 4 (Alvorada), cujas características específicas serão desenvolvidas no 3º capítulo desta dissertação.

⁹ Este número é estimado, pois o grupo é nômade e tem uma constante rotatividade de parentes destas famílias. Estes dados foram coletados em visita feita no dia 21/11/2009.

grande festa de comemoração de um casamento¹⁰ na cidade de Encantado, Rio Grande do Sul. É formado por ciganos de origem *Rom*, e a partir das observações foi possível constatar que todos falavam a língua *romaní*.

O quarto grupo (Grupo 4) constitui-se de uma comunidade de ciganos localizada na cidade de Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre.* São aproximadamente 14 barracas, divididas em núcleos familiares**. Ao total são aproximadamente 12 homens, 14 mulheres e 13 crianças. Pelo idioma e costumes, deduz-se que sejam de origem *Calon*.

Assim sendo, este estudo desenvolve sua análise a partir destes quatro grupos de ciganos que se autoidentificam como tais, no entanto, não reconhecem a legitimidade um do outro, mas, fundamentam as suas caracterizações nas mesmas bases históricas, culturais e étnicas.

Pesquisar os grupos ciganos foi um verdadeiro desafio, primeiro pela ausência de fontes escritas, depois pela dificuldade em adotar uma metodologia que se adequasse ao objeto de estudo. Reitero que, a história oral, através das entrevistas semi-estruturadas, bem como a observação participante, consubstanciaram-se nas bases metodológicas mais adequadas para este trabalho. Sem tais mediações com a Antropologia e a Sociologia, não seria possível o desenvolvimento da abordagem proposta nesta pesquisa e, mais uma vez, o rigorismo, de caráter “academicista”, desproveria da sua própria história as minorias ágrafas.

¹⁰ Sobre o casamento ver: RISSI, Rogério C. Três dias de Festa. **Força do Vale**. 16 de abril de 2010, p. 13. e VERSSETTI, Juremir. Caderno Cidades. **Correio do Povo**. 17 de abril de 2010, p. 3.

* O grupo 4 localiza-se no endereço: Av. Presidente Vargas – parada 56 – Bairro Bela Vista – Alvorada / RS.

** Neste grupo, as ciganas se identificam pelos sobrenomes dizendo fazer parte da “raça” X, como exemplo: Os membros da família Soares, se autoidentificam como ciganos da “raça” Soares. Dados coletados em depoimento da cigana Luana. Alvorada. Maio de 2011.

As primeiras fontes consultadas foram as bibliográficas. Procurei pesquisar quais eram as obras de referência e o que até então havia sido publicado a respeito do tema. Alguns trabalhos de referência sobre a história dos ciganos e sobre os ciganos no Brasil foram encontrados, mas nenhum que fizesse uma análise aprofundada dos ciganos no Rio Grande do Sul.

Um dos primeiros estudos sobre os ciganos é do final do século XIX. Trata-se da obra de Francisco Adolpho Coelho, intitulada *Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão*,¹¹ publicada em 1892. Esta obra fez-se referência para os vindouros pesquisadores brasileiros que, com base em seus anexos documentais, iniciarão suas pesquisas sobre os ciganos.

No final do século XIX, início do século XX, surgiram os primeiros trabalhos, que até hoje são referências para os estudos sobre os ciganos no Brasil, desenvolvidos por três intelectuais: Mello Moraes Filho (1885/1886) com as obras: *Cancioneiro dos Ciganos (1885)* e *Os Ciganos no Brasil (1886)*¹²; José Baptista d'Oliveira China, com *Os ciganos do Brasil (1936)*¹³, e João Dornas Filho, com seu artigo *Os Ciganos em Minas Gerais (1948)*.¹⁴

Novas publicações surgem a partir da década de 1980. Algumas, apesar da pouca base teórica e metodológica, foram acolhidas pelo público como forma de divulgação.¹⁵ Já nas

¹¹ COELHO, Francisco Adolpho. **Os Ciganos de Portugal - com um estudo do calão**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

¹² MORAES FILHO, Mello. **Os ciganos no Brasil e Cancioneiro dos ciganos**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

¹³ CHINA, José B. d'Oliveira China. **Os Ciganos do Brasil**. (Subsídios históricos, ethnográficos e Lingüísticos). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

¹⁴ MOONEN, Frans. **Os Estudos Ciganos no Brasil**. Núcleo de Estudos Ciganos. Recife, 2008, p. 3.

¹⁵ Dentre os trabalhos publicados a partir da década de 1980 sobre a etnia cigana, temos várias publicações em áreas diversas, desde a Atropologia, História, Filosofia e Geografia. Trabalhos de conclusão de curso de graduação, mestrado e doutorado, conforme segue: Cristina da Costa Pereira (1985 – *Povo Cigano*; 1989 – *Os ciganos continuam na estrada*); Rosely Schepis (1999 – *Ciganos: os filhos mágicos da natureza*); Cláudia Camargo de Campos (1999 – *Ciganos e suas tradições*) e Assêde Paiva (2000 – *Odisséia dos Ciganos*). Autores ciganos também surgem, falando de sua cultura e história: Oswaldo Macedo (1992 – *Ciganos: natureza e cultura*), Jordana Aristich (1995 – *Ciganos: a*

pesquisas acadêmicas destacam-se alguns trabalhos de conclusão de curso, muitos inéditos, devido à escassez de produção. Neste período, dois trabalhos se destacam, um da Antropologia e outro da Filosofia – Maria de Lourdes Sant’Ana (1983 – *Os ciganos: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas*) e Moacir Antônio Locatelli (1981 – *O caso de uma cultura: uma análise antropológica dos ciganos*)¹⁶. Outras áreas também despontam na produção deste conhecimento, dentre essas as Ciências Sociais¹⁷, a História¹⁸, a Geografia¹⁹ e o Serviço Social.²⁰

A partir da década de 1990 novos autores surgiram; temas como o anticiganismo e direitos ciganos despontaram.²¹ Nos cursos de Pós-Graduação, o maior número de trabalhos foi na área das Ciências Sociais, mas alguns historiadores e geógrafos também mostraram interesse pelo tema.²² A partir de 1999 surgem outras

verdade sobre nossas tradições), Hugo Caldeira (1996 – *A Bíblia e os ciganos*) e Sally Liechocki (1999 – *Ciganos: a realidade*)

¹⁶ Moacir Antônio Locatelli defende sua dissertação de Mestrado em Filosofia – **O Caso de Uma Cultura** - em 1979 pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, sob orientação do Professor Dr. Reinhold Aloysio Ullmann. Dado o ineditismo desta obra anos depois, em 1981, é publicada pela editora Barcellos Livreiro e Editor: LOCATELLI, Moacir Antônio. **O caso de uma cultura (uma análise antropológica dos ciganos)**. Santa Rosa, Barreto Livreiro e Editor, 1981.

¹⁷ Maria Nunes L. Rodrigues (1987 – *considerações gerais acerca dos elementos principais na manutenção da identidade étnica do povo cigano*); Dimitri Fazito Rezende de Almeida (1995 – *Atitudes, comportamentos e etnicidade: um estudo sobre uma minoria cigana em Belo Horizonte*).

¹⁸ Ninon Cândida R. Sobreira (1995 – *Trajétoria cigana: um povo fiel a si mesmo*); Lázara Silveira da Silva Cunha (2001 – *A presença dos ciganos em Goiás*), Zuleica Bork (2005 – *Ciganos à beira mar*).

¹⁹ Virginia R. dos Santos (1990 – *Espacialidade e territorialidade dos grupos ciganos na cidade de São Paulo*); Rodrigo Corrêa Teixeira (1993 – *A ‘questão cigana’: uma introdução*).

²⁰ Rosicleide Alves da Silva (1999 – *Os Calon em Sergipe*).

²¹ Os trabalhos publicados a partir da década de 1990 são os que seguem: Luciano Mariz Maia, da Procuradoria da República de Paraíba, escreve a respeito de um inquérito civil sobre violações aos direitos e interesses de 450 ciganos Calon na cidade de Souza, no alto do sertão da Paraíba. O antropólogo Frans Moonen com sua obra – *Ciganos Calon no sertão da Paraíba, Brasil*; 1995 – *As minorias ciganas e o Direito*, 1996/97 – *Ciganos, na Europa e no Brasil*; 1999/2000 – *Rom, Sinti e Calon: os assim chamados ciganos*; 2000 – *As minorias ciganas: direitos e reivindicações* –, foi de muita importância para o início das pesquisas sobre o anticiganismo e os direitos ciganos na Europa.

²² Sônia Cavalcante (1994 – *Caminheiros do destino*); Solange T. de Lima (1996 – *Paisagens & Ciganos*); Rodrigo Corrêa Teixeira (1998 – *Correrias de ciganos pelo território mineiro: 1808-1903*.); Maria de Lourdes Pereira Fonseca (1996 – *Espaço e cultura nos acampamentos ciganos em Uberlândia*) e Sérgio Horarranê (1999 – *Rom: uma odisséia cigana*).

dissertações e teses, principalmente na Antropologia, sendo as dissertações também inéditas.²³

Conforme se constata, o número de trabalhos sobre as etnias ciganas ainda é escasso, principalmente os referentes aos ciganos no Rio Grande do Sul, já que se encontra apenas um trabalho publicado, o de Locatelli, ainda na década de 1980.

Além da grande dificuldade de se obter bibliografia adequada, registros e documentos comprobatórios, outro grande obstáculo é a escolha da teoria adequada à realidade destes grupos que se constituem em minorias étnicas *sui generis*:

Em 1892, o ‘ciganólogo’ português Adolfo Coelho diz o seguinte comentário sobre seu colega brasileiro Mello Morais Filho (1886): ‘Como se vê [...], é interessante o livro do Dr. Mello Morais, e mais o fora, se o autor não preferisse os efeitos literários ao rigor científico e conhecesse um pouco mais de perto a literatura etnográfica européia ou, na falta desse conhecimento, não se perdesse em teorias [...]’. Mais de cem anos depois, a crítica de Adolfo Coelho continua valendo para quase totalidade da produção ciganológica acadêmica no Brasil. Há talvez excessiva preocupação com teorias, lembra uma observação de Claude Lévi-Strauss, na década de 30, quando era professor, em São Paulo, na então faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e na Escola de Sociologia e Política [...]. Segundo Lévi-Strauss: ‘Nossos estudantes tinham uma verdadeira fome intelectual, mas qualquer que fosse o assunto, só as teorias mais recentes mereciam seu interesse [...]’. No seu caso poderia-se falar antes de moda do que de cozinha: idéias e doutrinas como tais não tinham para eles qualquer valor em si; eram antes um meio para dar prestígio àquele que primeiro se apropriasse delas. Compartilhar

²³ Maria P. Lopes Sulpino (1999 – *Ser viajor, ser morador: uma análise da construção da identidade cigana em Souza* – PB; 2004 – *O “Tempo de Atrás”: um estudo da construção da identidade cigana em Souza*-PB), Dimitri Fazito de Almeida Rezende (2000 – *Transnacionalismo e etnicidade: a construção simbólica do Romanesthàn - Nação Cigana-*), Flôrência Ferrari (2002 – *Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre ciganos*), Claudia Bomfim da Fonseca (2002 – *A dança cigana: a construção de uma identidade cigana em um grupo de camadas médias no Rio de Janeiro*), Mirian Alves de Souza (2006 – *Os ciganos Calon de Catumbi: Ofício, etnografia e memória urbana*), Flôrência Ferrari (2010 – *O mundo passa: uma etnografia dos Calos e suas relações com os brasileiros*).

uma teoria com outros significava, portanto, algo como vestir a mesma roupa duas vezes, o que poderia expor a pessoa ao ridículo. Por isso existia uma luta feroz entre os concorrentes para ficar proprietário exclusivo do último modelo no campo das idéias [...]. Consideravam a ciência como um dever, embora não tivessem o gosto correto pela mesma, nem nada soubessem de métodos científicos. Seja qual fosse o assunto, suas dissertações invariavelmente continham um resumo da história geral da Humanidade, que começava com os macacos antropóides, passava por Platão e Aristóteles até Comte, para terminar com a citação de um ou outro viscoso polígrafo, cuja obra tinha mais prestígio na medida em que era menos conhecido, porque justamente este fato justificava a esperança que nenhum outro ainda tivesse feito uso do mesmo.²⁴

Desta forma, em termos de referências conceituais e teóricas, os conceitos-chave para o desenvolvimento desta dissertação são os de cultura, etnicidade, identidade, representações e tradição, desenvolvidos e definidos oportunamente durante o texto, a partir dos autores e obras: Denys Cuche - *A noção de cultura nas ciências sociais* (2002); Clifford Geertz - *A interpretação das culturas* (1978); Eric Hobsbawm - *A invenção das tradições* (2002); Frederik Barth - *Grupos étnicos e suas fronteiras* (1998); Róger Chartier - *A História Cultural. Entre práticas e representações* (1990), Stuart Hall - *A Identidade Cultural na Pós-modernidade* (2000) e *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (2003); Roberto Cardoso Oliveira - *Identidade, etnia e estrutura social* (1976); Zygmund Baumann - *Identidade* (2005); dentre outros autores e obras.

Com relação ao recorte temporal, visa-se analisar o objeto de estudo a partir do processo de longa duração. Justifica-se esta temporalidade por ser a mais adequada à compreensão da identidade, das representações e das tradições ciganas, uma vez

²⁴ MOONEN, op. cit., p. 5.

que estas foram construídas no decurso de um tempo longo, ou seja, secular. Perceber a tradição cigana a partir desse viés temporal, permite a visualização da historicidade desse povo e a maneira com a qual elaborou determinadas representações de si no transcorrer do tempo que, de certa maneira, estão presentes até os dias de hoje. Assim, compreender a trajetória dos povos ciganos na longa duração significa ir ao encontro dos postulados de Fernand Braudel, que entende tal temporalidade como “(...) uma história de fôlego ainda mais contido e, neste caso, de amplitude secular: trata-se da história de longa, e mesmo de muito longa duração”²⁵. Sem dúvida, considerar um objeto de estudo na longa duração é, também, visualizá-lo a partir das estruturas, isto é, das camadas mais imóveis da sociedade e que só no transcorrer dos séculos, que podem ser percebidos e analisados. Assim, para Braudel:

(...) uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer.²⁶

Em termos estruturais, dividiu-se a dissertação em quatro capítulos:

Capítulo 1 - o primeiro capítulo objetiva esclarecer as origens dos ciganos. É traçado um panorama geral de como a historiografia aborda tais aspectos e para isso, a análise bibliográfica das obras de referência sobre os ciganos no Brasil foi de uso primordial. As informações referentes às origens dos ciganos são ordenadas de acordo com os principais autores e com

²⁵ BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1986, p. 10.

²⁶ Ibidem, p. 14.

as possíveis origens por eles apontadas, de forma a ter-se uma visão aproximada do que até agora se escreveu sobre o assunto.

O objetivo inicial é fazer um compêndio dos principais estudos existentes até o momento disponibilizando a futuros leitores e pesquisadores dados que estavam dispersos em mais de uma obra de referência. Assim sendo, para que se possa compreender tal trajetória histórica, o capítulo foi dividido em três momentos.

No primeiro momento, busca-se discorrer sobre as origens históricas dos ciganos, não de forma a desvendá-las, mas na tentativa de observar as várias interpretações publicadas sobre o assunto. São analisadas as principais hipóteses sobre suas origens, desde lendas, contos e passagens bíblicas, além de relatos dos próprios ciganos que, ao chegarem à Europa, autoidentificavam-se como originários de locais e tempos diferentes, criando para os pesquisadores um grande problema em torno da “verdade” que cerca sua procedência.

No instante seguinte, versa-se sobre quando e por que os ciganos migram para a Europa, como se apresentam e como são recebidos pela população local. No terceiro e último momento trata-se sobre quando e por que vieram para o Brasil e que políticas governamentais lhes foram dirigidas.

Capítulo 2 - O segundo capítulo procura analisar os relatos de alguns viajantes que passaram pelo Brasil e que, oportunamente, descreveram os ciganos. Através destes relatos, podemos observar como estes grupos foram vistos e descritos durante o século XIX e início do século XX.

Frente às dificuldades de pesquisa, optou-se por uma abrangência espacial maior ao analisar as fontes e ao deparar-se com um número ínfimo de abordagens específicas sobre o Rio Grande do Sul, em especial Porto Alegre. Neste caso, a análise do presente capítulo abarca relatos de viajantes sobre distintos lugares no Brasil e não se restringe apenas ao âmbito regional, como de início desejava-se. Da mesma forma, o marco temporal é

abrangente e busca compreender os relatos dos viajantes do século XIX ao início do século XX.

Paralelo a esta observação, quanto à dificuldade das fontes escritas, cabe salientar que analisar os viajantes de lugares e tempos distintos, que descreveram a presença dos ciganos no Brasil, tem especificamente um peso próximo ou igual à descrição de viajantes que relataram a presença deles no Rio Grande do Sul, pois, a ideia é analisar as representações sobre os ciganos ao longo do tempo, isto é, em uma perspectiva de longa duração e espacialmente mais ampla, no caso, englobando o Brasil. Sendo assim, a análise com uma abrangência maior corroborou para a compreensão do objeto de estudo no contexto rio-grandense.

Capítulo 3 – Sabendo-se que os ciganos possuem uma cultura ágrafa com tradição oral, acrescentar ao estudo o olhar dos próprios grupos acerca de sua história é de fundamental importância. A exigência de fontes “oficiais”, que a cientificidade da academia requer, não se aplica ao estudo de povos ágrafos e nômades como os ciganos, haja vista que a pouca documentação existente está imantada com a percepção “dos outros”, ou seja, daqueles que os observaram, daqueles que, em muitos casos, os rotularam ou os representaram a partir de seus contextos e culturas. Falar de suas origens, da sua história apenas sob a ótica dos pesquisadores é, portanto, limitador da realidade. Por serem ciganos, seus relatos, contos e lendas capturadas através da história oral, assumem, pois, um caráter científico e enriquecedor da análise.

Sendo assim, o que propomos para o terceiro capítulo desta dissertação é a análise da identidade, da cultura e das tradições ciganas a partir do olhar interno dos grupos, ou seja, a cultura cigana é analisada a partir dela mesma, observando que elementos compõem a tradição dos ciganos, que costumes e ritos são comuns entre eles, que percepção eles possuem de si e dos outros. Para isso, utilizam-se os relatos orais, bem como as observações participantes dos quatro grupos estudados.

Capítulo 4 - Para concluir, o capítulo 4 analisa os níveis de aceitação dos porto-alegrenses* para com os ciganos, e dos ciganos em relação aos porto-alegrenses, bem como a percepção e o conhecimento que ambos tem um do outro. Identifica o nível de aceitação de ambos, comparativamente a outros grupos étnicos, assim como questionamentos acerca do reconhecimento aos direitos (e deveres) às minorias étnicas ciganas.

Para isso, utilizou-se, neste capítulo, de instrumento metodológico sociológico, através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos brasileiros e aos ciganos, visando-se uma análise tanto qualitativa como quantitativa.

Sendo assim, esta pesquisa surgiu da reflexão sobre quão antiga é a presença destes grupos no Brasil; dos primeiros contatos com as ciganas no centro da cidade de Porto Alegre; dos relatos e observações nos quais constatei que, também no Rio Grande do Sul, sua presença foi marcante e de longa data. A escassez que, dependendo do aspecto abordado, beira à inexistência de documentação e bibliografia sobre os ciganos no Rio Grande do Sul, também estimulou o estudo, que ora faço público, de modo a divulgar a cultura, as tradições e a identidade dos ciganos, procurando minimizar a lacuna que há na historiografia, e, conseqüentemente, buscando a compreensão dos porquês da discriminação e preconceitos suportados por estas minorias étnicas, visando, por fim, a importância da compreensão da diversidade e do diálogo entre as culturas em um mundo que se diz globalizado.

* Durante o desenvolvimento do 4º capítulo os porto-alegrenses serão chamados de brasileiros, termo utilizado pelos próprios ciganos.

Das origens à diáspora

Os Ciganos não são mais europeus do que americanos ou índios. Os Ciganos estão na Sibéria como na China. Estão sempre no avesso do cenário. Eles são a escória das sociedades dominantes, seja qual for a dominação. Onde estiver o Cigano há dominação. Os Ciganos são um revelador das desigualdades, das exclusões. E são mal conhecidos. Atribuem-lhes hoje, como ontem, virtudes e vícios extraordinários. Lisonjeiam-lhes a estranheza para melhor os disciplinar. A sua vulnerabilidade para melhor os explorar, a sua fragilidade para os enfraquecer ainda mais. Os jacobinos perguntam se eles têm alma e os padres se eles têm religião. Os revolucionários perguntam se eles são despóticos, as feministas, se as mulheres deles são maltratadas; os historiadores, se eles têm história, os musicólogos se eles têm música, os higienistas se eles se lavam. Poucos povos entram no comércio com tantas negações. O seu holocausto é negado tanto pelos estados nacional-populistas como por Vichy, como pela Alemanha pós-nazi. Os racistas duvidam que eles sejam uma verdadeira raça, os letrados que eles sejam capazes de escrever poesia. Os revisionistas rejubilam porque os Ciganos partilham com os judeus o privilégio do crime contra a humanidade. Mas a humanidade deles ainda não entrou no reconhecimento coletivo.¹

A citação que abre este capítulo traduz, em breves palavras, o desconhecimento generalizado sobre a etnia² cigana. Incertezas

¹ AUZIAS, Claire. **Os Ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste**. Lisboa: Antígona, 2001, p.39-40.

² “A melhor utilização do termo etnicidade é um conceito de organização social que nos permite descrever as fronteiras e as relações dos grupos sociais em termos de contrastes altamente seletivos, que são utilizadas de forma emblemática para organizar as identidades e as interações.[...]. O termo

acerca de seus hábitos, cultura³, valores familiares, sociais e políticos. Perguntas para as quais, as respostas não dadas levam à discriminação, à intolerância e à perseguição.

A história dos ciganos⁴ permeia o imaginário coletivo há séculos. Estes grupos de homens, mulheres e crianças, que se diferem pela forma como vivem – o nomadismo –, pela tradição oral e por todas as particularidades que os cercam, despertam, por onde passam temor e, ao mesmo tempo, fascínio. O choque cultural que nasce dessa identidade própria é justificado, por seus observadores, como sendo reflexo da dificuldade que temos em

grupo étnico, na bibliografia antropológica, é geralmente entendida para designar uma população que:

1. perpetua-se biologicamente de modo amplo,
2. compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais,
3. constitui um campo de comunicação e de interação,
4. possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo.” Cf: BARTH, Frederik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe et al. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. p 189-190. Por sua vez, Anthony Smith afirma que “Las etnias también están constituidas por unas creencias y unos compromisos compartidos, por unos recuerdos y una continuidad, están comprometidas en acciones conjuntas y normalmente están ligadas a um território determinado aun cuando no lo ocupen”. Cf: SMITH, Anthony D. **Nacionalismo: Teoría, Ideología, Historia**. Ed. Cast.: Alianza Editorial, S.A: Madrid, 2004, p. 27. As etnias ciganas, neste trabalho, são constituídas a partir destes dois conceitos.

³ O termo cultura é difícil de conceitualizar, haja vista seus usos ao longo da história. Neste trabalho utilizar-se-á este conceito para responder a questões da diversidade humana, conforme a etnografia se propôs, o de descrever a cultura tal como aparece nas sociedades humanas. Cf. CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 13. Também por cultura, compreende-se a definição de Clifford Geertz: “Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria de símbolos, ignorando as utilizações provinciais) a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade.” Cf. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.24.

⁴ O termo *cigano* é, na realidade, um estereótipo que incorpora vários significados e interpretações preconceituosas que, de certo modo, impõem àqueles assim identificados, determinadas formas de comportamento e valores. Por outro lado, o termo *cigano* também não é uniforme ou fixo no tempo e espaço, pois depende das percepções individuais e coletivas, do contexto das interações e dos sentidos ou das interpretações elaboradas pelos atores. cf: REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. **Transnacionalismo e Etnicidade – a construção simbólica da Romanesthàn (Nação Cigana)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia – FAFICH – UFMG, 2000, p.89. Esta abordagem será aprofundada no segundo capítulo desta dissertação.

aceitar o diferente, ou seja, é gerado ao nos depararmos com o “outro”, com a alteridade.⁵

Analisar estes grupos significa viajar por um caleidoscópio étnico que perpassa territórios, culturas, políticas de Estados e, em que pese as tentativas de assimilação cultural, se mantêm pouco alterados. A obscuridade que cerca a história e o modo de vida dos ciganos explica-se, em parte, em função de sua cultura pautar-se primordialmente na oralidade e pelo fato de os próprios grupos não possuírem interesse em elaborar registros históricos.

As pesquisas existentes acerca dessa minoria étnica⁶ são feitas, na maioria das vezes, sob o olhar dos não-ciganos, os *gadjés*⁷, que se interrogam sobre os “diferentes” para, a partir de sua própria cultura, interpretá-los. Desta forma, tendem a distorcer a cultura observada com o peso da crítica interpretativa de quem a observa, carecendo, assim, a cultura cigana⁸ de uma análise feita sob sua própria ótica. Para evitar tais distorções de interpretação, faz-se necessário analisá-los a partir do seu próprio contexto, sendo impossível compreendê-los de forma isolada, dado

⁵ Essa visão de mundo restrita, segundo a qual o grupo que observa toma os seus valores como centro de tudo, e todos os outros valores são pensados e sentidos através dos seus próprios modelo e definições de existência, nos estudos antropológicos é definida como etnocentrismo. No plano intelectual pode ser visto como dificuldade de pensar a diferença, como sentimento de estranheza, medo, hostilidade. Cf: ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 8.

⁶ “Os traços das minorias, é o dos grupos párias. Estes grupos que são rejeitados de forma ativa pela população hospedeira, em razão do comportamento ou de certas características inegavelmente condenadas [...]. Grupos párias europeus dos séculos mais recentes (os carrascos, os negociantes de carne e couro de cavalo, os coletores de esterco humano e os ciganos). Cf. BARTH, op. cit., p.217.

⁷ *Gadjé*: forma como os ciganos chamam os não-ciganos. Aqui no Rio Grande do Sul, em todos os grupos etnografados, os termos *gadje*, *gagin* ou *brasileiros* eram utilizados para chamar os não-ciganos. José D'Oliveira China informa que a palavra “*gajão*”, com que eles designam o brasileiro ou qualquer pessoa estranha à sua “raça”, reflete fórmulas semelhantes existentes em quase todos os dialetos falados pelos ciganos da Europa e que estes igualmente empregam quando se referem “a qualquer indivíduo que não é cigano”. Cf. CHINA, op. cit., p. IX.

⁸ Por cultura cigana entende-se um conjunto de traços culturais inerentes à própria pertença étnica cigana. [...]. Cf: BRINCA, Ana. Ciganos, “Tendeiros” e “Senhores”: Fronteiras Identitárias. **ANTROPOLÓGICAS**, nº 9, Porto, UFP, 2005, p. 228.

que sua identidade étnico-cultural⁹ pauta-se primordialmente no grupo e não no indivíduo.

Esses nômades, seminômades e sedentários – ciganos – estão em todos os lugares. No Brasil, no entanto, não temos um levantamento preciso em termos demográficos. Segundo a pesquisadora Cristina da Costa Pereira, com base em dados da UNESCO, há cerca de 1.500.000 ciganos espalhados pela América Latina, sendo, aproximadamente, 600.000 no Brasil.¹⁰ Tais informações, no entanto, foram refutadas pelo historiador Rodrigo Corrêa Teixeira o qual afirma nada sabermos sobre o número de ciganos existentes no Brasil, nem sobre sua distribuição geográfica.¹¹ Da mesma forma, o autor Moacir Antônio Locatelli afirma que “no Brasil, não se tem dados exatos, pois, com suas andanças, normalmente escapam do censo ou muitos deles são contados mais de uma vez”.¹²

Dessa forma, em virtude das imprecisões quanto aos números de ciganos existentes e pela falta de interesse dos próprios grupos em elaborar e preservar seus registros históricos, as pesquisas são ínfimas. No Brasil, datam do final do século XIX e

início do século XX, quando pesquisadores e ensaístas lançaram seus questionamentos acerca das origens desses grupos.¹³

⁹ Compreende-se por identidade étnico-cultural: “um sentimento de vinculação ou uma identificação a uma coletividade imaginária em maior ou menor grau.” Cf. CUCHE, op. cit., p.181.

¹⁰ PEREIRA, Cristina da Costa. **Ciganos: A oralidade como defesa de uma minoria étnica.** Disponível em http://www.lacult.org/docc/oralidad_04_34-39-ciganos-a-oralidade.pdf. p.35. Acesso em 05 de março de 2009.

¹¹ TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Ciganos no Brasil: Uma Breve História.** Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 24-25.

¹² Conforme afirma Locatelli: “Nem mesmo o IBGE os tem cadastrado. Mas, por estimativas, consultando referências dos Estados e informações de centros tributários, verificamos que devem ser aproximadamente, trinta mil pessoas, contando mulheres e crianças.” Cf. LOCATELLI, op. cit., p. 33-34. Importante destacar que este estudo feito por Locatelli data da década de 1970. Também sobre o número de ciganos no Brasil temos uma fonte mais recente, de 1996, que afirma que a estimativa é de aproximadamente 250 mil ciganos existentes no Brasil. Cf. PERON, Marcos. Campinas é o ‘Vaticano’ de ciganos no Brasil. **Folha de São Paulo**. 7 de janeiro de 1996, p.3.

¹³ MOONEN, op. cit., p. 3.

Sabe-se que eles existem e que povoam o território brasileiro desde o início da colonização, no entanto, pouco se tem de conhecimento quanto à época e ao número de ciganos degredados para o Brasil. O que de fato é possível afirmar é que eles estão em todo o território brasileiro; “invisíveis” ou não, contribuíram e contribuem para a formação cultural do Brasil.¹⁴

Sendo assim, para compreendermos de forma um pouco mais aprofundada esse tema, fez-se necessário uma análise bibliográfica das principais bibliografias. Para isso utilizamos três grandes obras que se tornaram referência para os estudos sobre os ciganos: *Os Ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão*, de Francisco Adolpho Coelho, publicada em 1892; *Cancioneiro dos Ciganos* e *Os Ciganos no Brasil* de Mello Moraes Filho, editadas respectivamente em 1885 e 1886; *Os Ciganos do Brasil* de José B. d'Oliveira China, publicada no ano de 1936. Concomitante à análise destes principais autores, recorre-se a obras e autores contemporâneos que trataram sobre a temática proposta neste capítulo - a origem dos ciganos, a dispersão pelo mundo e degredo dos ciganos para o Brasil – possibilitando, assim, analisar como este tema vem sendo abordado. O objetivo é inventariar os principais estudos existentes até o momento, sobre os quais passamos a discorrer.

1.1 As Origens dos Ciganos

O problema da origem dos ciganos é, para os ciganólogos¹⁵, o mesmo que o da origem do homem para os antropólogos¹⁶. Sabe-

¹⁴ No final do século XIX, um dos primeiros pesquisadores do Brasil a estudar sobre a importância da cultura cigana na formação da cultura brasileira, Mello Moraes Filho, afirma que: “... o cruzamento com as três raças existentes efetuou-se, sendo o cigano a solda que uniu as três peças de fundição da mestiçagem atual do Brasil”. Cf. MORAES, op. cit., p. 27. Ainda sobre a influência da cultura cigana na cultura brasileira, Asséde Paiva Oliveira, em artigo publicado na RIHGB (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) discorre sobre a influência dos ciganos na música e na dança popular brasileira.

¹⁵ *Ciganólogo* – termo utilizado a partir do século XIX para descrever os pesquisadores que estudavam sobre os “boêmios” ou “egípcios”, como eram chamados os ciganos na época. O primeiro

se apenas que os ciganos aparecem na história logo após o ano 1000; em 1500 já estão presentes em toda a Europa e, em 1600, pode-se dizer que estão pelo mundo inteiro.¹⁷ Por serem ágrafos, suas origens, na maioria das vezes, estão pautadas em lendas, mitos e poesias, enfim, na oralidade da própria etnia ou através da visão e das interpretações que deles são feitas.

Para remontar à história da etnia cigana, no que tange as suas origens, diversas hipóteses foram apontadas. Os próprios ciganos, ao chegarem à Europa, incitaram nas populações locais a curiosidade, em função de sua grande diversidade cultural. Despertaram interesses e, ao mesmo tempo, repulsa, pois eram contrários aos movimentos considerados civilizatórios, haja vista seus hábitos e costumes diferenciados.

1.1.2 As origens ciganas na obra de Francisco Adolpho Coelho

A primeira obra de grande referência sobre a história da etnia cigana data do final do século XIX. Trata-se da obra de Francisco Adolpho Coelho, publicada em 1892, - *Os Ciganos de Portugal - com um estudo sobre o calão* - a qual trouxe importantes documentos e informações que serviram de base para os primeiros autores e ensaístas brasileiros que escreveram sobre os ciganos no Brasil.

O trabalho está dividido em três partes, tendo na primeira, um pioneiro estudo sobre a língua dos ciganos em Portugal, a partir do qual, com base nos estudos lingüísticos, faz analogias sobre a possível origem dos ciganos.

Destaca que os ciganos do Alentejo falam o português e o espanhol misturados, o qual chamam de língua *rumaño*, *romanó*

“ciganólogo” foi Paul Bataillard, estudante da Ecole des Chartes, escreveu em 1844 o primeiro trabalho sobre os ciganos intitulado: Surgimento e à dispersão dos boêmios na Europa. Cf. MARTINEZ, Nicole. **Os Ciganos**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1989, p. 19.

¹⁶ PEREIRA, op. cit., p.35.

¹⁷ PEREIRA, op. cit., p.26. e AUZIAS, Claire. **Os Ciganos ou....** op. cit., p. 09.

ou ainda *romano**, que o autor afirma ser o espanhol influenciado pelo português e semeado de palavras particulares. Nesta primeira parte do trabalho analisa 484 termos da língua *rumaño* reunidos em um vocabulário que classifica de acordo com a origem ou proximidade de origem.¹⁸

Sobre a língua dos ciganos ressalta, ainda, que, em outros países da Europa, os ciganos falam verdadeiros dialetos ou mesmo subdialetos particulares que se assemelham com as línguas neo-hindus, saídas da mesma base do sânscrito. Esses dialetos, segundo Adolpho Coelho, apresentam algumas particularidades fonéticas arcaicas que os aproximam de línguas ainda pouco conhecidas do noroeste da Índia, Kafiristão e do Dardistão. Informa que esses dialetos europeus extra-hispanicos conservaram a base índica primitiva do vocabulário e da gramática.¹⁹

Na segunda parte da obra, Adolpho Coelho analisa o calão ou gíria portuguesa e suas relações com a língua dos ciganos. O terceiro e mais importante momento da referida obra, intitulado – *Esboço histórico e etnográfico* – se tornou referência para os estudos posteriores sobre os ciganos no Brasil. Aponta documentos importantes que fazem alusão às políticas de governo contra os ciganos em Portugal, além de trazer os principais documentos que decretaram o degredo destes grupos para as colônias do além mar. Nele, o autor discorre sobre as possíveis origens dos ciganos.

Na terceira parte de seu trabalho, Adolpho Coelho, tendo como fonte a obra de Garcia de Resende – *O Cancioneiro Geral, de 1515* –, informa que os ciganos da Espanha e de Portugal são

* O autor chama a língua dos ciganos de *rumano*, *romanó* ou ainda *romano*, a qual, muito provavelmente, deva ser o *romaní*, assim classificada pelos autores modernos como a língua dos ciganos chamados de *Rom*.

¹⁸ COELHO, op. cit., p. 01-46.

¹⁹ Baseando-se no autor Miklosich, Adolpho Coelho enumera treze dialetos ou falas ciganas da Europa: grego, na Turquia; romeno, na Romênia; siebenbürgen, Bucovina, Sérvia e Rússia; húngaro, na Hungria e Sérvia; bohemio, na Bohemia e Moravia; alemão, na Alemanha; polaco, na Polônia e Lituânia; russo, na Rússia setentrional; fino, na Finlândia; escandinavo, italiano, basco, inglês e espanhol. Cf. COELHO, op. cit., p.44.

considerados originários da Grécia e, por esta razão, são chamados de Gregos nos documentos relativos à catalunha.²⁰ A esta referência, segue-se o livro de Gil Vicente, de 1521 – *Farsa das Ciganas* – primeira obra literária em que figuram os ciganos. Aqui eles são apontados como originários do Egito, referência esta que, segundo o autor, dará origem ao nome *gitano*, como são chamados na Espanha.²¹

Após referir obra rara do século XVI, uma espécie de enciclopédia da época, *El Estudioso Cortesano* de Lorencio Palmireno,²² publicada em 1587, Coelho cita uma importante passagem acerca da origem e do “caráter” dos ciganos:

[...] Quem são os ciganos? Responde: esta gente ruim, [que no] ano de 1517, [...] na Alemanha, [...] lhes chamam de tártaros ou ‘gente simples’. Na Itália os ciganos fingem que saíram do Egito menor, e que tiveram sua peregrinação por penitência. E para provar isto mostram carta do rei da Polônia. Mas mentem, porque sua vida não é de penitência, se não de cachorros e ladrões. [...]. Falo com eles em língua egípcia, dizem, que como fazia muito tempo que haviam saído de lá, não entendem. Falo em grego vulgar, como falam hoje na Morea e no arquipélago, uns entendiam, outros não. Assim, pois, todos não entendem, sinal que a língua que trazem é fingida e de ladrões para encobrir seus furtos como a giringonça dos cegos.²³

Apesar da imagem negativa que o autor apresenta sobre os ciganos, seu estudo é de inquestionável importância. Adolpho Coelho, em função do pioneirismo das informações coletadas, organizadas e trazidas a público, torna-se um dos principais

²⁰ PASSA, Jaubert de. *Essai historique sur les Gitanos in Nouvelles Annales dès Voyages*, t. XXXIII (Paris, 1827), p. 337, apud COELHO, op. cit., p.164.

²¹ COELHO, op. cit., p.165-167.

²² Palmireno foi um respeitável e erudito humanista, professor de grego na Universidade de Saragossa. Cf. COELHO, op. cit., p.166.

²³ *El estudioso cortesano*, fol. 35-36. No século XVII, Miguel Leitão d’Andrade escrevia a respeito dos ciganos: “sendo Gregos que se vieram fugindo dos Turcos se fazem Egípcios ou Gitanos.” Cf. COELHO, op. cit., p. 163. Tradução da autora.

autores que tratam de estudos sobre os grupos ciganos. Rico em detalhes, tal estudo serve de fonte para escritores que versarão sobre o tema, dentre os quais, autores nacionais como Mello Moraes Filho e José d'Oliveira China, primeiros e principais autores brasileiros a discorrerem sobre a origem dos ciganos e sua presença no Brasil.

1.1.3 As origens ciganas, segundo de Mello Moraes Filho

No Brasil, conforme dito anteriormente, um dos primeiros pesquisadores a escrever sobre o tema foi Mello Moraes Filho, que, em 1885, publicou a obra *Cancioneiro dos Ciganos*, bem como, no ano seguinte, publicou *Os Ciganos no Brasil*. Nestas obras, o autor traz diversas possibilidades sobre as origens dos ciganos. Inicia seu ensaio perguntando-se: “De onde vinham os doze penitentes, que em 1427 chegaram a Paris, com séquito de mais de cento e vinte pessoas?” Continua a indagar-se: – “Que clima deixaram esses homens estranhos e de cabelos crespos, essas mulheres trigueiras, e em cujas orelhas reluziam brincos de prata e de pedraria?” – relatando uma certa desconfiança e, ao mesmo tempo, curiosidade por parte da população parisiense com a chegada dessa “gente diferente” e de hábitos tão “estranhos”. Questiona-se mais uma vez: “Mas o caráter da raça, suas migrações, sua linguagem, a ausência de uma idéia de pátria e de história nacional, o que comprovam relativamente à sua origem, a sua filiação étnica?” A partir dessas dúvidas iniciais traça diversas possibilidades acerca das origens ciganas.²⁴

A primeira versão destacada pelo referido autor como possível procedência dos ciganos está baseada no historiador Fleury (1640-1723), o qual afirma que estes grupos teriam sua origem na raça *Anthingans*, formada por *Paulicianos* ou *Maniqueus*, “raça” até hoje disseminada na Bulgária, que fora

²⁴ MORAES FILHO, op. cit., p. 21.

aprisionada pelo rei Constantino Coprônimo no ano de 755. Esta seria a corrente de imigração armênia na qual se afirma que a origem dos ciganos estaria nos grandes centros da Criméia.²⁵

Seguindo as suposições dispostas por Moraes, na Turquia essas tribos se autodenominam *Romitschel*, que, segundo a interpretação de Constâncio, seria uma palavra composta do copta²⁶, e que pela decomposição da palavra *romi* ou *rom* significa homem, e *chal*, Egito, formando – “homem do Egito”.²⁷

Mello Moraes segue a procura do real berço destes grupos. A partir de analogias encontra as palavras *Zigeuner* e *Zengitano* usadas na África. Todavia, Pio II, citado pelo mesmo autor, discorda de todas as suposições e hipóteses levantadas anteriormente, e afirma que os ciganos são uma corrente de população derivada da Zogócia. Já os autores Grellmann, Groffunder, Mareden e Hoyland, apontados por Mello, informam que os ciganos são párias da Índia, expulsos por Tamerland em 1398 das margens do Ganges, e só em 1417 aparecem na Europa.²⁸

Moraes continua sua obra indicando a possibilidade da palavra *cigano* ser uma variante da palavra *Zanguí*, nome de uma província da Etiópia e Egito, onde viveram por muito tempo depois de terem sido expulsos da Índia, sua pátria. Daí chamarem-se *Gipsies* pelos ingleses, isto é, “quase egípcios”. Ainda, de acordo com o mesmo autor, os ciganos pertenceriam a uma casta indiana

²⁵ Ibidem, p. 21.

²⁶ A palavra copta deriva-se do árabe Qoubt, que é a deformação do grego Aigyptioi. Designa os habitantes do Egito anteriores à invasão árabe (século VIII). Aderiram ao Evangelho no início da era cristã, mas no século V abraçaram a heresia monofisita, que o Concílio de Calcedônia (451) condenara. Formaram assim a Comunhão Egípcia Copta com ramificações na Etiópia (Abissínia). A partir do século XVI muitos dos dissidentes se uniram à Sé de Pedro em Roma de modo que há atualmente coptas separados da Igreja Católica e outros (em menor número e somente no Egito) unidos à Santa Sé. Cf. BETTENCOURT, D. Estevão. Os Coptas: quem são? **Revista: “Pergunte e Responderemos”**, São Paulo: Editora Cléofas, n. 504, p. 242, 2004. Disponível em:

<<http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php?doc=ESTEVAO&id=debo098>>. Acesso em 06 de set.2010.

²⁷ MORAES FILHO, op. cit., p. 22.

²⁸ Ibidem, p.22.

que, uma vez expulsa de sua pátria, teria se refugiado na Pérsia e depois no Egito, espalhando-se dali para a Europa, difundindo a idéia de serem originários deste último país e de que eram obrigados a peregrinar pelo mundo. Tais suposições atribuíram-lhes a pecha de homens vagabundos e embusteiros que não quiseram abrigar o Divino Infante quando a Virgem Santíssima e S. José peregrinavam com ele pelo Egito.²⁹

No século XV, encontram-se notícias de aparecerem na Europa uns egípcios e persas denominados *Zanguí*, dizendo-se habitantes das margens do Nilo. Estas mesmas tropas teriam invadido a Alemanha e avançaram chegando à Paris em 1422, afirmando terem vindo da Boêmia, tornando-se, desta forma, conhecidos pelos franceses por *Bohémiens*.³⁰

O missionário Borrow³¹, que conviveu com esta etnia e estudou sua língua, sendo considerado por eles um *rom*³², acha no dialeto vestígios do antigo Estado paria. Também Thouvenel afirma, através de comparativos linguísticos, que os ciganos são originários da Índia. Já Paul Bataillard (1816-1894) sustenta a teoria de que a emigração boêmia, vinda da Europa oriental e da Ásia para as regiões ocidentais, constitui uma “raça pré-histórica”, “raça dos *Sigynes*”, segundo Heródoto ou *Sinthies*, mencionados por Homero, população numerosa da Ilha de Lemnos.³³

Mello Moraes conclui dizendo que a ciência, até o momento, não esclareceu o enigma que envolve as origens dos ciganos, capaz

²⁹ Ibidem, p.22-23.

³⁰ Ibidem, p.23.

³¹ BORROW, George. “**Los Zíncali (Los gitanos de España)**”. Traducción de Manuel Azaña. [s.n.]: Madrid, 1932. Tradução da obra de Borrow intitulada “The Zincali; or na account of the Gypsies of Spain”. Londres, 1843, apud, CHINA, op. cit., p. 327.

³² Entre os ciganos a palavra *Ron* significa homem, deriva de um outro nome nacional dos ciganos, isto é *ROM*, cujo plural *ROMA* significa os homens, os varões, os maridos. Cf. CHINA, op. cit., p. IX.

³³ MORAES FILHO, op. cit., p. 23-24.

de tirar do desprezo, que lhe é imposto, as armas de proteção contra as grandes civilizações.³⁴

1.1.4 As origens ciganas, conforme de José B. d'Oliveira China

O terceiro autor analisado tem suma importância para as obras vindouras sobre a história dos ciganos no Brasil. José B. d'Oliveira China, que publica sua obra – *Os Ciganos do Brasil* - em 1936, destaca, já na introdução, as dificuldades encontradas para desenvolver tal pesquisa. Referencia como obras principais as publicações anteriores de Mello Moraes Filho (1885-1886) e Francisco Adolpho Coelho (1892).³⁵

Sobre a origem dos ciganos, Oliveira China desenvolve seus escritos informando as várias possibilidades dispostas pelos autores ao longo da história sobre a possível origem dos ciganos. Descreve que, para uns, eles seriam asiáticos, tendo vindo da Tartaria, Cícilia, Armenia, Cáucaso, Fenícia, Mesopotâmia Assíria, Pérsia ou Índia; para outros, seriam originários do Egito, da Tunísia, Núbia ou até Zamguebar. Alguns autores também apontaram serem os ciganos originários das próprias regiões da Europa, como da península Ibérica, da Hungria, Turquia, Grécia, ou até mesmo, Alemanha e Bohemia. O que de fato o autor conclui, na primeira parte de sua obra, é que duas hipóteses obtiveram crédito por parte dos ciganólogos, gerando duas correntes distintas: a hipótese que seriam os ciganos oriundos do **Egito** e a hipótese que aponta serem eles oriundos da **Índia**.³⁶

A suposta origem egípcia dos ciganos, analisa China, é defendida pelos primeiros cronistas e historiadores da época que, com base nas falsas afirmações dadas pelos próprios grupos, que se

³⁴ Idem, p. 23-24.

³⁵ CHINA, op. cit., p.II-V.

³⁶ Ibidem, p. 3-4

diziam originários do Egito Menor ou Pequeno Egito³⁷, os denominaram de Egípcios, sendo assim difundindo erroneamente a idéia da origem egípcia dos ciganos. O autor conclui dizendo: “tudo leva a crer que os ciganos não procedem do Egito e que as hipóteses a esse respeito nasceram de confusões.”³⁸

Com base em estudos históricos, linguísticos e etnográficos, Oliveira China analisa as hipóteses que tentam provar que a pátria primitiva dos ciganos é a Índia, de onde em época remota e por motivos acidentais, teriam se deslocado para o Ocidente.

A partir de comparativos do tipo físico, língua e por alguns elementos das crenças religiosas afirmou-se que os ciganos são aparentados dos hindus. No entanto, não foi consenso a região da qual teriam descendido. Três hipóteses surgiram: a primeira afirma que em alguns pontos da Europa os ciganos se autodenominavam *Sindes*, daí surge a corrente que afirma serem eles descendentes das margens do *Indo* ou *Sinth*. A segunda corrente afirma serem eles originários do Hindostão, segundo conclusão do ciganólogo Paoul Bataillard.³⁹ Na terceira hipótese, apontada por China, os ciganos seriam originários do país dos mohrattas ou ainda de outros pontos da Índia.

Oliveira China finaliza seu estudo sobre o idioma dos ciganos e a possível origem destes grupos afirmando que a língua cigana é de origem hindu, com uma analogia direta do Sânscrito, tendo a língua cigana origem direta da antiga língua dos Brahmanes - o Prákrítico - a qual, no entanto, em contato com os outros idiomas

³⁷ “Sobre a origem egípcia, apontado pelos ciganos, alguns autores apontaram que o Egito Menor foi uma simples criação imaginária e maliciosa dos próprios ciganos, procurando a partir da afirmação de expulsão desse país, receber a simpatia e misericórdia das populações locais. Outros autores afirmam que o Egito Menor teria sido uma designação medieval que se aplicava à Síria e depois à Grécia e às ilhas de Rhodes, Chipre e Malta. Outros, no entanto, informam que houve uma confusão entre o Egito e o Peloponeso admitindo-se então que os ciganos, embora com falso nomes de egípcios, já haviam chegado há tempos nessa região grega.” Cf. CHINA, op. cit., p.4.

³⁸ *Ibidem*, p. 4-9.

³⁹ BATAILLARD, Paul – *De L'apparition ET de la dispersion des Bohémiens em Europe*, Paris, Firmin Didot Frères, Bibl. De l'Ecole des Chartes, tomo V, 1843-1844, apud, CHINA, op. cit., p. 12.

européus, sofreu influências e dividiu-se em diversos dialetos, que ao longo dos tempos, foram sendo influenciados e alterados pelos idiomas locais. Contudo, para China, o que realmente importa é poder afirmar que os ciganos são originários da Índia, pouco importa se migraram deste ou daquele lugar.⁴⁰

Não bastando as análises filológicas descritas pelo autor, os estudos etnográficos também foram utilizados para provar tal origem indiana dos ciganos. Não obstante, para o Antropólogo Bataillard, citado por Oliveira China, os ciganos teriam descendência asiática. Essa teoria explica-se afirmando que da Dsungaria (Mongolia) e também das regiões limítrofes surgiram várias invasões e que uma delas, a que veio para a Europa posteriormente, seria a dos antepassados dos ciganos. Contudo, ao estudar o dialeto da Dsungaria, observou-se que falavam um idioma aglutinante enquanto o idioma dos ciganos é flexivo, indo por terra a tese de origem mongólica defendida por Bataillard.⁴¹

Destituída, pois, a hipótese de origem mongólica defendida por Bataillard, outros autores como, Pabanó⁴², Salillas⁴³ e Louis Figuer⁴⁴, a partir de análises e comparações do tipo físico das populações indianas, concluem que os ciganos descendem dos indos, das classes inferiores emigrados da Índia. Essas migrações são responsáveis pela formação desses grupos que, de forma isolada, percorrem toda a terra, sem jamais se fixar em parte alguma e sem perder os seus caracteres particulares.⁴⁵

⁴⁰ CHINA, op. cit., p. 11-16.

⁴¹ CHINA, op. cit., p. 16-17.

⁴² PABANÓ, F.M. – “Historia y costumbres de los gitanos”. “Diccionario español-gitano-germanesco”. Barcelona, 1915, apud, CHINA, op. cit., p. 17.

⁴³ SALILLAS, Rafael. – “El delincuente español” – “Hampa (antropologia picaresca)”. Madrid, 1898, apud, CHINA, op. cit., p. 17.

⁴⁴ FIGUIER, Louis, “As Raças Humanas”. Versão da 4^o ed. Francesa por Abilio Lobo. Lisboa, 1881, apud, CHINA, op. cit., p. 22.

⁴⁵ CHINA, op. cit., p. 17-23.

1.1.5 As origens ciganas sob a ótica de autores contemporâneos

Outro autor a discorrer sobre o tema – origens dos ciganos – é Moacir Antônio Locatelli que compreende a dificuldade a envolver a história e as origens dessa etnia, pois sendo ágrafos não deixaram registros e, no momento em que o autor desenvolve sua pesquisa (1978), pouco se havia pensado acerca desses grupos étnicos devido à escassez bibliográfica e documental. Locatelli desenvolve seus estudos a partir da observação de grupos de ciganos localizados na região de Santa Rosa e municípios vizinhos, no interior do Rio Grande do Sul. Iniciou seus questionamentos ao observar quão diferentes eram esses grupos e a forma como a comunidade local os classificava.⁴⁶ A partir de observações, entrevistas e análise bibliográfica, o autor buscou remontar as origens dessas etnias classificando-as de duas formas: lendas que têm por base passagens bíblicas e outras lendas⁴⁷. Inicia sua narração a partir das lendas baseadas em passagens bíblicas que, segundo o autor, são sete:

1. Que os ciganos foram condenados a errar pelo mundo como penitência por não terem hospedado a Virgem Maria quando da fuga para o Egito.
2. Que os ciganos foram condenados a errar pelo mundo como penitência por terem massacrado as crianças de Belém.
3. Que os ciganos foram condenados a errar pelo mundo como penitência por terem aconselhado Judas a vender Jesus.
4. Alguns estudiosos afirmam serem eles filhos de Tubalcaim; assim teriam que pagar pelo pecado de um dos seus,

⁴⁶ Locatelli relata que o interesse pela pesquisa despertou ao andar pela cidade de Santa Rosa e observar, em um bairro a norte da cidade, casas belíssimas com barracas nos fundos. Achou a atitude muito estranha. Foi então colher informações de pessoas que residiam há mais tempo e disseram-lhe unanimemente: SÃO CIGANOS. Com mais de três anos de estudo, especialmente muita convivência e procurando o que havia de escrito em todo o mundo é que o autor elaborou tal estudo. LOCATELLI, op. cit., p.15.

⁴⁷ Na classificação – outras lendas – o autor apresenta seis crenças que, aparentemente, não possuem nenhuma base científica, são apenas narradas como sendo componentes da cultura e da superstição alimentada por estes grupos. Estas lendas não serão aprofundadas, pois não abordam o tema, As Origens dos Ciganos, de interesse deste primeiro capítulo.

o ferreiro cigano, que furtou o quarto prego destinado a crucificação de Cristo; por isso condenados a errar pelo mundo como penitência. 5. Que os ciganos são descendentes de Adão e de uma mulher anterior a Eva, e nasceram por isso sem pecado original, não estando, pois, submetidos ao trabalho e outros castigos, como residir em um só lugar, como o resto dos homens. 6. Que os soldados romanos ao crucificarem Jesus Cristo tencionaram usar quatro pregos, mas um cigano roubou o quarto, o que estava destinado ao seu coração, e, em gratidão, Cristo na cruz declarou que os ciganos podiam continuar a roubar. 7. Um dia, Deus resolveu fazer o homem. Apanhou um pouco de barro e fez uma estátua e colocou no forno para cozer. Depois foi dar uma volta e esqueceu o trabalho. Quando voltou o homem estava queimado. Este foi o ancestral do negro. Deus começou então sua atividade, mas com medo de que o incidente repetisse, abriu o forno antes do tempo. O homem estava pálido, e foi o antepassado dos brancos. Finalmente Deus fez uma terceira e correta tentativa – o último homem foi cozido no ponto e apareceu uma bela tonalidade morena. “Era o primeiro cigano”, disse o senhor Estevão.⁴⁸

Para Locatelli, apesar de as hipóteses com bases místicas serem muitas vezes reproduzidas pelos próprios grupos, a origem mais provável ou, se é que se pode afirmar, a mais científica, é a baseada no estudo da lingüística. O Romaní, língua original dos grupos ciganos, é um idioma da família indo-ariana, podendo a partir daí se ter um indício mais claro da procedência indiana desses grupos.

Ainda sobre a origem dos ciganos, Locatelli informa que houve grande confusão, pois, quando estes grupos chegaram ao continente europeu, além de despertarem interesse e curiosidade, em função da aparência diferenciada – cabelos negros, tez morena, vestuário original e títulos de nobrezas por eles mesmos atribuídos – afirmavam descender de cristãos exilados de um país chamado Pequeno ou Baixo Egito, apresentando, freqüentemente,

⁴⁸ LOCATELLI, op. cit., p. 29-30.

documentos que provavam que o Papa os tinha autorizado a transitar durante sete anos em penitência.⁴⁹ Esta teoria da origem egípcia dos ciganos foi também defendida pelo escritor espanhol José Carlos Runa, o qual afirma serem os ciganos descendentes dos hicsos.⁵⁰

Corroborando com estes autores, Maria de Lourdes Sant'Ana afirma que algumas lendas e textos bíblicos informaram sobre a possível origem dos ciganos. Segundo o Gênesis, os ciganos eram nômades descendentes da maldição caída sobre o irmão de Abel (Gênesis, cap. 4, vers. 22). Outro texto bíblico associado aos ciganos foi o de Ezequiel (cap.30, vers. 23): “Dispersarei os egípcios entre as nações, eu os disseminarei em diversos países”. Outra lenda, baseada em textos bíblicos, afirma que os ciganos roubaram um dos quatro pregos da cruz, antes da crucificação de Jesus, e que teriam sido condenados a uma peregrinação de sete séculos. Pode-se afirmar, portanto, que as explicações que se pautam na Bíblia apresentam-se sob várias versões.⁵¹ Ainda segundo Sant'Ana:

[...] para uns, o nomadismo se explica por terem sido os ciganos responsáveis pela fabricação dos pregos com que Jesus foi pregado na cruz; para outros, por terem sido eles que aconselharam Judas a vender o Cristo; ou ainda, porque, sendo responsáveis pela guarda de Jesus, embebedaram-se em uma

⁴⁹ Na Europa ficaram conhecidos por “egípcios”, foi por terem sido vistos por viajantes ocidentais em Modon, cidade fortificada e porto dos mais importantes da costa ocidental da Morea. Eram descritos como “negros”, da cor dos etíopes, e considerados hábeis ferreiros. Esse local, principal escala na rota de Veneza a Jaffa, chama-se Pequeno Egito e se pressupõe que tenha recebido este nome por ser, em meio àqueles terrenos áridos, uma área fértil como o delta do rio Nilo. Há outras versões para a localização do chamado Pequeno Egito, mas a partir do momento em que se passou a ter a Índia como o lugar mais provável da origem dos ciganos, tal fato deixou de ser objeto de uma preocupação maior. Inclusive, há alguns estudiosos do assunto que acreditam que o Pequeno Egito nem tenha existido, sendo apenas mais uma camuflagem dos ciganos, no sentido de despistar a sua origem. Cf. PEREIRA, Cristina da Costa. **Os Ciganos ainda estão na estrada**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p.27.

⁵⁰ RUNA, Carlos José, apud LOCATELLI, op. cit., p. 31.

⁵¹ SANT'ANA, Maria de Lourdes B. **Os Ciganos: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas**. São Paulo: FFLCH/USP, 1983, p. 22.

taberna e não puderam defendê-lo [...] ou ainda a versão do prego diz que um cigano “retirou o quarto prego do pé de Jesus” que, por ter aliviado a dor, perdoou-o, assim como a seus descendentes, de quaisquer pecados.⁵²

Segundo Martinez, será a partir do século XVIII europeu que estudiosos buscarão ampliar as pesquisas sobre as origens ciganas, a partir de estudos lingüísticos. O primeiro pesquisador a abrir caminho para tais estudos foi Stephan Valyi, que comparou o Romaní com as línguas indianas, encontrando semelhança entre os dois idiomas. O cientista H.M.G. Grellmann⁵³, publicou em 1783, uma obra que revolucionou as pesquisas – *História dos Boêmios ou quadro dos hábitos, usos e costumes deste povo nômade: seguido de pesquisas históricas sobre suas origens, sua linguagem e seu primeiro surgimento na Europa* –. Em seu texto, o autor afirma que os ciganos teriam nascido na região de Gujarat, devido à comparação feita e a similitude encontrada com o dialeto hindu.⁵⁴

No entanto, o principal pesquisador, que de forma rigorosa procurou mostrar a origem indiana da língua dos ciganos, foi August Friedrich Pott⁵⁵ que, em 1844, publicou a obra – *Os ciganos na Europa e na Ásia* – na qual afirma que todas as variedades do falar, na Europa e na Ásia, constituem um mesmo idioma e que estão em relação direta com as línguas indo-arianas da Índia Setentrional.⁵⁶ Essas mesmas teses serão reforçadas na Alemanha por Rüdiger, em 1777; por Bryant, na Inglaterra, em 1776, afirmando que os “Boêmios” ou “Egípcios” formariam um só povo,

⁵² SANT’ANA, op. cit., p. 22.

⁵³ GRELLMANN, H.M.G. – *Histoire des Bohémiens*. Paris: Joseph Chaumerot, 1810, apud MARTINEZ, op. cit., 1989.

⁵⁴ LOCATELLI, op. cit., p.32-33.

⁵⁵ POTT, August Friedrich – *Die Zigeuner in Europa and Asien*, 2 vol., Halle, 1844-1845, apud MARTINEZ, op. cit., 1989.

⁵⁶ LOCATELLI, op. cit., p.33.

tendo a mesma origem, a Índia, e falando o mesmo idioma, bem próximo às línguas persa e hindustani.⁵⁷

A Antropologia não ficará de fora. Na tentativa de desvendar as origens dos ciganos, também realiza pesquisa e, utilizando-se de métodos rigorosos, conforme guia prático da época, trás a luz a origem desses grupos. A partir da comparação de cor, pigmentação da pele, índices cefálicos, grupos sanguíneos, tensão arterial, etc., conclui-se que os ciganos descendem dos hindus. Originando-se, provavelmente, da periferia do Penjab e da vizinhança da costa dos Radjputas.⁵⁸

Sébastien Munster, cronista da língua alemã, na sua obra – *Cosmographia Universalis* – dedica um capítulo para narrar à história dos “povos cristãos que popularmente são chamados de *zuginer* e em latim *errones* (“homens de má aparência”, “negros de roupas sujas”), ainda os chamavam de *tártaros* e, na Itália, de *zingani*”.⁵⁹ No ano de 1418, os *zigeuner*, povo considerado malicioso, ladrão e bruxo, aparecem pela primeira vez em Leipsig.⁶⁰ Em 1547, Pierre Belon Du Mans, viajante, identifica os nômades do Egito com os da Europa. Relata: “cristãos como eles, estes conhecem várias línguas, sendo originários, segundo eles, da “Valaquiana Bulgária”. O viajante relata que estes homens e mulheres possuem idioma próprio que é formado de derivações e dialetos a partir de todas as línguas da Europa e admite que os alemães os chamam de *rottwelch* que quer dizer “barbarismo vermelho.”⁶¹

No Brasil, no século XIX, a idéia de origem desses povos é vaga, não designando especificamente a sua procedência. Apesar

⁵⁷ MARTINEZ, op. cit., p. 19.

⁵⁸ BARROSO, Gustavo. Segredos e Revelações da História do Brasil: O primeiro cigano que veio para o Brasil, apud MOTA, Ático Vilas-Boas (org.). **CIGANOS antologia e ensaios**. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 213.

⁵⁹ De rebus Misnicis, libri VII, apud MARTINEZ, op. cit., p.15.

⁶⁰ Leipzigerische Chronike, 1635, apud, MARTINEZ, op. cit., p.15.

⁶¹ Pierre Belon Du Mans, **Viagem ao Egito**, Capítulo XLI, 112b, apud MARTINEZ, op. cit., p.15-16.

de, neste mesmo período, na Europa, estar em plena difusão à idéia de a origem desses povos ser indiana, aqui no Brasil, os próprios ciganos se autodenominavam como originários do Egito, pois reproduziam a lenda de terem eles negado asilo à Virgem Maria quando ela passava por este país, sendo-lhes, em função dessa negativa, imposta a pena de “peregrinarem sobre a terra dispersos, sem pátria, por todos os tempos”.⁶²

A hipótese mais provável para a origem desses nômades está fundamentada em estudos lingüísticos. A língua, que é somente falada, pois não há escrita Romaní, e se aproxima do sânscrito de origem Hindu.⁶³ Segundo Locatelli, para os ciganos a língua é o fator mais poderoso de vinculação destes a um patrimônio comum. O “calo” ou “Romanó”, mais abrangentemente chamado de *Romani*, é idioma da família indo europeia, existindo lingüistas que preferem classificá-lo especificamente como língua indo-ariano; e este deve ser o indício mais claro de que este povo procede da Índia.⁶⁴ Corroborando com esta idéia Cristina da Costa Pereira afirma:

No entanto, importantes estudiosos da cultura cigana como Vaux de Foletier, arquivista e historiador francês que viveu com os ciganos em suas viagens; Ático Vilas-Boas da Mota, brasileiro, professor de literatura oral e folclore ibero-americano, membro do centro de Estudos Ciganos de Paris; Renato Rosso, padre italiano que há trinta anos é membro da União Romaní Internacional, por meio de documentos oficiais, todos eles insistem na origem hindu para o povo cigano. [...] Somente no século XVIII, [...], pelo estudo da gramática e do vocabulário, a similitude entre o romanês e o sânscrito, antiga língua clássica da Índia, a mais antiga da família indo-europeia. Vários lingüistas têm aproximado o romani das línguas do ramo neo-hindu, isto é, línguas vivas tais como a caxemira, o hindí, o guzerate, o marati

⁶² TEIXEIRA, op. cit., p. 18.

⁶³ PAIVA, Sérgio Rosa. **Mulheres do Rio Grande do Sul - Diversidade**. Porto Alegre: SFERASRP Editora de Artes, 2006, p. 148.

⁶⁴ LOCATELLI, op. cit., p.32.

ou nepalês. Outros, em contrapartida, afirmam que o que o romani conserva de dialetos falados da Índia são apenas fragmentos de diferentes falas deste país, e que é uma língua formada de elementos muito misturados para que se possa fazer uma vinculação a um único idioma.⁶⁵

Cabe salientar que a maioria das lendas e histórias que procuram desvendar suas origens voltam-se para o Egito, Índia, Criméia, etc.. No entanto, o que realmente temos de concreto é que toda a documentação existente, que referencia os ciganos nos países por onde passaram, não contém informações precisas sobre seu passado e origem. Algumas pesquisas históricas, lingüísticas e antropológicas apontam a Índia como o local mais provável para sua origem. Os principais estudos sobre seu roteiro migratório pautaram-se nas atividades desenvolvidas e na linguagem.⁶⁶

Sendo assim, a maioria dos ciganólogos afirma que a origem dos ciganos é do Noroeste da Índia, atual Paquistão; alguns fazem alusão que se dispersaram da Índia por não se submeterem aos sistemas de castas.⁶⁷ Sendo párias⁶⁸, “pessoas sem alma”, segundo a tradição hindu, não se adaptaram à chegada dos árias, casta superior, que ocorreu por volta de 1500 a.C, obrigando, desta forma, as tribos ciganas a se nomadizar, isso ainda em solo indiano, e se especializar em ofícios comuns a povos errantes. Foi

⁶⁵ PEREIRA, **Os Ciganos ainda...** op. cit., p. 19-24.

⁶⁶ BORGES, Isabel Cristina Medeiros Mattos. **Cidades de Portas Fechadas: A intolerância contra os ciganos na organização urbana na primeira república**. Dissertação de Mestrado em História – ICH – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007, p.17-25.

⁶⁷ Os ciganos pertenciam ao grupo de párias, o que parece confirmado pelos ofícios que exerciam e alguns deles vêm exercendo até hoje: amestradores de animais, ferreiros e forjadores de metal, quiromantes. Tais ofícios repugnariam as castas superiores da Índia Antiga. Os árias, além da invasão e da dominação, reestruturaram o sistema teológico e social da Índia. Os ciganos encontravam-se na zona inferior daquela estrutura de castas, daí sua sorte assemelhar-se à dos párias. Cf. PEREIRA, **Os Ciganos ainda...** op. cit., p. 19-20.

⁶⁸ O que dá aos ciganos a característica de grupos párias, segundo Fredrik Barth, repousa primordialmente sobre a vida errante, originalmente em contrastes com vínculos de servidão da Europa, e mais tarde em sua violação flagrante da ética puritana de responsabilidade, trabalho e moralidade. No entanto, somente os ciganos, dentre os grupos considerados como párias, é considerado como grupo étnico, dado a complexidade interna existente. BARTH, op. cit., p.217.

somente com a chegada dos muçulmanos, na Índia, em meados do século IX d.C, que os ciganos se dispersaram pelo mundo.⁶⁹ De acordo com Cristina da Costa Pereira, há que se destacar que, quando se fala de imigração dos ciganos da Índia, não significa uma população inteira e que os ciganos teriam emigrado por motivos pouco esclarecidos entre os anos 800 e 1000 da nossa era.

1.2 Os ciganos na Europa

Dispersos pelo mundo, surgem aos bandos, não se sabe ao certo de onde vem nem para aonde vão, sabe-se apenas que são “diferentes”, que chocam e que atraem olhares curiosos. Mas quando e por que migram para a Europa? Como se apresentam e como são recebidos pelas populações locais?

Pesquisadores informaram que os ciganos dispersaram-se do seu local de origem, ao que tudo indica a Índia, por volta do século IX d.C.⁷⁰ As referências lingüísticas apontam que, na Pérsia, estes grupos enriqueceram o vocabulário e que, neste país, houve uma subdivisão a qual levou uma parte a rumar para o oeste e outra parte para o sul. Os autores consideram esse movimento migratório como a primeira diáspora desses grupos nômades.⁷¹

Corroborando com Cristina Pereira, Locatelli afirma que logo depois da primeira diáspora, que ocorreu ainda em solo indiano e logo após atravessarem a Pérsia, durante o século V d.C., deslocaram-se para o Império Bizantino, onde viveram durante séculos.⁷²

⁶⁹ PAIVA, op. cit., p. 148.

⁷⁰ A maioria dos autores ao abordar a questão da chegada dos ciganos à Europa afirma que foi em torno do ano 800 a 1000 da nossa era. Não há precisão nesta informação, no entanto a proximidade destas datas confere aos fatos maior confiabilidade do que os episódios anteriormente narrados referentes as origens dos ciganos. Sobre a precisão dessas datas ver alguns exemplos: AUZIAS, 2001, p. 9.; CHINA, p. 3-56. LOCATELLI, 1981, p. 34-38.; MORAES FILHO, p. 24.; PAIVA, 2006, p. 148.; PEREIRA, 2009, p. 19-20.

⁷¹ PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda...** op. cit., p.26.

⁷² LOCATELLI, op. cit., p.34.

Os grupos dividiram-se e passaram do Egito para os Balcãs e leste europeu, espalhando-se pela Hungria, Boêmia e Rússia. Somente entre os séculos IX e XIV é que iram dispersar-se finalmente para a Europa Ocidental e Norte da África. A chegada desses grupos à Europa marca o que se convencionou chamar de “a história dos ciganos”⁷³, também considerada como a segunda diáspora. É importante destacar que esses grupos não chegaram a Europa sem ordem e disciplina. Eles organizavam-se em “*kumpanias*”, com chefes a frente dos bandos ostentando títulos de nobreza.⁷⁴ Constatações feitas, a maioria, a partir de mediadores – viajantes, chefes de polícia, cléricos – que ao deparar-se com “tipos” tão “diferentes” relataram a estranheza diante dos mesmos.

Estes grupos seguiram a rota do Danúbio e, em 1370, chegaram às províncias da Maldávia e Valáquia, atual Romênia. Neste local foram escravizados durante aproximadamente trezentos anos, pelos proprietários de terra, chamados de *voivodas*, pelo clero e pelo Estado.⁷⁵ Alguns autores afirmam ainda que os ciganos originavam-se da Cilícia, região da Ásia Menor, de onde teriam emigrado para o Egito e de lá, entre os séculos X e XIV, dispersaram-se pela Europa e África.⁷⁶

Foram escravizados na Hungria, a partir do século XV. Na Albânia e na Grécia pagaram impostos mais altos. Na Alemanha, as crianças foram retiradas das famílias com a justificativa de que iriam estudar. Na Polônia, Dinamarca e Áustria foram punidos com severidade. O local onde melhor foram recebidos foi no País de Galés, onde sedentarizaram-se e se misturaram com a população local, bem como na região da Andaluzia, Espanha, onde tiveram grande influência na cultura local.⁷⁷

⁷³ PEREIRA, op. cit., p.27.

⁷⁴ Ibidem, p.34. ; MOTA, op. cit., p.120.

⁷⁵ PEREIRA, op. cit., p.28.

⁷⁶ LOCATELLI, op. cit., p.34.

⁷⁷ PAIVA, Sérgio Rosa. **Mulheres do Rio...** op. cit., p.149.

O primeiro documento oficial que data a chegada desses nômades na Europa é do início do século XV.⁷⁸ Boêmios e Sarracenos, assim são chamados nos arquivos das comunas os nômades que aparecem na Europa – Hungria e no norte da Alemanha – a partir de 1417. Apresentam-se como reis, duques e dizem vir do Pequeno Egito.⁷⁹ Em 17 de agosto de 1427, na França, será descrito o relato da chegada destes errantes que se dizem oriundos do Baixo Egito e cumpridores de penitência infringida por um papa, de errar por sete anos.⁸⁰

Na Península Ibérica penetraram pela Catalunha, vindos da França e Suíça, ao que tudo indica no ano de 1447.⁸¹ Em 11 de junho de 1449, hordas de ciganos, vindos dos Pirineus, entraram na Espanha.⁸² Em Portugal, o primeiro documento que faz menção aos ciganos data do século XVI, conforme pode ser verificado na obra *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende (1516).⁸³ No século XVIII, ainda em Portugal, será editado pelo Padre Raphael Bluteau, o primeiro dicionário de língua portuguesa que define o que é cigano.⁸⁴

Nicole Martinez relata sobre o surgimento dos “egípcios” na Europa, informa que esta invasão de errantes coincide com uma época de perturbações sociais. Vários bandos nômades e outros desprovidos de tudo são assimilados pelo exército das companhias

⁷⁸ A autora Elisa Maria Lopes da Costa afirma que a data provável de chegada desses nômades à Europa será no final do século XV. Cf. COSTA, Elisa Maria Lopes da. Contributos ciganos para o povoamento do Brasil (Séculos XVI-XIX). In: “**ARQUIPÉLOGO**. História”, vols. 9-10, 2005-2006. p. 154.

⁷⁹ BATAILLARD, Paul. **De L'apparition Et De La Dispersion Des Bohémiens En Europe**. Paris: Typographie de Firmin Didot Frères, 1844, apud MARTINEZ, op. cit., p. 12.

⁸⁰ Les recherches de la France, Paris, 1664, liv. IV, cap. XIX, apud MARTINEZ, op. cit., p.13.

⁸¹ BARROSO, Gustavo. Segredos e Revelações da História do Brasil: O primeiro cigano que veio para o Brasil, apud MOTA, op. cit., p. 212.

⁸² MORAES FILHO, op. cit., p.25.

⁸³ PEREIRA, op. cit., p.31.& COELHO, op. cit., p. 163.

⁸⁴ “Ciganos: nome que vulgo dá a uns homens vagabundos e embusteiros que se fingem naturais do Egito e obrigados a peregrinar pelo mundo sem assento nem domicílio permanente, como descendentes dos que não quiseram agasalhar o Divino Infante quando a Virgem Santíssima e S. José peregrinaram com ele pelo Egito”. Cf. MORAES FILHO, op. cit., p. 13.

catalãs, outros grupos são assimilados na Hungria, Alemanha, Suíça, Alsácia e Provence. Adverte Martinez sobre a tradução dos termos “sarracenos” e “egípcios” que nos arquivos são traduzidos por “tsiganes”. A entrada desses errantes, portanto, é intensa e o clima de instabilidade social também.⁸⁵

Contrapondo-se a Nicole Martinez, Moacir Locatelli informa os anos em que os ciganos começam a ser referidos em documentos: em Creta, 1322; Sérvia, 1348; Ilha de Corfu em Zabreb, 1370; Boêmia, 1399; Valáquia, 1370; Alemanha, 1414; Zurique, 1418; Bruques e Arras, 1421; Itália, 1422; Zaragoza, 1425⁸⁶; Paris, 1427; Inglaterra, 1430; Austrália, 1497; Espanha, 1499; Escócia e Rússia, 1500; França, 1504; Polônia, 1577.⁸⁷ Percebe-se, a partir da análise deste autor, a precisão com que informa a chegada destes grupos a cada local, em contrapartida, as informações que Locatelli divulga não conferem com as anteriormente citadas por Martinez. Ficando, desta forma, mais uma incerteza quanto à chegada desses nômades à Europa.

Outro autor que faz menção às datas de chegada dos ciganos à Europa é José B.d'Oliveira China, que embora afirme não poder informar com precisão quando ocorreu tal evento, aduz que foi só no começo do século XV que a sua presença foi constatada nestes locais. Descreve alguns locais e datas, de acordo com os documentos por ele pesquisados como Hungria: 1417⁸⁸; Alemanha: 1417⁸⁹; Budapeste, Praga, Lubeck, Rostock, Hamburgo, Meissen,

⁸⁵ G. Schlumberger – Expedition des Almugavares ou Routiers catalans em Orient, apud MARTINEZ, op. cit., p.13-14.

⁸⁶ 1425 é a data da mais antiga prova documental sobre a presença dos ciganos no país vizinho, Espanha. Cf. COSTA, op. cit., p. 35.

⁸⁷ LAWRENCE, D.H. **A Virgem e o Cigano**. Rio de Janeiro:Record, 1970, apud LOCATELLI, op. cit., p.34.

⁸⁸ Segundo Oliveira China o primeiro local apontado como chegada dos ciganos foi a Hungria, por volta de 1417, onde um grupo de 3.000 ciganos teria estabelecido-se na Moldavia com a permissão do voivode deste país. Nos anos seguintes outros grupos teriam se estabelecido na Valáquia, Transilvânia e também na Hungria. Cf. CHINA, op. cit., p. 5.

⁸⁹ Com documentos que lhes havia fornecido o imperador Sigismundo, bandos de ciganos entraram na Alemanha e, no mesmo ano de 1417, subitamente apareceram nas proximidades do Mar do Norte,

Leipzig, Hesse, Augsburg: 1417 e 1419; França: 1417⁹⁰; Sisteron (Provença): 1419⁹¹; Mâcon: 1419; Suíça: 1418 ou 1419; Deventer (Holanda): 1420⁹²; Bolonha (Itália): 1422⁹³; Bréscia: 1422; Forlì e Roma: 1422; Paris: 1427⁹⁴; Amiens: 1427; Utrecht: 1429; Orleans: 1447; Arnheim (Gelderland): 1429 ou 1430;; Hainaut (Bélgica): 1421; Inglaterra: 1430 ou 1440; Zutphen: 1445; Barcelona (Espanha): 1447⁹⁵.

Os estudos que identificam a passagem desses nômades pautam-se, primordialmente, no estudo da língua. As pesquisas sobre o dialeto cigano, além de localizá-los como originários da Índia, permite reconstruir a trajetória da sua dispersão pelo mundo e, da mesma forma, é possível identificar a permanência

não tão longe da embocadura do Elba. “Apareceram no anno de 1417, nos apizes do mar Germanico, homens disformes por sua cor escura: o vulgo os chama tártaros e na Italia se chamam cianos”. [...] no começo os alemães os tratam com certa benevolência, mas depois os enxotam violentamente, o que os obrigou a procurarem outros países. Cf. CHINA, op. cit., p. 5.

⁹⁰ Segundo alguns autores, já em 1417, e portanto dez anos antes de seu aparecimento em Paris, os ciganos, em bandos numerosos, procedentes do N.E Europeu, já haviam penetrado na França e rapidamente se espelhado por grande parte do país. Cf. CHINA, op. cit., p. 6-7.

⁹¹ Aqui os ciganos receberam o nome de Sarracenos que era então sinônimo de Egipcios, turcos, etc. Cf. CHINA, op. cit., p. 7.

⁹² Na cidade de Deventer, em vistas das cartas apresentadas por André “duque do pequeno Egypto”, inclusive uma do Imperador Sigismundo, forneceram-lhe dinheiro e provisões. Cf. CHINA, Idem, p. 7.

⁹³ Quando estes grupos estiveram por Bolonha (Itália) declararam que fazia cinco anos que erravam pelo mundo. Eram cerca de 100 pessoas, dirigidas por um chefe, a quem chamavam de André do Egypto. Dalí se dirigiram para Roma, onde iam, segundo declaravam, se confessar com o papa. Cf. CHINA, op. cit., p. 6.

⁹⁴ “ Em 17 de abril de 1427, appareceram em Paris doze *penanciers* (penitentes), como elles próprios o declaravam, principaes do Egypto, entre os quaes se contavam um duque, um conde e dez homens a Cavallo, que se diziam chistãos expulsos de seu paiz pelos sarracenos: diziam mais, que haviam se dirigido ao papa afim de confessar seus peccados e que este lhes havia imposto a penitencia de andar errantes pelo mundo durante sete annos. Sua comitiva se compunha de umas cento e vinte pessoas entre homens, mulheres e creanças, restos de mil e duzentos de que constava aquella expedição ao sair de sua pátria...” Cf. CHINA, op. cit., p. 6.

⁹⁵ No ano de 1447 os ciganos, em grande número, penetraram a Espanha pela extremidade oriental dos Pirineus, chegaram a Barcelona e depois se espelharam por todo o país. Também aqui, vinham sob a direção de duques e condes, traziam salvos condutos emanados do Papa e foram chamados de “egipcianos” e depois “gitanos”, que é um encurtamento da fórmula espanhola antiquada “egiptanos”. Cf. CHINA, op. cit., p. 6.

nestes locais.⁹⁶ Paul Bataillard, pesquisador da “École des Chartes”, que publicou em 1844, um trabalho que o consagrará – *Surgimento e a dispersão dos boêmios na Europa* – fez, nesta obra, uma análise do vocabulário e de textos colhidos por diversos autores em regiões e épocas distintas. Do *Zigeuner* Europeu com os dialetos indianos da Costa de Malabar nasceram gramáticas, assim como tentativas de sínteses desse dialeto.⁹⁷

Essa linearidade de datas e locais que nos é apresentada é questionável dado o contexto da época. Os estudos sobre as migrações mostram que as levas de pessoas que circulavam a procura de melhores condições ou fugidos de represálias governamentais ou religiosas, muitas vezes, não possuía documentação ou, em diversos casos, quando tinham documentos eram falsos. Da mesma forma, utilizar como critério o modo de vida e os meios de locomoção para denominar de ciganos a todos aqueles que estão em movimento, que andam aos “bandos”, sujos e maltrapilhos, é, no mínimo uma forma errônea de identificá-los. Pensar dessa forma, gera sem dúvida, maiores incertezas quanto às datações de chegadas deles à Europa. Martinez discorre sobre a fragilidade existente nos estudos sobre migração e classificação dos imigrantes:

A descrição, em L’Ami Fritz (Erkmann-Chatrian, p. 152-153) dos camponeses a caminho da “Amerika”, a nova “pátria alemã”, é uma prova tanto da fragilidade dos critérios retidos para identificar os “tsiganos” quanto da amplitude das migrações da época, Entre os anos 1860 e 1914, a população dos Estados Unidos passa de 31,3 a 91,9 milhões de habitantes, dos quais 21,9 milhões são imigrantes. Da mesma forma, a França e a Inglaterra se encontram, devido à sua localização no extremo oeste da Europa, particularmente afetadas por esses movimentos populacionais. Em 1898, um relatório do Ministro do Interior calcula em mais de

⁹⁶ LOCATELLI, op. cit., p.35.

⁹⁷ Bataillard, *Les derniers travaux*, p. 8-9, apud MARTINEZ, op. cit., p.24-25.

400 mil o número de vagabundos de todas as categorias presentes na França.⁹⁸

A certeza que a análise desses autores nos fornece é que de início o diferente tornou-se atrativo, pessoas de todos os lugares atraíram-se pela possibilidade de, através das linhas das mãos, poder prever o futuro. No entanto, não tardou para o exótico tornar-se “estranho” e o diferente – pele escura, maneiras diferenciadas de comportar-se, ausência de religião organizada – tornar-se proibido, tanto pela Igreja Católica como pelo Estado, que tão logo tomaram providências para eliminar essas “gentes” “diferentes” e contrárias aos modelos da época.

1.3 Cartas de Degredo: a chegada dos Ciganos no Brasil

O choque cultural provocado pela chegada desses povos ao Brasil gerou políticas governamentais de banimento e degredo. Tamanha desconfiança e diferença fizeram com que os ciganos fossem perseguidos tanto pelo Estado como pelo clero. A Igreja católica justificava suas ações dizendo ajudar os ciganos na expiação dos pecados, pois estes, segundo lenda, haviam negado abrigo à Virgem Maria. O Estado, por sua vez, embasava sua postura a partir das políticas de saneamento da metrópole, ao culpar os ciganos por todas as epidemias e calamidades que ocorriam; associavam esses grupos à mendigos e bandoleiros. A premissa era “Purgar para Deus e sanear para o Rei.”⁹⁹

A estes grupos foram negados direitos e privilégios. O peso da cultura própria e diferente foi pago com duras penas. A eles foram infringidas leis que lhes impediram de manifestar a sua identidade étnico-cultural. Proibiram-lhes de falar sua língua, pois

⁹⁸ Vaux de Foletier, Et. Tsig., n.º 3, setembro, 1973, p.26, apud MARTINEZ, op. cit., p.24-25.

⁹⁹ SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: Demonologia e Colonização: séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 89.

diziam que o Romaní ou Caló¹⁰⁰ era falso e utilizado somente para enganar a população. O nomadismo lhes foi vedado em função de não corresponder às práticas de uma civilização moderna. Seus trajes foram proibidos, pois lhes atribuíam características de maltrapilhos e sujos. Suas mulheres foram proibidas de praticar a quiromancia e cartomancia porque tais práticas eram contrárias à Igreja Católica.

Dentre as razões que motivaram a criação de políticas governamentais tão rígidas, as alusões a crimes e homicídios são as que aparecem com menor frequência. Em análise feita por Elisa da Costa, na lista de degredados para Angola entre 1715 e 1756, a partir de Lisboa, Bahia, Rio de Janeiro e Recife, constata-se que as infrações foram de caráter étnico. Condenava-se pelo simples fato de serem ciganos e a isso incluía: itinerância, vestimenta, dialeto diferenciado, leitura da “sina”, fingir saber feitiçaria, pequenos furtos, pedir esmolas. Enfim, as características fundamentais da cultura cigana os caracterizavam como sendo desviados sociais e indesejáveis, por isso, merecedores de tais punições.¹⁰¹

Ser diferente, portanto, fez desses grupos um grande alvo para perseguições. No século XV, mais precisamente no ano de 1427, na França, iniciam-se as represálias, quando um bispo de Paris condena todos os ciganos a excomunhão e expulsão, acusando-os de bruxaria. Condena também àqueles que a eles ajudarem ou derem abrigo.¹⁰² Logo após sua presença ter sido notada em Barcelona, em 1447, os Reis Católicos proíbem-nos de vagar pelos reinos e obriga-os a escolher amos para quem deveriam servir. Os que não cumprissem essa determinação

¹⁰⁰ O dialeto Caló, falado na Península Ibérica, era chamado de geringonça pela população local. Cf. COSTA, **O povo cigano e o degredo...** op. cit., p.37.

¹⁰¹ COSTA, **Contributos ciganos para...** op. cit., p.155.

¹⁰² PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda...** op. cit., p.30-31.

deveriam ser expulsos e os que voltassem ao reino teriam pena de cem açoites e as orelhas cortadas.¹⁰³

Em Portugal, as políticas discriminatórias contra os ciganos tiveram início com as Ordenações Manuelinas (1514-1521) as quais proíbem que os ciganos e seus descendentes ocupem cargos públicos, eclesiásticos e recebam títulos honoríficos.¹⁰⁴ No reinado de D. João III, a política acirra-se. Em 13 de Março de 1526¹⁰⁵ será expedido um Alvará, o qual proíbe a entrada de ciganos no Reino e ordena expulsão de todos que, em Portugal, vivam.¹⁰⁶ Esta proibição foi reiterada na Lei XXIII de 1538,¹⁰⁷ sob o governo do mesmo monarca. Ainda em Portugal, nas cortes reunidas de 1525 à 1535, os ciganos foram acusados de muitos furtos e feitiçarias ocasionando a promulgação da Lei de 17 de agosto de 1557, a qual condenava a açoites e outros castigos, até o degredo e as galés.¹⁰⁸ Luiza Cortesão afirma que estas leis “(...) tentam dissuadir a prática dos seus hábitos linguísticos e de trajar, alterar a sua organização social, (...) visam modificar os comportamentos sociais diferenciadores, a fim de torná-los iguais aos demais habitantes do Reino”.¹⁰⁹

A Inquisição em Portugal se estabelece no ano de 1536 com a instituição do Tribunal de Évora. A Coroa na luta contra as ameaças sociais, religiosas e morais, fortalece a idéia do poder do

¹⁰³ BARROSO, Gustavo. Segredos e Revelações da História do Brasil: O primeiro cigano que veio para o Brasil, apud MOTA, op. cit., p. 212.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/33318773/Ciganos-no-Brasil-e-os-Oficiais-de-Justica>> acesso em: 21 set. 2010.

¹⁰⁵ “Alvará de 13 de março de 1526, para que não entrem Ciganos no Reino, e se saíam os que nelle estiverem; e diz quase o mesmo que a lei 24. Das chamadas das cortes, e de 26 de Novembro de 1538, e a ord. Nov. (philippina), liv. 69. No pr.”. [José Anastacio de Figueiredo, Synopsis chronologia. Lisboa, 1790, I, 321, que cita Liv. Roxo ou 3 da Suplicação, fl. 244]. Cf. COELHO, op. cit., p. 230.

¹⁰⁶ COELHO, Adolfo - Os Ciganos em Portugal. Lisboa. Dom Quixote.1995.

¹⁰⁷ Conforme documento transcrito no Apêndice B.

¹⁰⁸ BARROSO, Gustavo. Segredos e Revelações da História do Brasil: O primeiro cigano que veio para o Brasil, apud MOTA, op. cit., p. 213.

¹⁰⁹ CORTESÃO, Luiza. **O povo cigano: cidadãos na sombra – processos explícitos e ocultos de exclusão** – Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 17.

rei como representante de Deus. O degredo estava dentre as práticas políticas mais usadas pelos inquisidores, já que este tinha como função primordial a penitência, a purgação e a expiação dos pecados.¹¹⁰ Outro aspecto apontado como fator motivador do degredo foi a importância de manter a ordem no Reino e de regular o comportamento daqueles que ali se estabeleciam. O fator de povoamento das colônias ultramarinas também é apontado, já que esta solução possuía dupla função, povoar as áreas inóspitas, fazendo-se, desta forma, a metrópole presente nas colônias, além de mantê-los afastado do olhar dos “civilizados”.¹¹¹ Cita-se o Alvará de 6 de maio de 1536, de forma a explicitar tal prática:

Alvará de 6 de maio de 1536 – *Que os vadios de Lisboa vão presos ao degredo* – Ordenou o dito senhor que os moços vadios de Lisboa que andam na Ribeira a furtar bolsas e fazer delitos, a primeira vez que fossem presos, se depois de soltos tornassem outra vez ser presos pelos semelhantes casos, que qualquer degredo que lhes houvesse de ser dado fosse para o Brasil, o qual degredo eles iriam cumprir presos, sem serem soltos nem lhes serem guardados os dois meses da ordenação. Por um alvará de 6 de maio de 1536 (fol. 101 do livro 4 da suplicação).¹¹²

As penas contra os ciganos intensificaram-se e, em 1579,¹¹³ promulga-se Alvará o qual estabelece que os ciganos e ciganas, e todas as pessoas que em sua companhia estejam, deixem o reino no período máximo de trinta dias, começando a contar do dia que fora publicado tais determinações. Acabados os trinta dias, qualquer cigano que for encontrado deveria ser preso e açoitado publicamente no lugar onde fosse achado e depois degredado para

¹¹⁰ PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas – os degredados no Brasil-colônia**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, Fundação Biblioteca Nacional, 2000, p. 91-93.

¹¹¹ COSTA, op. cit., p. 38.

¹¹² Documentos Históricos. Alvarás. **Revista Textos de História**, Brasília: UNB, v. 6, nºs. 1 e 2, 281-284, 1998, p. 281-282.

¹¹³ Conforme documento transcrito no Apêndice B.

as galés.¹¹⁴ Tal punição se consolida com a Lei de 28 de agosto de 1592, que impõe pena de morte aos ciganos que infringissem as determinações impostas de abandonar o país em no máximo quatro meses.¹¹⁵

Com as Ordenações Filipinas (1603),¹¹⁶ durante a união das Coroa Ibéricas, as proibições tornam-se mais vigorosas. O livro V, título 69, estabelece “que não entrem no Reino ciganos, armênios, árabes, persas nem mouriscos de Granada.”¹¹⁷ Moraes Filho, de forma organizada e precisa, enumera as ordenações que condenam esses párias:

Ordenações, Liv. 5º tit. 69, §1º. Leis de 7 de janeiro de 1606, de 13 de setembro de 1613, de 24 de outubro de 1647, de 5 de fevereiro de 1649, de 26 de janeiro e de 10 de novembro de 1708, de 20 de setembro de 1760. Decreto de 30 de julho de 1648, de 20 de setembro de 1649, de 27 de agosto de 1686, de 28 de fevereiro de 1718 e de 17 de julho de 1745. Provisão de 9 de julho de 1679. Cartas Régias de 3 de dezembro de 1614 e de 30 de junho de 1639 e Aviso de 15 de maio de 1756. Pelo Alvará de 20 de outubro de 1760 se procedeu contra os ciganos, que deste reino foram degradados para o Estado do Brasil, e aí viviam despóticos, cometendo furtos de cavalos, escravos e carregando-se de armas de fogo pelas estradas.¹¹⁸

Onde há ciganos há políticas discriminatórias, e se fortalecem na medida que o diferente se exalta. Em 1562, na Inglaterra, é promulgada lei que diz que os ciganos não têm direito a refúgio nas igrejas nem nos santuários, algo que não se negava nem a delinquentes nos estados de credo cristão. Esta lei vigorou

¹¹⁴ PEREIRA, op. cit., p.31.

¹¹⁵ Conforme documento transcrito no Apêndice B.

¹¹⁶ Conforme documento transcrito no Apêndice B.

¹¹⁷ Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/33318773/Ciganos-no-Brasil-e-os-Oficiais-de-Justica>> acesso em set. 2010.

¹¹⁸ MORAES FILHO, op. cit., p.25. Alguns documentos mencionados por Mello Moraes Filho encontram-se transcritos nos anexos dessa dissertação. Ver documentos transcritos no Apêndice B.

também na Espanha, durante o reinado de Felipe V (1700-1746). Em 1585, na Dinamarca, ordenou-se que o chefe de qualquer grupo cigano, quando capturado, deveria ser morto e a tribo expulsa do país.¹¹⁹

Já no século XVII, em Portugal, a partir do Alvará de 24 de outubro de 1647¹²⁰, fica especificado os lugares da Corte para os quais os degredados deveriam partir, embora somente no decreto de 27 de agosto de 1686¹²¹, passados quarenta e dois anos, que a deportação oficial para o Brasil será expedida. Medida essa tomada com o objetivo principal de povoar as extensas terras dos sertões nordestinos.¹²² Segue texto conforme documento:

1686 – *Decreto, em que se mandou comutar o degredo de África para o Maranhão* – Tenho resoluto que com os ciganos e ciganas se pratique a Ley, assi nesta Corte, como nas mais Terras do Reyno; com declaração, que os annos que a mesma Ley lhes impõe para África, sejam para o Maranhão, e que os Ministros que assi o não executarem, lhes seja dado em culpa para serem castigados, conforme ao delo, e omissão, que sobre este particular tiverem; para o que ordenei ao Desembargo do Paço se accrescentasse este Capitulo aos demais do Regimento das Residencias. O Regedor da Casa da Suplicação o tenha assi entendido, e nesta fórmula o faça executar pela parte, que lhe toca, encarregando-o aos Ministros de Justiça, e que com todo o cuidado, se empreguem nesta diligencia. Lisboa 27 de agosto de 1686. – Com rubrica de Sua Magestade. [Liv. X do Supplicação, fl. 276, in *Ordenações e leys, etc. Lisboa, 1747, vol. III: Coleção II dos Decretos e Cartas, p. 278*].¹²³

¹¹⁹ PEREIRA, op. cit., p.30-31.

¹²⁰ 1647 – *Tresllado da ordem dos ciganos*. [Archivo da camara municipal de Elvas, t. I, velho, do Registro, p. II, fl. 552 v. *Ordenações e leys confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D. João IV*. Lisboa 1747. III, 168-169. *Coleção chronologica de leis extravagantes*. Coimbra, 1819. I, 515-517.], apud COELHO, Francisco Adolpho. **Os Ciganos de Portugal...** op. cit., p.241-43. Conforme documento transcrito no Apêndice B..

¹²¹ Conforme documento transcrito no Apêndice B.

¹²² TEIXEIRA, op. cit., p.28-29.

¹²³ 1686 – *Decreto, em que se mandou comutar o degredo de África para o Maranhão*.

Apesar da oficialização de degredo para o Brasil ficar definida somente no decreto de 1686, há notícia de que o primeiro cigano deportado tenha ocorrido no ano de 1574¹²⁴. O cigano João Torres, sua mulher Angelina e filhos foram presos e, inicialmente, condenados às galés. No entanto, João Torres justificou ser “fraco, quebrado e pobre” e, por isso, pedia que sua pena fosse abrandada. Dos serviços forçados nas galés pediu a saída do Reino ou então o degredo para o Brasil. Ao que indica na documentação, seu pedido, em poucos dias foi aceito, e João teria embarcado para a colônia de além-mar – Brasil. Porém, não é possível afirmar que o cigano e sua família realmente aqui chegaram, e se chegaram com vida, se aqui permaneceram.¹²⁵

As políticas anti-ciganas em Portugal intensificam-se entre os anos de 1706 à 1750, durante o reinado de Dom. João V. Neste período o número de expurgos aumentou significativamente, engrossando também a documentação que informa sobre essas punições. Porém, mesmo com a ampliação dessa documentação, é impossível saber com exatidão o número de ciganos que embarcaram para o Brasil, pois informam apenas que grandes grupos são deportados, não referem a quantidade exata e até o momento não se tem notícia de uma lista oficial que relate o número de ciganos deportados por embarcações.¹²⁶ Corroborando com esta idéia Manuel Diégues Junior afirma:

Segundo dados oficiais, de 1819 a 1959 migraram para o Brasil 5,3 milhões de europeus, dos quais 1,7 milhões portugueses, 1,6 milhões italianos, 694 mil espanhóis, 257 mil alemães e 125 mil russos. No desembarque registra-se apenas a nacionalidade do

(Liv. X do Suppliação, fl. 276, in Ordenações e leys, etc. Lisboa, 1747, vol. III: Coleção II dos Decretos e Cartas, p. 278], apud COELHO, **Os Ciganos de Portugal...**, op. cit., p. 253. Apêndice B.

¹²⁴ 1574 – [arquivo Nacional, *Liv. 16 de Legitim. D. Seb. E D. Henr.*, fl. 189.], apud COELHO, **Os Ciganos de Portugal...**, op. cit., p. 232. Apêndice B.

¹²⁵ TEIXEIRA, op. cit., p. 11-28. PAIVA & **Mulheres do Rio Grande...** op. cit., p. 149

¹²⁶ TEIXEIRA, op. cit., p.27.

imigrante, e não a sua identidade étnica. É mais do que provável que no meio dos quase dois milhões de imigrantes italianos e alemães também tenham vindo ciganos Sinti, principalmente durante a II Guerra Mundial.¹²⁷

Observando as particularidades destes grupos, no que se refere às origens diversas, é possível pensarmos em uma imigração consideravelmente relevante, já que se identificavam apenas pela nacionalidade e não pela etnicidade¹²⁸.

O tempo e a modernização fez das políticas discriminatórias práticas cada vez mais intensas. Em alguns países, como na Romênia os ciganos foram escravizados durante três séculos, enquanto que Portugal e Espanha optaram por legislações mais rígidas. Tais medidas foram intensificando-se, na medida em que o Estado, a procura de uma homogeneização lingüística e cultural, acreditava serem os ciganos inferiores.

A partir da segunda metade do século XIX os estudos sobre raças¹²⁹ e cultura multiplicam-se. A pureza das línguas e das raças é enfatizada pelos teóricos da época. Novas conclusões científicas irão ressaltar as desigualdades e a inferioridade de uns em detrimento a superioridade de outros.¹³⁰ Neste contexto, os ciganos irão se caracterizar como “raça” inferior, caracterizada como fóssil, próxima à animalidade. Ao longo de todos esses séculos, conforme justificativas diversas, leves e mais leves de ciganos vieram parar no Brasil e por esse território se espalhar e se estabelecer.

¹²⁷ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964, p. 26-28.

¹²⁸ De acordo com Barth a etnicidade constitui uma forma de organização social caracterizada pela ascrição e auto-ascrição, sendo que neste âmbito destaca justamente o conceito de fronteira, o qual é fundamental na criação de identidades. A identificação pressupõe, simultaneamente, a diferenciação e o que emerge naquela é a vontade de marcar o limite entre o “Nós” e o “Eles”, mantendo assim uma fronteira. Cf. BARTH, op. cit., apud BRINCA, op. cit., p. 230.

¹²⁹ O termo raça será evidenciado ao longo do texto, ora mencionada pelos autores, ora como referência de diferenciação utilizada pelos próprios grupos ciganos. É importante salientar, que entre os ciganos, o conceito de raça, assim como definiu Weber, ligado ao parentesco biológico, não possui uma conotação negativa, mas sim explicativa. Apud, CUCHE, op. cit., p.41.

¹³⁰ Erneste Renan, *L'Avenir de la science*, t. III, p. 724, apud, MARTINEZ, op. cit., p.20-21.

Representações acerca dos ciganos: o olhar dos viajantes

‘pondo uma atenção aguda’ no que vê e ouve, pegando ‘no lápis e na caderneta, para lançar os assuntos diversos’, ‘homem terrível para tudo enxergar’.*

Após percorrer sobre a trajetória histórica dos ciganos, referida no capítulo anterior, o segundo capítulo desta dissertação procura evidenciar como tais grupos foram representados pelos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil e no Rio Grande do Sul, bem como por um autor brasileiro. Busca compreender, portanto, através das literaturas de viagem, a forma como os ciganos foram vistos e descritos

pelos observadores, bem como analisa as representações¹ que estes últimos elaboraram diante de tal cultura diferenciada.²

* ROSA, Guimarães. “O recado do morro”, **No Urubúquaquá, no pinhém**. 7. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984. In: WELLS, James W. **Explorando e Viajando três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão**. Tradução de Myriam Ávila, Hill, Chistopher. Introdução. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, Vol. I. p.17.

¹ Por representação temos o conceito definido por Rôger Chartier como: função simbólica (dita de simbolização ou de representação) e como função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio dos signos lingüísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou dos conceitos do conhecimento científico. A tradição do idealismo crítico designa assim por “forma simbólica” todas as categorias e todos os processos que constroem “o mundo como representações”. Daí a designar uma função universal ao espírito de conjunto das produções, quaisquer que sejam, provenientes da ordem da representação ou da figuração; conseqüentemente, a extensão máxima fornecida ao conceito de símbolo para o qual remetem todas as formas ou todos os signos graças aos quais a consciência constitui a “realidade”. No entanto, a noção de representação coletiva, entendida no sentido que lhes atribuíam, permite conciliar as imagens mentais claras – aquilo que Lucien Febvre designava por “os materiais de idéias” – com os esquemas

Sendo assim, para compor o capítulo, foram selecionados sete relatos de viajantes a partir das seguintes obras:² *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de **Jean Baptiste Debret** (1816-1831); *Viagem a Província de São Paulo*, de **Auguste de Saint-Hilaire** (1816-1822); *Viagens ao Nordeste do Brasil*, de **Henry Koster** (1809-1820)³; *Diário de uma viagem ao Brasil*, de **Maria Graham** (1821-1825)⁴;

interiorizados, as categorias incorporadas, que as gerem e estruturam. Aquela noção obriga igualmente a remeter a modelação destes esquemas e categorias, não para processos psicológicos, sejam eles singulares ou partilhados, mas para as próprias divisões do mundo social. Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objetivo a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atos sociais traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse. No entanto, o autor propõe que tome o conceito de representação em um sentido mais particular e historicamente mais determinado. [...]. As definições antigas do termo (por exemplo, a do dicionário de Furetière) manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. Algumas dessas imagens são bem materiais e semelhantes. [...] Outras, porém, são pensadas num registro diferente: o da relação simbólica que, para Furetière, consiste na “representação de um pouco de moral através das imagens ou das propriedades das coisas naturais (...) O leão é o símbolo do valor; a fera, o da inconsciência; o pelicano, o do amor paternal. Uma relação compreensível é, então, postulada entre o signo visível e o referente por ele significado – o que não quer dizer que seja necessariamente estável e unívoca. CHARTIER, Róger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1990, p. 18-19 [Grifos da autora.].

² Segundo Dimitri Rezend: “As representações coletivas utilizadas na elaboração da imagem do cigano parecem ser responsáveis, em alguma medida, pelas práticas sociais cotidianas desenvolvidas em relação a eles. A imagem dos ciganos construída a partir dos discursos científicos e acadêmicos, por exemplo, contribuem para a implantação de políticas governamentais em relação a determinados grupos minoritários, definidos genericamente (e muitas vezes de forma equivocada) como ciganos. REZENDE, op. cit., p. 89.

* “A data que mencionarei sobre cada viajante corresponde ao período de permanência deles aqui no Brasil.”

³ Koster esteve no Brasil em três momentos – o primeiro: setembro de 1809 à fevereiro de 1811; o segundo: dezembro de 1811 à 1815; o terceiro: 1817 à 1820. In: *GASPARD, Lúcia. Henry Koster. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>*. Acesso em 28 de março de 2011.

⁴ A viajante Maria Graham esteve no Brasil em três períodos entre 1821 à 1825. O primeiro período foi de setembro de 1821 à março de 1822, o segundo período de março de 1823 à outubro de 1823; e o terceiro foi de setembro de 1824 à setembro de 1825. In: PEIXOTO, Ariane Luna; FILGUEIRAS, Tarciso de Souza. **Maria Graham: anotações sobre a flora do Brasil**. Acta bot. Brás. 22(4): 992-

Reminiscências de Viagens e Permanência na Província do Norte do Brasil, de **Daniel Parish Kidder** (1836 à 1840)⁵; *Explorando e Viajando três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão*, de **James W. Wells** (1869-1886)⁶ e para finalizar a obra - *Pampas e Cochilhas*, de **Berilo Neves** (1931)**.

Partindo da análise dos relatos dos viajantes, conforme proposto no capítulo, nos deparamos com temas recorrentes, como comércio, aparência, linguagem, nomadismo, religião, roubo e práticas culturais; da mesma forma, abordagens únicas são encontradas entre os tópicos descritos por eles, como educação e origens também passíveis de análise, já que fazem parte da história cultural dos grupos.*** Observamos as representações em diferentes tempos e lugares, possibilitando a análise das continuidades e rupturas culturais. Concomitante à análise, consideramos as especificidades destes grupos, que independente do local ou tempo estudado, mantêm uma tradição cultural muito forte, a qual, apesar das interações constantes, manteve-se pouco alterada.

Os relatos de viajantes são trabalhados de acordo com a ordem cronológica, respeitando o tempo e o espaço. O marco temporal busca compreender relatos elaborados entre o final do século XVIII e as décadas iniciais do século XX.

998. 2008. Disponível em: <<http://acta.botanica.org.br/index.php/acta/article/viewFile/506/104>> Acesso em 28 de março de 2011.

⁵ Daniel Parish Kidder esteve no Brasil em dois momentos de 1836 à 1837 e de 1840 à 1842. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/bio_kidder.htm> Acesso em 06 de abril de 2011.

⁶ Ao todo, o viajante permaneceu no Brasil por 17 anos (1869-1886), superando em tempo de estadia todos os outros que por estas terras aportaram. De 1873 a 1875 foi o período em que passou por Minas Gerais, quando relatou a experiência junto ao grupo de ciganos. Cf: PEREIRA, Luciane. A revisão da modernidade pela deslegitimação do metarrelato nas narrativas de James W. Wells e João Guimarães Rosa. Disponível em:

<http://www.letras.ufmg.br/poslit/o8_publicacoes_pgs/Em%20Tese%2016/16%202/TEXTO%205%20LUCIENE.pdf> Acesso em 29 de março de 2011.

** “Como Berilo Neves é Brasileiro, a data mencionada corresponde ao período que esteve no Rio Grande do Sul.”

*** Referente à ocorrência dos temas abordados pelos viajantes ver Apêndice C.

2.1 Literatura de viagem: possibilidades de uma fonte

“A casta dos ciganos caracteriza-se tanto pela capacidade como pela velhacaria...”⁷, assim inicia a descrição de Jean Baptiste Debret sobre os ciganos. No entanto, antes de aprofundarmos os aspectos apontados por Debret e demais relatos dos viajantes que aqui estudaremos, faz-se necessário compreendermos as possibilidades que a fonte - literatura de viagem⁸ - nos possibilita explorar.

Os relatos, diários de viagens, mapas, enfim, o legado deixado pelos viajantes que percorreram principalmente a costa brasileira desde meados do século XVIII foi de fundamental importância para que fosse despertado ainda maior interesse nos europeus. Segundo José Carlos Barreiro, essa curiosidade pelo Brasil é decorrente do rompimento com a metrópole que suscita uma espécie de redescoberta e revisitação do mesmo pelos viajantes⁹, tornando-se mais intensa, portanto, a partir do século XIX, com a vinda da família real.¹⁰ Corroborando com esta hipótese, Ângela Domingues afirma que a redescoberta intensificou-se com a abertura dos portos

⁷DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo : Martins, 1972. 3v, p. 191.

⁸ Sobre literatura de viagem ver obras: LISBOA, Karen Macknow. “Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX”. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias**. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000. Paulo: Sumaré/FAPESP, 1997.; BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.; NOAL, Valter Antônio Filho; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890**. Santa Maria: Anatterra, 2004. NOAL, Valter Antônio Filho; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941**. Santa Maria: Anatterra, 2004.

⁹ Sérgio Buarque de Holanda chama este período de “novo descobrimento do Brasil” empreitado por comerciantes, artistas, imigrantes, naturalistas, diplomatas, mercenários, educadores vindos de diferentes regiões do velho mundo e dos Estados Unidos. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.), “**A herança colonial: sua desagregação**”, em “**História geral da civilização brasileira** (4. Ed. São Paulo: Difel, 1976), vol. 1, tomo II, p. 13. Apud MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000. Paulo: Sumaré/FAPESP, 1997, p. 267.

¹⁰ BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: UNESP, 2002, p. 09.

brasileiros ao comércio e à navegação das nações européias (1808), gerando atrativos diversos: científicos, comerciais, econômicos, teológicos, morais e estéticos, os quais serviram de impulso à nova visitação de viajantes e estudiosos ao solo brasileiro.¹¹

Domingues também informa que estudos produzidos ao longo dos séculos XVIII e XIX, tiveram interesses específicos, os quais podem ser definidos por: desejo de corrigir a geografia do globo terrestre, diminuir os perigos da navegação e tornar mais conhecidos os costumes, artes e produtos da colônia brasileira.¹²

Tais relatos foram aumentando gradualmente, conforme as possibilidades geradas pelas análises. Despertavam curiosidades inclusive nas elites cultas e nos políticos, que viam nos estudos a possibilidade de obter informações preciosas sobre os trópicos de além-mar, as quais favoreciam estratégias políticas, comerciais e científicos exitosos.

Estes profícuos documentos, criados, em sua maioria, por estrangeiros, são riquíssima fonte de análise para os historiadores, pois registram de forma minuciosa aspectos múltiplos da vida social, econômica e política do país, deixando vasto leque de possibilidades de pesquisas. Em suas anotações, os viajantes abarcaram temas diversos, desde a fauna e flora até a organização das cidades, costumes e culturas locais, todos carregados de detalhes e minúcias, possibilitando a “[re]construção” tanto da paisagem local como dos aspectos sociais e culturais. No entanto, não só questões políticas, comerciais e científicas foram abordadas por estes homens. A população que vivia nos trópicos também despertou interesse de muitos. E, em meio a descrições de paisagens, solos, montanhas, clima, encontra-se a representação do estrangeiro frente ao “outro”. O olhar corre e desperta curiosidade ao ver o diferente, o autóctone, o negro, o mestiço, os

¹¹ DOMINGUES, Angêla. O Brasil no relato dos viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, p.133-152, 2008, p. 1-2.

¹² DOMINGUES, op. cit., p. 1-2.

imigrantes e, dentre estes muitos, os ciganos. Aqueles que andavam em grandes grupos e possuíam costumes diferentes dos aqui observados pelos viajantes.

Embora as fontes observadas contenham detalhes ímpares, ampliando possibilidades, necessitam de análises cuidadosas, pois carregam a impressão do tempo histórico vivido, bem como os interesses e os valores de seus observadores. Neste sentido, para que façamos uma análise criteriosa a partir destes documentos, se faz necessário observar que estes relatos fazem parte de um amplo quadro, onde as ideologias¹³ e o posicionamento do observador, no caso o viajante, estão quase sempre presentes. É neste sentido que destaco na análise a diferença conceitual entre o “ver” e o “olhar” que, em um primeiro momento, nos parecem sinônimos. No entanto, conforme a análise de Sérgio Cardoso, com base em Merleau-Ponty, o “ver” e o “olhar” configuram campos de significações distintos.¹⁴

O ver, parafraseando Cardoso, representa um comportamento discreto de quem observa, demonstra uma passividade do observador ou até uma reserva. É um olhar dócil, quase desatento, que parece deslizar sobre as coisas que observa de forma a refleti-las apenas registrando-as, como o reflexo de um espelho. O ver é ingênuo, espontâneo, abstrai quase que por completo a subjetividade do sujeito. Para o autor, a visão supõe um mundo pleno, hermético, pode-se dizer maciço - mesmo que consciente de suas limitações - ele crê no seu acabamento e totalidade. Tudo se compõe em uma coesão compacta e indelével, pois o ver desconhece lacunas e incoerências, já que acolhe e integra com naturalidade. Ele opera por soma buscando expandir-

¹³ Por ideologia, entende-se, segundo Clifford Geertz, como um sistema cultural que se configura em um modelo simbólico ativo, isto é, um modelo de esquemas, mapas, imagens e metáforas que conferem significados às ações humanas. A ideologia serve, portanto, como um “guia cultural” de respostas às dúvidas apresentadas pela natureza humana. GEERTZ, Clifford. **The interpretation of Cultures**, Basic Books, New York. p. 215-220. Apud, REZENDE, op. cit., p. 25.

¹⁴ CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAIS, Adauto (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.348.

se de forma a fluir e restituir a sua integridade. A simples visão, segundo Merleau-Ponty, supõe e expõe um campo de significações. No universo do ver o vidente é rejeitado para o domínio da exterioridade em relação a si.¹⁵

Já o olhar, nos remete de imediato às atividades e às virtudes do sujeito, mostrando de pronto sua interioridade. O olhar averigua minuciosamente, indaga, investiga para além do que se vê, como se contivesse o desejo de olhar cada vez mais profundo. É sempre atento, tenso e está sempre alerta a qualquer sinal de “mistério”. No olhar há sempre um ar de malícia, o sujeito posiciona-se claramente e com plenos poderes. O olhar nunca descansa, mas se enreda em constantes estranhamentos. O olho, quando tomado pelo olhar, defronta-se constantemente com limites, lacunas e alteridades, buscando sempre a descontinuidade e o inacabamento do mundo. No universo do olhar, o observador mistura-se e confunde-se com as modulações do mundo, o visível se enreda no observador, que carregado de latência e interrogação, se faz misturar fazendo-se, constantemente, interrogar-se pelo pensamento que é escavado e penetrado pelo olhar. Para Merleau-Ponty o olhar pensa, é a visão feita interrogação.¹⁶

São estas formas de “captar o outro”, ora vendo, ora olhando, que iremos analisar a partir de agora. Que cultura milenar é esta, que faz dos ciganos grupos tão peculiares, e que representações destes grupos os viajantes construíram a partir da observação dessa cultura?

2.2 A prática comercial cigana na ótica dos viajantes

Iniciemos nossa análise pela recorrência do tema – comércio – que aparecerá em 71,5% dos relatos, ou seja, entre os sete viajantes analisados, cinco mencionam esse aspecto como

¹⁵ CARDOSO, op. cit., p. 348-9.

¹⁶ Idem, p.348-350.

característica dos ciganos, isto é, como principal atividade desenvolvida por eles. Junto ao comércio analisaremos a recorrência do tema – roubo – que será mencionado por 57,2%, ou seja, dos sete viajantes quatro abordam essa temática.

O roubo, de que são com frequência acusados, está ligado diretamente com o comércio e nos relatos aparecem juntos ou os viajantes fazem menção ao roubo como característica intrínseca à profissão que exercem, a de comerciantes. Esta representação foi construída desde o primeiro contato dos ciganos com os ocidentais. Ainda no século XV, logo após a chegada dos primeiros grupos à Europa, os relatos informam sobre a prática do roubo por grupos com características iguais aos ciganos.*

Já a prática do comércio entre os ciganos é observada das mais distintas formas, no comércio ambulante, na troca e venda de produtos, no contrabando, no mercado formal e informal.¹⁷ Enfim, a forma de sobrevivência destes grupos, desde que aqui chegaram, foram as práticas comerciais, principalmente a de cavalos e mulas, e durante o final do século XVIII e o início do século XIX, passa também a ser a do comércio de escravos. Rodrigo Teixeira destaca que a versatilidade dos ciganos para as atividades econômicas foi o principal fator de sobrevivência desses grupos ao longo do tempo, possibilitando a inserção deles em comunidades extremamente hostis que os toleravam devido aos serviços prestados pelo comércio.¹⁸

No Brasil, o registro dessa prática intensifica-se a partir do século XIX, com a chegada da corte ao Rio de Janeiro, em 1808, e com as mudanças ocorridas na sociedade e na economia do país. Os ciganos ascendem social e economicamente, pois passam a

* Sobre as primeiras representações feitas dos ciganos, ainda no século XV, logo que chegaram a Europa, ver capítulo 1.

¹⁷ FERRARI, Flôrência. **Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – USP – Universidade de São Paulo, 2002, p. 38.

¹⁸ TEIXEIRA. op. cit., p. 83.

dominar o comércio de escravos que, na época, era uma atividade reconhecida como útil para a sociedade.¹⁹ Estes grupos, ao observarem a falta de mão-de-obra nos planteis menores, e a ausência de interesse dos grandes comerciantes de escravos em atender a esta demanda, iniciam a comercialização de escravos²⁰ de segunda mão, de forma a suprir o mercado.

Os ciganos comercializam escravos na Rua do Valongo, no Rio de Janeiro, e por todo o interior do país, circulando, vendendo e revendendo negros, suprindo a ausência desta mão-de-obra nos lugares mais distantes, onde o grande comerciante não chegava.²¹ Dominaram este mercado até metade do século XIX, quando tal prática passou a ser proibitiva devido às constantes leis restritivas, culminando na lei Áurea, em 1888, que decretou o final da escravidão.²² Referente à queda no comércio de escravos, temos o relato do viajante Daniel Kidder que faz uma crítica ferrenha à Grã-Bretanha:

Há já alguns anos que o comércio baiano vem experimentando certa paralisação. De fato, jamais conseguiu readquirir o movimento que tinha antes da revolução de 1837. Uma das causas desse fenômeno temo-la no patrulhamento inglês que se acentuou em 1838, e, de então, para cá, vem constituindo sério entrave ao tráfico negreiro da costa da África, no qual a Bahia sempre teve grande interesse. Os efeitos dessa fiscalização marítima não se limitam ao número de presas feitas: são mais

¹⁹ Há registros, durante o início do século XIX, de ciganos que acumularam riqueza e prestígio com a prática do comércio de escravos. Exemplo disso é o cigano Joaquim Antônio Rabelo que patrocinou as danças e homenagens ciganas no casamento de D. Pedro I com a Princesa Leopoldina (1813) e recebeu a patente de “sargento-mor” do 3º regimento de milícia da corte. Cf: MORAES, op. cit., p. 30-32.

²⁰ A mão-de-obra negra era de sumária importância para a economia brasileira, fato este constatado a partir do número de escravos existentes no Brasil, em 1798, esta população era de 48,7% do total populacional. Cf: SCHWARCZ, L. Moritz. **O Espetáculo das Raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 13.

²¹ TEIXEIRA. op. cit., p. 14-15.

²² Em 1872 verifica-se uma substancial diminuição da população escrava que passa a ser de 15,2% tendo uma queda de 33,5% em relação ao total populacional constatado em 1798, no auge da comercialização de escravos pelos ciganos. Cf: SCHWARCZ, op. cit., p.13.

eficazes no sentido de evitar o embarque de escravos que de apreendê-los em trânsito. O que geralmente não se sabe é que apesar dos acentuados esforços feitos no sentido de cerceá-lo, o grande esteio desse tráfico tem sido o próprio capital inglês. Essa é a verdade. Poucos navios negreiros foram armados sem largos créditos de casas britânicas, ante a só garantia dos prováveis lucros na venda de escravos; e não foi meramente por amor a algum princípio de solidariedade humana que tais créditos foram suspensos, mas pelos contínuos prejuízos que sobrevieram aos traficantes e os impediram de saldar seus compromissos. Foi assim que se defrontaram a filantropia e a ambição britânicas, e, por felicidade, a primeira, em grande parte, triunfou. Entretanto, o esfalecimento de comércio tão importante como se tornou o de escravos, refletiu fortemente na vida econômica da Bahia, não apenas devido ao número de pessoas que dele se ocupavam, mas, ainda, por causa do consumo que até então esse comércio proporcionava aos dois principais produtos da província: pinga e fumo.²³

Kidder, no final da sua obra, continua a criticar o tráfico de escravos, informando que mesmo com todas as políticas repressivas contra o tráfico negreiro este continua a acontecer livremente entre o Brasil e a África. Faz crítica à prática, afirmando que enquanto não houver uma medida efetiva por parte das autoridades, enquanto os comerciantes ingleses continuarem a fazer vistas grossas e o capitalismo continuar a se beneficiar, este comércio não cessará.²⁴

²³ KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de Viagens e Permanência nas Províncias do Norte do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaias; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980, p. 68; 265. [Grifos da autora.].

²⁴ “Todo mundo sabe que, a despeito de todas as leis, regulamentos, convenções e tratados, o tráfico negreiro se processa livremente entre a costa da África e o Brasil. As patrulhas britânicas têm feito grande número de apresamentos em ambas as costas, durante os últimos anos, mas, ainda que continuem a fazê-lo, receia-se que o deprimente comércio ainda persista, até que medidas mais eficazes sejam instituídas para impedi-lo. [...] Enquanto Baltimore construir navios negreiros; enquanto os capitalistas ingleses financiarem o nefando comércio e enquanto as autoridades brasileiras aberta ou veladamente o protegerem, como poderá deixar ele de prosperar? [...] Já que tão vastos interesses se congregam, na esperança de lucros extraordinários, se torna evidente que nenhuma força comum poderá romper a colisão maldita. Não nos seria difícil alinhar aqui pormenores impressionantes dos horrores decorrentes do que se poderia chamar os últimos

Figura 1 - Valongo, ou Mercado de escravos no Rio.

(GRAHAM, Maria. **Diário de viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. p. IV/V.)

Aprofundemos nossa análise através da obra de Jean Baptiste Debret (1768-1848), pintor da vida brasileira durante o Primeiro Império e membro da comissão de artistas franceses que chegou ao Brasil em 1816 sob a égide de Dom João VI. Sua vinda foi de notória importância para o Brasil. Com o seu legado, dá-se início a uma nova época nas Belas Artes Brasileiras. O artista, sob a qualidade de pintor histórico, legou uma série de pinturas e relatos retratando aspectos diversos da vida brasileira, desde detalhes minuciosos das paisagens aos aspectos sociais e culturais do povo. Em sua obra – *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, publicada

aperfeiçoamentos do tráfico de escravos. Não é esse, porém, o nosso objetivo. Diremos apenas, que se a lavoura e o povo pudessem ser persuadidos de seu verdadeiro interesse no assunto; se o governo se dispusesse a assumir uma atitude firme contra o tráfico negroiro; e finalmente, se as autoridades se prontificassem a enfrentar as ameaças de assassinio, ao invés de receberem propinas dos traficantes, - haveria probabilidade de extingui-lo de vez. Até que se consigam, pelo menos em partes, estes objetivos, haverá sempre maneiras de burlar as leis e fugir às sanções.' KIDDER, op. cit., p. 68; 265. [Grifos da autora.].

entre os anos de 1834 a 1839, Debret traz uma descrição fiel do caráter e dos hábitos dos brasileiros.²⁵

Já na introdução da referida obra* é possível observar o olhar do viajante frente ao “outro”. O seu posicionamento é claro ao definir o indígena:

Durante essas demonstrações amistosas tão cheias de interesse, o naturalista observador sente-se penetrado, repentinamente, a despeito de sua filantropia, por um sentimento de tristeza ante o aspecto de sua imagem reproduzida num ser selvagem, cuja sutileza e perfeição dos sentidos, tornados temíveis sob formas apáticas, mas ferozes, trazem-lhe ao pensamento um paralelo involuntário com fera; e como se só a esta estivesse encontrado no meio dessas florestas, estima-se feliz conter provocado apenas um olhar de indiferença.²⁶

Com a mesma intensidade com que descreveu o contato com os índios botocudos, Debret descreve o contato com os ciganos: “A casta dos ciganos caracteriza-se tanto pela capacidade como pela velhacaria que põe no seu comércio exclusivo de negros novos e de escravos civilizados, conseguidos por intermédio de agentes que os seduzem e raptam.”²⁷ Ainda nesta obra pode-se observar uma representação dos ciganos (Vide figura 2):

²⁵ DEBRET, op. cit., p.1-13.

* Para ver a descrição completa que o autor Jean Baptiste Debret faz sobre os ciganos, ver anexo A.

²⁶ DEBRET, op. cit., p.10. [Grifos da autora.].

²⁷ DEBRET, op. cit., p. 191.

Figura 2 - Interior de uma Casa de Ciganos

DEBRET, op. Cit., p. 191.

Debret demonstra um “olhar” carregado de juízo de valor frente aos ciganos. Em sua primeira frase já é possível constatar o etnocentrismo* do autor em seu contato com o diferente. Observemos também que o primeiro ponto mencionado pelo viajante é o comércio, e este será lembrado mais três vezes ao longo de sua descrição. O comércio é descrito pelo viajante francês como característica principal dos ciganos, pois estes dominam o mercado do tráfico negreiro no Rio de Janeiro. Em outra passagem, relata que os ciganos, por dedicarem-se exclusivamente ao comércio, abandonam por completo a educação de sua prole:

Os ciganos, dedicam-se exclusivamente ao comércio, abandonam por completo a educação de seus filhos; os mais ricos contentam-se com fazê-los aprender a ler, escrever e contar mais ou menos, deixando-os entregues aos seus caprichos sem nenhum preceito de moral; por isso, desde criança se encontram de cigarro na

* O etnocentrismo será analisado ainda neste capítulo.

boca e caixa de rapé na mão, exercitando-se impunemente, e as vezes mesmo com o encorajamento culpado dos seus, na trapaça, no jogo, no roubo, e dirigindo a seus pais os mais revoltados insultos. [...] A educação das filhas é também muito abandonada, raramente se elevando até a simples leitura. Desde pequenas tocam violão e, sempre à janela, empregam em trabalhos de agulha o tempo exclusivamente necessário a seus adornos; por outro lado, preguiçosas e faceiras bárbaras para com os escravos, só pensam em agradar aos homens. Se o irmão mais velho seduz a mãe, elas encontram idêntica ternura junto de seus pais, mas são severamente fiscalizadas pela progenitora. As mulheres velhas ajudam os filhos nos trabalhos domésticos.²⁸

Debret também descreve o roubo como uma das características da “raça” cigana. Afirma que esta prática entre os ciganos é cultural, que não só a praticam como a incentivam. Salienta o “espírito” de lucro e afirma que utilizam até mesmo as filhas em suas negociações de forma a obterem maior vantagem nos negócios:

Esta raça desprezada tem por hábito encorajar o roubo e praticá-lo; roubam sempre alguma coisa nas lojas onde fazem compras e, de volta à casa, se felicitam mutuamente por sua habilidade repreensível. [...] O espírito do lucro está a tal ponto enraizado neles, que aproveitam a beleza de suas filhas, recusando-as aos primeiros que se apresentam, a fim de que o obstáculo, aguçando os desejos, lhes permita casamentos vantajosos. [...] Vaidosos de sua riqueza, gastam de bom grado importâncias consideráveis com joias por causa de suas fraudes, a frequentes penhoras, possuem apenas um mobiliário muito simples, composto em geral de algumas canastras e de rede, objetos indispensáveis e de pouco embaraço nas mudanças urgentes.²⁹

A representação que Debret faz dos ciganos é a de um povo com aparência rústica, supersticioso; são hábeis comerciantes e

²⁸ DEBRET, op. cit., p.192. [Grifos da autora.].

²⁹ DEBRET, op. cit., p.192-194.

ávidos por lucros. A riqueza não lhes iguala aos demais habitantes. Eles são concebidos como “castas”, não como parte integrante da população do Rio de Janeiro.

Outro viajante que faz menção aos ciganos é Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), viajante francês, botânico, cuja presença no Brasil data de 1816 à 1822. Este viajante-naturalista veio para o Brasil com o propósito de acompanhar a missão do Duque de Luxemburgo, com a incumbência de pesquisar a fauna e a flora brasileira, repassando todas as informações para o Museu de Paris. Tentou fazer da viagem ao Brasil um modelo da forma como os cientistas da Europa “civilizada” deveriam se relacionar com os demais países do globo. Procurou em suas análises não apenas coletar os materiais, mas estudá-los e observá-los antes de serem enviados ao seu destino. Saint-Hilaire, quando da sua viagem para o Brasil estava com trinta e sete anos; possuía vastos conhecimentos em sua área, a botânica, da mesma forma que trazia todas as percepções e impressões do mundo no qual estava inserido.³⁰

Sua principal atividade foi a botânica, no entanto, em meio à descrição de plantas e paisagens não negligenciou as descrições históricas, nem as populações com as quais conviveu. Diz-se que entre os viajantes de sua época, Saint-Hilaire foi o mais “honesto” em suas descrições; não restringia apenas as suas anotações, buscava, sempre que possível, a opinião de outros autores, usando citações das mais diversas.³¹ Durante a sua viagem depara-se com um grupo de ciganos, relato que passaremos a analisar.

Em sua descrição sobre os ciganos, Saint-Hilaire, da mesma forma que Debret, inicia a narração apontando para a prática do comércio entre os grupos. Relata que os ciganos estão espalhados por todo o país praticando a permuta de muares e cavalos, como é

³⁰ KURY, L. “Auguste de Saint-Hilaire: viajante exemplar”. *Revista Intellêctus* [em línea]. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004, ano II, vol.I. < http://www2.uerj.br/~intellctus/Anterior_2_01.htm > Acesso em: 18 de Fevereiro de 2011, p. 1-11.

³¹ SAINT-HILAIRE, op. cit., p.12-13.

de costume da sua “raça”. O viajante destaca ainda que os ciganos, principalmente no Rio de Janeiro, eram os responsáveis pelo tráfico de escravos de segunda mão, existindo entre eles, inclusive, ciganos muito ricos.* Conforme vimos, esta mesma informação, referente ao tráfico de escravos, fora antes descrita por Debret. Segue descrição de Saint-Hilaire para que possamos compará-la:

Estava acampado em Urussanga, enquanto ali permaneci, um numeroso bando de boêmios (ciganos). Esses indivíduos eram estabelecidos numa vila vizinha – Mogi-Guaçu³²; mas espalhavam-se pelo país, para fazerem, segundo o costume de sua raça, permutas de muares e cavalos. [...] Na época de minha viagem, eram os ciganos, principalmente, que, no Rio de Janeiro, faziam em segunda mão, o comércio de escravos, e entre os mesmos encontravam-se homens muito ricos.³³

Em outro momento de seu relato, o autor retorna à questão do comércio e afirma que os ciganos passavam o dia inteiro a tentar fazer trocas com as caravanas com as quais eles se deparavam: “Os ciganos de Urussanga passaram um dia inteiro procurando fazer trocas com os proprietários das duas caravanas que, comigo, estavam abrigados no rancho.”³⁴

Saint-Hilaire, assim como Debret, descreve a prática do roubo. Sobre o assunto faz menção a uma passagem muito interessante, a qual narra a brincadeira que fez com um cigano acerca de sua honestidade:

Em tom de brincadeira, falei a um deles da pouca probidade de que é acusada a sua raça. ‘Eu engano tanto quanto posso, -

* Para ver a descrição completa que o autor Saint-Hilaire faz sobre os ciganos, ver anexo A.

³² É interessante observar que 180 anos após o relato de Saint-Hilaire constatamos que os ciganos continuam na cidade de Mogi-Guaçu e que a quantidade de ciganos existente, ainda hoje, é expressiva. Cf: PERON, Marcos. Campinas é o ‘Vaticano’ de ciganos no Brasil. **Folha de São Paulo**. 7 de janeiro de 1996, p.3.

³³ SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 138-9.

³⁴ Idem, p.139.

respondeu-me seriamente -; mas todos os que comigo negociam fazem o mesmo. A única diferença que existe entre nós, é que eles dão altos gritos quando se vêem embrulhados, ao passo que se me embrulham, nada digo a ninguém'.³⁵

Esta ingênua brincadeira de Debret nos faz refletir sobre representação que se fazia destes grupos, já que eram acusados constantemente. Da mesma forma, nos coloca a pensar sobre a postura do próprio cigano, que não discute sobre o tema, tão pouco se defende dizendo que não só a “raça” deles rouba, mas todas as outras, salientando apenas as diferenças existentes entre os que com ele comerciavam. Este episódio nos remete à reflexão sobre a importância que o “fazer-se cigano” tem para eles. Para os ciganos pouco importa o que os brasileiros pensam a seu respeito, o importante é a aprovação e o reconhecimento dentro do próprio grupo.*

O próximo viajante de nossa análise é Henry Koster, o exato.³⁶ Filho de ingleses, porém nascido em Portugal, veio para o Brasil em 1809 e, ao que tudo indica, morreu em 1820, no Recife.³⁷ Sua obra é riquíssima, pois anota tudo que vê – os homens, as “raças”, as paisagens, os animais, a natureza dos terrenos, as crenças, os costumes -. Ao contrário dos viajantes até aqui

³⁵ SAINT-HILAIRE, op. cit., p.139.

* A construção da identidade dos grupos, veremos no capítulo 3 desta dissertação.

³⁶ Quando em 1869, Richard Burton, recenseando os escritores que haviam tratado do povo brasileiro no primeiro capítulo do seu *“The Highlands of the Brazil”*, citando Koster, deu-lhe um título que ficou. Chamou-o *the accurate Koster*, o exato Koster. Em parte alguma do *“Travels in Brazil”* haverá material para um enredo cinematográfico. Nada descreve além do que, em alta porcentagem, ainda vemos, ou até pouco tempo víamos, nas regiões em que vivera o registrador. O exato Koster é digno do título. In: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. “Travels in Brazil”. Companhia Editora Nacional, São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre, 1942, p. 11.

³⁷ Sua primeira viagem para o Brasil foi em 07 de dezembro de 1809, quando viaja para o Recife. Em 1815 retorna para Inglaterra, onde se dedica a escrever sua obra – *Travels in Brazil* – publicada em 1816. Após publicação, Koster retorna a Pernambuco. O último contato com o viajante foi em 1819 quando James Henderson o visitou em Recife. Já estava muito doente e o que se supõe é que tenha morrido no ano de 1820 em Recife. Não se tem dados precisos sobre sua morte e onde fora sepultado, estima-se que tenha sido enterrado no campo-santo do cemitério britânico em Santo Amaro. In: KOSTER, op. cit., p.12-16.

estudados, não possuía nenhuma missão por trás de seus relatos. Não possuía subsídios de museus, tão pouco do governo. Sua viagem foi livre e curiosa, pois, Koster não se condicionou à idéia de prestar contas da sua vida no exterior nem em justificar suas viagens através de relatórios científicos, nem mesmo idealizou escrever alguma obra ao regressar a sua pátria natal.³⁸

Em sua descrição sobre os ciganos, o viajante narra o que lhe dizem, pois, segundo afirma “ouvi assiduamente citar esse povo, mas nunca me foi possível avistar um só desses homens”, no entanto, “em que pese a importância e assiduidade com que são citados, não os poderia deixar de mencioná-los.”* Koster fala sobre o comércio, característica que aponta como peculiar a estes grupos. Destaca a compra e venda de cavalos e objetos: “[...] Vão errando, de lugar em lugar, em grupos de homens, mulheres e crianças, permutando, comprando e vendendo cavalos e ninharias de ouro e prata.³⁹ O viajante não faz menção sobre o roubo, prática tão destacada pelos outros observadores até aqui analisados.

O quarto viajante a descrever os ciganos é a inglesa Maria Graham (1785-1842). Nascida em Londres e filha de George Dundas, um grande explorador que lhe deixou como legado uma educação apurada, da qual fará uso quando governanta da princesa D. Maria da Glória (1819-1853), filha do imperador Dom Pedro I (1798-1834).⁴⁰ Graham foi viajante, escritora, desenhista e governanta. Esteve no Brasil em três momentos entre os anos de 1821 e 1825. Coloca-se como viajante a serviço da Coroa inglesa, para a qual irá relatar em seus diários assuntos políticos e da vida social do Brasil, descrevendo as cidades, a escravidão, a condição da mulher, os

³⁸ KOSTER, op. cit., p. 12-16.

* Para ver a descrição completa que o ator Henry Koster faz sobre os ciganos, ver anexo A.

³⁹ KOSTER, op. cit., p. 488.

⁴⁰ In:

<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2674&cd_item=1&cd_idioma=28555> Acesso em 24 de março de 2011.

hábitos de alimentação, o comércio e outros aspectos sociais, dando enfoque especial à educação, devido a sua formação de educadora.⁴¹

Graham, em seus relatos, faz uma menção curta sobre os ciganos, porém importante. Ao falar do comércio destaca a riqueza de muitos deles. Sua descrição justifica-se pelo contexto da época. Maria Graham esteve no Brasil no período de maior opulência para os ciganos.⁴² A família Real, inclusive, fez uso dos serviços prestados por estes grupos⁴³ e concomitante a isto, o tráfico de escravos estava em alta. No entanto, mesmo diante desse contexto promissor, os ciganos eram estereotipados, tidos por ladrões e trapaceiros. Conforme o relato de Graham: “Alguns deles dedicam-se ao comércio e muitos são extremamente ricos, mas são ainda considerados ladrões e trapaceiros, e chamar um homem Zíngaro [cigano] equivale a chamá-lo de velhaco.”⁴⁴

Percebe-se no relato de Maria Graham uma narrativa simples, porém precisa. A autora não se detém em minúcias a respeito dos ciganos, informa o que “vê” e relata as representações da sociedade da época sobre os ciganos.

⁴¹ Maria Graham em sua primeira viagem para América, em 1821, a bordo da *Fragata Doris* – navio-escola britânico – sob o comando de seu marido Thomas Graham, exerceu a função de professora de literatura para um grupo de guarda-marinhas.

Disponível

em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_maria_graham.htm> Acesso em 24 de março de 2011.

⁴² Nos anos que precedem a Independência, durante a permanência da Corte portuguesa no Brasil, parece ter sido o momento de maior aceitação e de valorização da comunidade cigana, ao menos no Rio de Janeiro, durante o oitocentos. Essa comunidade vivia em pleno florescimento econômico e artístico. Apesar de a comunidade do Campo de Sant’Ana ter se formado a partir de miseráveis famílias deportadas no início do século XVIII, diversos ciganos tornaram-se realmente ricos. Entre estes os que tiveram maior sucesso econômico foram os comerciantes de escravos. Cf: TEIXEIRA, op. cit., p. 39.

⁴³ Para os portugueses e outros europeus que chegavam em grande número ao Rio, após a transferência da família real, ávidos por encontrar os mais exóticos tipos humanos nos trópicos, os ciganos correspondiam bem a esta expectativa. Atos inconcebíveis em Portugal ocorriam no Rio, como a participação de dançarinos ciganos em festividades reais. Cf: TEIXEIRA, op. cit., p. 41.

⁴⁴ GRAHAM, Maria. **Diário de viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 383.

Já Daniel Kidder é sucinto em seu relato, apenas menciona sobre o roubo de cavalos nas minas: “Uma das principais queixas contra eles relacionava-se com o roubo dos animais usados nas minas, a despeito de todas as precauções dos mineiros.”⁴⁵

O último viajante a descrever a prática do comércio entre os ciganos é James William Wells, viajante inglês cuja profissão de engenheiro o diferencia dos demais abordados ou analisados até aqui, possibilitando um enfoque distinto. Wells esteve no Brasil no período imperial de 1869 à 1886, veio com a equipe de engenheiros contratada pelo governo imperial, organizada pelo *Public Works Construction Company*, de Londres, com o objetivo de levantar um itinerário para o trecho final da Estrada de Ferro Pedro II. Possuidor de uma visão técnica, James Wells não se deteve nas descrições botânicas. O foco de suas narrativas, portanto, está centrado nas produções, nos transportes, nas tecnologias e no comércio.⁴⁶

A obra na qual o ator narra a vivência junto aos ciganos – *Três mil milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão* – publicada no Brasil somente em 1995, traz um olhar peculiar acerca do que observou, pois, diferente dos demais viajantes, permaneceu mais tempo nos lugares, possibilitando uma descrição mais aguçada do que vira. A partir da experiência que Wells nos descreve, foi possível constatar, de forma elucidativa, quais eram os procedimentos adotados pelos ciganos durante uma negociação.^{47*}

Wells inicia sua descrição acerca dos ciganos pela curiosidade de que é tomado ao ver moradias em forma de barracas. Resolve então tomar conhecimento aprofundado sobre o assunto. Depara-se com homens de aparência perversa que contrapõe com uma beleza exótica. De início, percebe-se o olhar desconfiado, o medo pelo perigo iminente que se mostra contrário

⁴⁵ KIDDER, op. cit., p.40.

⁴⁶ WELLS, op. cit., 11-12.

* Para ver a descrição completa que o autor James William Wells faz sobre os ciganos, ver anexo A.

aos bons tratos recebidos do anfitrião. Acentuando a sua desconfiança, recebe a dica cautelosa do companheiro de tropa que lhe informa para tomar cuidado, pois se tratava de ciganos. Percebe-se que o estrangeiro está em meio a uma realidade que desconhece, ora afirma a aparência bonita dos ciganos, ora descreve as caras de criminosos que aparentavam. Ora é cortejado em demasia, ora tem medo de um contato mais efetivo, por se tratar de ciganos. Segue descrição do contato inicial:

Em um terreno ascendente do lado oposto do rio, surgiram umas poucas casas e certa quantidade de barracas brancas. Curioso para descobrir que acampamento era aquele, cavalguei até as barracas, onde me vi cercado por um certo número de sujeitos, os de aspecto mais facínora que eu já vira fora do palco de um teatro. Eram os ciganos. [...] Senti que entrara como que em um ninho de vespas e que precisava por em ação a diplomacia para safar-me com segurança, com meus animais e pertences. [...] Um homenzinho idoso e confortavelmente vestido veio em minha direção, fazendo, enquanto se aproximava chapéu na mão, uma série das mais profundas reverências. Ele se dirigiu a mim como o muito ilustre e excelente Senhor estrangeiro e, apontando para a melhor das casas, informou-me que ela era pobre morada do humilde servo do mais ilustre senhor (referindo a mim) e, colocando sua mão no freio do burro, levou-me até sua porta, onde, com cortesia exagerada, segurou meu estribo e convidou-me a desmontar e entrar. Minha tropa chegava neste momento, e o animal foi consignado a Chico, que aproveitou a oportunidade para sussurrar, 'Esta gente são ciganos, toma cuidado'. Meu efusivamente amável anfitrião fez-me entrar, com mais uma reverência, em um aposento pequeno, bem mobiliado até, e bastante limpo, e informou-me que era o capitão da tribo, mas sendo agora um homem idoso, tinha abandonado a vida nômade e finalmente se estabelecido aqui, onde alguns dos 'meninos' tinham vindo fazer-lhe uma visita.⁴⁸

⁴⁸ WELLS, op. cit., p. 294. [Grifos da autora.].

Para aplacar o medo, o viajante encontra como solução propor ao anfitrião um negócio, diz ao cigano que pretende adquirir dele algumas mulas. A proposição da transação o deixa mais tranquilo, pois vê no anfitrião a satisfação gerada pela possibilidade de negociarem. Posta em prática sua diplomacia de forma a diminuir seu medo, era hora de acomodar-se:

Exprimi minha satisfação em encontrar um cavalheiro tão distinto nestes ermos e a esperança de poder congratular-me pela oportunidade de adquirir algumas mulas. Logo que o ouviu, os olhos do velho faiscaram de prazer diante da perspectiva de um negocinho, e era perceptível que eu tinha tocado em seu ponto fraco. Ele disse que eu veria mulas amanhã de manhã como nunca havia visto antes, etc., e prometeu tê-las prontas para minha inspecção de manhã cedo. Depois disto, com muitas reverências de lado a lado, retirei-me e dei ordem para que a barraca fosse armada, toda a bagagem guardada dela e Feroz atado ao pau da barraca.⁴⁹

Ainda durante a noite, no jantar oferecido pelo anfitrião, iniciam-se as negociações. O cigano afirma ao estrangeiro que cedo chegarão mulas novas vindas de São Paulo: “[...] Contou-me que os seus ‘meninos’ tinham acabado de chegar de uma viagem a São Paulo, onde tinham estado comprando mulas, que agora levavam para vender na Bahia, ou em algum lugar pelo caminho.”⁵⁰

Logo pela manhã, depois de uma noite não muito calma, iniciaram-se as negociações. Para surpresa do viajante o chefe da tribo apareceu com um número elevado de mulas, algumas excelentes. Tendo selecionado as mais fortes, inicia-se a pechincha em torno do preço. Entre altos e baixos valores, inclusão de serviços extras, chegou-se a um consenso que, para surpresa do viajante, fora de bom tamanho. Segue descrição do negócio firmado entre o viajante e o cigano:

⁴⁹ Idem p.294-5.

⁵⁰ Ibidem, p. 295.

[...] De manhã cedo, o velho senhor apareceu com quarenta ou cinquenta mulas, algumas delas realmente excelentes. Selecionei duas fortes e de aspecto ativo, e então começou o longo e cansativo regateio acerca do preço. Um valor excessivo foi naturalmente pedido, e um valor igualmente inferior foi oferecido, sendo consumido um longo tempo na tentativa de fazer as duas extremidades se encontrarem. Até mesmo a pantomina de amarrar a carga em meus próprios animais e dar partida teve de ser realizada antes que realmente concluíssemos nossas barganhas, que foram, para minha grande surpresa e satisfação, muito razoáveis. Dei 100 mil-réis (cerca de £ 10) e meus dois pangarés alquebrados e quase sem valor por duas magníficas mulas. O preço reduzido sugeria fortemente que elas eram propriedades roubadas.⁵¹

Percebe-se durante todo tempo o “olhar” sempre atento e desconfiado do viajante, mesmo que todo o contexto colaborasse para sua despreocupação. A todo o momento ele esperava alguma reação, ou de briga ou de roubo, ou qualquer outra coisa que fugisse ao seu controle, isso tudo pelo fato de estar na presença de ciganos. Ao final do seu contato, mesmo com a sensação de que os ciganos não eram tão nefastos assim, o viajante sai feliz e ao mesmo tempo desconfiado, esperando que a qualquer momento, o verdadeiro dono da sua mula a pudesse confiscar, pois havia pago um preço reduzido por um produto, aparentemente, tão bom, e pelo produto ter sido adquirido de um comerciante cigano:

[...] Ao fazer esta troca eu sabia que estava correndo o risco de ter os animais confiscados no caminho por um ou mais dos seus prováveis proprietários legítimos; porém se ela não tivesse sido efetuada, só me restaria a alternativa infeliz de não poder partir em paz e de meus próprios animais logo sofrerem um colapso final. [...] Até o último instante, o velho senhor manteve sua cortesia extravagante, que formava um forte contraste com os modos reservados, ou melhor, mal-humorados, dos outros

⁵¹ Ibidem, p. 296-7.

membros da tribo, no geral, minhas reminiscências dessas pessoas não podem senão ser agradáveis.⁵²

James Wells, quanto ao roubo, dá destaque às mulheres, que apesar de bonitas eram megeras, além de pedirem um pouco de tudo que possuía na barraca, aproveitavam toda a oportunidade para roubar o que estivesse pela frente. Quanto aos homens, reafirma o que os outros viajantes descreveram sobre o domínio do comércio de escravos pelos grupos ciganos e, com um “olhar” apurado, relata que eles são conhecidos, no interior, como negociantes de cavalos, ou melhor, como “ladrões de cavalos”:

A parte feminina da tribo vinha agora visitar-me – moças bonitas e megeras emurchecidas. Logo seguiram-me os pedidos de um pouco de açúcar, um pouco de café, feijão, carne-seca, farinha, carne de porco, sal, ou qualquer coisa que eu pudesse fornecer. A princípio, pequenas quantidades das diversas mercadorias foram dadas, até que os pedidos passaram a ser tão seguidos e insistentes que meus estoques começaram a diminuir com rapidez, e finalmente meu empregado Bob pegou uma velha senhora às suas costas servindo-se do nosso escasso estoque de farinha. A perspectiva de uma viagem sem desfarinhada foi o suficiente para perturbar a equanimidade de Bob, e ele imediatamente mandou a velha embora. Ela recuou e, levando seu braço magricelo, com o indicador apontado para o céu, amaldiçoou-o poética e fluentemente com uma arenga arrastada, rogando que ele, pelo resto de seus dias na terra, nunca mais tivesse farinha para comer. [...] É curioso como esses ciganos romenos conseguiram chegar ao Brasil originalmente, mas é bem sabido que, nos velhos dias do tráfico de escravos, o negócio de compra e venda do marfim negro estava em grande parte em suas mãos, e no Rio de Janeiro muitos fizeram fortunas consideráveis. No interior, são conhecidos como negociantes de cavalos, mas ladrões de cavalos seria provavelmente mais correto. Eles são muito temidos pela gente do interior como povo misterioso. [...] Quando eu, mais tarde, recolhi-me à minha barraca para passar a noite, encontrei lá Bob e José, e o cachorro

⁵² Ibidem, p. 294-7.

ferroz (o último com uma disposição selvagem); os homens contaram-me que os ciganos estavam rondando a barraca e tinham feito uma ou duas tentativas de agarrar qualquer coisa portátil, enfiando os braços sob a lona. Felizmente, para eles, o limite da corrente do cachorro não lhe permitia alcançá-los, senão havia mordidas e, certamente, algum problema seria o resultado. [...] Durante a noite o cachorro perturbou-nos em diversas ocasiões com o barulho de seus grunhidos selvagens, que pelo menos serviam para manter os visitantes indesejáveis à distância e preservar uma paz conveniente.⁵³

Aqui é possível perceber que o tipo de comércio exercido pelos ciganos possibilita aos grupos não só a sobrevivência, em termos financeiros, mas a continuidade de suas tradições que se faz muito presente através do nomadismo. A partir desta análise, é possível pensarmos na presença forte dos ciganos, durante o século XIX, no Rio Grande do Sul, tendo-se em vista que a economia gaúcha estava fortemente apoiada nas charqueadas e essas tinham como força de trabalho principal a mão-de-obra escrava.

Com a lei Euzébio de Queiróz, em 1850, ocorre o que se chamou de “a crise de braços”, pois a lei proibiu o tráfico de escravos e tornou a mão-de-obra negra mais cara. Este processo ocorreu dentro de um contexto mais amplo que fez o Brasil transitar de uma economia escravista para uma economia capitalista, baseada na mão-de-obra livre, dando início ao grande período de imigração,⁵⁴ que também trará novas levas de ciganos para o Brasil.⁵⁵

⁵³ Ibidem, p. 295-6.

⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. – 7º ed. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 41-46.

⁵⁵ Segundo dados oficiais, de 1819 a 1959 migraram para o Brasil 5,3 milhões de europeus, dos quais 1,7 milhões portugueses, 1,6 milhões italianos, 694 mil espanhóis, 257 mil alemães e 125 mil russos. No desembarque registra-se apenas a nacionalidade do imigrante, e não a sua identidade étnica. É mais do que provável que no meio dos quase dois milhões de imigrantes italianos e alemães também tenham vindo ciganos *Sinti*, principalmente durante a II Guerra Mundial. Cf: DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964, p.26-28.

A partir da abolição da escravatura e da instauração da República dá-se início a uma nova política de modernização, há uma reordenação do espaço físico das cidades, as vias públicas e os centros urbanos passam a ser “higienizados” de todos os indivíduos que não fazem parte da nova ordem. Os ciganos, desprovidos do comércio de escravos, retomam as antigas práticas de comercialização, a de cavalos e mulas, tecidos, roupas, jóias, enfim, comercializam tudo que o mercado oferecia e que possibilitaria algum tipo de ganho. Dentre as práticas de comercialização entre ciganos e não-ciganos, é importante destacar a barganha e a possibilidade do escambo, essa prática os diferenciava dos tradicionais vendedores de porta em porta, os mascates, que tinham a vantagem de negociar a prazo e a partir de encomendas, tática não aplicada pelos ciganos devido ao nomadismo.⁵⁶

Este processo ocorreu dentro de um contexto mais amplo que fez o Brasil transitar de uma economia escravista para uma economia capitalista, baseada na mão-de-obra livre, dando início ao grande período de imigração,⁵⁷ que também trará novas levas de ciganos para o Brasil. É neste contexto que podemos pensar a presença dos ciganos no Rio Grande do Sul, pois como até agora foi apontado pelos viajantes estudados, eles dominavam o tráfico negreiro, podendo supor que a falta desta mão-de-obra no Rio Grande do Sul possa ter sido, em parte, aplacada por estes comerciantes. Da mesma forma podemos pensar na presença deles no Rio Grande do Sul ao falarmos do comércio de muares na região de Mogi-Guaçu, São Paulo. Conforme descreveu Saint-Hilaire e reafirma o historiador Rodrigo Teixeira:

No século XIX destacaram-se pelo comércio de muares vindos da Província do Rio Grande de São Pedro (Viamão). Os animais vendidos em Sorocaba eram chucros, e os ciganos amansaram os animais e depois vendiam por um valor muito maior. Segundo

⁵⁶ TEIXEIRA. op. cit., p. 84.

⁵⁷ PESAVENTO, op. cit., p. 41-46.

Rodrigo Teixeira os ciganos que Saint-Hilaire encontrou em 1819, em Urussanga, que estavam instalados em Mogi-Guaçu (cidade relativamente próxima ao limite com Minas), talvez estivessem indo ou vindo de Sorocaba. Nesta cidade, durante quase todo o século XIX, funcionou o maior centro de comércio de muares trazidos dos pampas. Era um dos principais pontos onde os tropeiros de Minas renovavam suas tropas com muares vindos da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, principalmente da cidade de Viamão. Uma vez que a maioria dos animais vendidos em Sorocaba eram chucros, é bem provável que os ciganos tenham se destacado como amansadores, já que tinham também uma longa tradição neste trabalho. Quando os animais estavam acertados para receber a carga ou a sela, seu valor aumentava significativamente.⁵⁸

Após a análise dos viajantes acerca da representação sobre os ciganos a partir do viés do comércio e do roubo, constatou-se que, dentre os seis relatos dos viajantes trabalhados até aqui, apenas dois mostram ser relativamente imparciais, Henry Koster e Maria Graham. Ambos mantêm o foco na narrativa, descrevendo o que vêem ou o que ouvem dizer, mas não emitem julgamento próprio acerca dos grupos, e, da mesma forma, não descrevem sobre a prática do roubo entre os ciganos. Os outros quatro viajantes – Jean Baptiste Debret, Saint-Hilaire, Daniel P. Kidder e James W. Wells emitem juízos de valor baseados em sua própria cultura e criam e reproduzem estereótipos. Confirmando esta idéia, Rodrigo Teixeira assegura que:

(...) viajantes e memorialistas, recorriam aos estereótipos corriqueiros, como “sujos”, “trapaceiros” e “ladrões”. Isto

⁵⁸ TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos Ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos (NEC), E-texto nº 2, 2008, (edição digital). p. 59. [Grifos da autora.].

Ainda sobre a presença dos ciganos no Rio Grande do Sul, Sérgio Rosa Paiva informa que relatos e anotações realizadas por padres Jesuítas dos sete povos das missões apontam a presença de ciganos em terras do estado do Rio Grande do Sul ainda no século XVII. “*Aquí nas reduções tivemos a passagem de um povo cujos costumes são condenáveis, pois, vivendo a vagabundear de um ponto a outro, com cargueiros, vendendo e comprando roubos e por sua vez roubando principalmente animais*”. Cf: PAIVA, op. cit., p.151. [Grifo da autora.]

funciona como um indicador: os ciganos eram raramente considerados por si mesmos, e com frequência, eram sinônimos de barbárie, imundice, desonestidade e imoralidade. Assim, a documentação se detém pouco sobre os ciganos singulares, que tornam-se desprovidos de existência. Quase sempre incidem sobre “o cigano”, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características estereotipadas.⁵⁹

Baseando-se em tais relatos, até agora foi possível constatar um forte etnocentrismo, explicitado a partir do contato com o “outro”. Os autores carregam no “olhar”, relatam não apenas descrevendo, mas emitindo julgamentos frente à cultura observada. Este “olhar” sobre o “outro”, descrito pelos viajantes, nos permite refletir acerca das representações que foram descritas durante o século XIX e que ainda permeiam o século XXI. O comércio, prática utilizada como forma de sobrevivência pelos ciganos, na maioria das vezes estava ligado ao roubo, e estes eram tidos como parte integrante de sua cultura, uma espécie de *habitus*⁶⁰ cultural.

2.3 Representações sobre aparência dos ciganos

A aparência, deveras mencionada pelos viajantes, é muito importante para análise da construção da identidade cigana. Tem ocorrência de 57,2%, ou seja, dos sete viajantes, quatro abordam essa temática.

⁵⁹ TEIXEIRA, op. cit., p. 24.

⁶⁰ Por *habitus*, compreende-se, segundo Bourdieu: “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, a funcionar como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor que se tenham em mira conscientemente estes fins e o controle das operações necessárias para obtê-los.” Cf. CUCHE, op. cit., p. 171. Resumidamente, por *habitus* compreende-se um conjunto de características que são internalizadas ou interiorizadas desde a infância, através da família, da escola e das experiências sociais de pessoas ou grupos, na forma de *hábitos*, maneira de agir, disposições ou percepções, e que os levam a organizar, de forma “natural” e muitas vezes inconsciente, sua conduta e suas escolhas. **A Vulgata burdiana**. Texto produzido pelo professor Flávio Heiz e utilizado na disciplina da pós-graduação em História da PUCRS. (manuscrito 2011). [Grifo da autora.].

O estereótipo dos grupos – aqui caracterizada pela aparência - aparece nos relatos normalmente junto ou logo após a descrição sobre a prática do comércio, pois a aparência “exótica” chama a atenção dos viajantes. Impressionam-se com as vestimentas, aparência física, os hábitos de higiene dos grupos, aspectos que relatam com acuidade em seus diários. O choque cultural é evidente, pois ao deparar-se com “figuras” tão “diferentes” demonstram tanto curiosidade como repulsa e, acima de tudo, superioridade cultural.

Desta relação entre viajantes e ciganos constatamos o que a Antropologia Cultural chama de etnocentrismo, que segundo Everardo Rocha, “passa exatamente por um julgamento do valor da cultura do “outro” nos termos da cultura do “eu”.⁶¹ Esse choque cultural, de certa forma, irá incidir sobre a própria identidade dos viajantes que, ao defrontarem-se com a cultura do “outro”, passaram a pensar a sua própria cultura. Esse embate, em parte, justificará o olhar valorativo da grande maioria dos observadores. Complementando a definição sobre o conceito de etnocentrismo, segue a definição primeira de Willian G. Summer:

O etnocentrismo é o termo técnico para esta visão das coisas segundo a qual nosso próprio grupo é o centro de todas as coisas e todos os outros grupos são medidos e avaliados em relação a ele [...]. Cada grupo alimenta seu próprio orgulho e vaidade, considera-se superior, exalta suas próprias divindades e olha com desprezo as estrangeiras. Cada grupo pensa que seus próprios costumes (*Folkways*) são os únicos válidos e se ele observa que outros grupos têm outros costumes, encara-os com desdém.’ (citado por Simon [1993, p. 57].⁶²

Com os ciganos não será diferente, a partir do contato com o “outro”, com o viajante, é que se percebe a construção de uma etnicidade, que segundo Dimitri Rezende, se manifesta através de

⁶¹ ROCHA, op. cit., p.7-13.

⁶² CUCHE, op. cit., p. 24.

representações coletivas produzidas socialmente em uma situação de contato. Para Rezende “a identidade étnica é uma categoria social produzida em situações de conflito entre sociedades em competição.”⁶³ Essa identidade opera negando a existência do “outro”. Conforme Roberto Cardoso afirma:

a identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, isto é, a base da qual esta se define. Implica a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma *negando* a outra identidade, *etnocentricamente* por ela visualizada.⁶⁴

Neste sentido, analisar a aparência destes grupos a partir do olhar e das representações dos viajantes é, de certa forma, analisar a construção da própria identidade cigana⁶⁵, haja vista que compreendemos a construção da identidade a partir das diferenças com relação ao “outro”. Sendo assim, para tomarmos consciência da nossa cultura é necessário defrontar-nos com outras culturas.⁶⁶ Conforme Stuart Hall afirma, as identidades culturais preenchem o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o pessoal e o público, a identidade costura o sujeito à estrutura, estabiliza tanto os

⁶³ REZENDE, op. cit., p. 24.

⁶⁴ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Editora Pioneira, 1976, p. 5-6.

⁶⁵ Flôrência Ferrari em sua tese sobre os ciganos Calon prefere utilizar o termo *calonidade* ao invés de identidade, justifica sua escolha dizendo que a identidade reifica processos em “entidade” existentes *a priori*, ocorre em favor de uma noção de processo. Ao contrário, a *calonidade* não configura uma “lista de atributos”, mas um processo de “fazer-se”, um modo de agir “em construção”, continuamente reinventando o incompleto. Nesse sentido, a *calonidade* é ela própria performativa, ou seja, é definida na e pela performance, o que não se confunde com a formulação de uma “identidade Calon” atualizada em múltiplas performances. Cf: FERRARI, Flôrência. **O MUNDO PASSA uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2010, p. 19. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-02082010-191204/>>. Acesso em 01 de Set. 2010.

⁶⁶ FERRARI, Flôrência. Ciganos Nacionais. **Acta Literaria**. n. 32, 2006, p. 79-96, p. 79.

sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam. No entanto, ainda segundo Hall, “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.”⁶⁷. O caso da construção da identidade cigana não se difere de tal teoria. Corroborando com esta idéia de identidades múltiplas, e citando o caso dos ciganos, Rodrigo Teixeira afirma:

Historizar os ciganos nos remete a compreendê-los na sua pluralidade e no seu excepcionalismo. Há uma generalidade reducionista ao se chamar de ciganos indivíduos e/ou comunidades com diferenças significativas entre si. Precisa-se, assim, tomar cuidado ao denominar ‘cigana’ a identidade de grupos que chegaram ao Brasil deportados de Portugal desde o século XVI e, ao mesmo tempo, a identidade de famílias oriundas dos Balcãs e da Europa central, que chegaram ao país no final do século XIX. Trata-se de uma enganosa generalização, sem dúvida, pois que o espaço e o tempo modificam sensivelmente a constituição desse ‘sujeito’⁶⁸.

Conforme análise de Teixeira é possível afirmar que a identidade cigana se forma a partir de diferentes olhares, tanto o olhar dos próprios ciganos, que se constituem por eles mesmo através de um mosaico étnico, como a partir do olhar dos pesquisadores, neste caso o dos viajantes, que, em consequência da diversidade, e ao mesmo tempo, singularidade cultural, os classificam e definem de forma inadequada, sem o cuidado de observar a identidade e a cultura a partir delas mesmas, mas caracterizando-os a partir da ótica de quem os observa. Concomitante a isso Teixeira esclarece que:

No domínio dos ciganos, não existem senão múltiplas identidades. Daí que o termo cigano não designa as comunidades por nomes que elas próprias dão para si. Ela designa, isto sim, uma abstrata imbricação de comunidade ciganas. A diferença é

⁶⁷ HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 10-13.

⁶⁸ TEIXEIRA, op. cit., p. 20.

muito grande, pois na realidade não existem ciganos, mas sim diversas comunidades (historicamente diferenciadas) chamadas de ciganas mantendo relações de semelhança e/ou dessemelhança com as outras.⁶⁹

Em razão dessas múltiplas identidades, que os assemelham e também os diferenciam dos demais ciganos, não será possível fazer uma abordagem minuciosa de cada comunidade descrita pelos viajantes, à análise que se fará será apenas do estereótipo dos grupos e da abordagem dada pelo viajante. Não se analisará a diferença interna existente entre os grupos, no entanto, fica claro que, por ciganos, compreende-se uma identidade étnica muito mais complexa do que a informada nestes relatos.⁷⁰

No que se refere à aparência dos ciganos, tema deste subcapítulo, o viajante Saint-Hilaire é sucinto. Descreve apenas os homens com suas barbas e cabelos compridos, contrários aos costumes da época; não entra em maiores detalhes quanto à aparência e não chega a mencionar as mulheres. Salienta a semelhança dos ciganos com os brasileiros. Vejamos sua descrição:

⁶⁹ TEIXEIRA, op. cit., p. 20-21.

⁷⁰ Segundo Dimitri Rezend, com base em Willems e Lucassen, os termos mais freqüentes e representativos do estereótipo cigano como - *bohemians, egyptians, gypsies, heathens, tsiganes, e zigeuners* - identificam os indivíduos tidos por “ciganos”. Porém, de acordo com cada país ou região da Europa, os termos variavam a partir de relações *etnizadas* no campo semântico, ou seja, de acordo com o contexto interétnico os termos foram utilizados diversificadamente, significando oposição lingüística e cultural. [...] estes nomes atribuídos aos ciganos são muito variados e designam, para aqueles que os empregam, realidades imprecisas e diferentes. Estas denominações nascem de uma visão míope e parcial da história dos ciganos (como é o caso na França com os chamados *bohemians*, nome dado aos ciganos que levavam cartas do rei da *Bohemia*, ou do espanhol *húngaros*), bem como de lendas e mitos (tal é o caso de todos os termos que procedem da palavra “Egito” como *gitans, gitanos, gypsies...*) e de uma terminologia empregada na língua cigana deformada (por exemplo, na França os chamados *manouches* e os *romanichels* [nos EUA]), ou termos mais ou menos pejorativos e regionais, ligados a um aspecto físico (como os *mustalainen* da Finlândia - “os negros”). [...] Estes nomes parecem conter em si mesmos as imagens e símbolos determinantes da condição de *ser cigano*. Isto é, os nomes são como emblemas que definem um determinado conjunto de atributos e parâmetros classificatórios que variam com o contexto de interação. Estas imagens ou emblemas elaboradas pela ciência (filósofos, historiadores, lingüistas, antropólogos, e outros), pelo senso comum e pelas autoridades públicas, revelam a tensão e conflito existentes entre discursos e práticas sociais que se inscrevem em um campo de forças simbólicas. In: REZENDE, op. cit., p. 90.

[...] estavam vestidos como os brasileiros, mas tinham os cabelos compridos e longas barbas. Perguntei-lhes por que, contrariando o costume do país, deixavam crescer a barba, mas só obtive respostas evasivas. Todos tinham boa aparência; possuíam escravos e grande número de cavalos e de animais de carga.⁷¹

Percebe-se no “olhar” do viajante a tentativa de encontrar algo de semelhante a sua cultura. Ao passo que os ciganos vestiam-se como os brasileiros, tinham cabelos e barbas compridas, o que, segundo ele, os diferenciava dos costumes de sua época.

Henry Koster, por sua vez, inicia sua descrição sobre os grupos informando suas características físicas. A aparência ganha destaque, como não os conhece, se vale de descrições feitas pelos principais autores da época, como Adolpho Coelho:

“[...] Descreveram-nos como homens de pele amorenada, feições que lembra os brancos, bem feitos e robustos. [...] As mulheres viajam a cavalo, sentadas entre os cestos de animais carregados e os meninos são postos dentro dos cestos, de mistura com a bagagem. Os homens são cavalheiros eméritos, e quando os cavalos de carga estão exaustos, contentam-se em diminuir a marcha, sem que descavalguem ou dividam o carroto com os demais componentes do comboio.”⁷²

Pelo relato de Koster, percebe-se a tentativa de salientar a brutalidade da “raça”, ao descrever a forma como as mulheres viajam e como os homens tratam seus cavalos de carga. Evidencia-se um “olhar” valorativo. Ao mesmo tempo, ao analisarmos as notas explicativas de seu texto, nos deparamos com o “ver”, mesmo que imbuído do peso de sua época. Presencia-se a força de

⁷¹ SAINT-HILAIRE, op. cit., p.138.

⁷² KOSTER, op. cit., p.488.

vontade em pesquisar, em descrever dando sentido aos seus relatos através da cientificidade da pesquisa.⁷³

Já o viajante James Wells destaca a beleza da “raça” que possui uma cor característica, gisada como cor de oliva, adornada por traços bem feitos e olhos negros brilhantes e penetrantes. Enfoca também a sujeira, constatada nos cabelos pretos, longos e com cachos gordurosos. Quanto às roupas diz – alguns estavam vestidos com roupas – o que dá a entender que outros estivessem sem roupas - característica pouco provável entre os ciganos. No entanto, o que mais destaca na aparência dos homens são as armas que possuem, destaque este, observado provavelmente em função do medo que aplacou-lhe desde o início do contato.⁷⁴

Figura 3 - Um Cigano Brasileiro



Um cigano brasileiro.

WELLS, op. Cit., p. 293.

Quanto às mulheres, informa que são bonitas, porém megeras e muito temidas por seus mistérios. Não faz maiores comentários sobre a aparência dessas mulheres ciganas, este não é o enfoque da

⁷³ Durante o texto de Koster sobre os ciganos nos deparamos com uma nota explicativa – a de número 19 - na qual o autor faz menção a sua pesquisa. Cita os autores Adolpho Coelho e José B. d'Oliveira China, que são os precursores dos estudos da etnia cigana. Cf: KOSTER, op. cit., p.492.

⁷⁴ WELLS, op. cit., p.294.

sua narração. Menciona as ciganas apenas para afirmar que o temor provem do desconhecimento, “do mistério” com relação a esta cultura: “[...] A parte feminina da tribo vinha agora visitar-me – moças bonitas e megeras emurchecidas. [...] Eles são muito temidos pela gente do interior como povo misterioso.”⁷⁵

O maior destaque que faz quanto à aparência é a forma como os ciganos procuram se mostrar. Repetidamente Wells destaca a humildade que o anfitrião tenta enfatizar quando de sua visita a uma casa cigana. No entanto, os fatos mostram que o grupo é abastado, pois possuem grandes currais e escravos, uma casa humilde, porém com um banquete de dar inveja. O viajante observa tudo, desde a aparência física, a disposição da casa, a comida servida até o comportamento de cada cigano, que segundo o viajante destacaram-se pela introspecção, contrário ao anfitrião, que fora simpático em demasia:

[...] Embora o velho enfatizasse repetidamente sua condição de pobreza, havia no entanto um certo ar abastado de prosperidade em sua fazenda que não parecia confirmar os seus protestos. Aqueles grandes currais de gado eram evidentemente construídos para rebanhos numerosos; a ponte sobre o rio, ele a construíra com os próprios recursos; numerosos escravos moviam-se pela propriedade; e prédios adjuntos, carros de boi, etc., em quantidade considerável, tudo dava testemunho de, pelo menos, um sucesso moderado. [...] Mais tarde, com muitas desculpas pela casa e recursos humildes, ele me convidou para um bom jantar de peixe pescado há pouco, cabrito assado, batatas doces, inhame, etc. e vinho Bordeaux. Na verdade, esses ciganos não são tão terríveis assim. Vários dos seus filhos, sujeitos vistosos e desempregados, que vieram tomar parte da mesa festiva, eram convivas silenciosos do banquete, pois só respondiam com monossílabos a minhas questões e observações; eles eram ou tímidos ou mal humorados, ou estavam muito famintos.⁷⁶

⁷⁵ Idem, p. 295.

⁷⁶ Idem, p. 296. [Grifos da autora.]

Todo discurso de Wells referente aos ciganos nos remete a pensarmos sobre a identidade e a representação já existente sobre eles. Wells não se conforma com tamanha gentileza oferecida pelo chefe cigano, a todo o momento procura reafirmar que apesar da tranquilidade há o perigo por estar na presença deles.

O próximo viajante a ser analisado é Berilo Neves (1899-1974) que se difere substancialmente dos viajantes até agora trabalhados pelo fato de não ser estrangeiro. Nasceu no Estado do Piauí, na cidade de Parnaíba e, apesar de sua formação inicial ser medicina, optou pela literatura como profissão.⁷⁷ O livro, o qual o autor faz menção aos ciganos – *Pampas e Cochilhas: Impressões do Rio Grande do Sul* –, é uma obra literária, conforme ele mesmo descreve: são “crônicas de viagem e, como taes, apressadas, despretensiosas, vazadas directamente da alma ao papel, sem presunções de estilo, nem requintes de linguagem, nem pompas vãs da imaginação ou da fórmula.”⁷⁸

Pampas e Cochilhas foi escrito no ano de 1931, logo após sua estada de cinco meses pelo Rio Grande do Sul. É composta por uma compilação de crônicas escritas e publicadas, a grande maioria, na imprensa de Porto Alegre.⁷⁹ Berilo aponta desde os aspectos geográficos até as impressões mais corriqueiras.⁸⁰

⁷⁷ COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de Dir. **Enciclopédia de Literatura Brasileira**. Vol. II. São Paulo: Min. Da Cultura, 2001, p. 1148.

⁷⁸ NEVES, Berilo. **Pampas e cochilhas**. Porto Alegre: Globo, 1932. p.6. Manteve-se o formato original do texto.

⁷⁹ Segundo consta, o primeiro viajante a descrever a cidade de Porto Alegre, ainda quando era conhecida como Porto de Viamão, foi o Sargento-mór Luiz Manoel Azevedo Carneiro e Cunha, em 1753. Teria vindo para relatar as atividades de logística do exército de Gomes Freire de Andrade. Desde então, mais e mais viajantes passaram por Porto Alegre, informando sobre as atividades comerciais, como John Luccock e Nicolau Dreys, ou apenas por curiosidade turística, como Hugo Zöller. O fato é que a passagem destes viajantes pelo Rio Grande do Sul deixou marcas que podem ser evidenciadas através de seus diários de viagens, que até o momento pouco foram explorados; alguns não possuem nem tradução para o português. Rev. Do IHG-RS, 1º trimestre de 1937, PP. 75-94. Apud. NOAL, op. cit., p.7-8.

⁸⁰ NEVES, op. cit., p. 7.

O pensamento do autor, apontado na bibliografia, justifica o olhar que terá frente às ciganas. Segundo Roberto de Souza Causo, em suas obras é recorrente o tema sobre as mulheres, às vezes com ar de ironia e um tanto misógino. Essa evidência constata-se a partir da análise de seus contos – “*A Costela de Adão* (1932)”, “*Século XXI* (1934)” e “*A Mulher e o Diabo* (1936)”.⁸¹

Sua descrição sobre os ciganos é um tanto peculiar. Ao deparar-se com um grupo de ciganas, na cidade de Cacequi, Rio Grande do Sul, em 1931, o autor focará seu olhar primeiramente nas mulheres, não menciona a presença dos homens, e posteriormente, descreverá a aparência das ciganas que, apesar da beleza - na qual destaca o “olhar” da cigana como bonito e perigoso -, refere como característica principal a sujeira, enfatizada pelo mau cheiro e pela sujeira das unhas. O comércio fica implícito, já que a leitura da sorte é feita em troca de mercadorias.⁸² Vejamos a passagem na qual o autor descreve estes fatos:

Em Cacequi, um bando de ciganos – tão legítimos que fediam a 50 metros de distância... Uma linda moçoila, que tinha, no pescoço, colares superpostos de poeira, quis ler a minha mão. Dei-lh’a com sincero receio das suas grandes unhas, trajadas de preto... Disse que terei uma vida longa e que há uma pessoa que tem raiva de mim (uma só?!...) Accrecentou-me, ao ouvido, que podia tirar um perigo que me ameaçava pela módica remuneração de 3 laranjas (havia, ao redor, vendedores de laranjas). Francamente, nunca houve, no mundo, um perigo mais barato... Dei-lhe as laranjas e pedi-lhe que deixasse em paz o perigo... O maior perigo que eu via ali eram os seus bonitos olhos pretos de mulher – e as suas enormes unhas sujas, de cigana.⁸³

Nesta passagem, Berilo descreve não só a aparência das ciganas, mas também a tradição principal das mulheres, a “Buena

⁸¹ CAUSO, Roberto de Sousa. **Ficção científica, fantasia e horror no Brasil. 1875 a 1950.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 163.

⁸² NEVES, op. cit., p. 62.

⁸³ Idem, p. 62.

Dicha”, a leitura da sorte. Seu olhar é irônico ao descrever a forma evasiva com que a cigana lê sua mão e ao mencionar o preço cobrado pela mesma para “retirar-lhe um perigo iminente”.

2.4 O uso da linguagem

Dando continuidade às representações feitas pelos viajantes, inicio novo tópico com foco no tema linguagem que é recorrente em 57,2% dos relatos estudados, ou seja, quatro, entre os sete viajantes, abordam esse aspecto.

A linguagem, expressa através da comunicação verbal entre ciganos e não-ciganos é evidenciada em diversos contextos. Como visto no capítulo anterior, várias foram as políticas que tentaram proibir ou dissuadir o uso da língua dos ciganos, na época denominada de “geringonça”. O *romaní*⁸⁴ - denominada pelos ciganos de *Chibí*⁸⁵ que significa língua em *romaní* - é a língua ágrafa falada por ciganos *Rom* no mundo todo.⁸⁶ Veremos que alguns viajantes destacaram a língua diferenciada dos ciganos, ao passo que outros destacaram que os grupos falam somente o português. A respeito do uso da língua entre os ciganos, Florência Ferrari afirma que:

Não há ‘algo’ propriamente a ser escondido, embora eventualmente as conversas tenham conteúdos que se pretenda

⁸⁴ O *romaní* é falado em grandes variações dialetais, como mostra o *Romani Project*, maior projeto de estudo sobre a língua *romaní* e seus dialetos. Para saber mais sobre a língua dos ciganos, ver: MELO, Fábio José Dantas de. **Os ciganos Calon de Mambai: a sobrevivência de sua língua**. Brasília: Thesaurus editora, 2005; MELO, Fábio José Dantas de. **A língua da comunidade Calon da região norte-nordeste do Estado de Goiás**. Tese de Doutorado, Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, 2008; MATRAS, Yaron. **Romani in Contact: The History, Structure and Sociology of a Language**. Amsterdam: Philadelphpha: John Benjamins, 1995. Cf: FERRARI, op. cit., p. 21; 160.

⁸⁵ Os *Chibi* dos Calon constitui um “repertório lexical” com palavras derivadas do *romaní* e do *caló* falado pelos ciganos na península Ibérica, acrescido de palavras derivadas do Português. O *Romaní* falado pelos *Rom* é uma língua, no sentido de um sistema formado não apenas por vocábulos, mas uma estrutura linguística, ausente no *Chibi*. In: FERRARI, op. cit., p. 14.

⁸⁶ Idem, p. 160.

manter oculto do *gadje*. Isso não quer dizer que o *chibi* não possa, ou não seja efetivamente, usado para tratar de assuntos que se prefere manter oculto ao *gadje* – como avisar que a polícia está chegando ou combinar negócios sem que o *gadje* entenda -, mas essa não me parece sua função principal, pois ele é empregado em muitos contextos em que tal situação não se apresenta. Contudo, é verdade que os Calon não escondem necessariamente um conteúdo, a percepção do *gadje* quando a algo desse tipo será sempre ambígua. O uso do *chibi* cria entre os falantes uma conexão que exclui os *gadjes*, servindo como meio de diferenciação. Nesse sentido, parece ser utilizado no mais das vezes como um ‘modo emotivo’ por meio do qual se cria uma ‘comunidade de sentimento’. [...] Na interação com o *gadje* isso aparece na dimensão que têm os Calon em xingar em *chibi*, sem que os *gadje* os entenda; ou na simples manutenção de um mundo inacessível ao *gadje*, que reforça o pertencimento daqueles que compartilham o sentimento de calonidade. Fala ‘enrolada’, ‘enrolou’ a língua, expressões para referir-se ao uso do *chibi* brasileiro, aludem ao caráter incompreensível da língua e o campo semântico que as palavras ‘rolo’ e ‘enrolar’ têm no Brasil, ligadas ao engano, à imprecisão deliberada e à vantagem na transação de coisas e *significações*. O *chibi* não tem as características de uma ‘língua materna’, adquirida pelas relações de intimidade familiares. Ele é um dispositivo discursivo que se desenvolve como parte da ativação de calonidade diante do *gadje*.⁸⁷

Debret aponta o idioma como “pano de fundo” para destacar o comércio fraudulento dos ciganos. Informa que usam uma língua inventada, criada apenas para dissimular as trapagens do comércio: “[...]. Para dissimular as fraudes de seu comércio, que não passa de um tráfico de má fé, criaram eles uma língua bastante pobre mas especial, cujas expressões derivam do hebraico.”⁸⁸

⁸⁷ Ibidem, p. 164.

⁸⁸ DEBRET, op. cit., p.192-194.

Já Auguste de Saint-Hilaire contrapõe o que Debret havia afirmado: “[...]. Nunca os ouvi falar outra língua senão a portuguesa.”⁸⁹

Maria Graham, assim como Debret, destaca o dialeto diferenciado dos grupos, no entanto não emite opinião formada a respeito do seu uso, afirmando não ter convivido o suficiente para saber o quanto foram influenciados pela cultura local: “Conservam o seu dialeto particular, mas não consegui ficar pessoalmente bastante conhecida deles para formar qualquer juízo sobre o grau em que a mudança de país e clima afetou os hábitos originais.”⁹⁰

Daniel P. Kidder faz um relato mais apurado sobre o uso da língua dos ciganos. Informa sobre a proibição imposta desde Portugal, que se manteve no Brasil sobre o uso de sua língua. Lei esta que impunha penalidades aos ciganos não cumpridores:

Em 1718 chegaram à Bahia diversas famílias de ciganos, com relação às quais o rei de Portugal transmitiu ao vice-rei a seguinte ordem: ‘Eu, Dom João, pela graça de Deus etc., faço saber a V. Mercê que me aprou-ve banir para esta cidade vários ciganos – homens, mulheres e crianças – devido ao seu escandaloso procedimento neste reino. Tiveram ordem de seguir em diversos navios destinados a esse porto e tendo eu proibido, por lei recente, o uso de sua língua habitual, ordeno a V. Mercê que cumpra essa lei sob ameaça de penalidades, não permitindo que ensinem dita língua a seus filhos, de maneira que daqui por diante o seu uso desapareça.’⁹¹

Tais relatos nos possibilitam perceber que o uso da língua era freqüente entre os grupos, salvo Debret que nega esta condição. Os demais viajantes destacam a diferença do idioma por eles falado.*

⁸⁹ SAINT-HILAIRE, op. cit., p.139.

⁹⁰ GRAHAM, op. cit., p.286.

⁹¹ KIDDER, op. cit., p. 39-40.

*A questão da língua falada pelos ciganos será aprofundada no 3º capítulo desta dissertação.

2.5 O Nomadismo e identidade cigana

Quanto ao nomadismo, elemento primordial que compõe as características da identidade cigana é legitimado tanto pelo olhar dos próprios grupos, como pelo olhar de quem os observa. A exemplo disso, na Inglaterra e em alguns países europeus, nas décadas de 1960 e 1970, o governo implementou políticas públicas, segundo as quais, somente os “ciganos puros ou verdadeiros” gozariam desses direitos. Essas políticas eram baseadas no estereótipo dos grupos e foram utilizadas tanto para incluí-los como excluí-los da sociedade. Definiram-se, então, critérios para classificar quem eram os “ciganos puros”, e dentre as condições definidas, o nomadismo aparece como primordial. Seguido a ele vem a linha parental, descendentes exclusivamente de ciganos e praticantes da língua *romaní*; além de outras características como as vestimentas coloridas, as danças, os costumes, enfim, atribuídas a estes grupos.⁹²

O exemplo acima demonstra o desconhecimento que temos frente à cultura cigana. Classificar como ciganos “puros” aqueles que primordialmente possuem vida nômade, sela a falta de conhecimento do que vem a ser nomadismo para os próprios grupos. Essa análise, pura e simples, é feita a partir do nosso olhar, no qual compreendemos por nomadismo ou sedentarismo simplesmente o “ir” e vir” ou o “fixar-se”. Para os ciganos, a vida nômade é expressa com significado mais amplo. Florência Ferrari afirma que o conceito de nomadismo expresso pelo modo de vida livre, sem rumo, é insuficiente para dar conta do conceito cigano de tempo-espaço. Essa relação não pode ser analisada a partir do nosso conceito de nomadismo, do nosso conceito de tempo-espaço; é necessário um distanciamento. A autora vai além ao dizer que os

⁹² REZENDE. op. cit., p. 108-9.

ciganos não são nômades no sentido comum.⁹³ Esse modo como os ciganos se relacionam com a terra é o que Deleuze e Guatarri chamam de “desterritorialização”, ou seja, não são nômades no sentido comum, mas nômades no pensamento, na forma como se relacionam com a mobilidade. É o que Ferrari chama de “nomadismo cosmológico”. Fixos em casas ou acampamentos, a relação dos ciganos com a terra não muda, pois o movimento é relativo e não absoluto, levam o nomadismo dentro de si, mesmo estando parados.⁹⁴

O nomadismo também é freqüente nos relatos dos viajantes, Debret, Koster, Graham e Wells, fazem menção a esta prática em seus relatos.

Debret faz um relato curto sobre a prática do nomadismo entre os ciganos, apenas relata que os primeiros ciganos estabelecidos no Brasil vieram de Portugal, e estes conservaram nas suas viagens os hábitos de povo nômade.⁹⁵

Henry Koster destaca o nomadismo como sendo prática comum aos grupos: “Vão errando, de lugar em lugar, em grupos de homens, mulheres e crianças, permutando, comprando e vendendo cavalos e ninharias de ouro e prata.”⁹⁶

Maria Graham, com um olhar mais apurado, destaca o nomadismo exercido pelos homens, que guiados pela profissão de comerciantes, viajam por todo o interior do Brasil, enquanto o restante da família permanece fixo: “Uma parte de sua família reside habitualmente nos seus domicílios, mas os homens vagueiam pelo país e são grandes mercadores de cavalos nesta parte do Brasil.”⁹⁷

⁹³ FERRARI, op. cit., p. 260-264.

⁹⁴ Idem, p. 260-264.

⁹⁵ DEBRET, op. cit., p.191.

⁹⁶ KOSTER, op. cit., p. 488.

⁹⁷ GRAHAM, op. cit., p.286.

James Wells, em suas observações destaca, em um primeiro momento, o abandono da vida nômade por parte do cigano “chefe da tribo” que o acolhe, em segundo lugar afirma que os mais jovens não desejam abandonar a vida nômade, por isso não se vinculam ao trabalho formal:

‘Esta gente são ciganos, toma cuidado’. Meu efusivamente amável anfitrião fez-me entrar, com mais uma reverência, em um aposento pequeno, bem mobiliado até, e bastante limpo, e informou-se que era o capitão da tribo, mas sendo agora um homem idoso, tinha abandonado a vida nômade e finalmente se estabelecido aqui, onde alguns dos ‘meninos’ tinham vindo fazer-lhe uma visita. [...] A tribo compunha-se de cerca de cinquenta homens e mulheres e diversas crianças. Muitos os homens eram filhos ou parentes do velho, que tratavam com a maior deferência. [...] A região circunvizinha tinha sido povoada apenas nos últimos vinte anos, e os habitantes atuais eram, portanto colonos relativamente recentes; o clima é notavelmente salubre, e o solo excelente, mas há falta de mão-de-obra, pois os ‘meninos’ se recusam a ter outra vida que não a nômade.⁹⁸

Cabe salientar que o estereótipo demonstrado através dos diários de viagens são perceptíveis até hoje, evidenciando-se a continuidade das representações feitas pelos viajantes. Através dos relatos constatou-se que o nomadismo, assim como, o comércio, a aparência e a linguagem fizeram parte da representação sobre os ciganos durante o século XIX e que permanecem ainda no século XXI. Esta análise feita a partir do olhar dos viajantes demonstra que há permanências de esteriótipos. Observa-se também que os próprios ciganos não fazem questão de desmistificar tal representação, pois para eles não importa o que os *gadjes* pensam, mas sim a imagem que possuem dentro do próprio grupo.

⁹⁸ WELLS, op. cit., p.294- 295.

2.6 Religião e outras práticas culturais

Outro aspecto observado pelos viajantes é a religião, que tem recorrência de 42,8%, ou seja, dos sete viajantes três discorrem sobre o tema.

Debret descreve a crença dos ciganos. Faz crítica ao cristianismo praticado por eles, diz ser repleto de superstições, denotando certa “ignorância” destes grupos, dado às práticas feitas com as imagens de santos.

Koster, sobre a religião faz apenas um comentário, “Dizem que não praticam religião alguma, não ouvindo missa nem confessando seus pecados. E é sabido que jamais casam fora da sua nação.”⁹⁹ Ou seja, são endogâmicos.

Já Maria Graham informa que os ciganos praticam a religião local, o que não influenciou nos seus costumes morais:

Conformam-se com a religião do país em todas as coisas exteriores e pertencem à paróquia de que a cura de Nossa Senhora do Monte é pastor. Mas esta conformidade não parece ter influenciado seus costumes morais. Usam seus escravos como pescadores.¹⁰⁰

Estes três relatos demonstram que a prática religiosa entre os ciganos do Brasil não é homogênea. Debret diz que os ciganos são ignorantes e praticam um cristianismo repleto de superstições. Koster informa que os ciganos não tem religião. Maria Graham afirma que eles praticam a religião local. São três visões diferentes acerca do mesmo tema, podendo supor que a religião varia de acordo com o grupo, não havendo uma homogeneidade entre os ciganos.*

⁹⁹ KOSTER, op. cit., p. 488.

¹⁰⁰ GRAHAM, op. cit., p.286.

* Esta análise específica de acordo com os grupos veremos no terceiro capítulo através das entrevistas com os grupos etnografados.

Quanto às práticas culturais, Debret e Saint-Hilaire irão descrever algumas peculiaridades da cultura destes grupos. De forma “caricaturada” Debret descreve o culto e a forma como os ciganos se portam frente às perdas por ocasião de falecimento:

Eles obedecem aos preceitos cristãos, modificados, porém através de ridículas superstições. Acreditam nos sortilégios e no poder mágico de certas orações repetidas três vezes e acompanhadas de certos gestos; e entre outras práticas falsas personalizam, por exemplo, as dores da Santa Virgem e os pregos da verdadeira cruz e se dirigem a esses intermediários, em caso de infelicidade, para implorar a clemência divina. Esses estúpidos cristãos vingam-se grosseiramente da imagem de Cristo e dos santos protetores quando o milagre esperado não se realiza. Sofrem eles algum prejuízo? Apressam-se em enfeitar seus pequenos ídolos protetores, cobrindo-os com uma infinidade de laços de fitas de diversas cores e amarrando a seus pés moedas, etc. Mas se o milagre esperado não se realiza, castigam a imagem de madeira ou de barro, reiterando os adornos e jogando-a a um canto, até que outra desgraça acorde neles o desejo de implorar proteção (71). [...] por ocasião do falecimento de um cigano, os parentes e amigos têm por hábito visitá-lo em trajes de rigor, para exprimir suas saudades com contorções e urros que lembram os selvagens; depois do enterro voltam ainda para gemer o resto da noite mas, no dia seguinte, secas as lágrimas, regalam-se tranquilamente com um magnífico banquete oferecido pelo mais próximo ou mais rico parente do defunto.¹⁰¹

O autor também fala da importância do casamento e descreve o que considera mais importante. Relata passo a passo tal ritual, inclusive o cerimonial de prova da virgindade da mulher. Ressalta como as mulheres se portam em função do medo da reprovação pelos seus pares:

Ao sair da igreja os recém-casados se dirigem para a casa da esposa para a benção paterna; após essa sanção religiosa, a recém-casada recebe da parente mais respeitável pela idade e

¹⁰¹ DEBRET, op. cit., p.194.

pela riqueza, uma camisa de preço, quase inteiramente recoberta de bordados; logo depois desta última formalidade, a que assistem todos os parentes e amigos, o casal pode afinal gozar em paz o resto do dia. A esposa deita-se vestida com essa camisa nupcial, que lhe é exigida no dia seguinte. Este primeiro troféu do himem é religiosamente apresentado aos mais próximos parentes, que habitam a casa, e transportado, depois, para a residência dos amigos e conhecidos. Somente no segundo dia realiza-se o banquete de núpcias, seguindo dos divertimentos habituais. As mulheres, entre os ciganos, embora faceiras, são em geral castas, menos por virtude do que por medo da vingança e da reprovação de sua casta. Há entretanto exemplos de filhos adúlteros, recolhidos e sustentados até a maioridade por seus pais.¹⁰²

Outro tópico abordado por Debret referente à cultura cigana é a gastronomia e as festas que, segundo ele, são prazeres prediletos com os quais gastam suas fortunas. Salienta a bebedeira entre eles e as lamúrias que no decorrer da festa surgem acompanhadas de cantos e danças típicas. Em que pese o autor salientar a similitude com o sapateado inglês, o conjunto faz com que se caracterizem mais com as danças espanholas:

O cigano consagra grande parte de sua fortuna à gastronomia e à dança, seus prazeres prediletos. Um belo luar, uma festa religiosa ou seus numerosos patronos (cada qual tem quatro pelo menos) são pretextos para orgias, de que se valem exclusivamente para se entregarem à embriaguez. [...] As reuniões começam quase sempre ao cair da noite e, graças à temperatura amena do Brasil, os convidados se instalam num pátio interior ou num jardim quando a casa não é bastante espaçosa. Os convivas sentam-se sobre esteiras, em torno de uma toalha sobre a qual se dispõem os pratos; enormes cones de farinha de mandioca são colocados nos cantos, para serem misturados com molho dos diversos acepipes, numa espécie de bolo comido com os dedos. [...] Nesse banquete confuso bebe-se à saúde dos santos, do papa, dos antepassados e dos amigos falecidos. O progresso da bebedeira entre

¹⁰² DEBRET, op. cit., p.192.

os assistentes aumenta-lhes a ternura e os leva a se recordarem dos favores prestados mutuamente e a se agradecerem uns aos outros com lágrimas nos olhos; à cena teatral sucedem, repentinamente, cantos entrecortados de clamores de alegria, como prelúdio às suas danças lascivas. O canto é monótono e desafinado; preferem o ritmo lento do cântico com coro dos convivas. Ouvido inicialmente com o mais respeitoso silêncio, é logo aplaudido com furor. A dança é um sapateado à moda inglesa. O dançarino acompanha-se a si próprio, imitando com os dedos as castanholas e os espectadores reforçam o acompanhamento com palmas. A chula e o fandango são as duas danças em que melhor brilham a flexibilidade e a vivacidade do dançarino, o qual termina seus passos com atitudes de mais a mais voluptuosas, entre os aplausos gerais.¹⁰³

Quanto à descrição das práticas culturais descritas por Saint-Hilaire, destaca as festas promovidas por D. João VI, nas quais os ciganos animavam a ocasião com suas danças “exóticas”. Este é o momento áureo para os ciganos, além do comércio de escravos lhes garantir sobrevivência há o reconhecimento de sua cultura por parte da Corte:

[...] os ciganos (boêmios), diz Eschwege, ‘foram convidados para as festas organizadas na capital do Brasil, por ocasião do casamento da filha mais velha do rei D. João VI com a infante da Espanha. Os jovens da raça, tendo à garupa suas noivas, entravam na arena, cavalgando belos cavalos, ricamente ajazezados. Cada par saltou ao solo com incrível ligeireza, e todos juntos executaram lindas danças jamais vistas. Todos os olhares estavam postos nas jovens boêmias, e as outras danças pareciam ter único fim fazer sobressair as das mesmas jovens, danças mais interessantes e agradáveis.’¹⁰⁴

Essa análise nos permite pensar a cultura e as tradições ciganas como uma continuidade que se faz, ao longo dos séculos, e

¹⁰³ DEBRET, op. cit., p.193.

¹⁰⁴ SAINT-HILAIRE, op. cit., p.139.

se reconstrói constantemente a partir do contato com o “outro”, com os brasileiros. No entanto, a imagem dos ciganos constitui-se de um conjunto de representações que permearam séculos e continuam no imaginário de quem desconhece tal cultura.

A etnografia feita com os diferentes grupos, permitiu constatar que as representações dadas aos ciganos não tem importância para eles, ao contrário, reafirmam a identidade cigana, pois a aceitação dentro dos grupos está no fator de diferenciação entre ciganos e não-ciganos. No entanto, ao passo que tais representações reafirmam a identidade cigana, assemelhando-os entre si, os distanciam dos não-ciganos, gerando discriminações, preconceitos e, em alguns momentos, políticas repressivas. Fazer-se cigano significa, acima de tudo, ser diferente dos não-ciganos, conforme veremos no próximo capítulo.

3

Tradição e identidade cigana: um universo a desvendar

Existe um consenso, fundado no entendimento superficial, sobre o que é “ser cigano”, além de uma exotização pelo fato de possuírem uma cultura tão diferente da nossa. Do ponto de vista histórico, os estudos sobre ciganos denunciam um processo de constantes choques culturais e de exclusão social. Um grande problema para se compreender o que é “*ser cigano*” é conseguir desvendar o mosaico multicultural que muitas vezes não passa de uma construção apenas do imaginário dos não-ciganos.¹

O desconhecimento estende-se do senso comum à própria academia gerando um estereótipo baseado nas práticas culturais – organização interna, práticas comerciais, vestimentas – enfim, todas as diferenças ressaltadas pelo modo de ser e agir formaram uma imagem que definiu e vem definindo estes grupos.

Como vimos no capítulo anterior, os ciganos, ao longo do século XIX e início do século XX foram representados de diversas formas, mas sempre a partir do olhar de quem os observava. Durante este período, não se buscou analisar os ciganos a partir de sua própria cultura, foram representados e estereotipados por sua tradição “diferente” que se chocava com as práticas usuais de uma época.

Neste sentido, o que propomos para este capítulo é justamente o contrário, é a análise dos elementos que compõe as

¹ REZENDE. op. cit., p. 7.

bases da identidade cigana a partir do olhar interno dos grupos, ou seja, será analisada a cultura cigana a partir dela mesma, observando que elementos compõem a tradição dos ciganos, que costumes e ritos são comuns entre eles.

3.1 Contextualização geral dos grupos

Para iniciarmos nossa análise sobre as bases da identidade cigana, se faz necessária a contextualização dos grupos estudados, haja vista que os quatro grupos se auto-identificam como ciganos, no entanto, não se reconhecem entre si.

O primeiro grupo (grupo 1) constitui-se de uma comunidade de ciganos localizado na cidade de Gravataí, região metropolitana de Porto Alegre.² A fonte de renda principal é o comércio, entre os homens, e a quiromancia, leitura das mãos, entre as mulheres. São oriundos da Tchecoslováquia e se autodenominam como ciganos *Rom*, o idioma *romaní* é a língua oficial do grupo, o português é falado somente quando estão entre brasileiros.³

Fixaram suas barracas em um terreno baldio, com área aproximada de uma quadra. Neste local, não há nenhuma infraestrutura, no que se refere ao saneamento básico, ou seja, água encanada, rede de esgoto e energia elétrica. O grupo ainda preserva o hábito típico de acender fogueira no interior das barracas. Este traço, tão simples quanto característico, da cultura cigana, justifica-se plenamente na prática, pois a fumaça serve para afugentar moscas durante o dia e mosquitos à noite, enquanto que a fogueira, propriamente dita, auxilia na preparação de alimentos, no aquecimento de água e do ambiente nos dias frios, além de servir como fonte secundária de iluminação à noite.

² O grupo 1 localizava-se no endereço: Rua Vila São Pedro, bairro São Judas Tadeu – parada 61 – Gravataí / RS.

³ Para o grupo de ciganos de Gravataí são denominados “brasileiros” todos aqueles que não pertencem à etnia cigana.

Segundo relatos das ciganas Luana e Kelli, não raro encontram-se escondidos nas barracas animais peçonhentos, como cobras, sapos, aranhas entre outros. A energia elétrica e água da qual fazem uso é adquirida de uma casa vizinha, em frente ao terreno, ao custo de R\$ 7,00 (sete reais) a diária, por barraca. A estrutura frágil do acampamento os sujeita a todo tipo de intempérie. Quando ocorrem temporais ou vento forte é comum que algumas barracas rasguem ou voem por inteiro, deixando a descoberto todo o pouco que possuem.⁴

É importante salientar que as atividades domésticas são de responsabilidade exclusiva das mulheres, tendo elas que carregarem água diariamente para abastecer as barracas. A leitura da sorte também é incumbência delas, que a fazem no centro da cidade onde moram ou no centro da capital. Quando questionadas sobre suas profissões, na maioria das vezes, informaram serem vendedoras ambulantes de mercadorias, no entanto as ciganas Luana e Kelli, sempre diziam que além dos trabalhos domésticos, as mulheres deveriam fazer a leitura da sorte como tradição e forma de sobrevivência.⁵

⁴⁴ Depoimento de Luana Costichi e Kelli Ivanovichi realizado no dia 21/11/2009.

⁵ Depoimento de Luana Costichi e Kelli Ivanovichi realizado no dia 21/11/2009.

Figura 4 – Foto do acampamento de Gravataí - Barraca da cigana Luana – dormitório.



Fonte: Acervo particular da autora.

Figura 5 – Foto do acampamento de Gravataí - Barraca da cigana Luana – cozinha.*



Fonte: Acervo particular da autora.

* Esta sequência de fotos – figuras 4 e 5 – foi obtida em visita ao acampamento em setembro de 2009. As imagens mostram os dois espaços da barraca, a cozinha e o dormitório, que aparentemente parecem dividir o mesmo espaço, mas há uma sutil diferença que é delimitada pelo uso de tapetes. A noite montam uma cama, coberta por um mosquiteiro, no fundo da barraca, próximo ao local onde estão as roupas (armário coberto por panos vermelho e verde, ao fundo).

Figura 6 – Foto do acampamento de Gravataí – vista a partir da barraca da cigana Luana. (lateral direita)



Fonte: Acervo particular da autora.

Figura 7 – Foto do acampamento de Gravataí – vista a partir da barraca da cigana Luana. (Frente)



Fonte: Acervo particular da autora.

Figura 8 – Foto do acampamento de Gravataí – vista a partir da barraca da cigana Luana. (Lateral esquerda)*



Fonte: Acervo particular da autora.

O segundo grupo (grupo 2), mais especificamente uma família de ciganos residentes no bairro Partenon de Porto Alegre**, tem em seu núcleo familiar o Sr. Aderson Bagesteiro, chamado de “Pai Neco Bagesteiro” pela sua comunidade. Sua família é tradicional em Porto Alegre e contribui significativamente para a conservação e divulgação da cultura cigana. Todos os anos organizam e executam a tradicional festa dos ciganos no Parque Moinhos de Vento (Parcão), local em que, segundo relato do Sr. Bagesteiro, seu avô teria feito o primeiro acampamento cigano em Porto Alegre. Em entrevista, conta como foi a vinda de sua família para o Brasil:

* Esta sequência de fotos – figuras 6, 7 e 8 – foi obtida em visita ao acampamento em novembro de 2009. A última foto - vista a partir da barraca da cigana Luana. (Lateral esquerda) – mostra a antiga barraca de sua sogra, que há uma semana havia alugado uma casa e deixado o acampamento. As fotos também mostram as condições em que vivem. No dia anterior havia ocorrido um temporal e a barraca da cigana Luana havia levantado. As outras barracas tiveram pouco dano.

** O grupo 2 localiza-se no endereço: Rua Manduca Nunes, Bairro Glória – Porto Alegre / RS.

Meu avô Mathias Bagesteiro, junto com mais dois irmãos, saíram da Catalunha – Espanha, em 1910 - seguindo para o Uruguai de navio. Do Uruguai atravessaram em carroções para o Brasil até Saican – Rosário do Sul/ RS, em sua longa jornada, nas décadas de 30 e 40, acamparam nas baixadas dos Moinhos de Vento, hoje Parcão. Meu pai Maurício Bagesteiro, nasceu em 21 de outubro de 1935, em Rosário do Sul, após seu nascimento acompanhou a viagem até o “Parcão”.⁶

Pela descendência ibérica, deduz-se que a família do Sr. Bagesteiro seja de origem Caló, pois não preservaram o idioma de origem, no entanto afirmam ser originários da Catalunha, Espanha. A forma de moradia do grupo 2 é fixa. Não vivem em barracas, mas preservam a característica do acampamento durante a festa dos ciganos no Parque Moinhos de Vento. Através da dança cigana a família Bagesteiro mantém viva a cultura cigana, e, através do grupo de Dança – CIA de dança Alma cigana – sob a coordenação de Ana Lúcia Bagesteiro, a tradição dos ciganos é passada aos demais membros da comunidade. Durante a festa do Parque Moinhos de Vento, tradicional no calendário de Porto Alegre durante o final do mês de novembro, o grupo comanda as apresentações festivas e apresenta a sua cultura para os leigos que pelo parque transitam.

O terceiro grupo (grupo 3), constitui-se por dezenas de famílias com as quais tive contato durante 04 dias em uma grande festa de comemoração de um casamento na cidade de Encantado*, Rio Grande do Sul. O acampamento estendeu-se do dia 09/04/2010 até o dia 17/04/2010, quando a última família

⁶ Segundo relato oral do Sr. Aderson Bagesteiro em Maio de 2009, a antiga baixada dos Moinhos de Vento, hoje Parque Moinhos de Vento (Parcão) era morada de ciganos. Local onde seu avô teria acampado por, no mínimo, três vezes. Cotejando as fontes, é possível constatar que, segundo a Revista do Globo de 1955, o mesmo local, outrora mencionado pelo cigano Bagesteiro, recebia um grupo de ciganos que por ali passavam a fim de comemorar uma grande festividade, um casamento. Fonte: ADAM, José., Os Ciganos estão de acomodando. **Revista do Globo**. Fascículo 641, ano XXVI (25/06/1955). p. 45-49 & Depoimento de Aderson Bagesteiro. Porto Alegre. Junho de 2010.

* O grupo 3 localizava-se no endereço: Parque João Batista Marchese – Encantado / RS.

levantou acampamento. A cerimônia foi prestigiada por aproximadamente 400 ciganos que lotaram o Parque com suas barracas e pertences. Os ciganos acampados eram de origem *Rom*, pelas observações foi possível constatar que todos falavam a língua *romaní* e a partir da entrevista com Sr. Saul, pai da noiva, foi possível evidenciar esta origem⁷. Constituem-se de grupos seminômades os quais conservam a tradição do acampamento quando da reunião para grandes festas, como a ocorrida na cidade de Encantado.

O quarto grupo (grupo 4) constitui-se de uma comunidade de ciganos localizado na cidade de Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre. São aproximadamente 14 barracas organizadas por núcleos familiares. Ao total são aproximadamente 12 homens, 14 mulheres e 13 crianças, conforme informa a cigana Luana: “Tem 14 homens e 14 mulher. Não, homens são menos. São 12 homens porque duas barracas não tem homens. (...) 13 crianças, nossa. Nem sabia que tinha tanta criança aqui também.”⁸

A fonte de renda principal é o comércio de ervas de chá e os rituais de benzimentos, por isso em alguns momentos, quando questionadas informaram serem índios guaranis que falavam a língua “enrolada” dos ciganos.^{**} As mulheres não saem à rua para fazer a leitura da sorte, praticam-na quando há algum interessado que vá até o acampamento.

As barracas estão fixadas em um terreno baldio o qual foi negociado direto com o proprietário. Este local é utilizado como acampamento de ciganos com muita frequência. O terreno não possui infra-estrutura, banheiros, água encanada ou luz elétrica. A

⁷ Depoimento de Saul, realizado no dia 16/04/2010 na cidade de Encantado.

⁸ Depoimento da cigana Luana. Alvorada. Abril de 2011.

^{**} Dados coletados durante entrevistas e observações feitas nos dias 31/04/2011 e 07/05/2011. Acredito ser interessante mencionar que na primeira visita feita aos grupos, as ciganas, quando questionadas de que grupo cigano pertencia, responderam que eram índios guaranis porque vendiam chás. Já na segunda visita, dia 07/05/2011, em entrevista, a cigana Luana afirmou que elas haviam mentido alguns dados porque não me conheciam, mas que agora eu já era de confiança, que não iria mais mentir.

água é abastecida em comércios vizinhos; já a luz é fornecida por um vizinho. Conforme relato da cigana Luana que descreve como é a organização do acampamento:

[A cigana afirma que o acampamento é organizado por barraca] Sim, por barraca, cada um cuida da sua barraca. [como é escolhido o terreno] Nós pede para o dono para acampar. Dai quando se acha se acampa. Se der nós acampa, dai se o dono não quiser dai nós vamos na prefeitura. Mas é muito difícil a prefeitura nunca dá apoio para nós. Prefeitura não dá apoio para cigano não. [sobre o pagamento do terreno] Não, porque aqui nós já estamos acostumados a acampar. [Da onde retiram o saneamento, água e luz] O vizinho ali de trás nos dá a luz e a água nós pega lá no ferro velho ali. [é pago] Sim (...) Nós não paga por galão, nós paga por mês. (...) é 10 real cada barraca, 15 real, depende. Mas é muito difícil, tem gente que não gosta de ajudar não.⁹

Figura 9 – Foto do acampamento de Alvorada – vista a partir da barraca da cigana Luana. (Frente para o acampamento).*



Fonte: Acervo particular da autora.

⁹ Depoimento da cigana Luana. Alvorada. Abril de 2011. Nas transcrições conservou-se a fala original dos depoentes, utilizando colchetes apenas para completar o sentido da frase, de forma a facilitar o entendimento da fala original.

* As fotos 9, 10, 11 e 12 foram coletadas em visita feita dia 19/05/2011.

Figura 10 – Foto do acampamento de Alvorada – vista a partir da barraca da cigana Luana. (Parte central do acampamento).



Fonte: Acervo particular da autora.

Figura 11 – Foto do acampamento de Alvorada – barraca da cigana Simone.



Fonte: Acervo particular da autora.

Figura 12 – Foto do acampamento de Alvorada – Vista a partir da barraca da cigana Solange.



Fonte: Acervo particular da autora.

A partir da breve descrição dos grupos é possível identificar algumas similitudes e diferenças. O grupo 1, no que tange a forma de moradia é considerado nômade, devido às constantes rotatividades do grupo; o grupo 2 é sedentário, mas preserva o hábito do acampamento em momentos de festas e comemorações; o grupo 3 é semi-nômade, acampando por dias, sempre que necessário; enquanto o grupo 4 também caracterizou-se como nômade.*

As roupas e os adornos utilizados pelas mulheres e homens eram similares nos grupos 1,3 e 4. As mulheres do grupo 1 e 3 utilizavam os mesmos modelos de saias e blusas, enquanto as mulheres do grupo 4 usavam vestidos longos e armados. O grupo 2 utilizava as vestimentas somente em momentos festivos. No grupo 4 observou-se que a maioria dos integrantes adornavam-se com dentes de ouro, tanto homens como mulheres. A partir destas

* Constatou-se o nomadismo do grupo 4 a partir das observações e vivências junto aos moradores do acampamento. Durante o período da pesquisa visitei-os em duas cidades diferentes, Alvorada e Gravataí, em um curto espaço de tempo, 1 mês.

similitudes e diferenças, podemos compreender a questão da identidade segundo a definição de Stuart Hall:

“O significado surge nas relações de similitude e diferença que as palavras têm com outras palavras (...). Eu sei quem “eu” sou em relação com “o outro” que eu não posso ser (...). Como diria Lacan, a identidade, como o inconsciente, “está estruturada como a língua” (...). O significado é inerentemente instável: ela procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença). Existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis.”¹⁰

3.2 Um breve olhar sobre a tradição

A construção da identidade cigana ocorre a partir da união de diversos elementos, que, juntos, irão compor o que os próprios grupos chamaram de tradições ciganas. Conceito este que abarca uma infinidade de significações, sendo a mais usual a que se baseia no prisma da civilização ocidental, que afirma serem os povos de tradição considerados estagnados, pois possuem a ausência de elementos fundamentais para formação de uma civilização, como o trabalho formal, a ausência de Estado e de Ordem.¹¹ No entanto, se repensarmos este conceito, veremos que é composto de movimento, tendo em vista que estes povos são dotados de um ritmo diferente, de um outro olhar para o tempo, não podendo ser considerados simplesmente como estagnados.¹²

¹⁰ HALL, op. cit., p. 40-41.

¹¹“Pierre Clastres, entre outros antropólogos contemporâneos, chama a atenção sobre o modo através do qual as sociedades tradicionais – particularmente as ditas primitivas – são freqüentemente percebidas pela *ausência* no prisma da civilização ocidental. Sob dois imperativos que regem esse tipo de civilização, a presença do Estado e a necessidade do trabalho.” CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978. Apud CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Olhares sobre a tradição. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 4, p. 29-35, jul./dez. 2001. Editora da UFPR. p. 30.

¹² CUNHA, op. cit., p. 32.

Dentre os autores que trabalham o conceito de tradição encontramos as definições propostas por Stuart Hall, que a define como um núcleo imutável e atemporal, que é capaz de ligar presente, passado e futuro em uma linha ininterrupta. O autor destaca como sendo o mesmo que fidelidade às origens, ou seja, uma “autenticidade” do grupo.¹³ Refletindo sobre este conceito, a partir da análise de grupos ciganos, encontramos em Eric Hobsbawn uma análise mais ampla, a de “tradição inventada”, que segundo o autor entende-se por:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com o passado histórico apropriado.¹⁴

O conceito de tradição está diretamente ligado ao tempo, ao presente que é orientado pelo passado. Em alguns momentos históricos, tradição e modernidade pareciam antíteses, daí a idéia etnocêntrica que vimos prevalecer nos relatos dos viajantes aos descrever os grupos ciganos. O “olhar” deles para com os “outros” foi de superioridade, compreendendo que àqueles eram povos estagnados no tempo por razão de suas tradições divergirem das suas já conhecidas e “cristalizadas”. Esse “olhar” é justificado pela “missão civilizatória” que perpassou séculos, na tentativa de assimilar ou excluir os “diferentes”, os indesejáveis. Reafirmando esta idéia, Rodrigo Teixeira ressalta que essa política de assimilação intensificou-se no Brasil a partir do século XIX quando

¹³ HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p.29.

¹⁴ HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002, p. 9.

os ciganos passam a ser vistos e descritos como ameaçadores à ordem pública.¹⁵

Ainda sobre o conceito de tradição podemos considerar o que Anthony Giddens aponta:

tradição integra e monitora a ação à organização tempo-espacial da comunidade (ela é parte do passado, presente e futuro; é um elemento intrínseco e inseparável da comunidade). [...] A ordem social sedimentada na tradição expressa a valorização da cultura oral, do passado e dos símbolos enquanto fatores que perpetuam a experiência das gerações. [...] Nas sociedades que integram a tradição, os rituais são mecanismos de preservar a memória coletiva e as verdades inerentes ao tradicional. O ritual reforça a experiência cotidiana e refaz a liga que une a comunidade.¹⁶

Contrário ao pensamento de estagnação e ordem dado às sociedades de tradição, Balandier refere-se à ordem e desordem como categorias não contrárias, mas dialeticamente complementares. O que o autor quer diz é que: “a tradição não é sinônimo de ordem e a modernidade de desordem, ainda que contrárias, ambas fazem parte de um mesmo par de oposição, atuando numa relação de ambivalência e simultaneidade, tanto nas configurações passadas, quanto nas presentes.¹⁷” Os “povos de tradição” possuem um tempo histórico diferenciado, não são movidos pela frenética mudança dos tempos modernos, daí a imagem da tradição parecer condenada a um passado eterno, a continuidade ininterrupta, contrário à modernidade que se movimenta e modifica-se continuamente. O que é possível pensar e considerar é que estas sociedades movem-se em ritmos e direções diferentes possibilitando que observemos não só a velocidade da mudança, mas a quietude que a não mudança pode gerar.¹⁸

¹⁵ TEIXEIRA, op. cit., p. 16.

¹⁶ BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. **Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997, p. 80-83. Grifos da autora.

¹⁷ CUNHA, op. cit., p. 33-34.

¹⁸ Ididem, op. cit., p. 33-34.

É neste sentido que iremos analisar as comunidades ciganas de Porto Alegre e seu entorno, como grupos de tradição, que, ao passo que mantêm aspectos estruturais da cultura cigana, também se adaptam às mudanças que as sociedades impõem. Neste estudo de caso junto aos quatro grupos de ciganos analisados, veremos como ocorre a construção e a preservação da identidade, bem como as diferenças internas concernentes a cada grupo.

Para análise da macroestrutura, fez-se necessário a análise da microestrutura. Para tanto, iniciemos pelo que compõe a tradição cigana, investigando de que forma estão assentados estes pilares basilares.

3.3 A Unidade na Diversidade: aspectos da construção da identidade cigana

A construção de uma identidade ocorre a partir do choque e da relação com o outro, com o diferente. Desta forma, para tomarmos consciência da nossa cultura é necessário defrontar-nos com outras culturas.¹⁹ Sendo assim, para compreendermos a formação da identidade cigana se faz necessária, primeiramente, a análise da construção do que vem a ser o próprio nome cigano que se constitui de três grandes grupos. Grupos estes que não falam a mesma língua, nem todos vivem em acampamentos, nem todos fazem fogueira e lêem a sorte, no entanto todos se autodenominam por ciganos. A construção desta identidade ocorre diante de oposições, ora entre os próprios grupos, ora entre os não-ciganos.

Segundo Dimitri Rezende o termo cigano não compreende um significado homogêneo.: “Os nomes *gypsies* (inglês), *gitanos* (espanhol), *gitan* (francês), *zigeuner* (alemão) e *ciganos* atestam essa relação e essa representação fundamental sobre grupos etnicamente distintos.”²⁰ O próprio nome já demonstra que são

¹⁹ FERRARI, op. cit., p. 79.

²⁰ REZENDE, 2006, op. cit., p. 20-21.

formados por grupos distintos em sua essência. A partir do século XIX os “ciganólogos” utilizaram os termos – tsiganos ou ciganos – para identificar algumas populações flutuantes, as quais possuíam uma certa tradição e uma consciência coletiva cuja raiz foi uma origem nômade única, com critérios étnicos e raciais bem definidos.²¹

No Brasil, os ciganos são constituídos por três diferentes grupos que se caracterizam pelo local de origem e pela corrente lingüística. Um dos grupos é o dos ciganos chamados de **Calon**²² que, segundo a historiografia, teria sido o primeiro grupo a ser expulso da Europa e enviado para o Brasil. Ao que tudo indica, teriam vindo, a partir do século XVI, da Península Ibérica para a América. A língua que os unifica e, da mesma forma os diferencia dos demais grupos, é o caló. Até o final do século XVIII este foi o principal grupo de ciganos a povoar nosso território. Dos grupos analisados, o grupo 2 e o grupo 4 correspondem à ciganos de origem Calon.²³ Esta constatação foi feita a partir das características destacadas pelos próprios grupos, como local de

²¹ MARTINEZ, op. cit., p 7.

²² *Calon*: grupo cigano caracterizado por sua origem ibérica. “o nome calon é tirado de um dos nomes genéricos da nação cigana, isto é, de KALO, no plural KALA, que verdadeiramente quer dizer *negro, os negros*”. O primeiro cigano *calon* a chegar ao Brasil foi João Torres, em 1574, degredado de Portugal pelo rei Don Sebastião. Ver PAIVA, 2003; REZENDE, 2000; MORAIS, 1981; sobre os grupos ciganos vindos para o Brasil.

²³ CALÉ (CALONS) – “Estes não apresentam subgrupos e podem ser classificados em:

NÔMADES – Autodenominam-se nações. Os homens são comerciantes e artesãos, as mulheres, quiromantes. Entre os calons nômades, os ciganos tropeiros, as divisões territoriais são respeitadas, e um grupo de ciganos não pode invadir a área do outro, só passar por ela. O desrespeito a esse trato pode gerar inúmeros conflitos entre as denominadas nações. As principais são: mateiros (Zona da Mata e sul da Bahia); caatingueiros ou baianos (Nordeste do País); triangueiros (Goiás, Mato Grosso e o chamado Triângulo Mineiro); mineiros (sul e sudeste de Minas Gerais e Espírito Santo); cariocas (estado do Rio de Janeiro); paulistas (estado de São Paulo); gaúchos (Sul do país).

SEDENTÁRIOS – As duas comunidades mais importantes localizam-se no bairro de Catumbi (RJ) e nas cidades de Tatuí (interior de São Paulo) e São Paulo. O grupo de Catumbi caracteriza-se pela quantidade de oficiais de justiça, escrivães e advogados que há entre eles. Vieram de Portugal e, mais raramente, da Espanha. PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 44-46.

origem (grupo 2)²⁴, língua típica e forma de organização (grupo 4)²⁵.

A partir de meados do século XIX, junto com levas de imigrantes, chegaram novos grupos, os chamados ciganos **Rom**²⁶. Eram “imigrantes” vindos da Boêmia, até então Império Austro-Húngaro.²⁷ A língua que os unifica é o Romaní.²⁸ Os grupos 1 e 3, conforme a língua falada e as características por eles destacadas, correspondem a ciganos de origem Rom.

²⁴ Depoimento e observação do tipo participante com Aderson Bagesteiro. Porto Alegre. Maio de 2009 e junho de 2010.

²⁵ Depoimentos e observação do tipo participante junto com os componentes do grupo 4. Alvorada. Abril e maio de 2011.

²⁶ *Roms*: grupo cigano caracterizado pela língua romani ou por sua origem não-ibérica, a maioria de procedência Húngara. O primeiro cigano *rom* a chegar no Brasil teria sido Jan Nepomuscky Kubitschek, bisavô de Juscelino Kubitschek, oriundo da Tchecoslováquia. Ver PAIVA, 2003; REZENDE, 2000; MORAIS, 1981; sobre os grupos ciganos vindos para o Brasil.

²⁷ Há autores que afirmam que o ex-presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, teria descendência cigana. Seu bisavô teria imigrado para o Brasil no início de do século XIX em torno de 1830-1835. O seu bisavô teria sido o primeiro cigano *rom* a chegar no Brasil, Jan Nepomuscky Kubitschek, oriundo da Tchecoslováquia. Sobre a origem cigana dos Kubitschek, posteriormente passou-se a escrever Kubitschek, Ver: PEREIRA, C. “Gli Zingari in Brasile”. **Lacio Drom**. Roma, anno 26, n° 6, p. 3-5, novembre-decembre 1990.

²⁸ ROMA OU ROMÁ (ROMS): Estes apresentam subgrupos e podem ser nômades ou sedentários.

KALDERASH – são caldeireiros e circenses, e muitos ascenderam economicamente, tornando-se industriais. Há os que também ascenderam intelectualmente, atuando nas mais diversas profissões liberais. As mulheres costumam exercer a cartomancia. Eles mesmos se denominam ROM foresco (sedentário) e ROM dromesco (nômade). Entre eles, há também o seminômade, que ora mora em residência fixa, ora viaja e acampa. Vieram, principalmente, da Itália, Alemanha, Grécia e Rússia.

XORAXANÉ (horahané) – Por terem vindo da Turquia, são chamados de turcos, pelos outros ciganos. Muitos são músicos, outros exercem profissões liberais e são comerciantes. As mulheres são cartomantes. No Brasil, são sedentários, embora tenham sido nômades em sua origem.

MACWAIA (matchuaia) – chegaram principalmente da Iugoslávia. São comerciantes, donos de oficinas mecânicas, e alguns exercem profissões liberais. As mulheres são cartomantes. Da mesma forma que os xoraxané, no Brasil são sedentários, mas em outros séculos foram nômades.

LOVARA – Estão perdendo bastante suas tradições e, normalmente, se apresentam como imigrantes italianos. Em sua origem, eram cavaleiros e tratadores de cavalos, nômades. Atualmente, no Brasil, comerciam com tapetes, sedas e veículos motorizados e são sedentários.

RUDARI – Mais raros no Brasil, são provenientes, principalmente, da Romênia. Como os subgrupos citados anteriormente, foram nômades e hoje são, em sua maioria, sedentários. PEREIRA, op. cit., p. 44-46.

Outro grupo cigano importante, no entanto pouco estudado, são os ciganos **Sinti**, que vieram para o Brasil a partir do final do século XIX, oriundos principalmente da Alemanha, França e Itália. A língua deste grupo é o Sintó.²⁹ Dentre os grupos estudados nenhum correspondia a ciganos de origem Sintó.³⁰

A partir destas diferenças é que se defende a idéia de uma identidade etnizada, ou seja, esta identidade se revela apenas em determinados momentos, nas relações entre ciganos e não-ciganos ou na relação entre grupos de ciganos diferentes. Esta comunidade é representada através de uma nação sem territórios ou fronteiras, composta por grupos diferentes entre si e que parecem existir apenas no imaginário dos *gadjé*.³¹

A “construção” dessa identidade coletiva, de uma forma geral, e apesar das diversidades entre os próprios grupos, constituiu-se a partir de eixos, sendo possível traçar um perfil comum capaz de caracterizá-la de forma geral. Alguns traços característicos são: a forma de moradia, as práticas matrimoniais, o papel atribuído aos mais velhos, a hierarquia tanto de idade quanto de gênero, práticas linguísticas, profissão, aparência (roupas, adornos), estrutura familiar, importância à virgindade da mulher, ritual de casamento, leis próprias, festas, luto demorado.

Neste sentido, Zygmunt Bauman salienta que a “*identidade*” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “*um objetivo*”.³² Corroborando com esta idéia, podemos pensar que esta construção da identidade constitui-

²⁹ Sobre os grupos ciganos vindos para o Brasil. Ver PAIVA, 2003; REZENDE, 2000; MORAIS, 1981.

³⁰ Os grupos MANUCHE (manousshe) e SINTI não são encontrados no Brasil, ainda que ciganos pertencentes a eles possam estar residindo por aqui. No entanto, o número deles não é significativo a ponto de se constituírem como grupos presentes em nosso país. Podem ser nômades (a maioria) ou sedentários. São majoritários na França, na Alemanha e na Itália. PEREIRA, op. cit., p. 44-46.

³¹ A identidade cigana e o efeito de “nomeação”: deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científico e práticas sociais. REZENDE, Dimitri Fazito. **Antropologia**. São Paulo: Scielo Brasil. v. 49, n. 2, p. 690-729, 2006.

³² BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 21-22.

se de um processo relacional, haja vista que estes elementos não são comuns entre todos os grupos. Esta relação de construção da identidade cigana pressupõe-se de duas ou mais partes, os não-ciganos e os “outros” ciganos, compondo um jogo identitário de formação e reafirmação da identidade³³. Vejamos como estes sujeitos se identificam como ciganos, bem como a análise de suas tradições.

3.4 Estrutura familiar*

Os elementos que compõem a tradição cigana estão assentados em três grandes pilares: gênero, idade, e divisão do trabalho. É a partir destas sólidas bases que surgem os valores que os identificam e ao mesmo tempo os diferenciam dos demais. Tais valores estão fortemente calcados na estrutura familiar que compõe a base de toda esta organização. Dentro destas sociedades o gênero é de ordem central, tendo o homem o papel de portador da ciganidade³⁴. No entanto, ao passo que a mulher, aparentemente, possui uma posição secundária, as funções a elas atribuídas são de apoio fundamental para a manutenção desta estrutura e, uma vez rompidos alguns preceitos concernentes à elas, como a castidade e a fidelidade ao marido, a honra do homem e de toda a família é posta em xeque, podendo terminar em fortes rompimentos e até morte.

Dentro da estrutura cultural cigana, homens e mulheres possuem espaços bem definidos. Aos homens é atribuído o papel de mantenedor, são responsáveis pelas questões de ordem

³³ BRINCA, op. cit., p. 229-230.

* Os dados aqui apresentados foram coletados ao longo do período em que desenvolvi a pesquisa junto aos grupos ciganos. Também foram utilizados artigos e trabalhos acadêmicos, que serão referenciados oportunamente, de autores que em suas pesquisas desenvolveram aspectos próximos aos constatados por mim quando em contato com os grupos etnografados.

³⁴ BONOMO, Mariana; SOUZA, Lídio de; LIVRAMENTO, André Mota do; CANAL, Fabiana Davel; BRASIL, Julia Alves. Identidade, representação social e ciganidade: gênero e etnia entre ciganos *calons* no Espírito Santo. **Universidade Federal do Espírito Santo**.

financeira e moral, ou seja, aos homens é imposto a prática comercial como forma de sobrevivência, e a manutenção da honra familiar, que está fortemente ligada ao controle das mulheres. O homem dirige a barraca financeiramente e moralmente. Impõe as regras, decide as ações de ordem prática como: mudar de acampamento, com quem os filhos devem se casar, administração do dinheiro, entre outros. A eles não é exigido castidade, podem se relacionar com as mulheres não-ciganas, preferencialmente que este relacionamento não envolva casamento, caso contrário a mulher não cigana deverá adaptar-se à cultura deles.

Esta estrutura organizacional remete ao que Frederik Bart aponta como as fronteiras dos grupos étnicos:

[...] a fronteira étnica canaliza a vida social – ela acarreta de um modo freqüente uma organização muito complexa das relações sociais e comportamentais. A identificação de outras pessoas como pertença a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento. Logo, isso leva à aceitação de que os dois estão fundamentalmente ‘jogando o mesmo jogo’, e isto significa que existe entre eles um determinado potencial de diversificação e de expansão de seus relacionamentos sociais que pode recobrir de forma eventual todos os setores e campos diferentes de atividade. De outro modo, uma dicotomização dos outros como estrangeiros, como membros de outro grupo étnico, implica que se reconheçam limitações na compreensão comum, diferenças de critérios e julgamento, de valor e de ação, e uma restrição da interação em setores de compreensão comum assumida e de interesse mútuo.³⁵

Aos homens também é atribuída a gerência sobre as leis ciganas³⁶, quando não satisfeitos com as iniciativas femininas podem requerer mudanças. Sobre as leis ciganas a cigana Luana, integrante do grupo 4, responde:

³⁵ BARTH, op. cit., p.196.

³⁶ A lei cigana estabelece o que “pode” e o que “não pode” ser feito por mulheres e homens ciganos e reflete a hierarquia de gênero constituinte da cultura cigana. In: BONOMO, op. cit., p. 35.

Cigana não casa com brasileiro, não pode. Cigana não pode namorar. Cigana não pode casar com qualquer um, tem que casar com quem os pais escolhem. O futuro da cigana é bem diferente da brasileira, porque brasileiro quem escolhe os marido é a moça. A cigana não. Casa com quem o pai quer. Só quando ela é separada. Aí não, aí casa com quem ela quer. (...) Quem vê essas coisas assim acha que é putaria, uma cigana com outro brasileiro casada, eles matam. (...) [matam quem?] Os dois. Não quero arrisca isso não. Eles matam. Minha vó diz que eles matam. Agora tem muita coisa que cigano diz pros filho que é pra botá medo. Para cigano não fazer nada de errado. Tem coisa que eu acho que... É que eu sempre ouvi o meu pai, nunca falei o contrário dele. Sempre o que ele dizia era aquilo.³⁷

Em outra visita ao acampamento, dia 19 de maio do mesmo ano, quando questionada novamente sobre as leis ciganas, Luana depõe:

Cigano não tem lei não. Não proíbe nada não. Só a proibição do cigano é mulher não falar com homem. Só isso, tirou isso, ninguém complica com a vida de ninguém. Só tem isso que filha mulher quando casa não se separa do pai. que filho homem quando casa não se separa da mãe. Só tem isso. (...) Quando a filha casa. Ai tem pai que não solta, daí o filho homem é obrigado a andar com o pai da mulher. E tem mulher que já é obrigada a andar com a sogra. Mas eu não ando com a minha sogra, eu ando com o meu pai. Não largo do meu pai. Prefiro se separar do meu marido do que deixar o meu pai. Onde ele vai eu to junto.³⁸

Percebe-se nestes dois depoimentos que o relato muda, mesmo que diante do mesmo assunto, no entanto o enfoque continua o mesmo, todas as proibições e as leis são pertinentes às mulheres, proibições que referem-se à conduta que a mulher cigana deve seguir.

³⁷ Depoimento da cigana Luana. Alvorada. Abril de 2011.

³⁸ Depoimento da cigana Luana. Alvorada. Maio de 2011. Grifo da autora.

Ainda com base na teoria de Barth, é possível compreender que tais imposições feitas às mulheres ciganas fazem parte das estratégias de preservação da estrutura de interação, e para isso, um conjunto de prescrições às situações de contato são determinadas de forma a isolar determinadas partes das culturas, protegendo-as de qualquer confronto ou modificação³⁹. Neste caso, percebeu-se que o contato das mulheres com membros externos ao grupo é restritamente controlado pelos homens, visto que a forma de preservação da cultura dá-se pelo vínculo familiar, e uma vez a mulher casando-se com um não-cigano perde o vínculo e a condição de cigana, não sendo mais reconhecida pelos membros do grupo. Ao contrário, é permitido ao homem pode casar-se com uma não-cigana, já que está deverá incorporar a cultura e a partir de então tornar-se-á uma cigana.

Dentro desta organização familiar, às mulheres cabe a organização interna das barracas, a limpeza, a manutenção das roupas, enfim, os trabalhos domésticos em geral. Também a elas é atribuído o papel de educação dos filhos e a “servidão” ao marido. As filhas mulheres se mantêm próximas às mães até o casamento, quando passam a compor a família do esposo*. Já os filhos homens ficam sob a gerência total das mães até a fase de saírem junto com os pais para aprenderem o ofício do comércio e das negociações. Ao filho homem, geralmente o primeiro, é atribuído o papel de cuidar dos pais quando mais velhos. Sobre o papel dos homens e das mulheres, a cigana Luana declara:

[Sobre o papel do homem e da mulher] Da mulher você tá vendo a minha correria aqui. É lavar roupa, lavar louça, fazer comida, deixar a barraca limpa. Dá água para o seu marido tomar banho. E o trabalho do homem, é sair para trabalhar, dá dinheiro para mulher, dá roupa para ela, dar calçado, tudo que ela precisar, não

³⁹ BARTH, op. cit., p.197.

* Neste caso, conforme o relato da cigana Luana, visto anteriormente, a questão de acompanhar o pai da noiva ou a mãe do noivo depende muito de família para família; em geral, a mulher acompanha o marido, contrário ao caso da própria cigana Luana.

deixa faltar nada para ela não. E ela só tem que cuidar do barraco. É que mulher não tem que trabalhar não. [o que a mulher pode e não pode fazer] trabalhar nós não trabalha. (...) No que ele colocar eu para trabalhar meu pai me tira dele. Meu pai me pega de novo.⁴⁰

O papel da mãe dentro desta estrutura familiar é de primordial importância, mesmo que as funções a elas atribuídas pareçam de menor valor, pois é de responsabilidade delas a educação de todos os filhos e, principalmente, a preparação das filhas para o casamento. A elas cabe a manutenção da honra familiar que está diretamente ligada à castidade da mulher e, depois de casada, à fidelidade ao homem. O rompimento destas normas pode abalar a estrutura e levar toda a família à ruína, inclusive com a morte da mulher e de quem mais estiver envolvido. Homens e mulheres possuem grupos de convivência separados, exceto em momentos de intimidade do casal. As decisões que cabem aos homens são tomadas entre eles, sem a intervenção das mulheres. A Luana relata sobre esta divisão por gênero:

Homens e mulher não conversa não. (...) Mulher pode falar só com o marido e com o sogro. Nem com o cunhado elas não falam. Tem a roda de homem e a roda de mulher separados. [sobre o que cada grupo fala] Os homens falam mais de negócio. As mulher não tem muito o que falar né, porque elas não trabalham.⁴¹

Dentro desta estrutura a idade define tanto os papéis como as posições. Existem três fases mestras: infância, vida adulta e velhice. A passagem de uma fase a outra é marcada por eventos. Passa-se da infância à fase adulta após o casamento, quando estrutura-se um novo núcleo familiar. Não há adolescência, pois os

⁴⁰ Depoimento da cigana Luana. Alvorada. Abril de 2011.

⁴¹ Depoimento da cigana Luana. Alvorada. Abril de 2011.

ciganos costumam casar muito cedo e a fase da adolescência, que para nós é marcada pelo namoro, para os ciganos é proibida. A passagem da fase adulta para velhice ocorre com o nascimento dos filhos, com a consolidação do trabalho e a educação familiar. A velhice ocorre com o nascimento dos netos e o respeito adquirido pelo reconhecimento da sabedoria conquistada através das experiências de vida. Esta fase também é marcada pela diminuição da força de trabalho e é quando filhos e noras assumem os papéis de supridores e cuidadores. Dentro desta estrutura não são as datas que determinam os processos e sim os eventos: casamento, estrutura familiar, nascimento das novas gerações, respeito adquirido que identificam os momentos da vida.⁴² Sobre a passagem da infância à vida adulta temos o relato de Luana:

Mas quando considera adulto, vão botar que é 15 anos. Dai já não é adolescente não. Pra nós não tem filho adolescente não. [as crianças trabalham?] Não. Criança não. Com 15 anos já. Com 15 anos já é obrigado a trabalhar. Tem gente que já com 15 anos já é obrigado a se sustentar, que dai os pais já não quer sustentar mais. Que já é para aprender né. Que pode ficar mais velho e não ter trabalho.⁴³

Para além da divisão do trabalho a partir do gênero está o reconhecimento e o respeito aos mais velhos. No grupo 4 encontramos à frente da família a cigana mais velha, senhora de 90 anos que depois de perder o marido passou a ser a referência familiar, pois o respeito adquirido pela idade e por sua vida de boas condutas deu-lhe o comando do núcleo familiar, o qual inclui as famílias de seus filhos. A cigana é a única que sai para trabalhar junto com os homens na venda de chás, benzimentos e promessas de curas. Os homens desta família não possuem total autonomia

⁴² BONOMO, op. cit., p. 1-8.

⁴³ Depoimento da cigana Luana. Alvorada. Abril de 2011. Grifo da autora.

pois antes de alguma decisão importante, precisam consultá-la. Sobre o comando do acampamento, vejamos o relato de Luana:

[Tem chefe no acampamento] não, tem um chefe assim como. Se tiver algum doente, daí tem um chefe para cuidar daquilo, às vezes é tudo normal, pra gente embora daí tem um chefe. [Quem é o chefe deste acampamento] é o meu tio mais velho. Não tá aqui, tá em outro grupo. (...) O chefe que manda é o meu outro tio, (...) é o mais velho, tem 60 anos. [Sobre a avó] Tem 90 anos. Ficou viúva com 32 anos e nunca se casou. [Porque o tio é chefe, porque é homem ou porque é o mais velho] não, é porque ele é o mais velho. E ele é assim, ele sabe o que nós podemos fazer, o que vai sair para o bem e o que não vai. [Quanto ao comando da vó, se ela interfere nas decisões] interfere! O que ela não gostar ela não deixa. [Então o teu tio não pode decidir nada sozinho, é necessário perguntar antes para tua vó] Tem que perguntar para minha vó. (...) A última palavra é da minha vó. Se ela quiser que nós vamos embora hoje, nós vamos, se ela quiser que não é não. [Na verdade então quem manda neste acampamento é uma mulher?] É uma mulher, é a minha vó. [Porque é ela que manda?] Porque quem mandava era o meu avô daí o meu avô faleceu, aí quem ficou tomando conta foi ela. Porque foi ela que criou eles, foi ela que trabalhou para por eles no mundo, então quem tem que mandar é ela. E ela também é um pouquinho muito braba. Quem não obedece. Ela bate nos filhos dela ainda. (...) Bate! Meu tio quando pega a brigar com a mulher, ela bate nele. É que eles obedecem muito a mãe deles. (...) Mas não é toda turma não. Tem muitas pessoas, muitos filhos que não respeita a mãe mais não.⁴⁴

Estes aspectos referentes à estrutura familiar são comuns entre os quatro grupos observados. A divisão do trabalho a partir do gênero e da idade constatou-se entre todos eles.

No entanto, percebeu-se que no grupo 4, para além do gênero está a idade e o respeito adquirido. Apesar de afirmar o tempo todo que quem manda no acampamento é um homem, Luana se contradiz quando se lembra do comando de sua avó.

⁴⁴ Depoimento da cigana Luana. Alvorada. Abril de 2011.

Neste caso em específico o respeito adquirido por ter ficado viúva e criado os filhos sozinha deu a ela a palavra final. O tio mais velho tem o comando masculino, mas sempre que há necessidade de uma decisão mais séria recorrem à mãe, cigana mais velha e experiente.⁴⁵

Outro aspecto fundamental na construção da identidade cigana é o nomadismo, que está presente tanto no imaginário dos não-ciganos, como dos próprios ciganos, que ao serem questionados sobre a vida nômade, divergem em seus relatos.

Vejamos, primeiramente, como é composta a estrutura de um acampamento. Um acampamento cigano é composto de diversas barracas, tendo cada barraca um “chefe” familiar*. Os acampamentos em geral não andam juntos, ou seja, não necessariamente todo o mesmo acampamento ao sair daquele local irá estabelecer-se em outro local juntos. Em geral, as famílias deslocam-se juntas, mas isto não é regra. Acampam em terrenos vazios, dão preferência a terrenos com mato na volta. Observam também a vizinhança, o acesso à luz e água. Normalmente, o acampamento não possui saneamento básico, negociam com vizinhos a compra da água e da luz e, se necessário, o uso de banheiros, mas na maioria das vezes é utilizado o descampado como latrinas.

Estes aspectos mostram de forma macro a estrutura de uma comunidade cigana. No entanto, existem elementos que compõem e os definem de forma geral, ou seja, microelementos específicos

⁴⁵ Constatações feitas a partir de entrevistas e observações junto ao grupo 4.

* A família cigana é composta de pai, mãe e filhos. Quando as ciganas (mulheres) casam, estas devem acompanhar o marido, ou seja, abandonam suas famílias e passam a fazer parte da família do marido, assumindo o papel de cuidar da casa e dos mais velhos. Os homens não, ao casarem-se ficam junto com os familiares, apenas mudam-se para suas barracas formando um novo núcleo familiar. Os mais velhos acompanham os filhos homens, ficando a nora responsável de cuidá-los e obedecê-los. Essa situação é a mais comum dentro dos grupos, havendo alguns casos diferentes, de a filha não deixar a família e seguir sempre na companhia do pai, pois este lhe trás segurança, como é o caso da cigana Luana, do grupo 4.

de cada família ou grande grupo. Vejamos especificamente como estes aspectos estão representados nos grupos estudados.

3.5 “Somos brasileiros igual a vocês, só que ciganos”

Na construção da identidade do **grupo 1**, quando comparado com outros grupos, pode-se observar semelhanças e diferenças nos seus eixos constitutivos. O grupo de Gravataí, cujos sobrenomes de destaques são, Costichi e Ivanovish, são oriundos da Tchecoslováquia. Se autodenominam como ciganos Rom, todos os membros falam a língua Romaní. Quando questionadas sobre o que os identifica como ciganos destacam: primeiro, a questão sanguínea, o que remete à importância do nascimento dentro do próprio grupo. Segundo, as formas de tratamento, pois, de acordo com o relato das próprias ciganas, eles não têm o hábito de utilizar expressões como “com licença”, “muito obrigado”, “por favor”, entre outros:

[Como vocês se identificam como ciganos?] Por causa dos costumes e já puxa o sangue. Pra tu ver que ela e eu somos diferentes. [Porque tu acha que é diferente o sangue do cigano para o sangue dela?] Não, assim de conversar, pela forma de conversar. Pela voz tu já vê. Cigano já não tem isso de educação. A gente não tem esse costume de falar, me dá licença dessa caneta, já pega direto. De pedir uma coisa, faz o favor, a gente não pede. É o costume totalmente diferente dos brasileiros.⁴⁶

Outra característica destacada pelas ciganas são os costumes referentes ao vestuário, como por exemplo: as mulheres são impossibilitadas de usar calças após o casamento, podem apenas vesti-las até o início da puberdade. Esta tradição é passada de geração em geração, não há rituais de passagem, mas a cobrança é feita tacitamente, ou seja, ninguém exige diretamente tal mudança

⁴⁶ Depoimento de Kelli Ivanovichi. Gravataí. Novembro de 2009.

de comportamento, a cigana sabe o momento a partir do qual deve usar somente a saia.⁴⁷

Quanto à forma de moradia, o grupo 1 caracteriza-se por ser seminômade, devido à constante rotatividade de famílias que perpassam o acampamento. A infra-estrutura e o saneamento básico são precários, em algumas barracas, inexistentes. O acampamento era composto de 6 barracas com uma família por barraca, exceto uma barraca que era composta de duas famílias. Não possuíam um “chefe” maior que regesse o acampamento, cada cigano era responsável por sua barraca. Tinham certa relação de parentesco, no entanto, isso não influenciava na organização geral do acampamento.⁴⁸

Quando questionados sobre o nomadismo, a vida em barracas, no grupo 1, constatou-se que os ciganos só vivem desta forma quando não há possibilidade de obter uma moradia fixa. A liberdade que desejam e destacam não é a liberdade de morar em um acampamento, mas a liberdade de locomoção. Um dos questionamentos feito às ciganas foi: Qual é o seu maior sonho? E ambas responderam: “o sonho de todo cigano é ter uma casa. Eles não estão em barracas por tradição, eles estão em barracas por necessidade”. Destacam ainda:

O sonho de todo cigano é ter tranquilidade, é não ter que carregar água, não ter que se preocupar com chuva, com tempo ruim. (...) Eu acredito que o sonho de todo o cigano é ter a sua casa, pelo que eu tô vendo aqui, é ter. Se não tem ainda é porque não pode ainda sabe. [Vocês moram em barracas por tradição?] Não, não estão em barraca por tradição, é por necessidade. É pura necessidade mesmo.⁴⁹

Cotejando as fontes - a partir da fala do Historiador e fundador do museu cigano, Albino Granado, no documentário

⁴⁷ Depoimento de Kelli Ivanovichi e Luana Costichi. Gravataí. Novembro de 2009.

⁴⁸ Constatções feitas a partir de entrevistas e observações junto ao grupo 1.

⁴⁹ Depoimento de Luana Costichi. Gravataí. Novembro de 2009.

sobre os ciganos no Brasil – é possível constatar que a itinerância da vida em acampamento é pura necessidade, não mais tradição, como se criou no imaginário dos não-ciganos:

O nomadismo do povo cigano não é só por este espírito aventureiro, existe, se criou isso e a partir daí virou hábito, mas não por que gostariam, é necessidade mesmo. Se eu ficar aqui hoje vão me matar, no passado era assim, os ciganos já eram recebidos a bala, eram massacrados.⁵⁰

Ainda sobre o acampamento cigano, o Pe. Jorge Rocha Pierozani, Presidente da Pastoral dos nômades do Brasil, em mesmo vídeo sobre os ciganos no Brasil, descreve a particularidade que é um acampamento cigano:

Lá é outro mundo, não faz parte do Brasil, o acampamento cigano não é São Paulo, não é Brasil, não é esse planeta, é outra realidade. Tem leis próprias. Ali não interessa quem é o Presidente da República, quem ganhou o campeonato brasileiro, quem foi rebaixado.⁵¹

Neste caso, em específico, observa-se que a idéia de gostar de morar em acampamento, existe apenas no imaginário dos *gadjé*, os não ciganos, a liberdade que destacam é a liberdade de ir e vir, e não a liberdade do nomadismo com a qual estamos acostumados a identificá-los, ao mesmo tempo em que, dentro dos acampamentos, quando existentes, a singularidade dos hábitos, da forma de convívio, da cultura é indescritível, é um mundo à parte do nosso. Neste sentido Hall afirma que em uma identidade existe

⁵⁰ CIGANOS: Uma verdade em segredo. Direção: Camila Guebur, Helena Gomes, Izabel Álvares, Marina Massote, Marina Seidel, Vanessa Schuster, Viviane Claassen. Roteiro: Marina Massote. **Trabalho de mini TCC de 2007 do curso de Jornalismo da Anhembí Morumbi, 2007.** (5'45 - 6'02)

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=2cs4Nva6G1A&feature=related>>. Acesso em: 26 de jun. 2010.

⁵¹ Documentário. Ciganos: uma verdade em segredo, 2007 – 6'03 – 6'24.

sempre algo “imaginário” ou fantasioso sobre sua unidade. Ela está sempre incompleta, sempre “sendo formada”:

(...), a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada.’⁵²

Prosseguindo a análise dos eixos constitutivos da identidade do grupo 1, constatou-se, que o ritual de passagem mais importante é o casamento. São os laços de união que perpetuam a própria identidade do cigano. A vida das famílias se constitui em torno dos laços familiares que irão fazer com outras famílias. Pela tradição cigana, a mulher casa-se a partir dos 12 anos, muitas vezes como resultado de promessa anteriormente feita pelos pais. No entanto, o casamento só se efetiva quando há o nascimento do primeiro filho. A mulher tem o papel da procriação e passagem da história oral para a família. Sobre o casamento a cigana Kelli destaca: *“casei com 13 anos, ele tinha 14. No início nós não gostamos, depois convivendo acabamos se acostumando.”*⁵³

Outra questão importante a destacar, quanto à construção da identidade, é a tradição do comércio em detrimento ao estudo formal.* Entre os grupos ciganos, esta ausência se faz presente até hoje. Em visita ao grupo 1, percebeu-se que a educação⁵⁴ não tem

⁵² HALL, op. cit., p. 38.

⁵³ Depoimento de Kelli Ivanovichi. Gravataí. Novembro de 2009.

* Estudo formal: aqui destaco por estudo formal o que nós ocidentais valorizamos por educação, ou seja, a frequência e permanência nas escolas, conforme as práticas pedagógicas vigentes.

⁵⁴ Em pesquisa feita para analisar a conjuntura da educação do grupo de ciganos na cidade de Gravataí, região metropolitana de Porto Alegre (grupo1), constatou-se que: a partir de pesquisas realizadas em países Europeus, é possível constatar que a questão escolar, ou seja, o alto índice de abandono da escola por parte dos ciganos, não é um fato isolado, no que tange ao grupo de Gravataí, mas uma constante, que vem sendo pesquisada e analisada por outros Estados nos quais eles também estão presentes em grande número. De forma a constatar estes dados cito a autora Maria José Casa-Nova: “No que diz respeito aos níveis de escolaridade, refiro-me ao caso espanhol onde, de

importância primordial dentro da sua cultura, haja vista que a sobrevivência e a manutenção cultural são principais. Em análise, constatou-se que: dentre os 35 moradores deste grupo, 4 homens já estudaram, mas não passaram da 3ª série do ensino primário. Entre as mulheres, apenas 03 sabem ler e escrever, mas somente o básico. Das 13 crianças, apenas 02 estão frequentando a escola, uma na 1ª série e outra na 4ª série do ensino fundamental. Para os ciganos, o estudo torna-se um elemento secundário e o comércio um elemento primário, dado às necessidades de sobrevivência e manutenção de sua tradição cultural.⁵⁵

O interesse dos ciganos em relação à escola é de ordem prática. Desejam obter o conhecimento básico, aprender a ler, a escrever e a fazer cálculos. No caso específico dos integrantes do grupo 1, sempre que questionados sobre a importância da escola, tanto os homens como as mulheres, responderam que na prática *“só servia para aprender a ler e escrever para tirar a carteira de motorista”*.⁵⁶

Sobre a ausência da escrita, o relato da cigana Luana⁵⁷ explicita o sentimento que têm em relação a essa falta:

acordo com Stephanie Borner e Zoran Lapov (2004, p. 23), 70% da população cigana “lack of any schooling”; o caso da Bélgica, onde um estudo levado a cabo em 2002 revela que 45,4% das crianças e jovens com idades inferiores a 18 anos não possui qualquer escolaridade e 35,4% possui apenas a escolaridade primária (cf. Raffael Schlambach, 2004, p.4) e o caso da Romênia, onde, para o ano de 1992, cerca de 40% das crianças ciganas com 8 anos não frequentava a escola e apenas 50% das crianças entre 7 e os 10 anos frequentavam a escola com regularidade, num país que apresenta altas taxas literárias, com uma frequência escolar da população maioritária a situar-se entre os 96 e os 98% (McDonald, 1999, p. 84)”. In: CASA-NOVA, Maria José. A Relação dos Ciganos com a Escola Pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional. **INTERACÇÕES**, n.º. 2, pp. 155-182, 2006, p.157.

⁵⁵ Estes dados foram coletados em observação feita no dia 21/11/2009.

⁵⁶ Depoimento de Kelli Ivanovichi e Luana Costichi. Gravataí. Novembro de 2009.

⁵⁷ A cigana Luana tornou-se cigana ao casar-se com Marcelo Costichi. Sua origem familiar é de brasileiros, pai e mãe *gadjes*, no entanto há 13 anos está com o cigano Marcelo com quem possui dois filhos. Ela incorporou os costumes ciganos e dentro do grupo tem uma função primordial, a de ler, pois é a única mulher que sabe ler e escrever entre as ciganas. Informa que quando as ciganas precisam de algum remédio ou de alguma informação que necessite a leitura, recorrem a ela. Observação feita em novembro de 2009.

[Como vocês convivem com a ausência da escrita?] É horrível né, porque o sonho do meu marido é pegar uma revista e ler, ou [saber] qual o remédio tem que tomar, ou qual o remédio tem que comprar, (...) eles vão no mercado e vão nas marcas boas, por exemplo, o café Mellita. O meu marido vai pela marca que ele conhece e pelo mais caro. O meu marido que é mais gastador ele vai pela marca, vai pelo mais caro, que daí ele acha que é o melhor. Então ele sabe qual é a pasta de dente que é melhor, o café Mellita é o melhor, ele vai indo pelo preço. Os que tem dinheiro, os que não tem vão no mais barato. É assim, Mas é horrível, ele sofre. [Mas os ciganos falam entre si dessa dificuldade da escrita?] Alguns sim. [Eles querem estudar?] Alguns querem. O meu marido já tá com 32 anos, agora não tem mais como.⁵⁸

Pensar sobre educação e a ausência do hábito da escrita entre a maioria dos ciganos, requer também uma reflexão sobre o que vem a ser memória coletiva para este grupo. Valor que prezam em sua cultura, que é determinante, pois permeia toda a história desta etnia. Esta maneira peculiar que utilizam para preservar a cultura e transmitir sua história nos faz pensar sobre a importância da história e memória, objeto de estudo, que despertou o interesse das ciências humanas a partir do século XIX.

Partirmos do conceito de memória coletiva utilizado por Maurice Halbwachs⁵⁹, o qual afirma que a memória não só é um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais⁶⁰. Veremos que os ciganos, ao valorizarem a oralidade em detrimento da escrita, estão construindo uma memória coletiva que é transmitida através da prática, que tem

⁵⁸ Depoimento de Luana Costichi. Gravataí. Novembro de 2009.

⁵⁹ HALBWACHS, Maurice. **Lês cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Alcan, 1925. E La mémoire collective. Paris: PUF, 1950.

⁶⁰ SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” / comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2002, v. 22, n. 44, pp. 425-438, p. 427.

como base a educação familiar e não a educação “tradicional” que supervaloriza a escrita.

Para os ciganos, culturalmente ágrafos, a oralidade e a memória se fazem presentes no cotidiano. São elementos importantes de acumulação e passagem de conhecimentos, por isso seus interesses são de ordem prática, desejam o saber específico que lhes dará condições de trabalho e que não irá influenciar na manutenção de suas práticas culturais. A memória coletiva, neste caso, funciona segundo uma “reconstrução generativa” e não segundo uma memorização mecânica. O papel importante cabe à narrativa e a outras estruturas da história cronológica dos acontecimentos⁶¹, tendo os mais velhos o papel fundamental de guardiões e transmissores dos conhecimentos práticos.

As ciganas Kelli e Luana salientam que eles não são educados como os brasileiros e exemplificam: quando desejam alguma coisa emprestada a pegam sem pedir. Ambas destacam que a vida dos ciganos é mais livre, não há uma educação no sentido formal, de ir à escola, aprender a ler e escrever. Dentro do acampamento as crianças vivem soltas, livres, andam “suja”, descalças, os pais não ficam supervisionando e cobrando uma postura. Para eles esta liberdade é normal.⁶²

A vida dos ciganos é mais liberal, em certo ponto, do que a vida dos brasileiros. A minha mãe cobra muito quando vem aqui. ‘Vai botar a roupa, limpa o nariz dessa menina, a Michele, vai lavar as mãos, não fala coisa feia’. Para as crianças xingar e falar palavrão é coisa normal, ninguém dá bola de andar assim peladinho. Se fosse brasileiro já seria mais difícil. Aqui corre um pelado e ninguém dá bola, nem as crianças não dão bola um para o outro. Mas é as crianças que andam assim, os adultos não.⁶³

⁶¹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ed. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 430.

⁶² Depoimento de Kelli Ivanovichi e Luana Costichi. Gravataí. Novembro de 2009.

⁶³ Depoimento de Luana Costichi. Gravataí. Novembro de 2009.

Constata-se que para os ciganos “o ser” e “estar” diferentes pactuam com a forma de “ser cigano”, ou seja, faz parte da tradição cultural destes grupos se fazerem diferentes de “nós” brasileiros.* A questão do comércio é evidenciada desde o primeiro contato com o grupo. As crianças fazem comércio, oferecem “bugigangas” para que sejam trocadas por qualquer coisa que queiramos; as mulheres praticam a “Buena Dicha”, leitura da sorte, a quem se aproximar o mínimo que seja ou titubeie ao olhar para os olhos das ciganas. Os homens negociam automóveis, tapetes, colchas e diversas mercadorias, conforme as ondulações do mercado.⁶⁴

O comércio está fortemente ligado à cultura e às tradições. Ele demonstra as formas de sobrevivência e serve de intermédio entre ciganos e não-ciganos, é através desta prática que se permitem interagir com os brasileiros.

Durante as observações também foi possível averiguar o contato entre os ciganos e os não-ciganos. Em visita ao grupo 1, durante a tarde, saí com a cigana Luana para levar seus filhos ao posto de vacinação, neste episódio lhe perguntei como era o relacionamento entre eles e os não-ciganos, a resposta que obtive foi: “sempre no início, logo que montamos acampamento, o “olhar” é desconfiado, mas assim que nos conhecem a relação muda.” Disse que pelos lugares onde passou – Paraná e Santa Catarina – deixou muitos amigos brasileiros.⁶⁵

Outro aspecto importante é a questão da limpeza, que para nós brasileiros está muito ligado a nossa cultura, à saúde e educação. Já para os ciganos a questão da limpeza é muito mais ampla, está ligada a questões místicas, a crenças que vão além do nosso “olhar”. A experiência com o grupo de Gravataí possibilitou

* Para os grupos de Gravataí, Encantado e Alvorada são denominados “brasileiros” todos aqueles que não pertencem à etnia cigana

⁶⁴ Observações feitas a partir dos contatos com os grupos 1, 3 e 4 a partir de junho de 2009.

⁶⁵ Depoimento de Luana Costichi. Gravataí. Junho de 2009. Com intervenções minhas. Sobre este aspecto, percepção dos ciganos pelos brasileiros, ver capítulo 4.

o contato direto com suas tradições, principalmente às concernentes às mulheres, com as quais tive maior convivência. A questão da “limpeza” é fator importantíssimo para sua cultura a qual associam ao termo *marimé*, que significa impurezas.⁶⁶ Para os ciganos, a “sujeira” está diretamente associada à manutenção da pureza, enquanto para nós a “sujeira” tem relação com “estar sujo”.⁶⁷

As ciganas dizem que a sujeira da casa traz impurezas e má sorte para o lar, por isso elas têm a obrigação de manter a barraca sempre limpa e organizada. As louças da cozinha nunca podem ser lavadas ou misturadas com as roupas pessoais e as mulheres devem ter cuidados dobrados quando estão menstruadas⁶⁸, pois, segundo elas, isso as torna *marimé*, ficando também impuras. Não podem ter relações sexuais neste período e o cuidado com a limpeza pessoal e da casa deve ser dobrado.⁶⁹

⁶⁶ Observações feitas durante o ano de 2009 junto ao grupo 1.

⁶⁷ Os Calon consideram os *gadjes* “sujos” porque não fazem a distinção que sua cosmologia prescreve. A diferença é que eles sabem que os *gadjes* os vêem como sujos. A recusa do conhecimento e das práticas ligadas à “higiene” é deliberada, e não, como pensariam os *gadjes*, resultado de uma ignorância vitimizante. Não apenas a recusa é intencional, mas igualmente a *ocultação* do que motiva as práticas calon, isto é, sua cosmologia. Os Calon parecem não se importar em serem “ciganos” diante dos *gadjes*, pois tal atitude garante que eles possam ser calon para si mesmos. Cf: FERRARI, op. cit., p. 22.

⁶⁸ Cotejando minhas observações com a bibliografia estudada, percebe-se que os grupos assemelham-se nas categorias concernentes à relação de pureza e impureza. Vejamos o que diz o estudo de Ferrari: “É no órgão sexual feminino que se localiza mais claramente a impureza e, portanto, o perigo, por ser canal de passagem entre interior e o exterior do corpo. A menstruação é, nesse sentido, o fluido impuro por excelência, e é objeto de uma série de tabus. O estado de impureza feminino, que se define pela incapacidade de manter interior e exterior separados – na menstruação, nas relações sexuais e no parto –, tem uma dimensão pontual, durante o ciclo mensal, ou o parto, e uma dimensão temporal mais prolongada que vai da primeira menstruação até a menopausa, quando a mulher reconquista certa neutralidade (Miller, 1975: 44). [...] O contato com a parte inferior do corpo feminino, mesmo roçar uma saia é visto como contaminante. “Quando uma mulher está menstruada ela é considerada *marime* (ritualmente perigosa) e está impedida de preparar comida para outras pessoas, especialmente para os homens”(Gropper, 1975). “Se a saia de uma mulher encosta num prato, numa xícara ou num copo, estes são imediatamente destruídos” (Yours 1976: 150). O interior do corpo deve manter-se puro, resguardado das impurezas do exterior. Por isso, os orifícios do corpo são cuidadosamente controlados. “Comer é um assunto delicado e de controle acirrado” (Miller, 1975: 42). Não se deve tocar, comer, aproximar fisicamente do que é impuro, sob o risco de contaminar-se. Cf: FERRARI, op. cit., p. 48.

⁶⁹ Observação feita em novembro de 2009, junto ao grupo de Gravataí.

Sobre o *marimé*, Florência Ferrari fez um estudo com as principais etnografias ciganas publicadas nos últimos quarenta anos. A autora discorre sobre estas idéias que, segundo ela, giram ao redor de categorias de pureza e impureza. Estes trabalhos, estudados por Ferrari, revelaram um mundo cigano que gira em torno de pares de oposição como: alto e baixo-ventre, interior e exterior (da barraca), homem e mulher, *rom* e *gadje*. O corpo feminino é tomado como paradigma para determinar as relações espaciais de parentesco, entre sexos, entre as gerações, com os animais e com os *gadjes*.⁷⁰

A “construção” da identidade cigana é composta de diversos fatores, conforme estamos analisando, dentre estes, destaco o idioma falado pelos ciganos como um importante componente para esta construção e manutenção da própria identidade. Durante as observações percebeu-se que o *romani* era falado entre eles quando desejavam que eu não soubesse o que estavam dizendo, ou entre discussões internas, muito comuns, principalmente entre as mulheres. Nas entrevistas, essa constatação fica muito clara, em diversos momentos comunicam-se entre eles, falando somente em sua língua, ou quando as questionava sobre determinado assunto, falavam o idioma próprio, desviando do assunto abordado.

Outro aspecto que destaco como importante na formação desta identidade e como eixo constitutivo das tradições destes grupos é o nomadismo e as diversas formas que utilizam. Relato minha experiência de campo, na qual me deparei com uma situação a qual envolvia uma forma de nomadismo, a que ocorre por falecimento de algum membro da família. Em janeiro de 2010, orientado pelo grupo de ciganos de Gravataí, com o qual mantinha contato através de freqüentes visitas e contatos telefônicos, fui à procura de outros acampamentos dentro da cidade. Fui orientada a ir para o Bairro “Flamboia” no centro de Gravataí, ali seria a morada de uma grande família de ciganos. Caminhei por todo o

⁷⁰ FERRARI, op. cit., p. 47.

bairro a procura destes grupos e a todos que solicitava informações reafirmavam a existência de ciganos moradores daquele lugar. Chegando ao local indicado, constatei que o grupo havia levantado acampamento. Fui questionar os vizinhos e moradores do entorno e a resposta obtida fora que a cigana mais velha do grupo havia falecido e por este motivo o grupo todo teve que se mudar. Muitos comentaram que isso era comum entre os ciganos, que é uma espécie de superstição, quando alguém morre é sinal de mudança e todos devem ir para outro local.⁷¹

O **grupo 2** também se auto-identifica como cigano e a forma de construção da identidade dá-se através de uma memória mítica que se constitui a partir de lembranças do passado e de alguns poucos contatos com os familiares de origem. Para reforçarem a identidade cigana utilizam as danças e os rituais espirituais.⁷²

Esta família de ciganos tem em seu núcleo familiar o Sr. Aderson Bagesteiro, filho de pai cigano e de mãe com descendência alemã e italiana. Segundo relato, seu avô viera da Espanha, fora

⁷¹ Observação feita em Janeiro de 2010. Nesta ocasião não consegui contato com o grupo. Estava muito quente, lembro que fazia quase 40 graus, já havia caminhado a tarde toda e não encontrara nenhum sinal de acampamento ou de ciganos. No final da tarde, exausta, quando enfim encontrei o endereço indicado e constatei que o grupo já havia saído, passou por mim um táxi com várias ciganas dentro. Não acreditei! Esperei então o retorno do mesmo táxi e fiz sinal para que parasse, foi então que obtive, do taxista, as informações que precisava. Perguntei-lhe sobre a mudança e ele confirmou todas as informações. Afirmou que aquelas ciganas eram suas clientes e haviam se mudado há pouco, continuando no mesmo bairro, apenas mudando de casa. Aconselhou-me a não ir visitá-las naquele momento, pois já eram 18h, tarde para uma primeira visita, me informou que as ciganas estavam voltando do trabalho, provavelmente cansadas e que não seria um bom momento para abordá-las. Resolvi voltar para casa e tentar em outro momento. Para minha surpresa, em abril de 2010, em uma festa de casamento na cidade de Encantado, encontrei parentes do grupo que procurava em Gravataí. Em conversas informais narrei a minha procura e a família da Cigana Débora disse conhecer este grupo, informou que eram parentes e seguidamente se encontravam. Falou sobre a cigana que havia falecido, disse ser sua tia. Esses dados foram coletados a partir de observações e cotejamentos de fontes. Infelizmente ainda não tive contato com este segundo grupo de Gravataí, apenas vi as ciganas passarem de taxi, mas de toda a experiência neste campo, foi possível vivenciar na pele a cultura do nomadismo, quando este é imposto pelo falecimento de algum membro do grupo.

⁷² Sobre este grupo e os rituais espirituais há um estudo desenvolvido por Daan Vos que narrará a história do “Pai Neco” e seus rituais espirituais. – 2007. Ori O Povo Cigano! *De opkomst van de zigeunergeesten in umbanda*. **Dissertação de Mestrado**, Departamento de Antropologia Cultura, Universidade de Leiden. – Cf. FERRARI, op. cit., 18; 329.

expulso do acampamento cigano onde morada, junto com mais dois irmãos, porque não aceitaram o casamento arranjado por seu pai. Da Espanha vieram para o Uruguai, de navio, e depois para o Brasil. Eram três irmãos: um se perdeu na viagem; o outro foi para São Gabriel, onde formou família e montou um acampamento cigano; o último, avô do Sr. Bagesteiro, foi parar em uma tribo de índios em Rosário do Sul, onde se apaixonou por uma índia e casou-se. Desta tribo também fora expulso e de lá foram para Porto Alegre, onde montou o primeiro acampamento cigano no Parque Moinhos de Vento (Parcão), em 1935. Seu avô era comerciante de cavalos e viajava pelo Brasil, mas os lugares que mais se fixou foram em Rosário do Sul (Saicã) e em Porto Alegre (Parcão). O Pai do Sr. Bagesteiro foi o último filho dessa família, formada pelo cigano, vindo da Espanha e pela índia do Rio Grande do Sul.⁷³

Seu pai foi retirado da família dos ciganos ainda quando jovem, por um tio que não aceitava a vida cigana, por isso a cultura não foi passada a ele, só mais tarde, segundo Sr. Bagesteiro, é que seu avô lhe passou a tradição.

Esta família de ciganos não vive em acampamento, possui residência fixa em Porto Alegre, no Bairro Glória. Os acampamentos são formas de expressão cultural e os utilizam em momentos festivos, como o da festa no Parque Moinhos de Vento (Parcão), feita todo ano no final do mês de novembro. Não falam a “língua dos ciganos”, pois a cultura cigana só lhe foi mostrada quando tinha 17 anos, não tendo oportunidade de aprender o idioma da sua família. Segundo relato do Sr. Bagesteiro, o seu conhecimento sobre a descendência cigana só ocorreu quando tinha 17 anos de idade, quando fora ingressar no quartel e o informaram que o seu pai, que ali havia servido, era cigano, e por esse motivo, fora expulso, durante a ditadura militar. Para ele foi um choque em um primeiro momento, nas logo que tomou

⁷³ Depoimento de Aderson Bagesteiro. Porto Alegre. Setembro de 2010.

conhecimento da cultura, da descendência e da história da sua família decidiu dar continuidade e divulgar essa cultura. Vejamos relato de como ocorreu essa descoberta:

[Mas o senhor sabia que era cigano desde sempre?] Fiquei sabendo com 17 anos. Eu fui conhecer a família de ciganos em 74, mas eu não consegui me colocar naquela família, até porque a minha mãe não fazia nós entender isso. Em 1974 eu tinha 13, 14 anos, daí nós tivemos naquele lugar. Tá o vô morreu, mas a ficha não caiu. A minha mãe nunca assimilou isso, nunca assumiu isso e nem o próprio pai. Ai com 17 anos eu fui para o quartel né, quando foi feito aquela primeira chamada no exército. Ai entrei, quando cheguei lá um coronel mandou me chamar numa sala. [Pensei] o que eu fiz? Dai o coronel perguntou, tu é Bagesteiro? Então tu é filho de cigano? Aquilo suou, deu um choque assim no meu peito. Como assim? Maurício Bagesteiro? É meu pai! É ele foi sargento aqui, nesse mesmo esquadrão, nessa mesma companhia. Eu digo sim! Pois é, teu pai é cigano! Ou tu não é filho do Maurício? Não, sou filho do Maurício. Não teu pai é cigano. Teu avô era cigano. Ai contou a história, daí me interessei até, me deu um desespero no momento comecei a chorar até. Teu pai até foi afastado do exército pela função de ser cigano, e tal, daí me contou a história toda. Dai quando eu cheguei em casa e fui conversar com a mãe, a mãe teve uma crise nervosa. Ela dizia que queria defender os filhos né. Defender do que mãe! Porque os ciganos sofrem, são perseguidos, são mal tratados, e o teu pai foi perseguido também, teu pai foi posto para fora do exército, por ser cigano. Dai eu perguntei: Meu pai roubou? Não, cigano não rouba. Então pelo simples fato de perseguição mesmo. Porque nessa época estávamos saindo da função... me falta o termo agora, da revolução, dos anos 60, a ditadura militar, quando os militares tomaram conta, que assumiram tudo aí. O meu pai em 1964 foi posto para fora do quartel, sem direito a nada. E o que ele fez? Nada!, ele só tinha o sangue cigano. Então conversando com a minha mãe. [Ela disse] Tu lembra que nós fomos lá no teu avô quando o teu avô morreu? De tudo que tu viu lá. É a família do teu pai. Teu pai é filho de cigano. Dai eu disse para ela, eu vou assumir essa cultura que é minha também. Eu sou o filho mais velho do meu pai né. Pois aí uma coisa muito importante que eu tenho que te relatar, por ser filho mais velho do meu pai, e

assumir essa postura da minha cultura, lá na família do meu pai, me passaram a responsabilidade de ter a minha família e de poder dar um seguimento para a cultura do meu avô. Porque o meu avô teve dois filhos homens e duas filhas mulheres e o meu pai foi tirado fora, teve o outro filho que faleceu. Então tinha que ter um homem para dar o seguimento na cultura né, do meu avô da família. Então esse filho homem foi eu. Tanto que tem uma outra coisa importante também. Eu nasci num acampamento cigano em Gravataí, onde moravam o meu pai e a minha mãe e mais algumas pessoas que eu não sei quem eram. Quando o meu pai casou com a minha mãe, ele não podia conviver na família na família dela, daí eles foram para uma chácara, daí eles moraram num acampamento, num acampamento cigano, (isso me emociona), tá no sangue. Eu não sei que tipo de entrosamento tinha meu pai com essas pessoas, isso nunca me disseram. Daí meu pai foi para o trabalho, no exército, daí minha mãe estava dentro do acampamento sozinha, disse que as outras ciganas estavam na rua trabalhando, tava ela e mais uma senhora lá. Daí bateu, na frente de onde elas estavam, nessa chácara, nessa barraca, não sei bem, de lá onde elas estavam. Diz que bateu um cidadão, eu tinha 1 ano de idade, ou quase, daí bateu um cidadão a frente, eu tô procurando o Bagesteiro, daí disseram não, o Bagesteiro não tá. Aquele cidadão com cabelo branco, com bigode grande branco. Daí a minha mãe chegou, mas o que eu podia lhe ajudar? Não, eu vim aqui para ver o meu neto. Daí disse que me tomou nos braços, a minha mãe se apavorou. Ai que ele falou palavras com essa mulher velha que tava lá, em Romaní, falou palavras, daí a minha disse, há, é cigano. Daí a senhora, sim claro. Só que a minha mãe não teve o que fazer, não teve o que dizer, ele ficou alguns momentos ali, horas quem sabe, e dizendo que ele não tinha podido conviver com o filho, mas que queria ter uma aproximação. Ali naquele momento ele me passou, diz que falava, falava, falava, diz que rezava em cima de mim, fazia o sinal da cruz em cima de mim, passava algo, diz essa mulher velha. Disse para minha mãe, ele passou algo para ele, mas a minha mãe não entendia o que ele dizia, porque ele falava muito pouco o português, era mais o espanhol e o romaní mesmo.⁷⁴

⁷⁴ Depoimento de Aderson Bagesteiro. Porto Alegre. Setembro de 2010.

Para a família Bagesteiro a cultura cigana está ligada à questão sanguínea, a valores que são sentidos e expressos através da “alma”. A forma de preservação cultural, neste caso, ocorre através da dança de acampamento que transmitem para os membros de sua comunidade.

dança de acampamento que é o que a gente faz e o que a gente trouxe pra realidade, o que pra nós é muito grande isso, é muito importante *cultuá* isso né, porque o povo em si, ele é fechado e não gosta de botar pra fora né, e a gente faz questão de botar a cultura do nosso povo, tudo que é bonito *pras* pessoas verem, *pra* assistirem *pra* fazerem festas junto com a gente né, porque a gente não gosta da parte ruim que falam dos ciganos né, a gente não aceita isso, a gente foi muito escorraçado por ser filhos de ciganos né, bah! Passamos um aperto sem tamanho hoje aos 51 anos de idade a gente até já é mais respeitado, mas mesmo assim dependendo da situação tratam a gente com certo né, fica aí que eu fico aqui. Mas então a gente vem fazendo essa festa que a gente faz no Parcão justamente pra elevar a cultura da minha família, do meu avô, do meu pai, meu pai muito pouco porque ele foi tirado fora pelo tio né, mas da minha família em si, então a gente faz uma festa no Parcão desde 94.⁷⁵

Quando pergunto-lhe – o que é “ser cigano”? – sua resposta é – liberdade:

A liberdade, ser cigano é ser livre. Cigano ele não vive preso, ele não vive sob pressão, ele não vive um momento apenas de vida. Não, não, cigano vive a vida com liberdade, com apego à natureza e apego total nas suas coisas, nos seus ancestrais. O cigano ele não tem problema. O problema dele ele resolve, e muitas vezes, na parte da nossa família, com a própria dança. Tudo é uma magia, tudo é encanto. Então ser cigano é ser livre.

Apesar dessa diversidade evidente entre os dois primeiros grupos, constataram-se algumas características comuns, como os

⁷⁵ Depoimento de Aderson Bagesteiro. Porto Alegre. Setembro de 2010.

adornos domésticos. Independente de morarem em casa ou barraca a organização interna, o colorido da casa, o uso abundante de tapetes é significativo. Ainda, o primeiro grupo caracteriza-se pelo semi-nomadismo, enquanto que o segundo é sedentário; o primeiro tem na utilização do idioma romaní o traço característico da sua identidade, enquanto que o segundo busca a sua identidade através da memória de um passado “idealizado”, de um passado consanguíneo e através das danças ciganas de acampamento.

A construção da identidade do **grupo 3**, devido ao pouco tempo de convívio, apenas durante as festividades de casamento, constatou-se que ocorre, principalmente, a partir dos rituais de casamentos e festividades. Pela auto-identificação e a partir do idioma falado por eles, foi possível constatar que eram ciganos de origem *Rom*, semi-nômades, pois segundo eles, possuíam residências fixas em lugares diversos do país e acampavam por motivos de festas ou comércio. As ciganas utilizavam os mesmos padrões de roupas e utensílios das ciganas do grupo 1, e a abordagem, forma de recepção, modos de falar e agir, eram muito próximos.⁷⁶ Quando questionados sobre o que caracterizava a identidade cigana, a resposta dada foi: “Por causa da raça né. Tem alemão, tem italiano. (...) O sobrenome. (...) Por causa da roupa, da barraca, a tradição nômade.”⁷⁷

Em relatos, durante as festividades do casamento, foi possível perceber um certo nível de parentesco entre o grupo 1 e o grupo 3. Ao falar os sobrenomes das ciganas do acampamento anterior e a localização do acampamento, muitos manifestaram conhecer ou ter algum tipo de parentesco. Confirmando aspectos e peculiaridades vistas durante as observações com o grupo 1.

Da mesma forma que o grupo 1, o ritual de casamento compõe um dos eixos constitutivos da formação da identidade

⁷⁶ Depoimento de Débora e Saul. Alvorada. Abril de 2010.

⁷⁷ Observação participante. Encantado. Abril de 2010. Estas falas foram gravadas, no entanto não as chamarei de entrevista devida as muitas intervenções. Não é possível identificar ao certo o nome dos depoentes, o diálogo foi feito em grupo, e muitos falavam ao mesmo tempo.

cigana mais presentes. Durante a festividade do casamento, em que comemorava-se a união da filha mais velha de uma família de ciganos, foi possível perceber a importância deste ritual de passagem. Os ritos e costumes têm características gerais comuns, no entanto há certas especificidades de acordo com as famílias e os subgrupos em particular. Neste caso todos eram de origem Romaní, se auto-identificavam como tais e, ao que foi possível observar, todos os 400 ciganos reunidos para a festa de casamento falavam este idioma. No entanto, observaram-se diversidades referentes aos aspectos que envolvem o casamento, como a idade da noiva, destaco aqui matéria veiculada em jornal local, a qual chamou a atenção para a idade dos noivos e para a forma como decidiram se casar:

A festa de casamento cigano chamou a atenção dos encantadenses pelos festejos que durou toda a semana. Camila Saul (19 anos), da família que reside em Lageado e Marcelo Saul (22 anos), de Veranópolis, são parentes distantes, já se conheciam e a três meses decidiram se casar. [...] “Não havia prometido a minha filha, como é tradição, ela escolheu com quem se casar”, conta o pai da noiva ⁷⁸

Analisando os dois grupos 1 e 3, os ciganos de Gravataí e os ciganos de Encantado, percebe-se que ambos fazem parte do grupo Romaní, pois o dialeto falado por eles é o mesmo, no entanto, é possível constatar certas similitudes e diferenças no que se refere ao rito do casamento. No grupo de Gravataí constatou-se que as mulheres casam-se muito cedo e geralmente os casamentos são arranjados, sendo os noivos prometidos ainda jovens pelos pais, já no grupo de Encantado, segundo relato do pai da noiva, os noivos não foram prometidos jovens, a decisão de casarem-se partiu deles mesmos e a noiva casou-se com idade mais avançada, se comparada a idade culturalmente determinada.

⁷⁸ RISSI, Rogério C. Três dias de Festa. **Força do Vale**. 16 de abril de 2010, p. 13. e VERSSETTI, Juremir. Caderno Cidades. **Correio do Povo**. 17 de abril de 2010, p. 3. Grifos da autora.

Nos grupos 1 e 3 a aparência dos ciganos pouco alterou-se em relação à descrição dos viajantes – eles continuam a usar roupas coloridas, entre os homens a prática dos cabelos e barbas compridas também é comum. Já no grupo 2 o uso do “estereótipo” cigano só é perceptível em ocasiões de festividades, no dia-a-dia vestem-se como brasileiros.⁷⁹ Esta diversidade cultural existente entre os grupos é destacada por Rodrigo Teixeira:

Nenhum cigano conhece todos os detalhes da identidade em que está inserido. Tal como não conhece todo espaço cultural que o comporta, não sabendo, pois, ler todo o seu “mapa cultural”. [...] Há aspectos da identidade cigana compartilhados por todos os ciganos, outros que são particulares de cada subgrupo e ainda outros selecionados pelo indivíduo num leque de opções. Cada cigano é portador de um conjunto singular de elementos dessa identidade, embora não haja uma noção de individualidade tal como no mundo ocidental.⁸⁰

Estes eixos constitutivos da identidade coletiva dos ciganos são capazes de sintetizar como se constrói esta identidade, de maneira simbólica e imaginada. Como no caso dos ciganos que se reuniram em Encantado para comemorar a festa de casamento. A reunião para o casamento é o momento mais importante para o grupo, segundo relato da cigana Débora: “aqui nós escolhemos os noivos para nossas filhas, vemos como as famílias estão, é um momento de contato com outras famílias, depois que acaba voltamos para casa e tudo volta ao normal.”⁸¹

De acordo com os dados do Jornal local e a partir da observação e entrevistas semi-estruturadas com os participantes da festa, foi possível destacar alguns fatores importantes que constituem o ritual do casamento.

⁷⁹ Observações feitas a partir dos contatos com os grupos 1, 2 e 3 durante o período de 2009 à 2010.

⁸⁰ TEIXEIRA, op. cit., p. 22.

⁸¹ Depoimento de Débora. Encantado. Abril de 2010.

Desde pequenas, as meninas ciganas costumam ser prometidas em casamento. Os acertos são normalmente feitos pelos pais do noivo, que decidem unir suas famílias. O casamento é uma das tradições mais preservadas entre os ciganos, representa a continuidade da “raça”, por isso o casamento com os não ciganos não é permitido em hipótese alguma, quando isso acontece a pessoa é expulsa do grupo. Há exceções, e quando o cigano homem casa com uma não cigana (*gadje*), esta tem que se submeter às regras e às tradições ciganas.

É através do casamento que os ciganos entram no mundo dos adultos. Os noivos não podem ter nenhum tipo de intimidade antes da cerimônia. A grande maioria dos ciganos no Brasil ainda exige a virgindade da noiva através da mancha de sangue no lençol que é mostrada a todos no dia seguinte. Caso a noiva não seja virgem, ela pode ser devolvida para os pais e esses terão que pagar uma indenização para os pais do noivo.

Durante a festa de casamento os convidados homens sentam ao redor de uma mesa no chão e com um pão grande sem miolo recebem os presentes, em dinheiro ou em ouro, dos convidados. Estes são colocados dentro do pão, ao mesmo tempo em que os noivos são abençoados. Em troca recebem lenços e flores artificiais abençoadas pelas mulheres.

Geralmente a noiva é paga ao pai em moedas de ouro, a quantidade é definida pelo pai da noiva. Algumas particularidades distinguem e dão a um casamento cigano o seu caráter específico. A festa de casamento é prevista para durar de dois a vários dias, reunindo ciganos de todas as partes do país, e mesmo do exterior, pois os convites são dirigidos aos membros da comunidade em geral. As despesas das festas de noivado e do casamento, incluindo o vestido da noiva, são de responsabilidade da família do noivo.⁸²

O último grupo estudado, **grupo 4**, quando questionado sobre a construção da identidade diz estar relacionada ao

⁸² Jornal **FORÇA DO VALE**, ano 26, nº 1330, Encantado, 16 de abril de 2010, p. 13.

nomadismo, linguagem e vestimentas, conforme relata a cigana Solange:

É porque usa essas roupas e o povo chama de cigano. E porque nós viaja, só por causa disso, nós somos quase igual. Não tem nada diferente, tem porque nós viaja bastante, nós não para. Nós aprendeu essa língua enrolada que vocês não entendem, só por causa disso. [Pergunta sobre a língua] Eu já nasci assim. Igual eles [referindo-se as crianças], cresce e já vai aprendendo. Eles vê a gente conversar e já conversa igual.⁸³

Dentro do mesmo grupo, a cigana Luana quando questionada sobre o que é “ser cigano” diverge de sua tia Solange e relata que “ser cigano” está muito ligado ao nascimento e às práticas culturais, conforme segue:

[O que é ser cigano para ti?] Ser cigano já nasce né. Não tem explicação, já nasce cigano. Já é a vivência, já é a vida, já é o modo de vida diferente dos brasileiros. O que a mulher cigana faz, a mulher brasileira, assim como vocês já não faz. [diferença entre ciganos e brasileiros] Como é que eu vou te dizer. Nós já estamos acostumados com a chuva, pra sol, para tempo bom, pra tempo ruim. Vocês não, vocês já são acostumados com a vida mais melhor do que a vida da mulher. Nós já somos acostumadas a sofrer, vocês já não. (...) sofrer, essa já é a nossa vida.⁸⁴

Quanto à forma de moradia, o grupo 4 diverge em alguns momentos do grupo 1. A cigana Solange afirma:

[E a preservação da cultura, isso de ser nômade, de ter a barraca, como é passado para vocês.] é porque nós gosta. Não porque tenha alguma lenda, alguma lei. É porque nós gosta de mora em barraca, nós se sente bem. [tu gostas de viver em barraca?] Gosto. Eu não agüento é ficar em casa. Aqui tem liberdade. Em

⁸³ Depoimento de Luana Soares. Alvorada. Abril de 2011. Grifos da autora.

⁸⁴ Depoimento de Luana. Alvorada. Maio de 2011.

casa é tudo fechado. (...) É que na casa é a mesma coisa de uma prisão, tudo fechado, é portão tudo fechado. Aqui não.⁸⁵

Ainda no acampamento do grupo 4, constatamos relatos diferentes, as ciganas Simone e Fabiana dizem não gostar de viver em barracas, relatam as dificuldades quanto à limpeza e organização e dizem sonhar em ter uma casa:

[tu viveu a vida inteira em barraca?] [Simone] desde que eu nasci né.

[tu gosta de viver em barraca?] [Simone] fazer o que. Gostando ou não tem que viver igual né. Eu não gosto de barraca, eu gosto de casa. [Fabiana] casa é mais apoiada, é mais quente, é mais limpa também. Tem tudo certinho dentro de casa. [vocês sonham em ter uma casa?] [Simone] eu queria uma casa para mim morar. [Fabiana] eu gosto de casa, tudo certinho as coisas né. A gente limpa, limpa, mas não adianta. E em casa é piso né. Varrer. Aqui não dá para varrer. Varrer aonde? [Simone] a gente limpa e fica limpinho. Aqui não dá não. Quando chove é um demônio quando chove, só barro, as crianças são só barro.⁸⁶

Em outra visita ao acampamento de Alvorada, em maio do mesmo ano, questionou-se a cigana Luana sobre a vida em acampamento e se gostava de ser cigana, vejamos sua resposta:

[Tu gosta de ser cigana?] Não! Eu odeio ser cigana, não gosto não. Gosto onde eu moro. Onde eu to morando eu gosto. Porque a vida de cigana é muito cansada, quando chove moía tudo, moía tudo o barraco, moía todos nós dentro do barraco, tem muito ladrão, tem muito perigo para quem vive assim num barraco. A qualquer hora pode entrar qualquer um dentro do barraco. Pode fazer o que quiser dentro do barraco. [Vocês tem casa] Nós tem em Caxias, mas a gente não mora. [Porque vocês não moram na casa?] O meu pai não gosta de morar, a minha avó já é de idade e ela não gosta de morar. Já ta muito velha nessa vida de cigana e ela não quer sair. Aí não tem como nós morar. Que mora só

⁸⁵ Depoimento de Solange Soares. Alvorada. Abril de 2011.

⁸⁶ Depoimentos de Simone Reis e Fabiana Galvão. Alvorada. Abril de 2011.

quando os mais veio mora. Mas tem bastante cigano já que já tão tudo morando. Eu tenho três tias por parte da minha mãe que já tão morando de casa. Não quer andar de barraco mais. A mais velha já faz seis anos que tá morando, a mais nova vai fazer três anos e a outra tem uns dois anos agora que ta morando. [Morar em casa impede de seguir as tradições?] Não impede nada. A roupa é a mesma. né. A tradição é a mesma não muda nada, só muda o que fica morando. E não tem amizade mais com cigano. Aí é só com os brasileiros. (...) Aí fica só... fica só aquela barraca morando Aí os outros parentes se quiser morar junto, mora.⁸⁷

Quanto à rotatividade dos grupos, a cigana Solange relata o porquê desta necessidade. Afirma que precisam deslocar-se para procurar novos clientes para a venda dos produtos. Relata que quando o comércio fica fraco é hora de procurar novos locais:

É muito difícil nós ficar bastante tempo num pouso, nós fica mais ou menos 1 mês, 10 dias. Aqui que nós estamos ficando bastante tempo por causa da cirurgia da minha sobrinha. (...) É porque nós vende as coisas, daí fica difícil nós para num lugar só. Tem muita pessoa que compra e depois não compra, fica bastante fraco para vender, daí tem que viajar para vender. Pra vender as coisas, enxoval essas coisas.⁸⁸

No entanto, apesar dessa diversidade evidente, constataram-se algumas características comuns, como os adornos domésticos. Independente de morarem em casa ou barraca, a organização interna, o colorido da casa, o uso abundante de tapetes é significativo, pelo menos entre os grupos 1, 2 e 3.

O grupo 1 caracteriza-se pelo semi-nomadismo, devido à rotatividade de famílias que perpassam o acampamento e as constantes mudanças de endereço⁸⁹, a infra-estrutura e o

⁸⁷ Depoimento de Luana. Alvorada. Maio de 2011.

⁸⁸ Depoimento da cigana Solange. Alvorada. Abril de 2011.

⁸⁹ A informação que o grupo forneceu foi que estavam naquele local há mais ou menos 7 anos, antes eles moravam em Gravataí, porém em um outro terreno. A cigana Kelli nasceu nas barracas e em Gravataí, segundo ela, a mudança só ocorre quando há necessidade. No caso da sua família,

saneamento básico são precários, se não inexistentes. O idioma Romaní e as práticas matrimoniais são os principais traços característicos que formam a sua identidade.

Já o grupo 2 é sedentário, residente em Porto Alegre, e ao contrário do primeiro, mora em uma excelente casa dispondo de conforto. É descendente direto de cigano, mas pela reduzida convivência com a cultura quando criança, não preservou o idioma e origem, no entanto, busca a sua identidade através da memória de um passado “idealizado” e da prática da dança cigana de acampamento.

O grupo 3⁹⁰ utilizou o acampamento apenas como forma de reunião e comemoração de uma grande festa. Relataram possuir casas no interior e acampar com frequência de forma a manter as tradições.

O quarto grupo é nômade, possuem casa, mas não residem nelas. A tradição de morar em barracas é muito forte, relatam que nasceram nas barracas. Os laços matrimoniais, a vida nômade e a preservação do idioma de origem são características principais para a preservação da identidade.

Os ciganos de Gravataí (grupo 1), de origem Romaní, quando questionados sobre os ciganos de origem Caló (grupo 4), os denominam de “bugres”, “sujos” e “índios”. Diziam não serem ciganos de verdade porque vendem ervas e suas barracas são diferentes. Ao mesmo tempo, os ciganos de Alvorada, quando questionados sobre os ciganos de origem Romaní, os chamavam de “tacheiros”, ou seja vendedores de tachos, e diziam também que

trocaram de endereço porque o dono do terreno chamou a polícia e os expulsou dali. Depoimento de Kelli Ivanovichi. Gravataí. Outubro de 2009.

⁹⁰ O grupo 3 não foi possível analisar a forma de moradia, pois o contato foi durante uma festividade, em que todos estavam acampados, mas não em seus locais de moradia. O que foi possível contatar quanto ao nomadismo é que ele é um elemento ativado em certos momentos. Sentem-se nômades, mas não praticam o nomadismo como antigamente. Percebeu-se que os ciganos que estavam no casamento eram ciganos com estabilidade financeira, o que lhes permitia manter uma casa e também acampar quando necessário, como no caso desta festa de casamento. Observação feita em Encantado, RS, em abril de 2010.

eles não são ciganos porque as mulheres se vestem como as brasileiras, não usam os verdadeiros vestidos das ciganas, moram em casa e acampam só para se fazer parecer ciganos. As mulheres reclamaram que as “tacheiras” não sabem ler a sorte, fingem ser ciganas, o que estraga a “raça” dos “verdadeiros” ciganos.*

Sobre essas diferenças existentes entre os próprios grupos o professor de Antropologia da PUCSP, Nicolas Ramanush, em entrevista ao Jornal da Gazeta afirma:

Existe sim o preconceito entre os próprios clãs, há ciganos de determinado clã que diz – Eu sou mais cigano por que eu preservo, por exemplo a língua, que nós trouxemos lá do norte da Índia – Outros dizem – não, eu sou cigano por que eu mantenho-me livre – enfim, isso gera estereótipos que até o próprio não-cigano, ou seja, a sociedade brasileira como um todo acaba aceitando aquilo como uma idéia real, e não há. Há uma grande diversidade entre todos os clãs ciganos. (Reportagem: Ciganos no Brasil, 2010 – 3’15 – 3’48).

Neste sentido, é possível destacar que, no que tange à construção da identidade, os grupos diferem-se em alguns aspectos. No entanto, percebe-se também que o imaginário idealizado pelos gadjés, quanto ao nomadismo e à vida em barracas, não corresponde ao que os próprios ciganos pensam e desejam, pois, ao serem questionados sobre o fato de gostar de morar em barracas, com exceção da cigana Solange, o restante respondeu que não gostam, que moram por necessidade, devido à cultura ou imposta pela condição financeira. Constata-se também que o fato de viverem em barracas ou em casas não é determinante para a construção da identidade destes grupos, visto que, independente da forma de moradia ambos se auto-identificam como ciganos. Desta forma, Poutignat ao falar sobre os símbolos identitários, corrobora com a idéia de uma identidade inventada:

* Informações coletadas em visitas aos acampamentos de Gravataí e Alvorada.

Que uma identidade étnica seja sempre de um certo modo criada ou inventada, não implica por isso que seja inautêntica ou que os atores que a reivindicam possam ser taxados de má-fé [...] A memória histórica sobre a qual um grupo baseia sua identidade presente pode nutrir-se de lembranças de um passado prestigioso ou ser apenas a da dominação e do sofrimento compartilhados.⁹¹

Essa relação entre “ser” nômade e “estar” sedentário é de difícil análise para nós *gadjes*. Ao passo que o nomadismo é importante como forma de distinção, também o é uma imposição feita pela condição financeira. Conforme as observações feitas com o grupo 1, esses destacaram que os ciganos só vivem em barracas quando não há possibilidade de obter uma moradia fixa. A liberdade que desejam e destacam não é a liberdade de morar em um acampamento, mas a liberdade de locomoção.

Ao mesmo tempo, esse ser nômade cigano é capaz de unir todas as diferenças culturais internas, que na grande maioria das vezes é desconhecida pelos leigos, como: a subdivisão dos grupos, as correntes lingüísticas, os diferentes locais de origem. A liberdade expressa pela cultura faz com que todos os ciganos, vistos genericamente, sejam iguais, sem maiores diferenciações. Segundo Florência Ferrari, a maioria das imagens que representam os ciganos tem uma forte ligação com o nomadismo. Por exemplo, a leitura da sorte através da linha das mãos, exercida pelas ciganas, é uma prática que lembra passagem, pois em geral estas mulheres estão de passagem pela cidade; o comércio de cavalos, escravos e, mais recentemente, o de carros, desenvolvido pelos homens, implica um deslocamento, um mercado abastecedor de onde o cigano irá buscar ou abastecer a mercadoria; o espetáculo, geralmente circense, muito acolhido pelos ciganos, também denota itinerância, haja vista que estão sempre de passagem pelas cidades para fazer as apresentações; também o roubo, do qual são acusados com frequência, é, da mesma forma, ligado ao

⁹¹ POUTIGNAT, op. cit., p.165.

nomadismo, pois sendo eles flexíveis, sem lugar estabelecido, podem cometer todo tipo de delito indo embora assim que necessário.⁹²

Os quatro grupos estudados têm a característica primordial de se auto-identificarem por ciganos. Muitos elementos são próximos, se não iguais entre eles, no entanto, não se reconhecem como pares. Está análise, possibilita pensarmos no quão se torna interessante o estudo da construção desta identidade, visto que possuem características muito semelhantes, se auto-identificam como ciganos e ao mesmo tempo não reconhecem o status de ciganos a todos os outros grupos “ciganos”.

⁹² FERRARI, *Um olhar obliquo...* op. cit., p. 44-45.

O olhar de si e o olhar dos outros

O foco central desta última etapa da dissertação é identificar, através de instrumentos capazes de quantificar e qualificar, os níveis de aceitação entre brasileiros e ciganos e entre ciganos e brasileiros, bem como apresentar a percepção que ambos tem um do outro. Para isso, foram aplicados dois modelos de entrevistas, o primeiro para os brasileiros^{*}, moradores da cidade de Porto Alegre, e o segundo, para membros de comunidades ciganas que estavam de passagem por Porto Alegre e Região Metropolitana.^{**}

O primeiro lote constituiu-se de 100 (cem) entrevistas semi-estruturadas destinadas a cidadãos Porto-Alegrenses. Foram aplicadas em dois lugares diferentes da cidade: no centro de Porto Alegre foram questionadas 51 (cinquenta e uma) pessoas, e no Parque Moinhos de Vento (Parcão), 49 (quarenta e nove) pessoas.^{***}

O segundo lote constitui-se de 12 (doze) entrevistas direcionadas a membros de comunidades ciganas de Porto Alegre e Região Metropolitana. Foram aplicados em dois lugares distintos: no centro de Porto Alegre (Largo Glênio Peres), e em um acampamento localizado em Viamão, Região Metropolitana.

^{*} Entrevista aplicada aos brasileiros consta no apêndice E.

^{**} Entrevista aplicada aos ciganos consta no apêndice F.

^{***} Endereço onde foram aplicadas as entrevistas aos brasileiros e ciganos: Centro de Porto Alegre: Largo Jornalista Glênio Peres - Porto Alegre - Rio Grande do Sul, 90020-070. Parque Moinhos de Vento: endereço onde foram aplicadas as entrevistas: Avenida Goethe s/nº - Porto Alegre - Rio Grande do Sul, 90430-100.

4.1 Percepção dos brasileiros sobre os ciganos

Os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória, e o resultado obtido a partir desta amostra se aproxima das características de gênero já retratadas em outras pesquisas.* A entrevista destinada aos brasileiros dividiu-se em três etapas.

Na primeira etapa, procurou-se identificar o perfil do entrevistado – o gênero, local da pesquisa – centro da cidade ou Parque Moinhos de Vento – idade, condição de trabalho, condição de estudo e grau de escolaridade – para, posteriormente, cruzar os dados com as etapas seguintes da pesquisa.

Na segunda etapa, investigou-se se os entrevistados já haviam tido algum contato com ciganos, e, em caso positivo, local deste contato e se este foi agradável ou não. Indagou-se sobre os níveis de conhecimento dos entrevistados sobre as tradições ciganas e a percepção que estes têm sobre os ciganos, bem como se os brasileiros os consideram pessoas confiáveis.

Na terceira etapa, buscou-se identificar o reconhecimento aos direitos ciganos pelos brasileiros e os níveis de aceitação destes frente a outros grupos sociais.

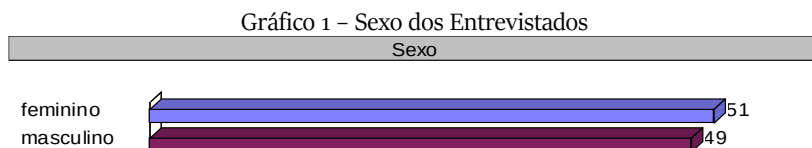
A tabulação e a análise dos dados foram feitas através do software SPHINX[®] Léxica, que permitiu tabular tanto as questões fechadas como as questões abertas, fazendo o cálculo das ocorrências e produzindo tabelas simples e tabelas com cruzamentos de variáveis, além de gráficos das variáveis solicitadas. Todas as figuras apresentadas neste capítulo foram criadas a partir desse software.

* Segundo dados da FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul – o município de Porto Alegre, em 2010, tinha um total populacional de 1.409.351 habitantes, em uma área total de 496,8 km². Deste total, 653.787 são homens (46,38%) e 755.564 são mulheres (53,62%). Disponível em:

<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php>. Acesso em 16 de julho de 2011.

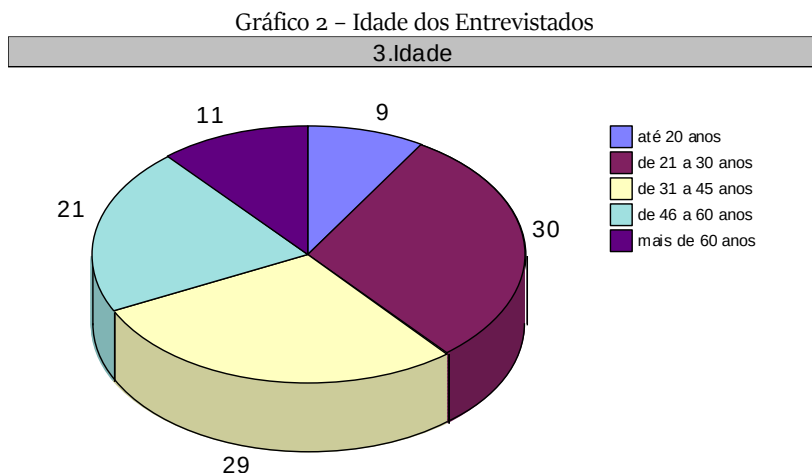
4.1.1 Perfil dos brasileiros entrevistados

Foram entrevistados 51 (cinquenta e uma) mulheres e 49 (quarenta e nove) homens, conforme demonstra o gráfico 1:



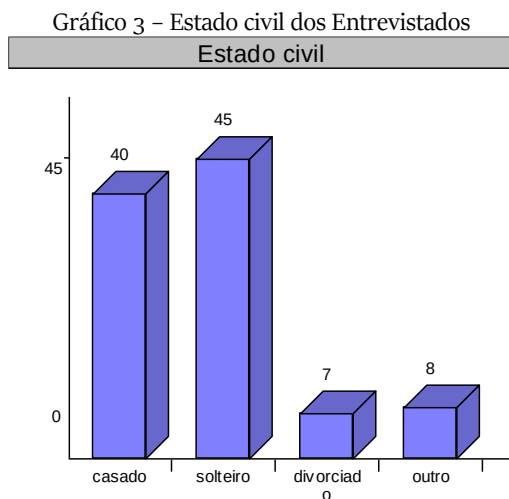
Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Entre estes, 9 (nove) até 20 anos, 30 (trinta) de 21 a 30 anos, 29 (vinte e nove) de 31 a 45 anos, 21 (vinte e um) de 46 à 60 anos e 11 (onze) com mais de 60 anos, conforme gráfico 2 que ilustra a idade:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Dos entrevistados 40 (quarenta) são casados, 47 (quarenta e sete) solteiros, 7 (sete) divorciados e 6 (seis) viúvos, segundo constata-se no gráfico 3:

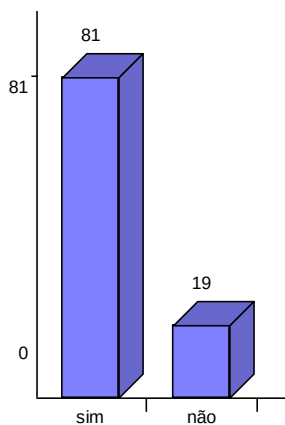


Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Na condição de trabalho, entre os entrevistados, 81 (oitenta e um) trabalham e 19 (dezenove) não trabalham. (Vide gráfico 4):

Gráfico 4 – Condições de Trabalho dos Entrevistados

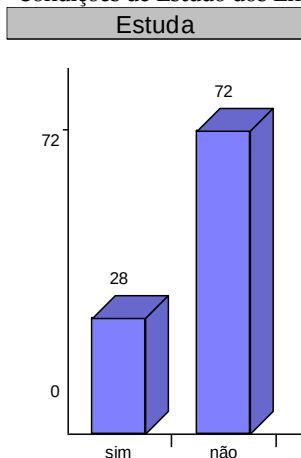
Trabalha



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Quanto à condição de estudo, 28 (vinte e oito) estudam e 72 (setenta e dois) não estudam, como se pode observar no gráfico 5:

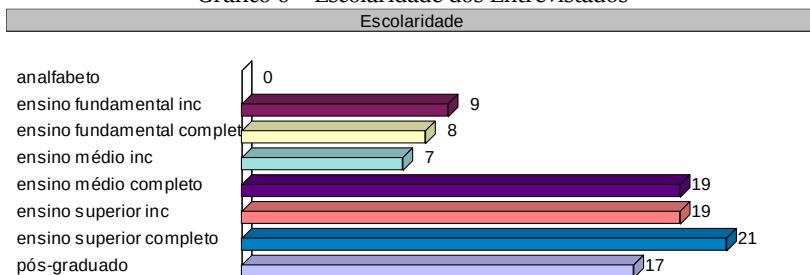
Gráfico 5 – Condições de Estudo dos Entrevistados



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

A escolaridade dos entrevistados apresenta 9 (nove) com ensino fundamental incompleto, 8 (oito) com ensino fundamental completo, 7 (sete) com ensino médio incompleto, 19 (dezenove) com ensino médio completo, 19 (dezenove) com ensino superior incompleto, 21 (vinte e um) com ensino superior completo e 17 (dezessete) pós-graduados. Segue gráfico 6 para melhor visualizar:

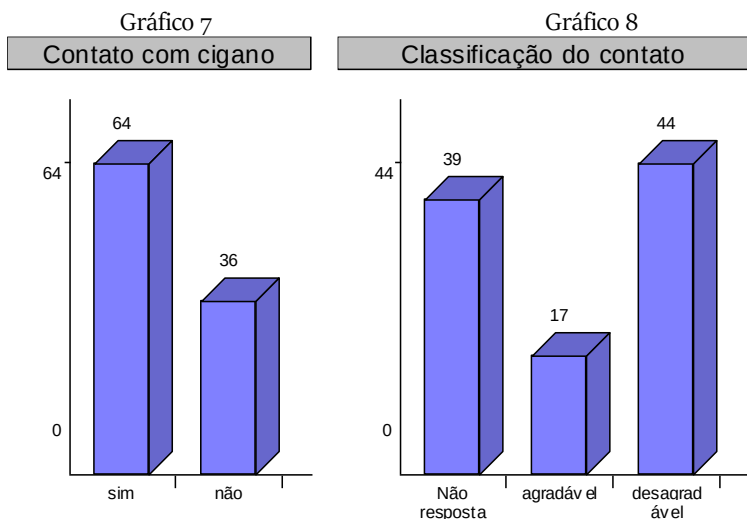
Gráfico 6 – Escolaridade dos Entrevistados



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

4.1.2 O olhar dos outros

Neste segundo momento, procurou-se conferir, inicialmente, se o entrevistado já havia tido contato com os ciganos, e se este contato teria sido agradável ou desagradável, de forma a elaborar uma análise quantitativa sobre a relação entre os brasileiros e os ciganos, segundo se evidencia abaixo, nos gráficos 7 e 8:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Através dos gráficos, constata-se que 64 (sessenta e quatro) entrevistados já tiveram contato com os ciganos, e na classificação do contato, 44 (quarenta e quatro) relataram não ter sido agradável, ou seja, dos 64 (sessenta e quatro), 2 (dois) não responderam e 44 (quarenta e quatro) relataram não ter tido um contato agradável, restando apenas 17 (dezesete) contatos agradáveis, ou seja, 68,75% relataram não ser agradável o contato com os ciganos.

Dando sequência, após o entrevistado responder já ter tido contato com os ciganos, seguia-se o questionamento com uma pergunta aberta indagando o local deste contato. O quadro abaixo revela os dados compilados das respostas dos entrevistados. Observa-se que entre os 64 (sessenta e quatro) que responderam já ter tido contato com os ciganos, apenas 2 não responderam o local deste contato. Do restante, 33 (trinta e três) afirmaram ter sido em Porto Alegre, o restante dividindo-se entre Região Metropolitana, Interior do estado, outro Estado e outros*. O contato havido em Porto Alegre foi substancialmente maior:

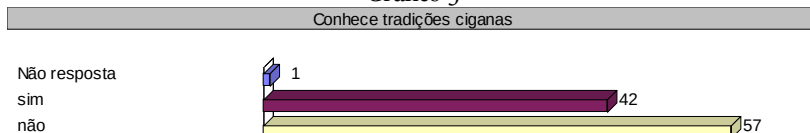
Quadro 1

PORTO ALEGRE		Outro local			Outro	Total
Centro	Outro bairro	Região Metropolitana	Interior do Estado	Outro Estado		
26	7	3	13	4	9	62

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

As próximas perguntas tinham como objetivo conferir o nível de conhecimento sobre as tradições ciganas, questionando se o entrevistado conhecia algo sobre as tradições. (Vide gráfico 9):

Gráfico 9



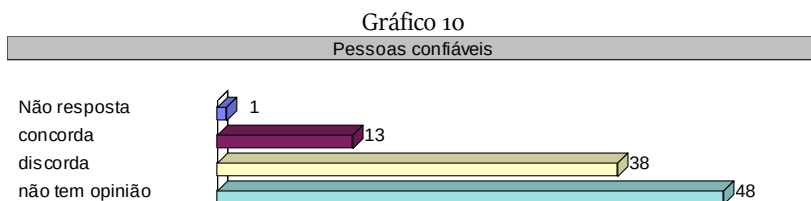
Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Dos entrevistados, a maioria relatou não possuir conhecimento sobre as tradições ciganas, 57 (cinquenta e sete) pessoas. O restante, 42 (quarenta e dois) afirmou ter conhecimento e 1 não respondeu. Para medir o grau deste discurso, a pergunta

* Por outro se compreendeu uma resposta genérica, da qual não foi possível determinar com precisão o local do contato.

seguinte, aberta, questiona “o que lhe vem à mente quando houve falar de ciganos?” As respostas obtidas foram agrupadas no quadro que segue, constatando que entre os entrevistados, 25 (vinte e cinco) possuem uma imagem positiva dos ciganos, 11 (onze) têm imagem negativa e 61 (sessenta e um) uma imagem neutra. Destes com imagem neutra, observa-se que a cultura representada pelo nomadismo e leitura das mãos foi a mais lembrada, retratando a mesma representação descrita dos ciganos desde o século XIX e XX pelos viajantes, conforme vimos no capítulo 3.*

Logo após quantificar os dados sobre o contato e a imagem que os brasileiros possuem dos ciganos, observou-se o nível de confiança. Para isso utilizou-se uma pergunta aberta construída sob a forma escalar (adaptação simplificada da Escala de Likert)¹, onde se apresentava a seguinte questão: Os ciganos são pessoas confiáveis?, indagando se entrevistado concorda, discorda, ou não tinha opinião a respeito. O Gráfico 10 ilustra as respostas:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Da mesma forma que na percepção do contato, o nível de aceitação foi baixo, mas não ultrapassando a não opinião que

* Para ver a compilação dos dados, ver quadro 2 no apêndice G.

¹ A escala de Likert baseia-se na escala de Thurstone que tem como objetivo a mensuração de atitudes com base numa escala de intervalos. Na original de Likert pede-se para certo número de pessoas manifestarem sua concordância ou discordância em relação a cada um dos enunciados, segundo a graduação: concordo muito (1), concordo um pouco (2), indeciso (3), discordo um pouco (4), discordo muito (5). Calcula-se o resultado pela soma total de cada indivíduo, tendo as respostas mais favoráveis o valor numérico maior. Para elaboração dos questionários optou-se pela escala de Likert simplificada, contendo apenas três alternativas de resposta, pois se achou que esta daria conta dos objetivos propostos. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 145-147.

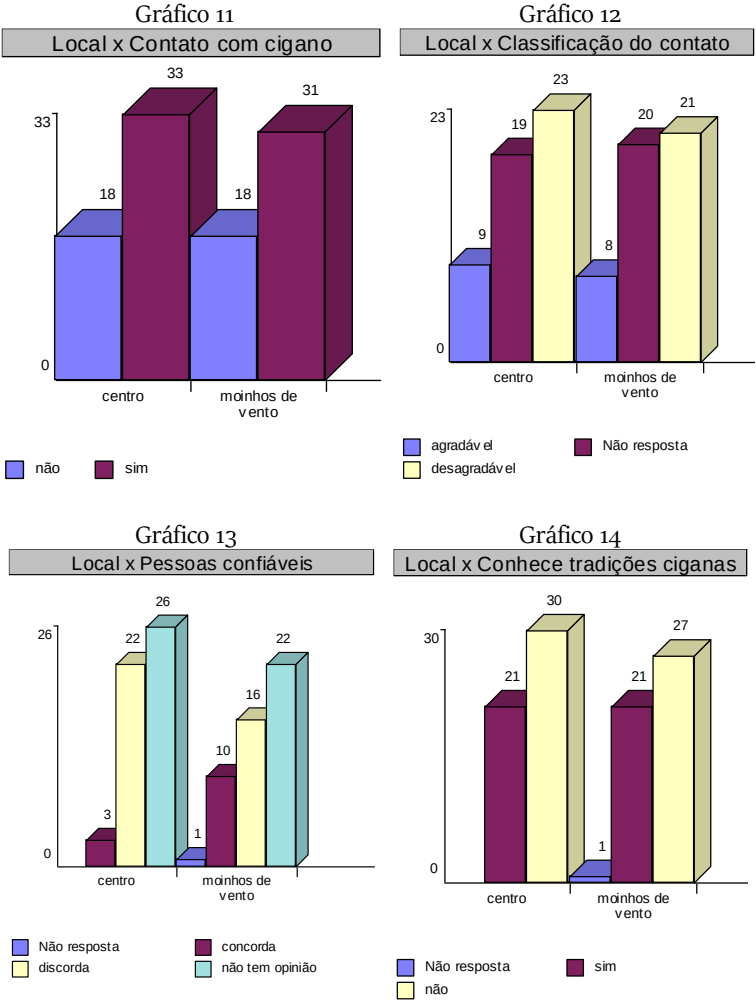
aumentou para quase 50%. O restante dividiu-se entre, discorda, com 38 (trinta e oito) relatos, concorda, com 13 (treze) e não resposta com apenas 1 (um).

Após a resposta à pergunta escalar, através de uma pergunta do tipo aberta, questionou-se o porquê da desconfiança ou confiança nos grupos. A partir da compilação, conforme quadro 3*, constatou-se que a falta de confiança nos ciganos está diretamente ligada ao temor do roubo. A imagem a eles atribuída remete a um senso comum que diz “ter ouvido falar” ou ainda, “quando era criança me diziam que os ciganos roubavam”. A falta de conhecimento sobre a cultura cigana, neste caso, é fator determinante para o aumento da incredibilidade nos grupos.

Após a análise dos dados, efetuaram-se cruzamentos entre algumas variáveis com a intenção de identificar diferenças nas opiniões dos entrevistados conforme o local da entrevista, o gênero dos entrevistados e o conhecimento prévio da cultura e das tradições ciganas pelos entrevistados. Vejamos os resultados dos cruzamentos.

O primeiro comparativo foi quanto ao local. Se houve diferença entre os entrevistados do centro da cidade e do Parque Moinhos de Vento. Comparando o local da entrevista com a segunda e a terceira fase do questionário – contato com ciganos, classificação do contato, conhece as tradições e confiabilidade dos ciganos – percebemos que a diferença é mínima, no entanto, o público do centro foi o que mais teve contato com os ciganos e também o com o maior nível de rejeição. (Vide gráficos abaixo):

* Para ver a compilação dos dados, ver quadro 3 no apêndice H.

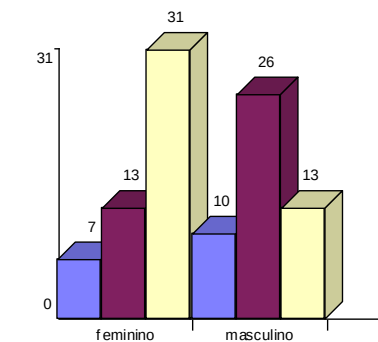


Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

O segundo cruzamento foi a partir do gênero. Verificou-se se há diferença entre mulheres e homens, desde o contato até a confiabilidade dos ciganos. (Conforme gráficos que seguem):

Gráfico 15

Sexo x Classificação do contato

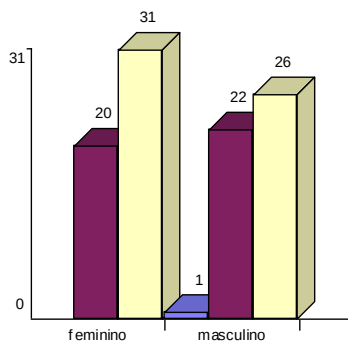


agradável
desagradável

Não resposta

Gráfico 16

Sexo x Conhece tradições ciganas

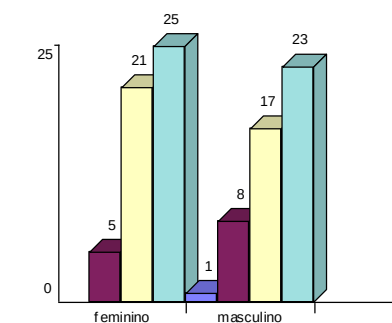


Não resposta
não

sim

Gráfico 17

Sexo x Pessoas confiáveis



Não resposta
discorda

concorda
não tem opinião

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Constatou-se que mais mulheres já tiveram contato com os ciganos classificando a experiência como desagradável (gráfico 15). Também o conhecimento sobre as tradições ciganas foi despontado pelas mulheres que também afirmaram não serem os ciganos confiáveis (gráficos 16 e 17).

Comparemos agora se o conhecimento a respeito das tradições ciganas influencia para maior aceitação dos grupos. Os dados podem ser visualizados conforme quadros 4 e gráfico 18:

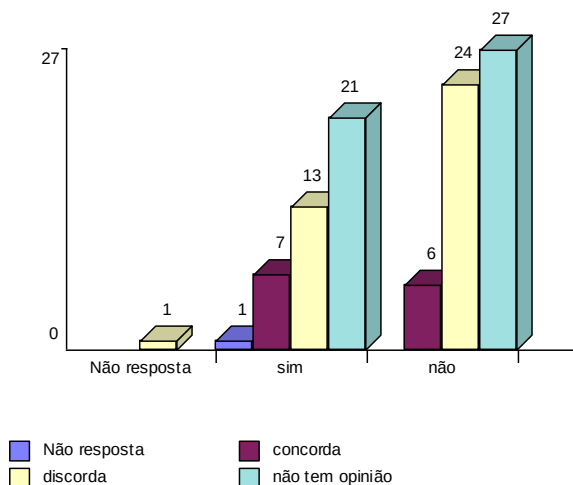
QUADRO 4 – Conhece as tradições ciganas X São pessoas confiáveis

Conhece tradições ciganas	Não resposta	sim	não	TOTAL
Pessoas confiáveis				
Não resposta	0	1	0	1
concorda	0	7	6	13
discorda	1	13	24	38
não tem opinião	0	21	27	48
TOTAL	1	42	57	100

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Gráfico 18

Conhece tradições ciganas x Pessoas confiáveis



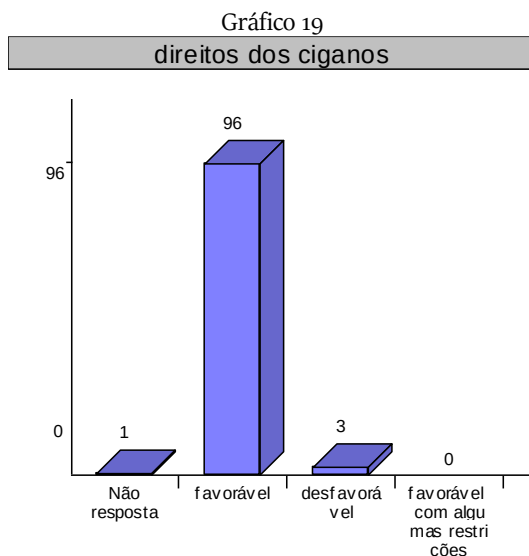
Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Ao cruzarmos os dados sobre o conhecimento das tradições com a percepção de confiabilidade dos brasileiros sobre os ciganos, constatamos que a falta de conhecimento gera a discriminação. Vinte e quatro entrevistados afirmam não ter conhecimento sobre as tradições ciganas e, ao mesmo tempo, dizem discordar que os ciganos sejam pessoas confiáveis. Treze afirmam ter conhecimento

e também discordam que os ciganos sejam confiáveis, no entanto, a partir das respostas abertas constatamos que o conhecimento demonstrado não passa de senso comum.*

4.1.3 Percepção dos entrevistados sobre os direitos dos ciganos

As perguntas 16 e 17 trataram dos direitos civis aos ciganos. Indagou-se aos depoentes se os ciganos devem ter os mesmos direitos civis que os não ciganos e as razões da resposta. Constatou-se que apesar da imagem predominantemente negativa dos ciganos e da reduzida confiabilidade nos mesmos, a quase totalidade dos entrevistados, ao se tratar dos direitos civis dos ciganos, foram favoráveis aos mesmos, pois 96% foi favorável, enquanto apenas 3% foi desfavorável aos direitos ciganos, não resposta 1%. Veja gráfico ilustrativo:

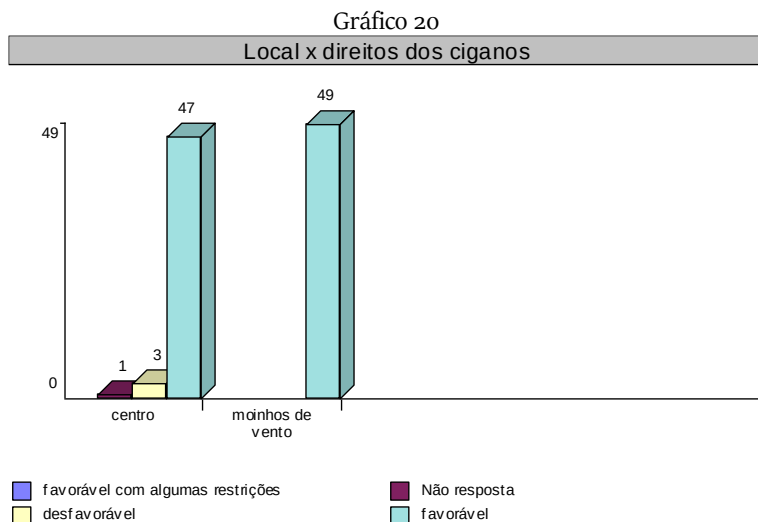


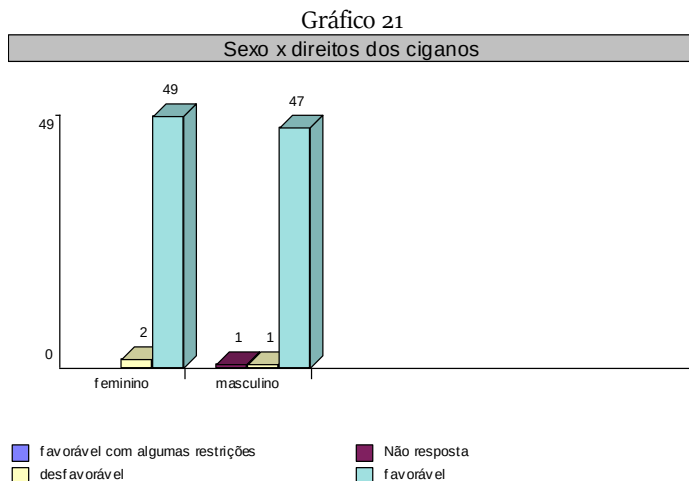
Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

*Para averiguar as respostas dos entrevistados que responderam SIM (conhecem as tradições ciganas) e DISCORDA (que os ciganos sejam pessoas confiáveis), olhar tabela “Imagem dos ciganos”, entrevistados nº 4, 9, 17, 39, 50, 51, 60, 78, 79, 80, 87, 94 e 95.

Na questão aberta, em que os entrevistados eram indagados da razão do reconhecimento dos direitos civis para os ciganos a grande maioria dos depoentes respondeu que eles são iguais perante a lei e, uma vez tendo direitos, também terão deveres.

Quanto aos direitos civis dos ciganos, os cruzamentos efetuados mostram que o público do Parque Moinhos de Vento foi o que apresentam maior aceitação, tendo 100% de aceitação dos direitos civis para os ciganos, enquanto no centro a rejeição aos direitos foi de 3%, conforme gráfico 20. Quanto ao cruzamento a partir do gênero, homens e mulheres tiveram a aderência de 98% favorável aos ciganos, vide gráfico 21:





Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

4.1.4 Nível de aceitação social dos ciganos pelos brasileiros

Na última etapa do instrumento de coleta de dados objetiva-se medir os níveis de aceitação dos ciganos comparativamente a outros grupos sociais. Verifica-se o grau de aceitação através de níveis, iniciando pela possibilidade de casamento, parentesco próximo, amigo, colega de trabalho, vizinho, cidadão do país e o nível máximo de rejeição, com a exclusão do país. Os segmentos étnico culturais comparados foram – latino-americano, índio, negro, europeu.

Para identificar os níveis de aceitação dos ciganos pelos entrevistados, recorreu-se a uma “escala de distância social” (escala de Bogardus) que, segundo Gil, permite “estabelecer relação de distância entre as atitudes em relação a determinados grupos sociais”.²

A pergunta foi elaborada de forma a identificar o nível de aproximação ou distância social do entrevistado em relação a vários grupos sociais, dentre eles os ciganos, e teve o seguinte formato:

² GIL, op. cit., p.144.

Quadro 5

Níveis De Aceitação	Tu casarias com		Aceita como parente		Aceita como Amigo		Aceita como colega de trabalho		Aceita como vizinho		Aceita como cidadão do país		Excluiria do país	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Segmentos Da Sociedade														
Latino-americano														
Índio														
Negro														
Europeu														
Cigano														

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Após os dados tabulados, construiu-se os gráficos de número 22 a 28 que reproduzimos a seguir.

Gráfico 22

Casamento

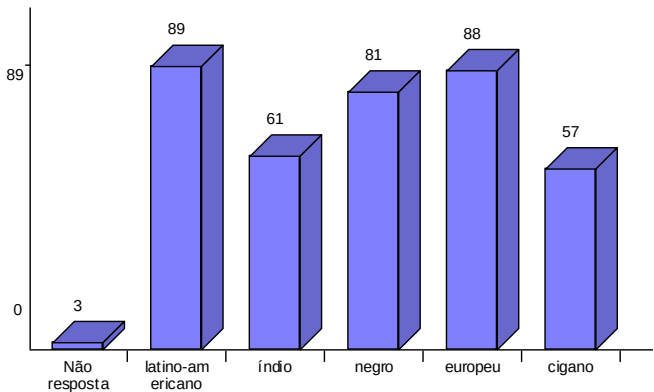


Gráfico 23

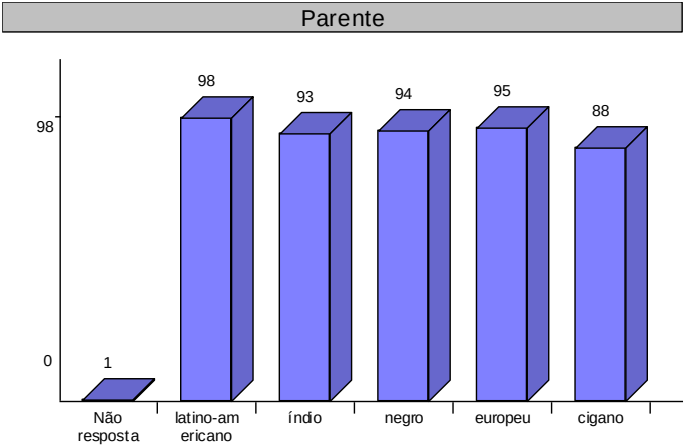


Gráfico 24

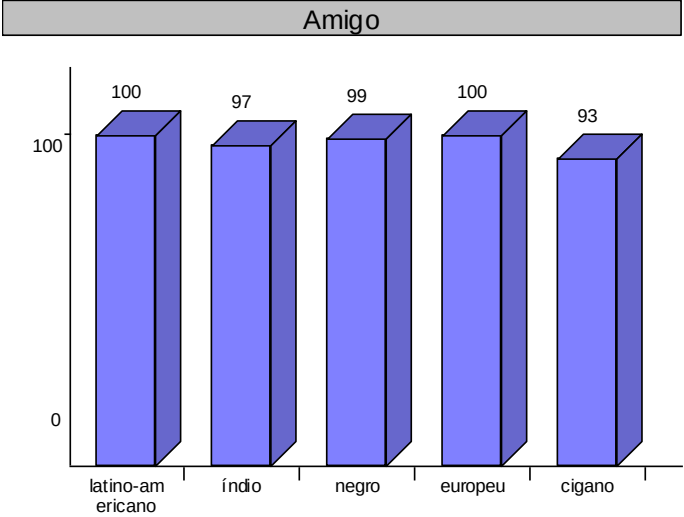


Gráfico 25
Colega de trabalho

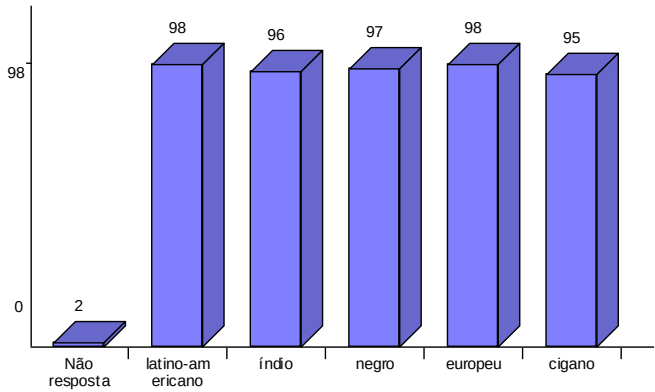


Gráfico 26
Vizinho

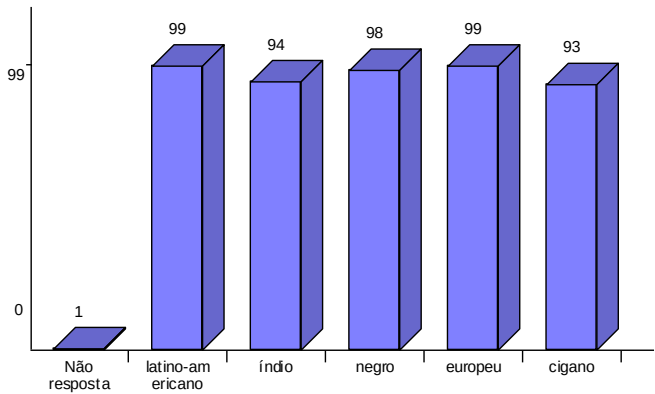


Gráfico 27

Cidadão do país

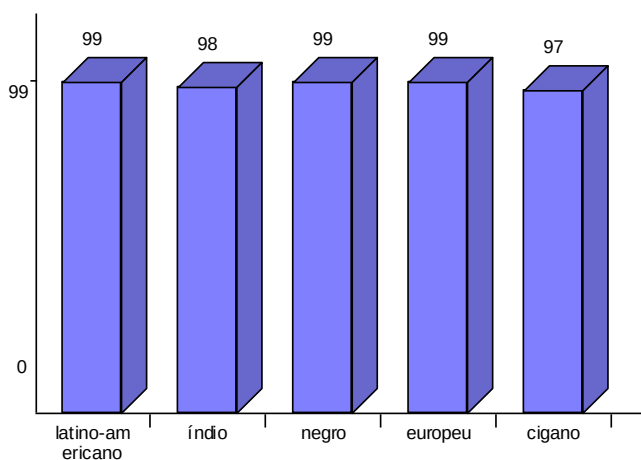
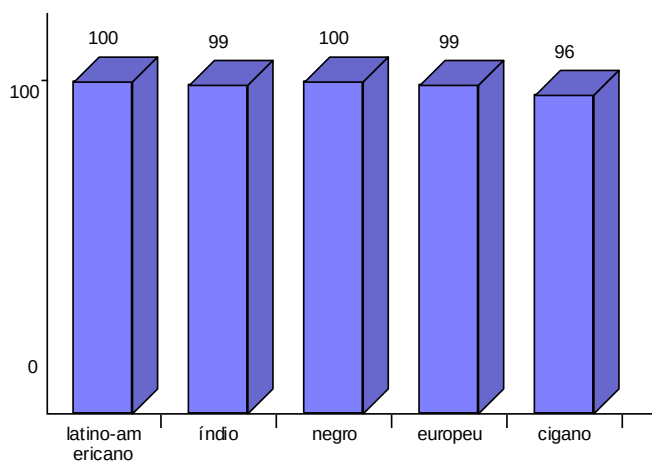


Gráfico 28

Não excluiria do país



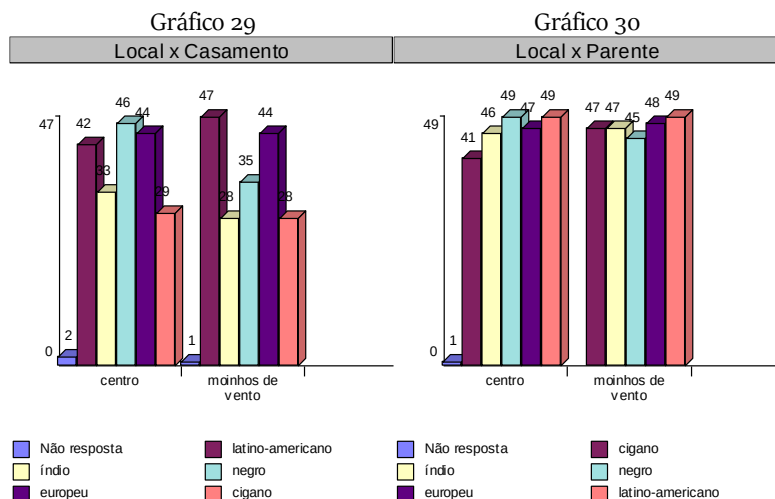
Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

No primeiro e mais elevado nível de aceitação – casamento com ciganos ou com membros dos outros quatro grupos sociais –, constatou-se que os ciganos, comparativamente aos outros grupos sociais, ficaram com o nível mais baixo de aceitação, 57 (cinquenta e sete) pessoas casar-se-iam com um cigano, ou seja, 43% foi o nível de rejeição, enquanto que o segundo nível social mais rejeitado, o índio, teve 39% de rejeição, seguido do negro com 19%, do europeu com 12% e do latino-americano com 11%.

Quando questionados se “aceitariam como parente” o cigano continua a ter o maior nível de rejeição, 12%, comparativamente aos outros grupos sociais.

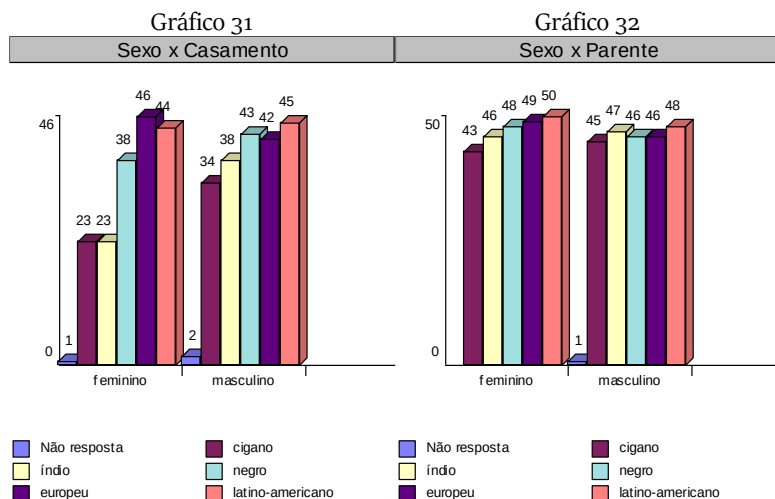
Nas questões seguintes a rejeição diminui, mas ainda o cigano continua sendo o segmento social mais rejeitado: como amigo, terá 7% de rejeição, como colega de trabalho 5%, como vizinho 7%, como cidadão do país 3% e 4% dos entrevistados excluiriam os ciganos do país. Observa-se que dentre todos os segmentos étnico culturais, o cigano, manteve o maior grau de rejeição, seguido do índio e do negro.

Comparando o local em que ocorreu a entrevista com a terceira fase do questionário – níveis de aceitação social dos ciganos – percebemos que no centro da cidade o nível de aceitação é maior, apesar da constatação anterior, dos 51 (cinquenta e um) entrevistados, 29 (vinte e nove) casariam com cigano, enquanto no Parque Moinhos de Vento, dos 49 (quarenta e nove) entrevistados 23 (vinte e três) casariam com os ciganos. Já o nível de aceitação como parente, o Parque Moinhos de Vento teve 100% de aceitação, enquanto o centro teve 98%, a diferença a partir deste momento começa diminuir. Os gráficos 29 e 30 ilustram as semelhanças e diferenças na aceitação social dos ciganos junto aos entrevistados dos dois bairros da capital:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Quanto aos níveis de aceitação por casamento e parentesco, as mulheres aderiram em menor número que os homens (23% contra 34% de aceitação pelos homens) e por parentesco ambos tiveram níveis semelhantes de aceitação dos ciganos (43% as mulheres e 45% os homens). Os gráficos 31 e 32 ilustram esses dados:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Com base no resultado das entrevistas a partir da interpretação e análise dos dados, constatou-se que a falta de conhecimento oriunda da escassez de contato é uma das principais fontes geradoras de medo, desconfiança e preconceito dos entrevistados em relação aos ciganos. Constata-se, não raro, que aqueles que afirmaram possuir certo conhecimento acerca dos ciganos, calcavam-se em senso comum, não podendo, este, pois, retratar a identidade, cultura e tradição destes grupos.

Vejamos agora, qual é a percepção dos ciganos sobre os brasileiros e o seu nível de aceitação de outros grupos étnicos culturais não ciganos.

4.2 Percepção dos ciganos sobre os brasileiros

A aplicação das entrevistas para os grupos ciganos ocorreu em duas etapas: inicialmente, para as ciganas do centro de Porto Alegre* e, em um segundo momento, para um grupo de ciganos que estava acampado na cidade de Viamão**. Ao total foram 12 (doze) instrumentos aplicados, que confirmam os traços característicos do grande grupo, os quais vêm sendo observados desde o início desta pesquisa.

As perguntas dividem-se em cinco etapas: a primeira procura identificar o perfil dos entrevistados, buscando dados como – gênero, idade, estado civil, quantos filhos possui, condição de trabalho, condição de estudo, escolaridade e há quanto tempo vive nesta cidade. A segunda etapa identifica o entendimento do entrevistado sobre a sua própria cultura, bem como seu posicionamento frente a outros grupos ciganos. A terceira etapa

* As ciganas para quais foram aplicadas as entrevistas estavam a trabalho no centro de Porto Alegre (em frente a prefeitura) e a abordagem foi feita aleatoriamente com todas que aceitaram responder aos questionamentos.

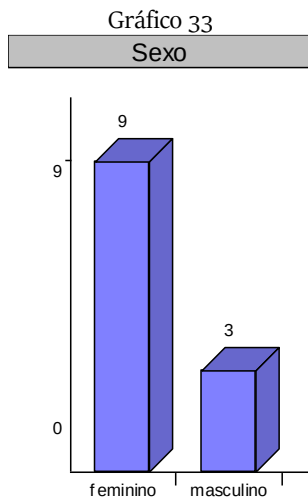
** O acampamento de Viamão constituía-se dos mesmos ciganos que estavam acampados em Alvorada, já descritos no capítulo 4.

identifica o grau de contato com os não-ciganos, ou seja, com os brasileiros, termo utilizado pelos ciganos para referir-se a pessoas não-ciganas. Nesta etapa identificou-se, também a classificação deste contato, se agradável ou não, bem como o conhecimento dos ciganos acerca das “tradições brasileiras” e o grau de confiança que estes possuem nos brasileiros. Na quarta etapa mediu-se o reconhecimento dos ciganos frente aos seus direitos, bem como a aceitação e reconhecimento de seus deveres. Na quinta e última etapa do instrumento de coleta de dados mediu-se o nível de aceitação dos ciganos frente a outros grupos sociais, recorrendo, da mesma forma que o instrumento aplicado junto aos brasileiros, a uma “escala de distância social” procurando identificar o nível de aproximação ou distanciamento social dos ciganos em relação a outros grupos - latino-americano, índio, negro, europeu e outros ciganos.

4.2.1 Perfil dos ciganos entrevistados

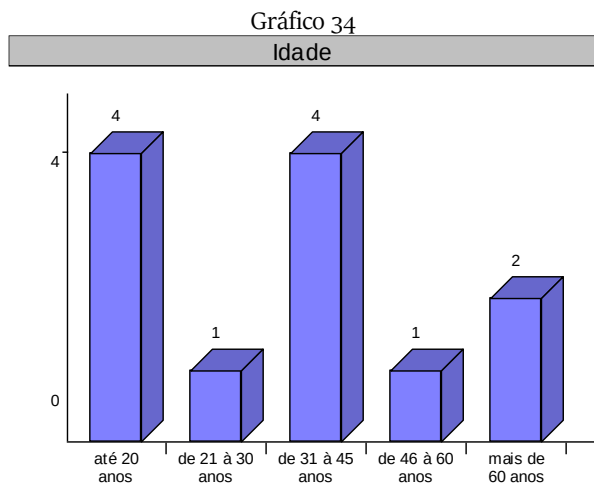
Na primeira etapa da entrevista, a que identifica o perfil dos ciganos entrevistados, buscou-se identificá-los para, quando possível, compará-los com o perfil dos brasileiros.

Dentre os entrevistados, 9 (nove) são mulheres e 3 (três) são homens, o número de mulheres é significativamente maior, pois a coleta de informação com representantes masculinos foi escassa em função do contato com eles ser dificultado pela própria tradição que divide as funções e os contatos por gênero. (Vide gráfico 33):



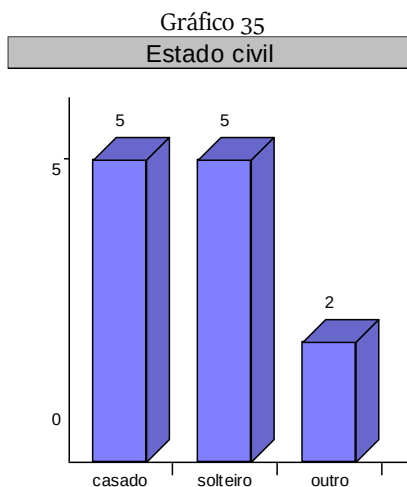
Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Quanto à idade, conforme ilustra o gráfico 34, a maioria dos entrevistados está na faixa etária de até 20 anos ou de 31 à 45 anos, o restante dividiu-se entre as demais faixas de idade. Entre os brasileiros o número de representantes com idade até 20 anos foi o com menor percentual, contrário aos ciganos. A terceira faixa etária igualou-se em níveis de percentuais:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

No estado civil, percentualmente, os níveis entre brasileiros e ciganos ficaram próximos. O número de casados e solteiros foi igual, o equivalente a 41,6%. O restante do percentual, 16,6%, correspondeu a duas ciganas viúvas. (Ver gráfico 35):

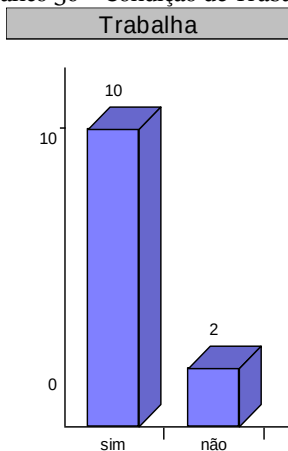


Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Na pergunta seguinte, aberta, questionou-se a quantidade de filhos. Registrou-se um número elevado de natalidade. Dos 12 (doze) ciganos questionados, 9 (nove) possuem filhos, tendo uma média de 3,11 filhos por família.

Na condição de trabalho constatou-se que 83,3% trabalham. Dentre os dois entrevistados que não trabalham 1 (um) é menor de idade e outro não respondeu. Na pergunta aberta – onde e com o que trabalha – constatou-se que as respostas mais frequentes foram, comércio de mercadorias e leitura da sorte. (Vide gráfico 36):

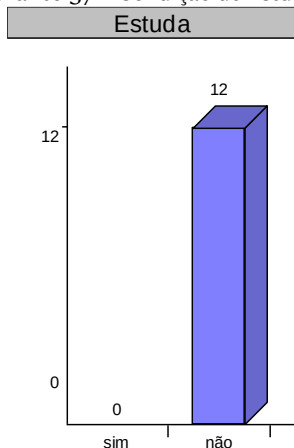
Gráfico 36 – Condição de Trabalho



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Desta primeira etapa da entrevista a informação que mais chamou atenção foi quanto à condição de estudo, pois 100% dos ciganos entrevistados não freqüentam a escola. Durante as entrevistas e observações, o argumento mais utilizado para justificar o abandono escolar fora o constante nomadismo, o que não foi evidenciado com segurança, pois algumas ciganas, quando questionadas há quanto tempo viviam nesta cidade responderam que nasceram aqui. Durante as entrevistas e observações constatou-se que somente o grupo 4 tinha características totalmente nômades. O restante dos grupos caracterizou-se por seminômades ou sedentários. (Vide gráfico 37):

Gráfico 37 – Condição de Estudo

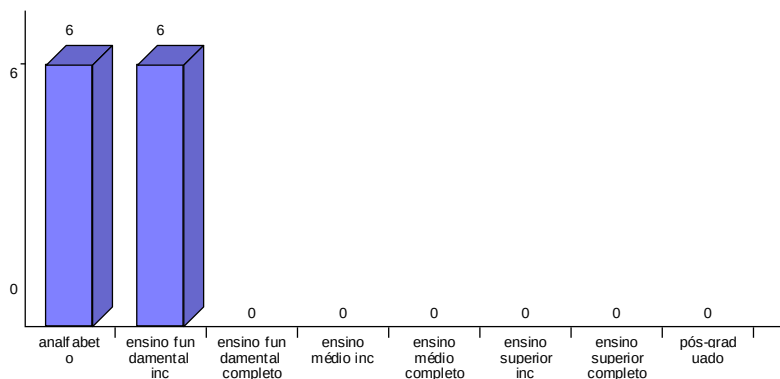


Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Quanto ao nível de escolaridade (vide gráfico 38), os dados impressionam, se comparados aos dos brasileiros, 50% dos ciganos são analfabetos e o restante possui apenas o ensino fundamental incompleto. Tal representatividade corrobora com a idéia de educação apresentada no capítulo 4. Como vimos, a educação para os ciganos é de uso prático, para os grupos a necessidade da educação “formal” só faz sentido se contextualizada as suas práticas culturais:

Gráfico 38

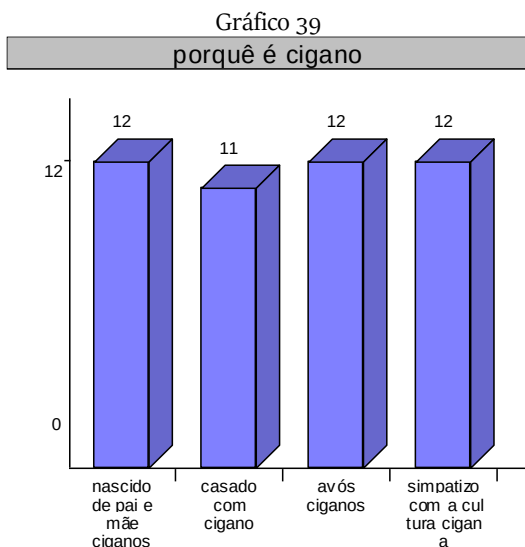
Escolaridade



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

4.2.2 O olhar de si

Na segunda etapa da entrevista realizada com os grupos ciganos procurou-se observar como os entrevistados se viam dentro da sua própria cultura. Quando questionados: por que você é cigano? (gráfico 39). Inicialmente, durante o pré-teste dos instrumentos, os ciganos não compreendiam a pergunta, por isso a fiz fechada com múltiplas alternativas, compostas pelas respostas mais freqüentes – nascido de pai e mãe ciganos, casado com cigano, avós ciganos ou simpatiza com a cultura cigana – durante a etapa final constatou-se que as múltiplas alternativas foram escolhidas conjuntamente. Apenas a opção, casado com cigano, não teve a representação máxima:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Na questão seguinte, aberta, questionou-se – o que significa para você ser cigano? – de forma a compreender melhor a percepção que os entrevistados tinham da sua cultura. As respostas demonstram que entre eles há um orgulho em ser cigano,

compreendem também as diferenças existentes entre ciganos e não-ciganos ressaltando-as como características que os identificam entre si ou como práticas positivas da sua cultura. A questão do nascimento também foi ressaltada. Segue quadro 6 com a relação de respostas:

QUADRO 6

O QUE SIGNIFICA SER CIGANO
1 - "Cultura, respeito (pai e mãe). Na nossa cultura não tem estupro." 2 - [É] "Coisa boa." 3 - "Tudo, nossa raça bondosa." 4 - "Tradição" 5 - "É bom. 'Rigi' cigano." 6 - "Gosta de ser cigano." 7 - "É bom, porque a gente também gosta. Porque a gente já nasceu cigano." 8 - "Leva uma vida diferente, gosta da vida que leva. É Divertido." 9 - [Porque] "Eu gosto." 10 - "É uma alegria, uma honra." 11 - "O meu pai e a minha mãe são ciganos." 12 - "Barraca, roupa de cigano, vestir roupa diferente, daí fala que é cigano."

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Na questão – qual a diferença entre vocês e os outros ciganos – as respostas foram: 50% dos entrevistados dizem ser diferentes, o restante das respostas, 41,6% consideram-se iguais e 1 (um) entrevistado respondeu de forma neutra. O quadro 7 trás o comparativo das respostas:

QUADRO 7

DIFERENÇA ENTRE OS CIGANOS		
DIFERENTES	IGUAIS	NEUTRAS
2 - “Ciganos Espanhol, cigano EUA.”	3 - “Não tem diferença.”	1 - “Legais”
4 - “Tradição é diferente, nós somos humindes. ‘Gajuanos’ são extressados, brigam.”	5 - “É o mesmo.”	
7 - “Porque eles são diferentes, porque eles são tacheiros de outra raça.”	6 - “Mesma coisa.”	
8 - “Nós somos do Egito, eles são turco. A tradição deles é uma, a nossa é outra.”	9 - “Cada um tem o seu tipo, mesma coisa.”	
10 - “Tacheiros. Nós somos mais da família dos índios.”	11 - “Tudo igual.”	
12 - “Tacheiros? Nós somos ciganos legítimos, eles imitam ciganos.”		

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Nesta segunda etapa constatou-se que há orgulho em ser cigano, além de um auto reconhecimento da cultura, no entanto, percebeu-se que possuem uma cultura mais hermética do que se imaginava, pois o reconhecimento a ciganos de outros grupos foi de 41,6%. O restante não reconheceu os “outros” ciganos como pares.

4.2.3 Contato, conhecimento e percepção dos ciganos sobre os brasileiros

Nesta terceira etapa da entrevista, procurou-se conferir se os ciganos mantinham contato com os brasileiros, e, em caso afirmativo, que tipo de interação seria essa? Caso negativo, por que não interagiam? A pergunta seguinte, igual à aplicada aos brasileiros, desejava conferir se este contato seria agradável ou desagradável, de forma a medir a relação dos ciganos com os brasileiros. Os gráficos 40 e 41 ilustram os resultados:

Gráfico 40
Contato com os brasileiros

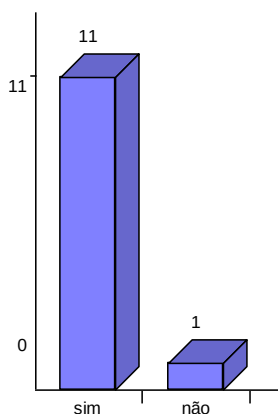
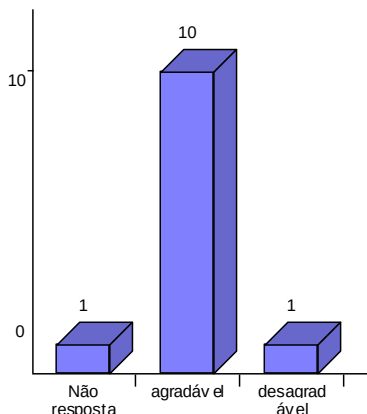


Gráfico 41
classificação contato



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

O contato mantido entre ciganos e brasileiros foi de 91,6%, 1 (um) cigano apenas disse não ter contato com brasileiros. Na classificação do contato, observou-se que a qualificação do mesmo foi totalmente contrária à percepção dos brasileiros, pois 83,3% dos ciganos afirmaram ser agradável este contato, 1 (um) apenas afirmou ser desagradável e 1 (um) não respondeu. Na resposta aberta, a qual questionava o tipo de contato e o porque do não contato, observou-se que a amizade e o trabalho (comércio) são as respostas mais frequentes. Veja quadro 8:

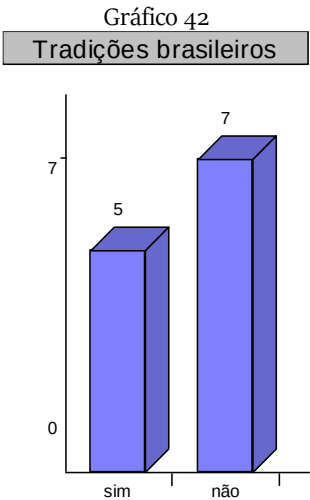
QUADRO 8

TIPO DE CONTATO
1 - "Amizade, compadre brasileiro. Todos filhos batizados no Brasil."
2 - "Trabalho, amizade."
3 - "Trabalho"
4 - "Amizade"
5 - "de falar com eles da rua."
6 - "Ler a sorte."
7 - "Se casam com alguns da gente."
8 - "Amizade."

9 - "Amigos de passagem."
10 - "Vender, conversar com eles."
12 - "Faz amizade."
NÃO MANTEM CONTATO, PORQUÊ?
11 - "Não gosto."

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

A pergunta seguinte tinha como objetivo identificar o nível de conhecimento dos ciganos em relação aos brasileiros. 41,6% disseram conhecer as “tradições” dos brasileiros, enquanto que 58,3% afirmaram não ter conhecimento. (Vide gráfico 42):



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

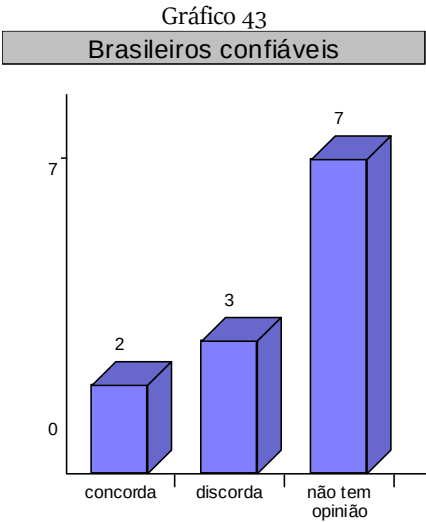
Também para os ciganos foi questionado – “o que lhe vem à mente quando ouve falar de brasileiros?” – de forma a quantificar, a partir da análise dos dados, o nível de conhecimento empírico dos ciganos sobre os brasileiros. O quadro 9 mostra as respostas abertas:

QUADRO 9

IMAGEM DOS BRASILEIROS	
1 -	"Os que é bom e os que são corruptos."
2 -	"São bons."
3 -	"São nascidos aqui, se consideram brasileiros. Se nos EUA seriam americanos."
4 -	"A mesma coisa, diferente linguagem."
5 -	"São bons."
6 -	"Gente boa."
7 -	"Coisa boa."
8 -	"Coisa importante. Nosso pessoal precisa muito do povo de vocês."
9 -	"Nem sei, nada."
10 -	"Não vem nada. Bom. Eles são morador e a gente não é. A gente toma banho em bacia e cozinha em fogão baixo."
11 -	"Nada."
12 -	"Coisa boa, pegando amizade com bastante pessoa."

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Observa-se que as respostas remetem ou a “coisas boas”, ou a diferenças culturais. Não há respostas totalmente negativas como as pronunciadas pelos brasileiros em relação aos ciganos. Já na questão que mede o grau de confiança dos brasileiros frente aos ciganos constata-se que os ciganos não têm opinião ou não quiseram expressá-la. A confiabilidade dos brasileiros foi reconhecida por apenas dois ciganos. No quadro 10, onde localizam-se as razões da confiança-desconfiança em relação aos brasileiros constata-se que as respostas neutras estão em maior número:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

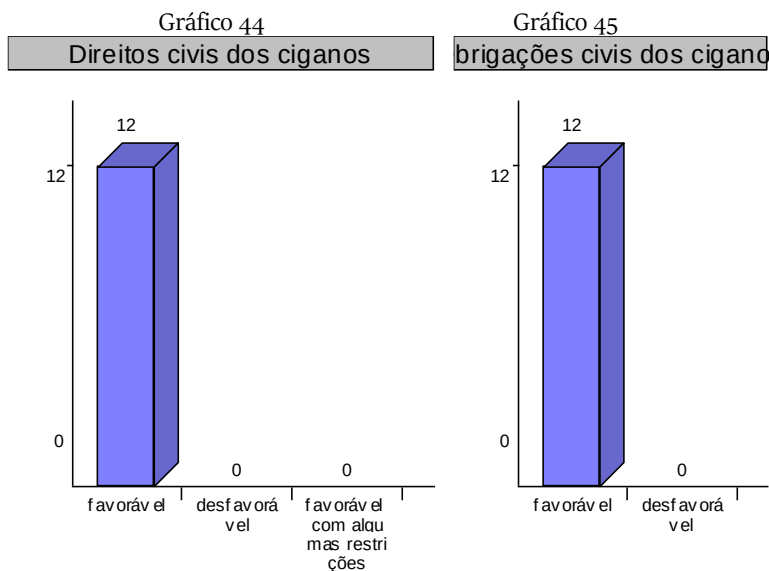
QUADRO 10

PORQUE OS BRASILEIROS SÃO OU NÃO CONFIÁVEIS		
POSITIVO	NEGATIVO	NEUTRO
5 - "São educados."	8 - "Não são muito confiáveis. Não dá para confiar, são diferentes da gente."	2 - "Tem os honestos e os não."
	11 - "Não confio"	6 - "Alguns são bons, outros não."
		7 - "Tem alguns que não tem confiança, tem outros que tem confiança."
		9 : Tem pessoas que sim, tem pessoas que não. São bruto, chucro, tem pessoas que são amigos, outros não
		10 - "Alguns são outros não. Alemão são confiáveis."
		12 - "Alguns é outros não."

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

4.2.4 Direitos e deveres ciganos

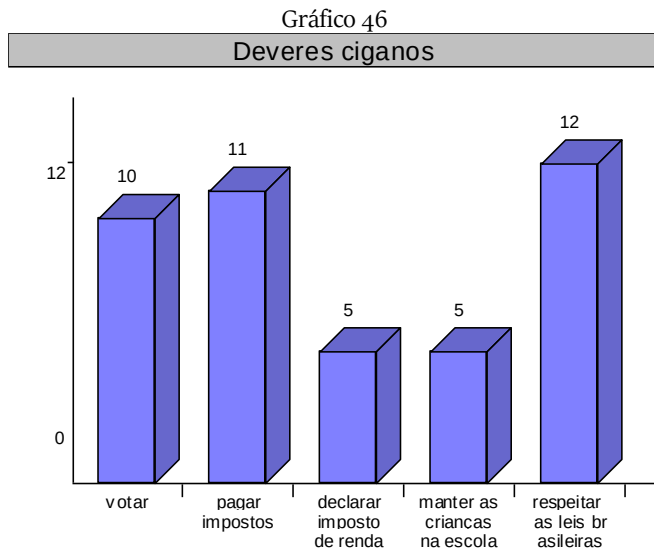
O quarto momento do questionário procurava conferir o reconhecimento dos ciganos frente aos seus direitos, bem como a aceitação e a assunção de seus deveres. Os gráficos 44 e 45 retratam a totalidade da aceitação: 100% dos ciganos reconhecem que devem possuir os mesmos direitos e deveres que os brasileiros. No entanto, na etapa seguinte, a qual quantificou os dados relativos aos deveres dos ciganos, houve uma dissonância em relação à aceitação dos deveres expressos na pergunta anterior:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Quando questionados sobre os deveres, 100% concordou em respeitar as leis brasileiras; 91,6% foi favorável à obrigação de pagar impostos; 83,3% foi favorável a obrigatoriedade de votar e apenas 41,6% reconheceu a necessidade de declarar imposto de renda e manter as crianças na escola. Em parte, a não aceitação de alguns deveres justifica-se pela diferença cultural. Conforme já retratado, a questão escolar para os ciganos é de ordem prática, é

necessário que a escolarização tenha sentido dentro da sua cultura. Quanto à declaração de imposto, dizem não ter patrimônio registrado, por isso não há necessidade de declarar. (Gráfico 46):



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

4.2.5 Nível de aceitação social dos ciganos em relação a outros segmentos sociais

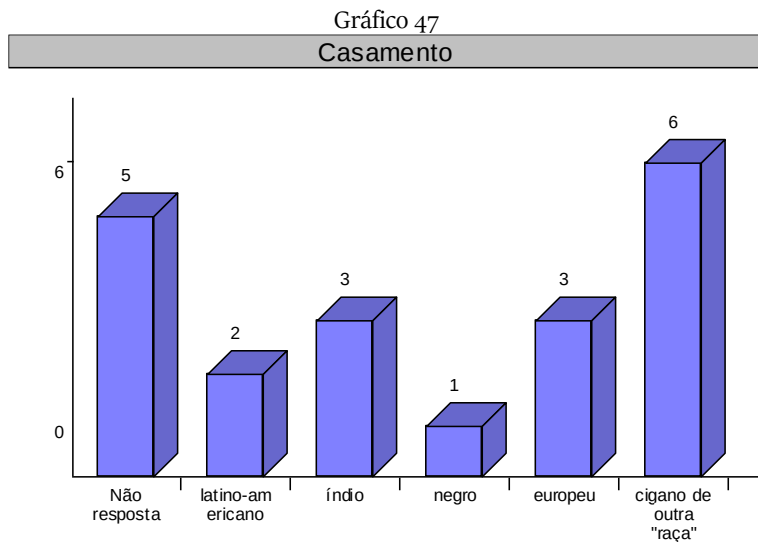
Nesta última etapa do questionário identificou-se o nível de aceitação dos ciganos frente a outros grupos sociais – latino-americano, índio, negro, europeu e outros ciganos – procurando identificar o nível de aproximação ou distanciamento social e cultural dos ciganos em relação a estes grupos, para isso utilizou-se 5 (cinco) níveis escalares, conforme demonstra o quadro 11:

QUADRO 11

Níveis de Aceitação	Tu casarias com		Aceita como parente		Aceita como Amigo		Aceita como colega de trabalho		Aceita como vizinho	
Grupos Étnicos	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Latino-americano										
Índio										
Negro										
Europeu										
Outro Cigano										

No primeiro nível, o de maior proximidade, o número de aceitação foi mínimo, somente os homens casariam com outros segmentos que não os de seu próprio grupo. Ciganos de outros grupos tiveram aceitação de 50%, ou seja, metade não casaria nem com outro cigano que não fizesse parte do mesmo grupo. Os outros segmentos étnicos tiveram aceitação mínima, com latino-americano apenas 2 (dois) casariam, também homens; com índio, 3 (três); com negro, 1 (um) e com europeu, 3 (três).

É importante salientar que a ausência de resposta demonstrada no gráfico representa também a rejeição, pois o software SPHINX[®] Léxica, neste caso, entende a resposta “não”, para todos os segmentos étnico cultural, como “ausência de resposta”. Portanto, a representatividade de 41,3% que consta na “não resposta” significa que o entrevistado não se casaria com nenhum integrante dos segmentos questionados, ou seja, é o nível máximo de endogamia. (Vide gráfico 47).

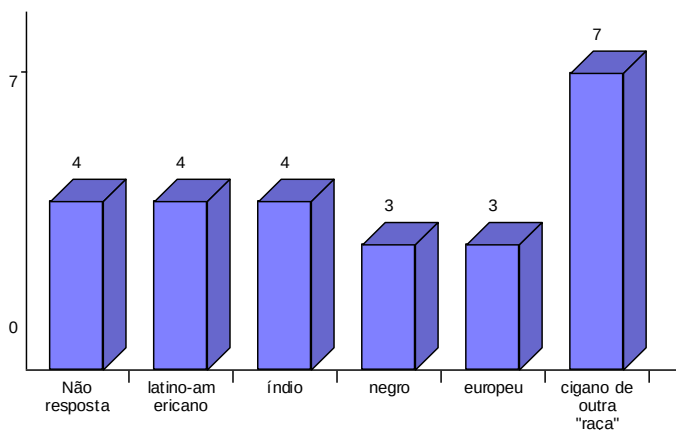


Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

O gráfico 48 retrata o segundo nível da escala de aceitação social. A não resposta, como explicado anteriormente, representa o não para todos os segmentos, ou seja, 33,3% dos entrevistados não aceitariam nenhum segmento étnico como parente. latino-americano e índio foram aceitos como parentes por 4 (quatro) ciganos; negro e europeu foram aceitos por 3 (três) e ciganos de outros grupos tiveram a aceitação de 58,33%. Alguns entrevistados, durante o questionamento, manifestaram que aceitariam como parente se o casamento ocorresse com um filho, não aceitariam se fosse com uma filha. Observa-se que os grupos mantêm-se extremamente fechados, admitindo o mínimo possível a miscigenação com outros segmentos étnicos. Veja gráfico 48:

Gráfico 48

parente

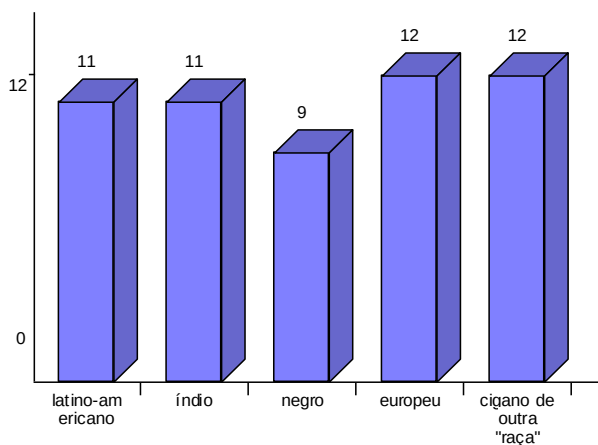


Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Na próxima etapa, se aceitaria como amigo, o nível de rejeição diminui, ficando o negro com 25% de não aceitação. O restante foi aceito na quase totalidade

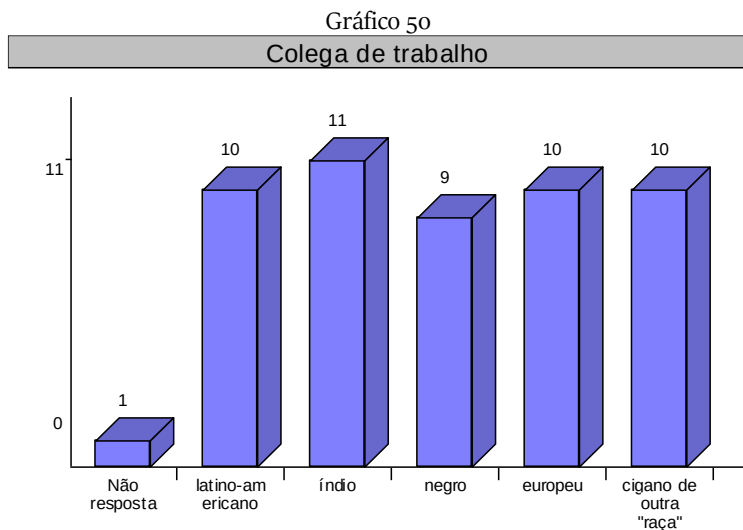
Gráfico 49

Amigo



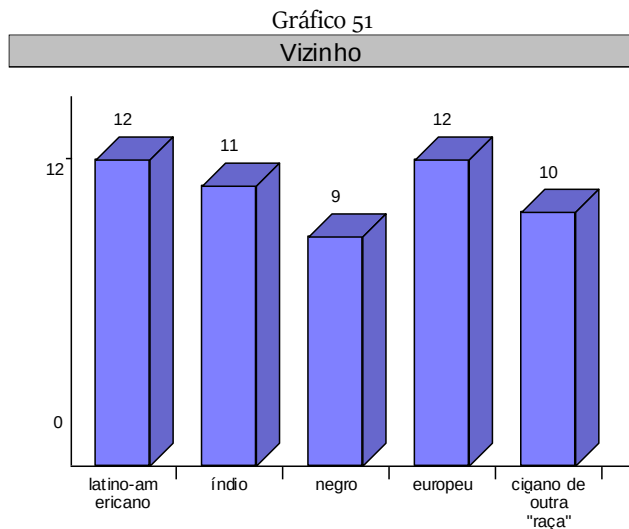
Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Como colega de trabalho, 1 (um) cigano não aceitaria nenhum segmento étnico como colega. Dos grupos étnicos culturais restantes, o negro continuou com a menor aceitação, 25% não o aceitaria como colega de trabalho. Os outros segmentos mantiveram a média de 85% de aceitação. Vide gráfico 50:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

No último item da escala de aceitação, o de menor proximidade, a vizinhança, o negro continuou despontando a maior estranheza dos ciganos, com uma rejeição de 25% dos entrevistados, conforme retrata o gráfico 51:



Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em julho/2011.

Constatou-se que os ciganos, comparativamente aos brasileiros, não aceitam outros segmentos étnicos que não os de seu próprio grupo. A rejeição aos negros foi a mais evidente. Nos gráficos 24 a 30, que retratam a aceitação dos brasileiros a outros grupos étnicos, verificamos que a partir da segunda escala, a qual questiona a aceitação como parente, a rejeição não ultrapassou os 10%, enquanto que, para os ciganos, até o último nível, o qual media se aceitaria como vizinho, a rejeição aos negros despontou os 25%; a rejeição aos outros grupos também foi alta, se comparado aos brasileiros.

Constatou-se a partir desta pesquisa, que entre os ciganos há uma interação com os outros grupos étnicos, mas tal interação concretiza-se somente a partir do terceiro nível de aceitação, a amizade. É possível compreender este resultado, se levarmos em conta que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam³, conforme aponta Frederik Barth:

³ BARTH, op. cit., p. 188.

[...] as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos.⁴

Esta foi a forma de preservação cultural que este grupo étnico encontrou, através da interação parcial entre os grupos. Ao mesmo tempo em que há uma distinção entre os ciganos e os não-ciganos, esta suscita um processo de exclusão e de autoexclusão étnico-cultural.

⁴ Idem, p.188.

Considerações finais

Dúvida e mistério, encantamento e repulsa, medo e admiração, temor e fascínio. Binômios, nem sempre oposto que, de modo indelével, forjam a identidade de um povo, o qual tem na perseguição a força necessária para manter-se livre e indômito, e no anonimato intrigante e fugidio o matiz característico de sua identidade diferenciada.

A trajetória histórica da minoria étnica cigana foi (e é) marcada por peculiaridades capazes de sintetizar uma história de discriminação e de luta. Os ciganos se fazem presentes na História ocidental desde o século XV. A partir de então, sua cultura e tradições são observadas ora com curiosidade, ora com temor, ora com repulsa.

Por mais antiga que seja a origem destes grupos, ainda pairam dúvidas sobre sua história. O presente trabalho teve como objetivo trazer à luz um pouco da história destas minorias étnicas. Buscou-se responder as questões que foram impondo-se à medida que a pesquisa se desenvolvia.

Esta dissertação analisou a história, a identidade, as representações, as tradições e a cultura dos ciganos. Constatou-se, a partir da literatura crítica, das fontes orais, das observações do tipo participante e através do cotejamento com outras fontes existentes, que a continuidade da trajetória histórica de lutas e perseguições faz-se presente até hoje.

As questões suscitadas, em cada capítulo, foram sendo respondidas. Algumas plenamente, outras em parte, haja vista que a complexidade de análise do tema se fazia presente em vários momentos, ora pela ausência de fontes, ora pela dificuldade de

inserção nos grupos, ora por outros motivos e dificuldades diversas que a pesquisa primária e de campo apresentaram.

No primeiro capítulo desta dissertação, o problema central foi o da origem dos ciganos e sua dispersão pelo mundo. Respondeu-se às questões propostas trazendo as diversas hipóteses apontadas pelos autores analisados sobre a origem destes grupos. Constatou-se que, através dos estudos lingüísticos, a hipótese mais plausível é a que os ciganos seriam originários do noroeste da Índia, atual Paquistão, e que de lá se dispersaram pelo mundo a partir do século IX d.C. Foram analisadas as possíveis datas de chegada destes nômades ao continente europeu, bem como as políticas que lhes foram impostas, gerando dispersões e o banimento para outros continentes e territórios. Neste capítulo, portanto, foram compilados os dados localizados sobre a origem destes grupos. Fez-se uma tabela com todas as leis, regulamentos e deliberações que indicavam as práticas persecutórias impostas a esta minoria ao longo da história (1523-2003). Como proposto, fez-se um compêndio de todo material encontrado que estava disperso em bibliografias diversas e de difícil acesso.

Esta primeira etapa do estudo revelou um pouco da história destes grupos. A necessidade de tal compilação de dados foi constatada a partir da quase inexistência de conhecimento específico sobre a trajetória histórica dos ciganos. Neste sentido, o primeiro capítulo trouxe à luz as primeiras hipóteses sobre as suas origens até a chegada destes grupos ao Brasil, da mesma forma em que oportuniza novas pesquisas, haja vista que o material compilado suscita riquíssimas possibilidades de investigação, de análise e de abordagem.

O segundo capítulo teve como problema central o olhar dos viajantes, durante o século XIX e início do século XX, sobre os ciganos. Tal questão surgiu ao deparar-me com a necessidade de analisar como estes grupos foram vistos e descritos aos longos dos séculos. Pode-se afirmar que ao escrever suas impressões sobre os ciganos e ignorar as particularidades de sua cultura, os viajantes

fizeram uso de uma série de critérios: sua formação, suas convicções ideológicas, seu contexto histórico, entre outros fatores. De certa forma, seus escritos são o resultado final de seu olhar direcionado e cheio de significado e interpretações, resultando num tipo de representação sobre o “outro”, de uma (re)construção do real, tratada, como a tradução mental de uma realidade exterior que foi percebida, e que foi evocada – por escrito.

Os relatos dos viajantes, portanto, são importantes veículos portadores de sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Transmitem estereótipos e valores de grupos dominantes, generalizando temas de acordo com os preceitos da sociedade da época.

Constatou-se também que as representações feitas pelos viajantes relacionavam-se aos conteúdos persecutórios dos documentos oficiais. As práticas culturais, a aparência, o uso da linguagem e as representações acerca da identidade e tradições ciganas foram descritas a partir de visões etnocêntricas. As interpretações de seus hábitos e modo de ser – feitas sob o prisma de quem desconhece os porquês de tais manifestações –, facilmente tangenciavam a imprecisão, a distorção e o erro, de modo a semear desconfiança e medo naqueles que tinham contato com tais representações. As representações elaboradas sobre os ciganos, ao longo do tempo, evidenciaram, por fim, a continuidade do olhar carregado de juízo de valor sobre o Outro, e engendrou imagens distorcidas, simplificações, estereótipos e discriminação.

Neste segundo capítulo, portanto, foi possível compreender como tais representações foram descritas ao longo dos séculos, para, posteriormente, compará-las e identificá-las com a atualidade, como se constatou no terceiro e quarto capítulo. A história e trajetória dos grupos já fora compreendida, as representações que deles foram feitas também, faltava apenas o olhar interno, o olhar de si.

Neste sentido, o terceiro capítulo teve como problema central a compreensão da cultura, da identidade e das tradições

ciganas sob a ótica interna dos grupos. Buscou-se fazer a análise da “construção” da identidade cigana segundo suas percepções. Observou-se a cultura cigana a partir dela mesma, elencando os elementos que a compõem, além de identificar, na sua tradição, quais costumes e ritos são comuns entre eles, mas também a forma como se organizam socialmente.

Compreendeu-se, a partir daí, de forma macro e micro, como ocorre a “construção” desta identidade étnica, bem como a configuração de alguns e diferenciados grupos existentes no Rio Grande do Sul. Para atingir tal intento, foram utilizados os relatos orais e as observações do tipo participante, como métodos de coleta de dados.

Concluiu-se, através da análise dos quatro estudos de caso, que há certa “unidade na diversidade”. Com essa expressão se pretende externar que todos os grupos analisados possuem um núcleo cultural que se pode chamar de “hermético”. Contudo, apesar de os quatro grupos apresentarem-se como ciganos, há diversidades micro, peculiares a cada grupo ou núcleo familiar, sem que tais diferenças os desqualifiquem como ciganos, enquanto considerados de forma macro. Na totalidade, se concebem como ciganos, praticam o nomadismo, mesmo que, em alguns casos, provisoriamente; falam línguas diferentes, mas todos a caracterizam como “língua dos ciganos”; no entanto, não há um reconhecimento mútuo das tradições e características de uns pelos outros, isto é, um grupo não reconhece necessariamente o outro como cigano autêntico (legítimo), o que prova tamanha diversidade cultural. Através dos relatos orais, foi possível conhecer e compreender esta diversidade, viabilizando, assim, um não julgamento da cultura do outro a partir da nossa.

Apesar desta diversidade, verificou-se que a cultura e identidade cigana – que permeia os quatro grupos estudados, independentemente de qual seja –, está fortemente calcada nos mesmos pilares: gênero, idade e divisão do trabalho, que se perpetuam através da manutenção das tradições.

A última etapa do trabalho tinha como objetivo analisar os níveis de aceitação dos porto-alegrenses (brasileiros) para com os ciganos, e dos ciganos em relação aos porto-alegrenses (brasileiros), bem como a percepção e conhecimento que ambos têm um do outro. Identificando o grau de aceitação dos dois comparativamente a outros grupos étnicos, assim como o reconhecimento aos direitos das minorias ciganas.

Constatou-se ao final da análise das entrevistas realizadas com os brasileiros e ciganos que, em relação aos primeiros, houve a reprodução de estereótipos ou representações distorcidas acerca dos ciganos, aspecto já evidenciado no estudo sobre os relatos dos viajantes. Assim sendo, embora significativo número de brasileiros afirme conhecer as tradições ciganas, este conhecimento está baseado no senso comum e as imagens construídas são remanescentes dos estereótipos seculares transmitidas através de relatos orais.

Compreendeu-se, também, o porquê da discriminação feita aos ciganos por parte dos brasileiros estar mais elevada em relação aos outros grupos étnico-culturais comparados. Primeiro, pela falta de conhecimento empírico com relação aos ciganos e, segundo, pela organização social dos próprios ciganos estar fundamentada em bases endogâmicas.

A partir da análise dos instrumentos que foram aplicados aos integrantes dos grupos ciganos, das entrevistas e da observação do tipo participante, evidenciou-se que o contato com os brasileiros ocorre através da prática do comércio – já destacada pelos viajantes – e da leitura das mãos. A proximidade com pessoas de fora do grupo ocorre quando não há ameaça às tradições. O casamento com outros segmentos socioculturais só é permitido ao homem, pois a mulher que com ele casa deve, obrigatoriamente, incorporar as tradições do grupo. Às mulheres ciganas não é permitido o envolvimento com indivíduos de outras culturas; a relação é pautada somente através do trabalho da leitura das mãos. A manutenção das tradições para eles é primordial, pois é a base da

perpetuação de sua organização social e, ao mesmo tempo, de sua cultura.

Desta forma, podemos concluir que houve uma continuidade nas tradições tanto quanto nas representações. Tais representações, carregadas de juízo de valor, evidenciadas nos relatos feitos pelos viajantes do século XIX e XX persistem até hoje. O olhar etnocêntrico continua a vigorar. Ainda não houve uma valorização e uma divulgação da cultura cigana a ponto de diminuir a carência de conhecimento, e de forma que haja uma compreensão da cultura do Outro, a partir dela mesma, sem julgamento.

Apesar de toda carga negativa que a discriminação carrega em si, representada, em parte, pelo isolamento e pelo distanciamento que se impõe aos diferentes, pode-se concluir que, no caso dos ciganos, em parte, as discriminações são concebidas pelos grupos como positivas quanto à preservação da sua tradição e cultura. Para os ciganos a preservação das tradições é primordial e esta se dá através do auto-isolamento dos grupos. Sabe-se que a tradição e a identidade são dinâmicas, fluidas. Contudo, os grupos analisados percebem a tradição como algo necessariamente fixo, imutável e relacionada diretamente com a sua organização social particular. A tradição para os ciganos tem o sentido de preservar sua organização social.

As entrevistas realizadas com os membros das comunidades ciganas, bem como a convivência com os grupos ao longo destes dois anos de estudo, permitiram constatar que, embora o isolamento e a exclusão tenham gerado traumas e marcas que até hoje são evidenciadas, também possibilitaram a manutenção de sua cultura e a reafirmação de sua identidade. Seria plausível afirmar que os olhares sobre o Outro estariam impregnados do “estranhamento”, da dificuldade de emprestar significados e aceitar as diferenças. Ao mesmo tempo, tal relação é fundamental para a afirmação da própria identidade. De certa forma, também teriam sido os contatos com o Outro que fizeram os ciganos

perceberem ou serem “obrigados” a aceitar que entre eles existiam elementos de proximidade e de identidade.

Já a preferência dos grupos pelo isolamento, por sua vez, pode ser exemplificada pela prática endogâmica mantida em detrimento de outras que facilitariam o intercâmbio cultural.

No entanto, não devemos pensar a exclusão como sendo positiva, haja vista que toda a exclusão é, por si só, negativa. Busquemos sim, uma inclusão e integração destes grupos em nossa sociedade respeitando as diferenças culturais, tendo como base o conhecimento das tradições, da cultura, da organização social e da identidade destes grupos.

O que evidenciamos ainda hoje são políticas de exclusão que repetem práticas já vividas desde o século XV, porém com a roupagem do século XXI.*

* No ano de 2010 foram evidenciadas na Europa políticas de exclusão aos grupos ciganos, principalmente na França. Trago algumas manchetes veiculadas durante o período da pesquisa, evidenciando que as práticas persecutórias vistas no capítulo 1 se fazem presentes até hoje.

❖ As expulsões de ciganos pelas autoridades francesas, no âmbito do reforço da política de segurança do presidente Nicolas Sarkozy, foi hoje reprovada pelo Papa Bento XVI.

Fonte: <<http://aeiou.expresso.pt/franca-ciganos-expulsos-serao-950-ate-ao-fim-do-mes=f600546>>

Acesso em 22/08/2010.

❖ A França expulsou 635 ciganos desde o dia 28 de julho e o número deve subir para "cerca de 950" até ao final do mês, afirmou hoje o ministro da Imigração francês, Eric Besson, em declarações à estação de rádio Europe 1. Fonte: <<http://aeiou.expresso.pt/ciganos-paris-defende-veto-a-entrada-da-romenia-no-espaco-schengen=f600704>> Acesso em 26/08/2010.

❖ “Agostino Marchetto, secretário do Conselho Pontifício do Vaticano para os emigrantes, considera que os ciganos expulsos de França “também são vítimas de um ‘Holocausto’ e vivem sempre escapando aos que os perseguem”. Fonte: <<http://aeiou.expresso.pt/vaticano-compara-expulsao-de-ciganos-de-franca-a-novo-holocausto=f600979>> Acesso em 27/08/2010.

❖ Sarkozy envia ministros à Roménia para explicar expulsão de ciganos. Durão Barroso nega estigma racista na Europa. Fonte: <http://www.rr.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=93&did=119353> Acesso em 08/09/2010.

❖ Parlamento Europeu condena expulsões de ciganos em França

Fonte: <http://www.rr.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=93&did=119418> Acesso em 15/09/2010.

❖ A polémica alastra pela União Europeia e em Lisboa começou hoje a reunião anual da Gypsy Lore Society, uma organização internacional dedicada ao estudo das questões ciganas. Fonte:

É imperativo salientar, por derradeiro, que este estudo não tem absolutamente a pretensão de esgotar o assunto. Terá logrado êxito se provocar a reflexão – e, a partir desta, motivar a realização de novos trabalhos que aprofundem o tema, ou mesmo, abordem-no sob novos aspectos –, de modo a fazer com que os ciganos e a sua cultura sejam reconhecidos e aceitos da sua maneira. Em outras palavras, que o “diferente” não seja visto como objeto de preconceito e discriminação. Neste sentido, este estudo teve como objetivo último o de se tornar uma abertura para o palco de debates e reflexões sobre a discriminação e a intolerância, visou também salientar a importância de serem criadas políticas de valorização da diversidade em uma sociedade que se pretende, de fato, plural.

Referências

- AUZIAS, Claire. **Os Ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste**. Lisboa: Antígona, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BARTH, Frederik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In POUTIGNAT, Philippe et al. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BRINCA, Ana. Ciganos, “Tendeiros” e “Senhores”: Fronteiras Identitárias. **ANTROPOlógicas**, nº 9, Porto, UFP, 2005.
- BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony ; LASH, Scott. **Modernidade reflexiva**: trabalho e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.
- BORGES, Isabel Cristina Medeiros Mattos. **Cidades de Portas Fechadas**: A intolerância contra os ciganos na organização urbana na primeira república. Dissertação de Mestrado em História – ICH – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1986.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas**: fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CHARTIER, Róger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1990.
- CAUSO, Roberto de Sousa. **Ficção científica, fantasia e horror no Brasil. 1875 a 1950**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAIS, Adauto (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de (Dir). **Enciclopédia de Literatura Brasileira**. Vol. II. São Paulo: Ministério da Cultura, 2001.

COELHO, Adolfo - **Os Ciganos em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

COELHO, Francisco Adolpho. **Os Ciganos de Portugal** - com um estudo do calão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Caixas no porão**: vozes, imagens, histórias. Porto Alegre: BIBLOS, 2004.

CORTESÃO, Luiza. **O povo cigano: cidadãos na sombra – processos explícitos e ocultos de exclusão** – Porto: Edições Afrontamento, 1995.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil colônia. **Revista Textos de História**, Brasília: UNB, v. 6, n^{os}. 1 e 2, p. 35-56, 1998.

_____. Contributos ciganos para o povoamento do Brasil (Séculos XVI-XIX). “ARQUIPÉLOGO. História”. ISSN 0871-7664. 2^a série; vols. 9-10 (2005-2006): 153-181.

CHINA, José B. d'Oliveira. Os Ciganos do Brasil. (Subsídios históricos, ethnographicos e Linguísticos). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Olhares sobre a tradição. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 4, p. 29-35, jul./dez. 2001. Editora da UFPR.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2002.

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Martins, 1972. 3v.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

DOMINGUES, Angêla. O Brasil no relato dos viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p.133-152, 2008.

FERRARI, Flôrência. **Um olhar oblíquo**: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – USP - Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **O MUNDO PASSA uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2010.

_____. Ciganos Nacionais. **Acta Literaria**. n. 032 (2006), pp. 79 – 96.

FOLGUERA, Pilar. **Cómo se hace historia oral**. Madrid: EUEDEMA, S.A., 1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAHAM, Maria. **Diário de viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de Viagens e Permanência nas Províncias do Norte do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaias; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil. “Travels in Brazil”**. São Paulo – Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ed. Campinas: UNICAMP, 1996.
- LOCATELLI, Moacir Antônio. **O caso de uma cultura (uma análise antropológica dos ciganos)**. Santa Rosa, Barreto Livreiro e Editor, 1981.
- LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1951.
- MARTINEZ, Nicole. **Os Ciganos**. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007
- MOONEN, Frans. **Os Estudos Ciganos no Brasil**. Núcleo de Estudos Ciganos. Recife, 2008.
- MORAES FILHO, Mello. **Os ciganos no Brasil e Cancioneiro dos ciganos**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.
- MOTA, Ático Vilas-Boas (org.). **CIGANOS antologia e ensaios**. Brasília: Thesaurus, 2004.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1997.
- NEVES, Berilo. **Pampas e cochilhas**. Porto Alegre : Globo, 1932.
- NOAL, Valter Antônio Filho; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890**. Santa Maria: Anatterra, 2004.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Editora Pioneira, 1976.
- PAIVA, Sérgio Rosa. **Mulheres do Rio Grande do Sul - Diversidade**. Porto Alegre: SFERASRP Editora de Artes, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Ciganos:** A oralidade como defesa de uma minoria étnica. IN: http://www.lacult.org/docc/oralidad_04_34-39-ciganos-a-oralidade.pdf

_____. **Os Ciganos ainda estão na estrada.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

PIERONI, Geraldo. **Vádios e ciganos, heréticos e bruxas** — os degredados no Brasil-colônia. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade:** seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. **Transnacionalismo e Etnicidade** – a construção simbólica da Romanesthàn (Nação Cigana). Dissertação de Mestrado em Sociologia – FAFICH – UFMG, 2000.

_____. A identidade cigana e o efeito de “nomeação”: deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científico e práticas sociais. **Antropologia**, São Paulo: Scielo Brasil, v. 49, n. 2, p. 690-729, July/Dec. 2006.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROSA, Guimarães. “O recado do morro”, **No Urubúaquá, no pinhém.** 7. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens à província de São Paulo.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SANT’ANA, Maria de Lourdes B. **Os Ciganos:** aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

SCHWARCZ, L. Moritz. **O Espetáculo das Raças;** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico:** Demonologia e Colonização: séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SMITH, Anthony D. **Nacionalismo: Teoría, Ideología, História.** **Madrid:** Ed. Cast.: Alianza Editorial, S.A, 2004.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos Ciganos no Brasil.** Recife: Núcleo de Estudos Ciganos (NEC), E-texto nº 2, 2008, (edição digital).

_____. **Ciganos no Brasil: Uma Breve História.** Belo Horizonte: Ed. Crisálida, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WELLS, James W. **Explorando e Viajando três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão.** Tradução de Myriam Ávila, Hill, Chistopher. Introdução. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. Vol. I.

Jornais e revistas:

ADAM, José., Os Ciganos estão de acomodando. **Revista do Globo.** Fascículo 641, ano XXVI (25/06/1955). p. 45-49.

PERON, Marcos. Campinas é o ‘Vaticano’ de ciganos no Brasil. **Folha de São Paulo.** 7 de janeiro de 1996. p.3.

RISSI, Rogério C. Três dias de Festa. **Força do Vale.** 16 de abril de 2010. p. 13.

VERSSETTI, Juremir. Caderno Cidades. **Correio do Povo.** 17 de abril de 2010. p. 3.

Fontes orais e observações:

Depoimento de Aderson Bagesteiro. Porto Alegre. Maio de 2009.

Depoimento de Luana Costichi. Gravataí. Junho de 2009.

Depoimento de Kelli Ivanovichi. Gravataí. Outubro de 2009.

Depoimento de Luana Costichi. Gravataí. Novembro de 2009.

Depoimento de Kelli Ivanovichi. Gravataí. Novembro de 2009.

Depoimento de Kelli Ivanovichi e Luana Costichi. Gravataí. Novembro de 2009.

Depoimento de Débora. Encantado. Abril de 2010.

Depoimento de Aderson Bagesteiro. Porto Alegre. Junho de 2010.

Depoimento de Solange Soares. Alvorada. Abril de 2011.

Depoimento de Simone Reis. Alvorada. Abril de 2011.

Depoimento de Fabiana Galvão. Alvorada. Abril de 2011.

Depoimento de Luana Reis. Alvorada. 07 de Maio de 2011.

Depoimento de Luana Reis. Alvorada. 19 de maio de 2011.

Vídeos

CIGANOS NO BRASIL. **Jornal da Gazeta**. Exibido em 25/05/2010. Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=HlvOa1oSq7c&feature=player_embedded>. Acesso em: 26 de jun. 2010.

Fontes eletrônicas de dados

BETTENCOURT, D. Estevão. Os Coptas: quem são? **Revista: “Pergunte e Responderemos”**, São Paulo: Editora Cleofas, n. 504, Ano 2004, p. 242. Disponível em: <<http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php?doc=ESTEVAO&id=deb0098>>. Acesso em 06 de set.2010.

BONOMO, Mariana; SOUZA, Lídio de; LIVRAMENTO, André Mota do; CANAL, Fabiana Davel; BRASIL, Julia Alves. Identidade, representação social e ciganidade: gênero e etnia entre ciganos *calons* no Espírito Santo. **Universidade Federal do Espírito Santo**. In:http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/183.%20identidade,%20representa%C7%C3%20social%20e%20ciganidade.pdf

Disponível em: <<http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTCiganos.html>> Acesso em: 20 set. 2010.

Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/33318773/Ciganos-no-Brasil-e-os-Oficiais-de-Justica>> Acesso em: 21 set. 2010.

COBRA, Rubem Queiroz - FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA: Resumos Biográficos. Site: www.cobra.pages.nom.br, INTERNET, Brasília, 2001. Acesso em 18/02/2011. ("www.geocities.com/cobra_pages" é "Mirror Site" de www.cobra.pages.nom.br).

GASPAR, Lúcia. **Henry Koster**. *Fundação Joaquim Nabuco, Recife*. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em março de 2011.

KURY, L. "Auguste de Saint-Hilaire: viajante exemplar". Revista Intellêctus [em linha]. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004, ano II, vol.I. ISSN: 1676-7640. <http://www2.uerj.br/~intellectus/Anterior_2_01.htm> Acesso em: 18 de Fevereiro de 2011.

<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2674&cd_item=1&cd_idioma=28555> Acesso em: 24 de março de 2011.

FEE – Fundação de Economia e Estatística Disponível em:<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php> Acesso em 16 de julho de 2011.

PEREIRA, Luciane. A revisão da modernidade pela deslegitimação do metarrelato nas narrativas de James W. Wells e João Guimarães Rosa. <http://www.letras.ufmg.br/poslit/o8_publicacoes_pgs/Em%20Tese%2016/16%202/TEXT0%205%20LUCIENE.pdf> Acesso em 29 de março de 2011.

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_maria_graham.htm> Acesso em 24 de março de 2011.

PEIXOTO, Ariane Luna; FILGUEIRAS, Tarciso de Souza. **Maria Graham: anotações sobre a flora do Brasil**. Acta bot. Brás. 22(4): 992-998. 2008. Disponível em: <<http://acta.botanica.org.br/index.php/acta/article/viewFile/506/104>> Acesso em março de 2011.

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/bio_kidder.htm>Acess
o em abril de 2011.

<http://www.letras.ufmg.br/poslit/o8_publicacoes_pgs/Em%20Tese%2016/16%202/TEXTO%205%20LUCIENE.pdf> Acesso em março de 2011.

Bibliografia consultada

BASTOS, José Pereira; Susana Pereira Bastos, 1999, Portugal multicultural. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas. Lisboa: Fim de Século, **Colecção Antropológica**.

BATAILLARD, Paul. **De L'apparition Et De La Dispersion Des Bohémiens En Europe**. Paris: Typographie de Firmin Didot Frères, 1844. Disponível em:
<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=re1AAAAcAAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=PAUL+BATAILLARD&ots=kVnCXm5KCQ&sig=lgxbulyMu8rS197wMOjv_54hdBs#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 12 set 2010.

BORDÉ, Guy. **As escolas históricas**. 2.ed. Mira-Sintra: Europa-América, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 6. ed. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 2003

_____. **Tristes trópicos**. São Paulo : 70, 1993.

OLIVEIRA, Cristiane Brito de. **Representações da Mulher Oriental: Orientalismo e literatura**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:
<http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/index_banco_de_teses.htm>. Acesso em 05 de Set. 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 39 n. 1, 1996, p. 13-37

Referências do Prefácio

- ACTON, Th. *Gypsy politics and social chance*. London and Boston: Routledge & Kegan Paul, 1974.
- ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- AUZIAS, Claire. *Os ciganos ou o destino selvagem dos roms do leste*. Antígona: Portugal. 2001.
- BLUTEAU, R. Cigano. In: Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico...; tomo II, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa Ocidental: Pascoal da Sylva, 1712.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- BUEZAS, Tomás Calvo. *¿España racista?: voces payas sobre los gitanos*. Barcelona: Anthropos, 1990.
- COELHO, F. A. *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão*. Lisboa: Dom Quixote, 1995. [Original: 1892].
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, FAPESP, 1997.
- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Palla. 2001.
- DE CARVALHO, Gustavo S. et al. States and Pre-State Actors: The Nomadic Challenge to Westphalian Territoriality. *APSA 2009 Toronto Meeting Paper*. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1449352>
- DONOVAN, Bill M. Changing perceptions of social deviance: gypsies in early modern Portugal and Brazil, *Jornal of Social History*, 1992, v.26, p.33-53.
- FAZITO, Dimitri. *Transnacionalismo e etnicidade: a construção simbólica do Romanesthán (Nação Cigana)*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Departamento de Sociologia e Antropologia, UFMG, Belo Horizonte, 2000.

- FERRARI, Florencia. O mundo passa: uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros, Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia Social, USP, São Paulo, 2010.
- FRASER, Angus. *The gypsies*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.
- HONNETH, Alex. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MARUSHIAKOVA, Elena & POPOV, Vesselin. The Roma – a Nation Without a State? Historical Background and Contemporary Tendencies, Mitteilungen des SFB “Differenz und Integration” 6: Segmentation und Komplementarität. Orientwissenschaftliche Hefte 14, 2004, p.71-100.
- MELO, Fábio D. *A língua da comunidade Calon da região norte-nordeste do estado de Goiás*, Tese de Doutorado, Departamento de Linguística, Português e Letras Clássicas, da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- MOONEN, Frans. *Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil*, livro em versão digital, dhnet.org, Recife, 2010.
- MOONEN, Frans. *Ciganos Calon no sertão da Paraíba*, livro em versão digital, dhnet.org, Recife, 2011.
- MOONEN, Frans. *Os estudos ciganos no Brasil 1885-2010*, livro em versão digital, dhnet.org, Recife, 2011a.
- SILVA, A. de Moraes. Cigano. In: *Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Oficinas da S.A. Litho-Typographia Fluminense, 1922, Tomo Primeiro. [Original: 1813].
- SILVA, Francisco Carlos T. da; MEDERIOS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexandre Martins (org.). *Dicionário do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Ciganos no Brasil: uma breve história*. 2ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1982.
- VICENTE, Gil. A farsa das ciganas. In: *Obras completas*, V.5, 3ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa. [s.d.]. [Original: 1521?]

Apêndice A

Relação de jornais e arquivos pesquisados

DATA	PÁGINAS	TÍTULO	REFERÊNCIA
16/09/1911	p. 4	Criança roubada por ciganos	Correio do Povo - 16 de setembro de 1911 - ano XVI - nº 233 - p. 5
16/09/1911	p. 5	Criança roubada por ciganos	Correio do Povo - 16 de setembro de 1911 - ano XVI - nº 234 - p. 4
15/12/1915	p. 1	Os Ciganos	A Federação - 15 de dezembro de 1915 - ano XXXII - nº 288 - p. 1
07/11/1925	p. 3	A cidade - Roque Calage	Diário de Notícias - 7 de novembro de 1925 - ano I - Nº 216
21/06/1931	p. 5	A Odosséia de um Zíngaro	Correio do Povo - 21 de junho de 1931 - ano XXXVII - nº 144 - p. 5
30/08/1931	p. 5	As ciganas às voltas com a polícia	Correio do Povo - ano XXXVII - nº 203 - p. 5
09/09/1931	p. 2	O Rio está cheio de ciganos	Diário de Notícias - 09 de setembro de 1931 - ano XXXII - nº 163 - p. 2

30/08/1934	p. 5	As ciganas às voltas com a polícia - Um furto levado ao conhecimento da 1ª delegacia	Correio do Povo - 30 de agosto de 1934 - ano XL - nº 203 - p. 5
07/10/1944	p. 46-48 e 57-58	Bando de Ciganos	Revista do Globo - 07 de outubro de 1944 - ano 1944 - nº 372 - p. 46-48 e 57-58
12/10/1947	p. 3	A cigana é comadre do advogado	Diário de Notícias - 12 de outubro de 1947 - ano XXII - nº 189 - p. 3
07/02/1961	p. 3	Três dias de festa no Bando: Ciganinha Helena vai casar	Última Hora - 07 de fevereiro de 1961 - ano I - nº 301 - P. 3
08/02/1961	p. 7	Ciganinha casou hoje: véu e vestido branco	Última Hora - 8 de fevereiro de 1961 - ano I - nº 302 - p. 7
08/07/1955	p. 46-49	Os ciganos ainda estão se acomodando	Revista do Globo - 08 de julho de 1955 - ano XXVI - nº 641 - p. 46-49
09/02/1961	p. 12 e 13	Jura de Sangue só em novela: casamento de cigano é com pão e sal	Última Hora - 09 de fevereiro de 1961 - ano I - nº 303 - p. 12 e 13
07/10/1961	p. 6	Cigana Paralítica Surrada para aprender a caminhar	Última Hora - 07 de outubro de 1961 - ano II - nº 508 - p. 6
15/05/1975	p. 30	Acampamento de Ciganos não obedece as leis municipais	Correio do Povo - 15 de maio de 1975 - ano 80 - nº 188 - p. 30
01/09/1977	p. 1	Resolução da ONU em favor dos ciganos	Correio do Povo - 01 de setembro de 1977 - ano 82 - nº 380 - p. 1

17/09/1977	p. 20	O pequeno príncipe operado e a família real espera acampada	Zero Hora - 17 de setembro de 1977 - ano XIV - nº 4378 - p. 20
13/01/1978	p. 1	Ciganos: uma cultura, extinção (por Kerin Hope, da UPI)	Zero Hora - 13 de janeiro de 1978 - ano XIV - nº 4494 - p. 1 (suplemento)
04/07/1978	p. 5	Cigana lesou engenheiro em 380 dólares	Correio do Povo - 04 de julho de 1978 - ano 80 - nº 228 - p. 5
18/09/1978	p. 23	Os ciganos querem pouco. Só condições para comprar uma barraca nova por ano.	Zero Hora - 18 de setembro de 1978 - ano XV - nº 4743 - p. 23
10/12/1978	p. 17	Os nômades do século XX	Correio do Povo - 10 de dezembro de 1978 - ano 84 - nº 58 - p. 17
21/12/1978	p. 5	Autoridades nada sabem sobre massacre de ciganos	Correio do Povo - 21 de dezembro de 1978 - ano 84 - nº 67 - p. 5
10/12/1978	p. 32 e 33	A magia dos ciganos	Correio do Povo - 10 de dezembro - ano XX - p. 32 e 33
11/02/1990	p. 32 e 33	A magia dos ciganos	Zero Hora - 11 de fevereiro de 1990 - ano XXVI - nº 8928 - p. 32 e 33
07/01/1996	p. 3	Campinas é 'vaticano' de ciganos no Brasil	Folha de São Paulo - 07 de janeiro de 1996 - p. 3
01/04/2010	p. 1	Dilma cumprimenta a cigana Miriam Stanescon, conselheira da Secretaria da Igualdade Racial, na posse de novos ministros	Folha de São Paulo - 01 de abril de 2010 - ano 90 - nº 29.583 - p. 1

16/04/2010	p. 13	Três dias de festa	Força do Vale - 13 de abril de 2010 - ano 26 - nº 1330 - p. 13
17/04/2010	p. 3	Caderno cidades	Correio do Povo - 17 de abril de 2010 - ano 115 - nº 199 - p. 3
18/09/2010	p. 41	Sarkozy e Merkel em imbróglio sobre ciganos: Chanceler alemã nega intenção de dismantelar acampamentos da minoria, como havia anunciado o presidente francês	O Mundo - 18 de setembro de 2010 - p. 41
19/09/2010	p. 38	Os excluídos da Europa: No centro de uma controvérsia continental, ciganos são discriminados em vários países e vivem na pobreza	O Globo - 19 de setembro de 2010 - p. 38
11/10/2010	P. A15	Ciganos graças a Deus: Pra fugir da discriminação e da perseguição na Espanha, grupos espalhados pelo país buscam apoio e refúgio em igrejas evangélicas	Folha de São Paulo - 11 de outubro de 2010 - p. A15

* Foi pesquisado sistematicamente em todos os jornais - Correio do Povo e Diário de Notícias - no período de 1930 à 1949. O restante das referências foram encontradas durante outras pesquisas

Apêndice B

Leis, regulamentos – Indicadores de práticas persecutórias sobre os ciganos (1526-2011)

1526*

Governo de D. João III

Alvará de 13 de Março

D. João III "Alvará de 13 de Março de 1526, para que não entrem Ciganos no Reino, e se saíam os que nelle estiverem; e diz quase o mesmo que a lei 24. das chamadas das Cortes, e de 26 de Novembro de 1538, e a Ord. No. (philippina), liv. V. tit. 69. no pr."

[José Anastácio de Figueiredo, *Synopsis chronologica*. Lisboa, 1790, I, 321, que cita o Liv. roxo ou 3. da Supplicação, fl. 244.]

1535**

Governo de D. João III

Alvará de 31 de Maio

Que o degredo para São Tomé se mude para o Brasil Ordenou o dito senhor que daí em diante as pessoas que por seus malefícios, segundo as ordenações, houvessem de ser degredadas para a ilha de São Tomé, pelo mesmo tempo fossem degredados para o Brasil. Por alvará de 31 de maio de 1535.

(fol. 107 do livro 3 da Supplicação).

1536**

Governo de D. João III

Alvará de 6 de Maio

Que os vadios de Lisboa vão presos ao degredo Ordenou o dito senhor que os moços vadios de Lisboa que andam na Ribeira a furtar e fazer delitos, a primeira vez fossem presos, se depois de soltos tornassem outra vez ser presos pelos semelhantes casos, que qualquer degredo que lhes houvesse de ser dado fosse

para o Brasil, o qual degredo eles iriam cumprir presos, sem serem soltos nem lhes guardados os dois meses da ordenação. Por um alvará de 6 de maio de 1536. (fol. 101 do livro 4 da suplicação).

1538*

Governo de D. João III

Lei XXIV

No volume intitulado Capítulos de cortes e leus que se sobre alguns delles fizeram. Com priuilegio real. (74 fol.; tem no fim;: Forã impressos estes capitulos e leys per mandado del rey nosso senhor na cidade de Lixboa: per Germã Galharde empremidor. E acabarã se os iij dias do mes de Março. Anno de M.D. xxxix), do qual tive presente um bello exemplar em pergaminho do Archivo Nacional, acham-se; "Capitulos geraes: que foram apresentados a el Rey do Johã: nosso senhor terceiro deste nome: XV Rey de Portugal: nas cortes de Torres nouas: do anno de mil e quinhentos e trinta e cinco. E nas Deuora: do anno de mil e trinta e cinco: com suas respostas. E leys que ho dito senhor fez sobre alguns dos ditos capitulos. As quaes forã publicados na Cidade de Lixboa: no ão XVII. de seu Reynado: e XXXVII de sua idade: XXIX dias do mes de nouembro. Anno do nascimeto de nosso senhor Jesu Christo. De mil e quinhentos e trinta e oyto ãos" e entre eles se lê a fol. XXXVI:

Capitulo CXXXVIII

"Item, senhor, pedem a vossa alteza aja por bem que nunca em tempo alguu entre em vossos reynos; porque delles não resulta outro proueito se não furtos que fazem: e muytos feytyçarias que finge saber: em que o pouco recebe muyta perda e fadiga." "Ey por bem que não entrem ciganos em meus reynos daqui por diante como neste capitulo me pedis e dissis farey ley." E a fol. LXVII:Ley XXIII. Que os ciganos não entrem no reyno "Venho eu o prejuizo que se segue de virem a meus reynos e senhorios ciganos: e neles andarem vagando pelos furtos e outros maleficios que cometem e fazem em muyto dano dos moradores de meus reynos e senhorios. mando que daqui em diante nenhuis ciganos assi homes como molheres entrem em meus reynos e senhorios: e entrendo sejam presos e publicamente açoutados com barão e pregam: e despoys de feita nelles a dita execuçam lhe sera assinado termo conveniente em que se sayã dos ditos reynos e senhorios. E se despous de passado o dito termo for mais achada algua das ditas pessoas por não se sayr dentro no dito termo; ou posto que se saisse tornar outra vez a entrar nos ditos reynos e senhorios: sera outra vez açoutado publicamente com barão e pregam: e perdera todo o mauel que teuer e lhe for achado: a metade pera quem a accusar: e a outra metade pera a misericordia do

lugar onde preso. O que auera lugar assi nos ciganos como em quaesquer naçam que forem que andarem como ciganos: posto que ho não sejam. Porem sendo alguu natural de meus reynos não sera lançado fora delles: e sera degredado dous annos pera casa huu dos lugares dafrica: alem das sobreditas penas."

1541**

Governo de D. João III

Alvará de 28 de julho

Que os mestres e pilotos a que são entregues pelo arcebispo de Lisboa tragam certidões dos capitães dos lugares do degredo. Mandou o dito senhor que os mestres ou pilotos dos navios a que daí em diante fossem entregues os presos consenados pala Justiça eclesiástica do arcebispo de Lisboa para ir cumprir seus degredos, fossem obrigados trazer certidões autênticas dos capitães ou oficiais da justiça dos lugares do degredo como foram entregues, e ficarão servindo seus degredados, a qual certidão entregariam aos arcebispo da dita cidade ou a seu provisor, do dia que a ela tornassem a oito dias

primeiros seguintes, sob pena de pagarem por cada ano de degredo para África, dos em que fossem condenados os ditos presos, vinte cruzados. E sendo o dito degredo para o Brasil ou ilha de São Tomé ou do Príncipe, quarenta cruzados da cadeia, a metade para o acusador e a outra metade para as despesas de sua relação e obras da Justiça eclesiástica. A 28 de julho de 1541.

(fol. 34 do livro 5 da Suplicação).

1547**

Governo de D. João III

Alvará de 7 de agosto

Que não partão navios para o Brasil sem a saber o governador da casa do Cível Mandou o dito senhor que não partisse navio algum de Lisboa para o Brasil sem o fazerem saber ao governador da Casa do Cível, para lhe ordenar os degredados que cada navio devia levar. E o alcaide da torro de Belém, que não deixasse passar os navios que para lá fossem, sem mostrarem certidão do governador, de como lho fizessem saber. E o senhorio, capitão, mestre ou piloto dos ditos navios que partissem para as ditas terras sem lho fazerem saber, incorreriam em pena de cinquenta cruzados, a metade para quem os acusasse e a outra metade para os presos pobres. E nas ditas penas incorreriam as pessoas que mendassem os ditos navios, se outrossim o não fizessem saber primeiro que os mandassem. E que o dito governador lhes não desse certidão até lhes não ordenar os presos

que houvessem de levar, na qual iriam declarado os nomes deles. A 7 de agosto de 1547.

(fol. 184 do livro 5 da Suplicação).

1549**

Governo de D. João III

Alvará de 5 de outubro

Que se não degrede para a ilha do Príncipe Ordenou o dito senhor que daí em diante se não condenasse pessoa alguma na Casa da Suplicação em degredo para a ilha do Príncipe, e que aqueles que por suas culpas, segundo as Ordenações, haviam de ser condenados em degredo para a dita ilha, fossem degredados para o Brasil. Por um alvará de 5 de outubro de 1549.

(fol. 187 do Livro Verde).

1551**

Governo de D. João III

Alvará de 5 de fevereiro

Que degredados irão para as galés Ordenou o dito senhor que os homens que daí em diante fossem julgados nas casas de Suplicação e do Cível, ora fossem de casos que nela tratassem por ação nova, ora que à dita Casa viessem por apelação, que fossem de idade de 18 até 55 anos, não sendo escudeiros ou daí para cima, e por suas culpas merecessem ser degredados para o Brasil, fossem consenados para servirem nas galés aquele tempo que aos julgadores parecesse que mereciam, tendo respeito na condenação que aqueles que merecessem ser condenados em dois anos de degredo para o Brasilfossem condenados em um para o serviço das galés. E os que merecessem ser condenados para sempre para o Brasil fossem condenados em dez anos para as galés. Item mandou o dito senhor que nas sentenças dos escravos que na dita Casa fossem condenados que se vendessem para fora do Reino, se declarasse que querendo o provedor do armazém de Guiné e Índias comprar os tais escravos para serviço das ditas galés, lhe fossem vendidos pelo preço em que fossem avaliados por duas pessoas que o bem entendessem, a que seria dado juramento dos Santos Evangelho que os avaliassem bem e verdadeiramente, os quais teraim na avaliaçãorespeito a serem os ditos escravos condenados que se vendessem para fora do Reino para mais não poderem entrar nele. E não os querendo o dito provedor e oficiais comprar, que então se vendessem para fora do Reino. Por alvará de 5 de fevereiro de 1551.

(fol. 153 do livro 3 da Suplicação).

1554**

Governo de D. João III

Alvará de 16 de janeiro

Que os condenados pelo arcebispo de Lisboa sejam recolhidos nas cadeias del-rei Mandou o dito senhor que os presos do aljube do arcebispo de Lisboa que fossem condenados para o Brasil ou para a África ou para as galés, fossem recebidos na cadeia da dita cidade, para da dita cadeia serem embarcados e levados a cumprir seus degredos quando se levassem outros presos degredados pelas relações de S. A., aos quais presos de dariam mantimentos para suas viagens como aos outros . Por alvará de 16 de janeiro de 1554.

(fol. 12 do livro 5 da Suplicação).

1557*

Governo de D. João III

Lei de 17 de Agosto

"Lei de 17 de agosto de 1557, que não entrem os Ciganos nestes Reinos, em que alem do que he mandado no Cap. 138 das Cortes de 1525 e 1535, se acrescentão as penas até galés, a cuja execução de procederá, como for de juntiça, dando appellação, e agravado."

[Figueiredo, Synopsis Chronologica, II, 22.]

1559**

Governo de D. Sebastião I

Alvará de 29 de março

Que não metam degredados para o Brasil nos navios contra a vontade dos mestres ou mercadores. Ordenou o dito senhor que daí em diante, nos navios que algumas partes mandarem fretados para algumas partes do Brasil para eles lhes virem mercadorias, não sejam embarcados nem vão pessoas algumas que forem degredadas para as ditas partes do Brasil contra vontade dos senhores, mestres e pilotos dos navios e das partes que os enviarem fretados. Por alvará de 29 de março de 1559.

(fol. 179 do livro 2 da Suplicação).

1573*

Governo de D. Sebastião I

Alvará de 14 de Março

D. Sebastião "Alvará de 14 de Março de 1573, , publicado na Chancellaria mór em Evora a 28 do mesmo anno..." (Vid. O alvará de 11 de abril de 1579, abaixo reproduzido doc. Nº 6). "Na Apostilla de 15 de Abril do mesmo anno se declarou, que como nas mulheres não podia ter lugar a pena das galés, ficassem sujeitas às penas da dita Lei 24. das (chamadas das) Cortes; e que tanto estas, como as mais impostas aos Ciganos fossem executadas pelos Corregedores e Juizes de Fora dos Lugares, e Comarcas, onde fossem achados sem appellação nem agravo, e pelos Ouvidores nas Terras, onde não entrão os Corregedores por via de Correição."

[Figueiredo, *Synopsis chronologica*, II, 168-169.]

1574*

Governo de D. Sebastião I

Degredo do cigano João Torres

Dom Sebastiam etc. faço saber que Johão de Torres, çiguna preso no lymoeyro me eujou diser per sua petição que estamdo na villa de momtalluão morador e jmdo e vjmdo a castella fora preso he acusado pela justiça, dinzendo que semdo ley deste Reyno que toda geração de çiguanos não vjuesem neste Reyno e delle se sahysem em certo tempo e por elle não ser sabedor da tall ley por jr he vyr ha castella, fora preso he acusado pela justiça, elle he sua molher amgylyna e condenado per sentença da mor allçada, elle em çimquo anos de degredo pera as gualles e açoutados publicamente, cõ baraço e pregrão, e a dita sua molher se sahyrya do Reyno em dez dias, visto como se não mostraua certjdão de quamdo hally fora pobrjada em momtalluão, homde forão presos, como todo se mostraua da sentença que oferecia. he por que dos haçoutes, baraço he preguão hera feita execuçam e a dita sua molher hera fora do Reyno e elle ser presente, estaua no lymoeiro, homde perecia ha mjmgoa, e hera fraquo he quebrado, e não hera pera serujr em cousa de mar e muito pobre, que não tjnha nada de seu, me pedya que ouuese por bem que se sahyse loguo do Reyno ou que fose pera o brasyll pera sempre e podese levar sua molher avemdo respeito a pena que já tinha Recebyda etc.; e eu vemdo o que me asy dise he pedir emvyou, queremdo lhe fazer mercê visto hu parece com o meu pase (?), ey por bem e me praz se assy he como dis, de lhe cumutar os cimquo anos em que foy condenado pera as gualles, pelo caso de que faz menção, visto ho que halegua e declara, em outros cimquo anos pera o brasyll, homde leuara sua molher e filhos, visto outrosy como he feyta execuçam dos haçoutes; por tamto vos mando etc. na forma dada emallmeyrim a vij dias dabrill. el Rey noso snr ho mamdou pelos doutores

paullo affonso e amtonjo vaaz castello etc. dioguo fernandez a dez, ano do nascimento de noso snr Jhu xpo de m v^a lxxiiij^o nos. Roque vieira a fez escrever. [Arquivo Nacional, Liv. 16 de Legitim. D. Seb. e D. Henri., fl. 189.]

1579****

Governo de D. Henrique I

Alluara sobre os çiganos

Eu el Rey faço saber aos que este alluara uire [que ho] que el Rey meu sobrinho que deus tem pasou hua proujsão feita a catorze dias do mez de março do ano de v^o seteta e tres, da que o terllado he o seguinte. Eu el Rey faço saber que eu são jnformado que, posto que polla ley vinte e quatro dos capitollos das cortes que se fezerão no ano de trjnta e ojto e pello capitollo vinte e cinco do Regimento que mandey dar aos presjdentés das allçadas que forão visitar meus Rejnós, está bastantemente proujdo pera hos çiganos, ne has pessoas que amdão e sua companhia amdem, ne estem nos lugares dos ditos meus Rejnós, os ditos çiganos e pessoas não deixão por jssó de estar e andar nelles e fazer muitos furtos e outros insultos e delitos de que ho pouo Recebe grande opressão, perda e trabalho. E querendo nisso prouer ey por bem e mando que e todos hos lugares de meus Reynos se lancem loguo pregões pubricos, nas praças e lugares acostumados, que os çiganos e ciganas e quaes quer outras pessoas que em sua companhia andare se sayão dos ditos meus Reynos dentro de trjnta dias, que começarão do dia e que se dere os taes pregões, se embargo de allgus delles tere proujsões del rej meu senhor e avo, que santa gloria aja, ou minhas pera podere estar nestes Rejnós, e acabados os ditos trjnta dias qualquer çigano que for achado nos ditos meus Reynos por esse mesmo feito sera loguo preso e çoutado publicamente no lugar omde for achado e degradado pera sempre pera as gallees posto que tenha proujsão do dito senhor Rey meu avo ou minha pera poder estar ou andar nestes Rejnós, como açjma he dito; e mando a todos meus desembargadores, corregedores, ouujdores, juizes de fora e ordjnarios e quaesquer outras justiças, hofficiaes e pessoas dos djtos meus Rejnós que cada hu e sua jurdiçam cumprão, guardem e façam asj jnteiramente comprir e guardar semdo os ditos corregedores, ouujdores, juizes de fora, çertos que se ha de preguntar por este caso e suas Resjdencias, e que achandose que não teuerã diso o cuidado que deujão se ha de proçeder cõtra elles como ouuer por meu seruiço; e asj mando ao chaceler mor que proujsão na chancelaria e euie loguo cartas cõ ho treslado della sob meu sello e seu sjnal aos ditos corregedores e asj aos ouujdores das terras e que elles não estão per uia de coreiçam; aos quaes corregedores e ouujdores mando que ha pobríquem loguo nos lugares homde estjuere e fação pobricar e todos os outros lugares de suas comarquas e ouujdorias e Registrar nos liuros das camaras delles pera que a todos seja

notorio e se cumpra e de jnteiramente ha execuçam como nella se cothem; e esta se Registrara no Livro da mesa do despacho dos meus desembargos do paço e no das Rellações das casas de supplicação e do çiucl e que se Registrarão as semelhantes proujsões; e ey por bem que valla e tenha força e vigore com se fose carta feita e meu nome por mj asjnada e passada por minha chancelaria, se embargo da ordenaçam do segundo livro, titulo xx, que diz que has cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hu ano passem per cartas e passndo per alluarias não ualhão. Gaspar de souza a fiz em Evora a xiiij^o de março de mv^olxxiiij. Jorge da costa a fiz escreuer. E ora ey per bem e mando que ha proujsão do dito senhor Rej meu sobrinho, que seus tem, açima tresladada se cumpra e guarde jnteiramente como se nella conthem, com tal declaraçam que hos çiganos que teuere leçemças del Rey dô João, meu jrmão, que samta gloria aja, e dito Rey meu sobrinho, as examine perante hu dos Corregedores de minha corte dos feitos ciuis, o qual se jnformara de como uiue e de que mesteres usão e se sam casados e o modo e meneio de suas vjdas e costumes e parecedo lhe que uiue bem e que trabalham e não são prejudiciais, lhe poderá dar licença, não permitindo que uiuão juntamente e hum bairro, senão e bairros apartados, e que amdem vestidos ao modo portugueses, e meu chanceler mor que pobrique este alluara na chancelaria e euie o trelado delle sob meu sello e seu sinal aos corregedores e aujdores das comarquas de meus Rejnos, aos quais corregedores e oujdores mando que ho pobriquem nos loguares omde estiuer e o faço pobricar e todos os lugares de suas comarquas e ouuidorias, para que a todos seja notorio, e este se Registrara na mesa do despacho dos meus desembargadores do paço e nos livros das Rellações das xasas de supplicam e do ciuel e que se Registrarão as semelhantes proujsões. pedro de souza ha fiz e Lixboa a xi dabil de mv^o setenta e noue. João de souza o fiz escreuer.

[Arquivo Nacional, Liv. 1^o de Leis, fl. 57 v.^o]

1592*

Governo de Filipe I

Lei de 28 de Agosto

Filipi I "Lei de 28 de agosto de 1592, em que se exasperão mais as penas contra os Ciganos, que dentro de quatro meses não sahissem de Portugal, ou se não avizinhassem nos Lugares sem andarem vagabundos, não podendo andar, nem estar, ou viver mais em ranchos, ou Quadrilhas; tudo sob pena de morte natural, que se faria executar, fazendo-os para isso prender os Ministros das terras, e procedendo contra elles à execução sem appellação, nem agravo,"

[Figueiredo, Synopsis Chronologica, II, 261.]

1597*

Governo de Filipe I

" Aos tres dias do mês de junho de mil quinhentos e noventa e sete anos fiserã Camara deureação os sennhõres Juiz e Vereadores e procurador do concelho e se asinarã. Eu João Sirueira que ho escreui. Lloo nesta Camara foi praticado dos muitos furtos que os siganos faziã nesta cidade e mandarã os sennõres Veradores e procurador do concelho apregoar que todo o sigano tirado dois que estão avesinhados nesta cidade, que fosem achados nesta cidade e seu termo que fosem presos e que se prosederã comtra elles conforme a llei; oje tres de iunho de mil e quinhento e noventa e sete anos. eu João Sirueira que ho escreui (a) J. alluez de Lemos. N.º de Carualjall. Luis Ferz. por aqui ouverã a Camara de uerasã por feita e acabada e se asinaraõ. eu João Sirueira que ho escreui. (a) N.º de Carualjall. J. alluez de Lemos. Joam + Soarez. Luis Ferz."

[livro das vereações da Camara Municipal de Elvas, do anno de 1597, fl. 50. Archivo da Camara de Elvas, armario n.º 21, maço n.º 1]

1597*

Governo de Filipe I

Acórdão feito pela Vereação da Câmara de Elvas

"Aos dezasete dias do mês de junho (de mil e quinhentos e noventa e sete annos) fiserã Camara de Veraçã os sennõres Juiz e Veradores e procurador do conselho abaixo asinado. Eu João Sirueira que ho escreui. Llogo nesta Camara pello Juiz e Veradores e procurador do concelho foi acordado que comvinha ao bem publico e quietaçã desta cidade nã se comsentirem nella os siganos que os dias pasados se vierã avisinar com precatorio do corregedor do crime da Sidade Lisboa, por quanto desdo dito tempo pera ca se tinha feito muitos furtos de bestas e outras coizas e amdaua a gente da sidade tã escandalizada que se temia hu mutim comtra elles, maiormente depois que ouve alguns furtos que conhesidamente se soube erem feitos per elles; posto que as testemunhas nã sabem expesificadamente quais dos ditos siganos o fizesse (sic); e alem diso por esta cidade ser de gemte belicoza e da raia e acim de comtino acomtesem muitos crimes de maneiras, os quais se emcobrem dibaicho desta capa de diserem que os fiserã os siganos, pello que detreminarã que fossem noteficados que demtro em tres dias se saicem desta cidade e seu termo para o que se lhe pasaria carta pera lugar srto, queremdo, e semdo achados pasado o dito termo se prosedera comtra elles com todo o rigor; e de tudo mandarã dazer este termo que todos asinarã. eu João Sirueira que ho escrevi, e amtes de se asinar o dito termo mandarã requado ao sôr amdre gomçalvez de Carnide Corregedor desta Comarca para lhe darem comta deste negosio antes de se execuça o qual dise

que dipois de pasada a llei nas partes omde resedira nunqua comsentira avesinarem-se siganos dipois de serem escolhidos lugares na forma da lei e que lhe paresia muito bem nã se ametirem os ditos siganos nesta cidade pellosgramdes emcomvenientes que quada dia pode soseder por ser tera belicoza e da raia; por lhe asim pareser se asinaram todos. eu João Sirueira que ho escreui. (a) Siqr.^a Carnjde. N.º de Carualjall. Joam + Soarez. Luiz Ferz. Por aqui auuerão a Camara de Verasã por feita e acabada e se asinaram. eu João Sirueira que ho escreui. (a) Siqr.^a. N.º de Carualjall. Joam + Soarez."

[Livro das vereações da Camara Municipal de Elvas, do anno de 1597, fl. 54 a 55. Archivo da Camara de Elvas, armario n.º 21, maço n.º 1.]

1603****

Governo de Filipe II

Mandamos, que os ciganos, assi homens, como mulheres, nem outras pessoas, de qualquer Nação que sejam, que com elles andarem, não entrem em nossos Reinos e Senhorios. E entrando, sejam presos e açoutados com barão e pregação. E feita nelles a dita execução, lhes seja assinado termo conveniente, em que se fora delles. E não se saindo dentro do dito termo, ou tornando outra vez entrar nelles, sejam outra vez açoutados, e percaõ o movel, que se tiverem, e lhes for achado, ametade para quem os accusar, e a outra para a aMisericórdia do lugar, onde foram presos; e sendo algumas da ditas pessoas, que com os Ciganos andarem, naturaes destes Reinos, não serão lançados delles, mas serão além das sobreditas penas degradados dous annos para Africa.

[Ordenações philipinas, liv. v, tit. 69. Que não entrem no Reino Ciganos, Armenios, Arabios, Persas, nem Mouriscos de Granada. As Ordenações philipinas foram concluidas em 1595 e publicadas em 1603, data que foi posta no alto do extracto.]

1606 e 1608*

Governo de Filipe II

(Alvarás)

Filipi II não sejam passadas cartas de vizinhança, nem os favoreçam de outro modo; Determina: à 1ª vez... Açoitos e seja, degradados 3 anos para as galés; pela 2ª vez, penas iguais e degredo dobrado (6 anos) para as galés; pela 3ª vez, idem e 10 anos para as galés. (exclui a pena de morte)

1613****

Governo de Filipe II

Dom Philipe per graça de Deos, Rey de Portugal, e dos Agarues, d'alem Mar em Africa, Senhor de Guinè, e da conquista, nauegação, comercio de Rthiopia, Arabia, Percia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha Ley virem, que eu mandei passar hum AluarÀ feito em sete de Ianeiro de mil seiscentos e seis, sobre os ciganos, que fossem achados neste Reyno vagando em quadrilhas, e3 nelle residissem, do qual o treslado he o seguinte. Ev El Rey faço saber aos que este Aluará virem, que eu sou informado, que fiz sobre os ciganos declarada na Ordenação do liuro 5 titulo 69, se não cumpre, e contra forma della os Corregedores do crime desta cidade de Lisboa, e outrosjulgadores lhes passam cartas de vizinhança, e os fauorecem peroutros modos, que não couem: e porque tambem tiue informação, que as Ordenações, que tratão dos ditos ciganos se não guardão tão inteiramente, nem as penas que nellas se declaram são bastantes para elles se sahirem fora do Reyno, antes continuão em roubos, e danos, que fazem a meus vassallos com geral escandalo, sendo tudo em grande prejuizo seu, e dano do Reyno, queredo nisso prouer. Ey por bem, que todos os ditos julgadores tenham grande vigilancia em cumprir inteiramente a dita Ordenação do Livro 5. e não passem as ditas cartas de vizinhança, nem vsem de outros modos: e fazendo o contrário se lhes dara em culpa, e eu mandarey perguntar por isso nas residencias. E assi ey bem, que posto que pellas ditas Ordenações senão dee aos ditos ciganos mais penas que açoutes pella primeira vez que forem achados sejam degradados alem de dita pena, em tres annos para galès, e pella segunda vez sejam outra vez açoutados, e nas mais penas das ditas Ordenações, e no dito degredo de galès em dobro: e pella terceira vez serão açoutados, e encorrerão mais nas ditas penas, e em dez annos para as galès: e em todas estas penas os poderão condenar os Carregadores, e Ouuidores das comarcas, e os Ouuidores das terras dos donatarios em que elles não entrarão per via de correição: e as justiças lhes darão tempo conueniente (que não passará de hum mes) para que se sayão do Reyno: e passado o dito termo tornando a entrar no Reyno se fara nelles a execução pellas ditas penas na forma deste Aluarà. E por quanto a dita execução he de grande importancia, para bem, e quietação de meus vassallos, e do Reyno. Mando aos ditos julgadores e justiças, que assi o cumprão, e fação em todo cumprir: e ao Chaceller mór, queo publique na Chancellaria, e para vir a noticia de todosenuie logo cartas cõ o treslado delle sob meu sello e seu sinal aos Corregedores e Ouuidores das comarcas: e assi aos Ouuidores das terras em que os ditos Corregedores não entrão per via de correição. Aos quaes mado que logo o publiquem nas cabeças das correições: e este Aluarà será registrado nos liuros da Mesa do Desembargo do Paço, e das causas da Suplicação, e do Porto: e quero quevalha, tenha força e vigor, como se fosse carta começada em meu nome por

mim assinada, e asellada com o meu sello pendente, sem embargo da Ordenação do liuro². titul. 40. em cõtrario. Pero de Seixas o fez em Lisboa a sete de Ianeiros de mil seiscentos e seis. E porque fui informado, que o dito Aluarà se não cumpre e executa, e que andão muits ciganospor este Reyno vagando em quadrilhas cometedo muitos excessos e desord~es. e quão prejudiciaes são, aos que viuem e residem nas cidades, villas e lugares delle: e querendo prouer de maneira, que de todo os não aja, nem residãoneste Reyno. Ey por bem, e mândo per esta Ley que o Aluarà nesta incorporado se cumpra e execute com todo o rigor delle, sem deminuição das penas que nelle se declarão. E mando aos Carregadores do crime em minha Corte, e casa da Suplicação, e aos Corregedores do crime desta cidade de Lisboa, e aos das comarcas desteReyno, e aos Ouuidores dos mestrados, e aos das terras dos donatarios, em que os Corregedores não podem entrar per correição. E a todos os juizes de fora, que esta Ley chegar a sua noticia a fação logo publicar em todos os lugares de suas jurisdições,limitando aos ciganos, que neste Reyno residem assi homes, como molheres, que dentro em quinze dias depois de esta publicada se sayão deste Reyno sem embargo de quaesquer liceças, que tenhampara nelle residirem, posto que sejam por mi asinadas, ou que lhes fossem passadas cartas de vizinhança: as quaes todas annullo, e as ey por de nenhum effecto. E passado o dito termo de quinze diasse executarÀ em quaesquer ciganos, que forem achados a pena de açoutes e galès, pella maneira que no dito AluarÀ se declara: e nas molheres a pena de açoutes somente. E mando so Doctor Damiamd'Aguiar do meu conselho Chancellor mor destes Reynos, que façapublicar esta Ley em minha Chancellaria, e enuiará logo o tresladodella sob meu sello, e seu sinal, a todos os Corregedores, Ouuidores dos mestrados: e aos dos Donatarios das terras em que os Corregedores não entrão per correição para a fazerem logo publicar nos lugares publicos de suas camaras e jurisdições, e se executar como nella se contem: sendo certos os ditos Corregedores, Ouuidores, e mais justiça a que a execução, e cumprimento desta Ley pertencer, que se à de perguntar em suas residencias se a cumprirão e executarão, como nelle se declara, e que achandose que se descuidarão na execução della, alem de me auer d'elles por mal seruido, mandarei proceder contra elles com todo o rigor: e esta Ley se registrarÀ no liuro do registro da Mesa dos meus Desembargadores doPaço, e nos das causas da Suplicação, e Relação do Porto, e a propria se lançará na Torre do Tombo. Dada nesta cidade de Lisboa,aos treze dias do mes de Setembro. Francisco Ferreira a fez. Anno do Nascimento do Senhor Iesu Christo de mil seiscentos e treza.Ioão Pereira de Castelbranco a fez escreuer. REY Damiamd'Aguiar. Foy publicada na Chancellaria a Ley delRey N. Senhor atras escrita por mi Miguel Maldonado, que ora siruo de escriuão de ditaChâcelaria, perâte os officiaes della, e de outra muyta gente que vinha requerer seu despacho. Em Lisboa, a 10 de Ouctubro de 1613 Annos - Miguel MALdonado. Taxada a outo reis.

[Reproduzido de uma folha impressa avulsa no Correio Elvense, ann. I, nº41,9 de março de 1890. Nas Ordenações e leys, confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D. João IV. Lisboa, 1747. III, 166-168. Collecção chronologica de leis extravagantes. Cimbra, 1819. I, 62-64, 217-218.]

1614****

Governo de Filipe II

Carta regia de 3 de dezembro de 1614

Sobre um requerimento de G. Fernandes, C. Cortez e outros ciganos que pretendiam se dispensasse com elles a lei pela qual se mandavam sair do reino; "porque importa que ella se guarde cumpridamente, se excusará a sua petição."

[G. Pereira de Castro, De manu regia (Iudguni, 1673), i, 10. João Pedro Ribeiro, Índice chronologico remissivo da legislação portuguesa i^a, 41.J.J. de Andrade e Silva, Collecção chronológica de legislação portuguesa (Lisboa 1854 e segs.), t. II p. 105-106. O doc. achava-se no liv. do Desembargo do Paço.]

1629****

Governo de Filipe II

Miguel Leitão d'Andrada sobre os ciganos

Crisp. Rezão tuerão esses senhores, e os muytos que dizeis aqui se acharão nestas festas, porque forão ellas muito pêra se ver. Porem ainda me parece vos ficou por contarm hũa dança de Ciganos que eu encontrei no caminho.

Gal. Outras cousas fora dessa, feixei eu por serem miúdas, como hua fonte de vinho, que o senhor deuoto mandou por a nossa porta, que de cima corria em hua bacia por hua pena, onde estaua hua taça de prata com guarda, e bebião quantos queriam, E quanto às ciganas não as queira acceitar nesta festa o senhor deuoto antes as despedio, e elle dirá o porque.

Deuot. Tenho tamanho aborrecimento a essa gente, que nem esmolla à porta quero se lhes dê, por os ter por indinos della.

Crisp. Disso me marauilho eu muito, porque a esmola dada por amor de Deos ainda que seja a indino não deixará de ter o seu merecimento, por dondo se deue dar a todo o necessitado, ou que mostrar selo. E ainda que o não seja basta por amor de Deos.

Deuot. Bem sei que a esmola conforme nella foy o intento, e charidade terá o seu merecimento. E quem a pudesse dar a todos por amor de Deos faria bem, quando isso não fosse occasião de pecar ou de não deixar o pecado, que o sol a todos allumia, porem quem não pode se não limitadamente, parece a deue antes de dar ao Dino, que ao indino, quais são quase todos estes Ciganos, ladrões, salteadores, matadores, sem ley, nem temor della, e ellas ladras, feiticeiras, inquietadoras da honestidade das molheres e fazendoas mal parir. Embaidoras que por dous vinteins, ou dois pães, não duuidarão trazer á vossa escraua, ou

criada a peçonha, e o mesmo solimão pêra matar seus senhores, e enganar a simplez donzella co nome de mesinha para o outro casa e com ella. E ainda à casada a titulo de o marido lhe querer bem, lhe dão com que os coitados vão ao outro mundo fazer experiencia da mesinha, ou ficção pela nunca mais prestar. Então a descarga disto he, que digão que o marido era hum amancebado, e andaua toda a noite, e que disso morreo assi mal.

E sabe Deos, e suas próprias mulheres, o como, e aozadas, a quantos isto cada dia acontece, E seja verdade que todos somos peccadores, estes o são por officio, e por carta, e delle se mantem. E os que introduzirão em Portugal mil feitiçarias, e males que nelle não se sabião. Por onde eu aconselharia a todoo home que euitasse o fallar qualquer cousa sua com esta gente, nem ainda zombando ou com achaque de bona dicha, muito mais cautelosamente, e com mais rigor que com hum ferido de peste, e falo de sciencia certa. E he de notar, que se hum nosso Portugues vai ser morador em outro Reyno, em pouco annos logo falla a lingua desse Reyno, e seus filhos já nella e em tudo o mais como naturais mesmos da terra. E esta gente com auer tantos centros de annos que *Espanha* os agasalhou, que quase elles mesmos não sabem de que nação ou Reyno procedem, porque sendo gregos que se vierão fugindo dos Turcos, se fazem *Egípcios*, ou *Gitanos*. E pello contrario, e sendo *Chaldeos*, como diz *Iacob Philipo Bergamate* no seu livro, *Supplementum chronicarum* que de certos poucos chamados *Zigaros*, se sahirão a encher toda Europa porem que nenhures os consente mais de três dias, pola sutileza de seus furtos, e que por essa causa os *Venezeanos*, e os terem por sospeitos os lançarão de todas as suas terras, e que nunca deixarão a sua língua *Chaldea*, que deue ser a que lhe ouimos falar, e parece são estes de Portugal. Os quais de *Zigaros* se chamão ciganos, que he o mesmo. E o não perderem nunca a sua língua não foy por certo, pera nella se lerem e vsarem de liuros *Catholicos*, ou de sciencias e artes que trouxessem boas, senão pêra melhor intelligencia de suas malas artes, latrocínios, e embelecos, ou enganos, porque vsando tudo isso como vsão por officio os não possamos entender. E nós tão cegos, e descuidados, que ninguém attenta nisto, falo dos que governão, que o piderão remediar, e vendoo, e palpandoo cada dia e cada hora a nossas portas, e dentro de nossas próprias casas: passam por isso. E não sei como os conselheiros dos *Reys*, e os que gouernão as Republicas desuelando-se tanto em novas prematicas sobre ninharias, não buscão remédio a cousa tão importante como fora não estar Portugal e *Espanha* toda criando em suas entranhas, estas lombrigas ou digo *Biboras* que o estão roendo de continuo por todas as partes de seu todo. Agasalhãdoos Portugal vindo perseguidos dos Turcos vzão tão mal desse agasalhado, e beneficio.

E pudera isso ter muyto bom remédio, embarcandoos diuididos pêra o *Brazil* e *Angola* e outras nossas conquistas, e agora pera a noua pouoação do *Maranhão* poucos a poucos em cada nauio que fosse, e se hirião acabando de sair do

Reynmo, ou delles estes maos costumes, e quando isso não parecesse, fazendoos viuer dentro no meyo das cidades repartidos pello Reyno, vedandolhes o vzo do trajo, e da linguagem, e o sair fora das Cidades e villas. O que he muito importante, e mais essencial, e obrigandoos a officios com tenda sua, ou obreiros nas alheas. E que não fossem ferreiros, que só vzão a fim de fazer gazuas, e instrumentos de roubar. E a ellas o mesmo a officios, ou vender em tendas, ou pollas ruas e outros exercícios, com o que ou outros remédios se lhes atalhasse o furtar, e outros malefícios. E o pedir esmola que aos pobres se deue necessitados (que há muitos nossos naturais) e não a elles que podem bem com trabalhar remediar sua vida. Pois a verdadeira charidade deue começar por nós mesmos, e pelos mais chegados nossos.

Crisp. Nem por isso deixaria de auer outros ciganos, como ha naturais que por se darem a boa vida se lanção a pedir.

Deuot. Tambem esse he hum grande descuido dos que governão não atalharem a essa desordem com algum remédio.

Crisp. Não deue de o ter pois que tee gora se lhe não deu.

Deuot. Não he essa boa consequencia que cada dia vamos darse, e acharse remédio a cousas que a nossos mayores não passou por pensamento. Quanto mais que leys ouue, e ordenações excelentes sobre isso, qye já não se praticão nem se goardão. E puderão as republicas ou os Reys criar Magistrado, ou tribunal só pera isso, dandolhe leys, e regimento. Pondo se os coxos a officios que não hão mister pernas, como çapateiros, alfayates, ouriues, e outros, e os cegos nas casas de ferreiros, tanger os folles, rodas de esparteiros, Cordoeiros, circueiros, lapideraios, e outras rodas, e na ribeira das naos a puxar por cordas, e o mais que aly há. E os aleijados de mãos, conforme o aleijão, porteiros de Concelhos, e em portas de fidalgos, pastores, egoarizos e caminheiros, Aplicando a todos o exercício, e trabalho de que se manter conforme sua suficiência, tirandoos das tauernas que destes de continuo estão cheias, obrigando alternadamente aos officiaes siruirense delles, e pagarlhes ou mantelos (como dizem o fazem na China, e mandando vir de lá essas leys que dizem são excelentíssimas em muitas cousas) que as leys em todas as idades de buscarão e passarão de huns Reynos a outros pera tomar dellas o mais conueniente). E goardandose co rigor não se cortarião muitos os braços a si mesmos co a cobiça de pedir, e nem cegarião muitos pays os filhos mínimos acinte pelos lançar a pedir (como se diz por cousa certa o fazem em certos lugares) nem se farião outros a si mesmos outros aleijões, e chagas com este intento. Nem andarião tantas mulheres pera sustentarem o mao estado em que viuem, de dia, e de noite pedindo e lamentando-se com hua voz muito lastimosa, a toada muito prolongada, como tudo, e outros mil excessos cada fia vemos. E paixão com toda a liberdade,e a seu aluedrio de cada hum.

E da mesma maneira se puderão poer as mulheres a officios e exercícios conuenientes, e acomodandoas por casas a seruir onde estiuessen recolhidas, que he vergonha ver isto, e ellas logo se darem a esta vida calaceira de pedir com seus capelos, e bordão, sem auer quem acuda, a esta calaçaria, se que por reção de estado.

E desta ou de outras maneiras mandandose o primeiro com todo o rigor que ninguem pudesse pedir sem expressa licença do tal tribunal ou magistrado. E com trazer essa tal licença ao colo escrita em taboas, e com letras muyto grossas e de forma. Não aueria tautas desordensm e peccados mortais, como há nem tantos males, e aueria bastante esmola pera quem diretamente pertence e não padeceriam os necessitados nobres, e enuergonhados tantas necessidades. E muytas vezes extremas, por estes velhacos lha vsurparem, e tyranizarem e nas Igrejas mais quietação pera as pessoas poderem se encomendar a Deos, vendandolhes e pedri dentro e o dar a esmolla dentro, pois basta pediremna à porta.

Crisp. Deixemos os pobres Ciganos, e yr às cousas por onde vão, que nos não auemos de gouernar, nem emmendar o mundo. E pois o senhor Galacio me fes merce festejar-me tanto esta tarde, e vos de me aueres de dar algumas, juntemonos aqui à manham, donde poderemos yr dar quatro passayos por recreação refrescandonos por essas fontes, e sombras.

Deuot. Assim seja, e a Deos.

1639****

Governo de Filipe III

"Capitulo de huma Carta regia de 30 de junho de 1639,

Mandando condenar para Galés os Ciganos, que se acharem, dando-se-lhe conta dos que já estavam nellas, e dos que se achavão presos. Participada em portaria da pronceza Margarida de 8 de Agosto do mesmo anno, para execução d'essa carta, devendo estar chusmadas as Galés até 17 d'este mez, e declarando que a qualidade de Cigano não he de natureza; mas de seu modo de vida, quanto a se condemnarem, segundo a Lei do Reino."

[J. P. Ribeiro, *Índice chronologico* n.º., 360-361; do Liv. IX da Suplicação, fl. 249.]

1646****

Governo de D. João IV

Senhor:

Vi o Aluara da Suplicante, que me deixou em grande admiração; porque nelle, (que he assinado pela mam de V. Magestade), se relata, que Jeronimo da Costa,

seu Marido, servio a V. Magestade tres annos continuos nas Fronteiras do Alemtejo, com suas armas, e cavallo, tudo á sua custa, sem levar soldo algum, franca, e fidalgamente: e relata-se mais em nome de V. Magestade, o valor e esforso, com que em o dito tempo de houve, relatando suas proezas, até que na Batalha do Campo de Montijo foi morto com muitas feridas, pelejando sempre mui esforçadamente. E quando eu estava com alvoroço para ler o grande premio e remuneração, que tiverão estes serviços, em sua mulher e filhos, senão quando eu leio, que se lhe faz merce, que sejam havidos por naturaes do Reino, e que o filho macho, herdeiro dos serviços, e grandeza do animo de seu Pay em despender a fazenda, sangue, e vida pela sua terra, sem ser sua terra, sem ser sua Patria, o pozessem a um officui macanico. Ao officio mandara eu por o Ministro que tal Despacho de e sem V. Magestade o ver despachos com tão humildes espiritos. Mande V. Magestade recolher este Alvará, ou tirar delle a narração de serviços, valor e espititos generosos deste homem, e proezas, e morte honrroza, que nelle se relatão; porque se servio tres annos continuos com suas armas e vavallo á sua custa, sendo um pobre Sigano; porque lhe hade V. Magestade pagar seus soldos devidos a sua mulher e filhos? E mande V. Magestade passar-lhe Alvara de natural e cavaleiro Fidalgo, que o menos Foro, que merece, e que nunca tenha, nem decedentes officio macanico, e sirvão sempre naguerra e milicia nos postos de Soldados e Presidios: E que se não leia, que em Alvara de V. Magestade filho de tal homem o pozerão a officio, por não pagar seus soldos de hum esforçado Cavaleiro, que com seu cavallo e armas á sua custa, sem soldo, servio valerozamente no Campo, athe deixar a vida, aonde tantos infamemente fugirão, a vista dos que esforçadamente morrerão, ou pelejarão. E se nesta forma deste homem, que sem obrigação de sangue e natureza servio por honrra, o fizessem os Grandes e Capitaens Gereraes, Fronteiros e Governadores, servindo á sua custa em sua Patria e sem outro soldo, gastando o que tem em sua defenção, e de sua Patria, como elles mesmos, e seus famosos Pays e Avós fizeram em Africa, e India, e Armadas, com cavallos, e criados esforçada e generosamente, como quem são, bastara a metade das decimas, e depois de quieto o Reino, partira V. Magestade com elles o defendido, e conquistado, e as Comendas e copiosos bens do Reino que para si o defendem, e devem defender, imitando este Sigano humilde no nascimento, e nobre, e generoso no procedimento; porque hir as Fronteiras, como a Ormuz, Malaca, e Çofala a vencer soldos, e riquezas, e com tantas condições, e com pedir soldos, devidos, ou não devidos, neste tempo sem servir a sua custa, não he o Portugal para isso, que se não sustenta, nem com thesouros nem cavallos, nem gente em numero, em que nunca podem igualar as dilatadas terras e Reinos de Castella, e thesouros do Payz; se não no natural valor, e amor da Patria e Reys, e ponto de honrra. E isto não he hir enriquecer, e ganhar dinheiro, em que alguns podem degenerar, não havendorezão particular, que muntos terão, falo em geral. A esta

mulhermande V. Magestade despachar, e seus filhos, não so no que pede, de fazer natural seu genrro que por seus serviços pessoaes tãobem o merece; mas mande-lhe V. Magestade deferir a seus serviços em forma, como peço, ou ella, na Petição que lhe mando fazer a V. Magestade, que vae junta para provocar os meios. O que requeiro comon Procurador da Coroa, pelo que cumpre ao Reino; pois merece a Firma e Signal de V. Magestade, em verificação do seu procedimento. Isto se offerece e que vão a V. Magestade &c. Lisboa 28 de julho de 1646.= *Thome Pinheiro da Veyga*. [Arch. R. Corpo Chro., P. 1., maço 118. Docum 131 João Pedro Ribeiro, Dissertações chronologicas, IV, p. 215, 217.]

1647****

Governo de D. João IV

Tresllado da ordem dos siguanos

Dom Joam per grasa de Deus Rej de Portugal e dos algarues, da quem e dallem mar em afrjqua, snor de guiné e da conquista, navegasão, comersio, detipia, arabia, persja e da indja, etc., faço saber a uós corgedor da comarquia de eluas que eu passy ora hum aluara per mim asjnado e pasado per minha chanchellaria, do qual o tresllado he o seguinte. Eu ell Rej faso saber aos que este aluara de lej virem que per quanto dos gitanos que mandej prender pello Rejno e se embarquarão pera as conquistas delle, fiquarão na cadeja do limoejro des velhos e emcapazes de poderem servir, com molheres e filhos, de poqua idade, e conuir a meu servisso que elles uiuão cõ suas familijas em lugares afastados de esta corte e das fronteiras, hej per bem e me pras de lles senallar pera este efeito os lugares seguintes tores uedras, lleirya, ourem, tomar, allanquer, monte moro uello e coimbra; dos quais não poderão sahir sem licença dosjuizes delles a qual se elles não consedera per tempo llargo e se lles poreboira juntamente que não fallem gregonsa, nem a ensinem a seus filhos, nem andem em traje de siganos e serão obreguados a trabalho em quanto puderem, como fazem os naturaes do Rejno, e estando empesebeljtados por doensa ou muita idade se lles permitira poderem pedir esmolla nos mesmos lugares em que uiuerem, sem que fasão de suas trasas e embustes, a que chamão buenas djchas, e jogos de corjolla nem partidas de cavalgaduras; antes selles poreboirá com todo o rjgor comprar a troquados (sic), com declarasão que quem o contrario fizer pella primeira ves sera logo condenado em asoites e toda a ajuda pera gallés, e sendo moller, da prizão ira pera angolla degradada, ou Cabo uerde, per toda a ujdá sem levar consigo fillo ou filla; e mando que na essicução desta lei se proseda sumariamente e com seis testemunhas que pergunterá o juiz do loguar, onde o siguano for morador, e os autos que sobre a materia se fizerem serão logo remetidos a hum dos corgedores do crime da minha corte ou ministro a quem eu cometer e supertendencia dos siguanos, os quaes os remeterão pelos loguares

nomeados e não lles sera a nenhum dos condenados admetjda petjsão para perdão; antes se devasará pelos corgedores das comarquas dos juizes dos loguares de seus destritos se observão esta lley e o que ficar comprehendido paguara duzentos cruzados para as despezas da guerra ou justiça; e os quais juizes não consentirão que os siguanos crjem seus fillos ou fillas pasando de noue anos de idade, e sendo capazes de servir os porão a soldada na forma que se uza com os orfãos; e mando ao regedor da casa da sopljquação governador da rellasão do porto e aos desembargadores das ditas rellsois e aos corgedores do crime de minha corte e aos de esta cidade e a todo os meus corgedores das comarcas, ouuidores, juizes de fora das cidades, villas e luguares onde os ditos siguanos uiuerem, que cumpram e guardem e fasão inteiramente cumprir e guardar todo conteudo neste aluara, como se nelle contem e o chancellor mor destes Renos o fara publicar na Chancellaria e envjar com meu sello e seu senal aos ditos corgedores das comarquas, ouuidores, juizes de fora, pera que todos seja notorio o que per ordeno e o farão dar a escusão, sem contradisão alguma, e da mesma maneja às conquistas de este Rejno, onde se poblquara pera que senão consinta aos siguanos que fore degredados o elles uzarem desonestos tratos e embustes, de que se antes ueuião; e se rezestara nos Liuros do desembargo do paço, caza de soplíquasão, rellasão, do porto onde semelhantes leis se costumão rezistar. Antonio de *Moraes* o fes em Lisboa aos uinte quatro de outubro de mil e seis semtos e quarenta e sete. Pedro digenes (?) revello o fes escreuer. O Conde de Santa Crus. Rej. Aluara de llei..... que se hade ter com os siguanos e fillos nelle declarados, Para Vossa Magestade uer. Estevão lleitão de revellos Foi publjqado na Chancellaria mor o aluara de ell Rej snõr atras escrito por Miguel maldonado escrjuão da dita chancellaria perante os ofisiais della e de outra muita gente que uinha requerer seu despacho Lixboa... de outubro de 647 Miguel maldonado. Co a qual llei mandey passar esta carta para vos, pella qual vos mando que tanto que vos for mostrada a fasais pobljquar e rezistar na cabeça de vosa comarca e pobljquar brevemente nos mais luguares della pera a notisia de tosos e se comprir e guardae como nelle se contem, e a despeza que se fizer em se pobljquar nos mais loguares de vosa comarca será á custa das despezas dos auizos (?) e quando não ouuer sera a custa das rendas da Camara da cabeça e vosa comarca. Dada na sidade de Lixboa aos trese dias de novembro. El-rey nosso snõr pelo doutor estevão lleitão de revellos do seu conselho e chanchller mor destes Reynos e sebhorios de Portugal Manuel antunes de sãpaio o fez. Ano do nascimento de nosso snõr Jesus Xro de mil e sessentos e quarente e sete eu Miguel maldonado o fiz escreuer, estevão lleitão de revellos. E não dis mais a dita prouizão que bem e fielmente treslladei e rezistei do proprio que entreguei ao escriuão da coreisão que ora..... serae. Ao qual em toso me reporto e consertei bem e fielmente com outro oficial abaxo

asjnado e eu Baptista fang.^{ro} da fonseca escreuão da comara o escrevi. Baptista fang.^{ro} da fonseca e comigo taballiam Gomes Gallvam.

[Arquivo da camara municipal de Elvas, t. I, velho, do Registo, p. II, fl. 552 v. ordenações e leys confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D. João IV. Lisboa, 1747. III, 168-169. Collecção chronologica de leis extravagantes. Coimbra, 1819. I, 515-517.]

1647*

Governo de D. João IV

Alvará de 24 de Outubro

Manda fixar residência a dez presos velhos, mulheres e filhos gitanos; Daí não sairão sem a licença dos juizes; manda retirar os filhos aos ciganos a partir dos 9 anos de idade.

1648****

Governo de D. João IV

Decreto, em que se prohibio darem-se, ou alugarem-se casas a Ciganos. Ao Desembargador do paço hey por muy encarregado faça com pontualidade executar a Ley dos Ciganos, acrescentando a ella, que as pessoas, que lhes derem, ou alugarem casas incorrerão nas penas que mandei declarar. Lisboa, 30 de julho de 1648. Com rubrica de Sua Magestade.

[Liv. I dos Decretos do Desembargo do Paço. fo. 215, in Ordenações e leys confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D. João IV. Lisboa, 1747, vol. III; ColeçãoII Decretos e Cartas, p. 273.]

1649*

Governo de D. João IV

Alvará

Propõe-se extinguir este nome e modo de gente vadia de cigano, desterrar de todo o modo se vida e memória desta gente vadia, sem assento, nem forro, nem paróquia, nem ofício mais que os latrocínios de que vivem; seriam embargados e levados para servirem nas conquistas, divididos. (...) que prendam todos os ciganos que se acharem capazes de servir, exceto os que atualmente assistem nas fronteiras e não andarem na companhia de outros. (...) velhos e inábeis seria, recolhidos e avizinados nas terras que lhes forem designadas. (...) as pessoas que os acolherem ou derem casa serão condenadas em 3 anos de degredo para Castro Marim ou para África.

1649****

Governo de D. João IV

Eu ElRey faço saber aos que este Alvara virem que por se ter entendido o grande prejuizo e inquietação que se padese no Reino com huma gente uagamunda que cõ o nome de siganos andam em quadrilhas vivendo de roubos e imbustes contra o serviço de Deus e meu, Demais das ordenações do Reino, por muitas leis e prouisões se precurou extinguir este nome e modo de gente uadia de siganos com prizoens e penas de asoutea, degredos e galés, sem acabar de conseguir; e ultimamente querendo Eu desterrar de todo o modo de uida e memoria desta gente uadia, sem asento, sem foronem Parochia, sem uiuenda propria, nem officio mais que os latrocinios de que uiuem, mandey que em todo Reino fossem prezos e trazidos a esta cidade, onde serão embarcados e leuados para servirem nas conquistas diuididos; e porquanto ficarão ainda na cadea alguns velhos e outros escondidos neste Reino, cõ o mesmointento mandey passar hum Alvaro em vinte e quatro de outubro de seiscentos e quarente e sete de que o treslado é o seguinte [Vid. *Doc.* N° 16.]

E porque no dito Aluara se trata somente dos ditos siganos prezos uelhos e incapazes sem se declarar outra parte de minha ordeme decreto que passey sobre os mais que ficarão ainda no Regno capazes de seruiço nas conquistas, exceptuando os que assistem nas fronteiras e não andassem em companhia de outros, mandando que com os que fossem inhabeis se proçedesse na forma de Aluara referido e nesta Corte se não consentissem em nenhum cazo nem sincoleguas ao redor sigano nenhum nem sigana, sou informado que nesta parte se não passou nem publicou em muitas partes como ordeney; e que pelos que estauão servindo nas fronteiras se me fes queixa que estando mais de duzentos e cincoenta em meu serviçodesde o tempo de minha aclamação alistados com zelo e valor, com que já forão muitos apremeados; e que a dita Ley geral da prizão se não podia emtender nelles; e sem embargo disso se executava lançando-os fora da fronteira e sem paga de seus soldos, mandando os prezos ou que fossem uiuer as ditas vilas do sertão. E querendo eu em tudo prover, Hey por bem e mando que os ditos Corregedores das Comarcas executem com muita diligencia a dita primeira Ley da prizão, prendendo logo todos os siganos que acharem capazes de servir excepto aqueles que actualmente assistem nas fronteiras e não andarem na companhia de outros e os remetãoa esta Corte ao Corregedor della aque esta cometida a supritendencia (sic) deste negocio, e dos que forem velhos e inhabeis se proçeda na forma de dito Aluara e os juizes das terras onde os mando recolher e abitar os obriguem a uzar como os mais uezinhos naturais. E mando que nesta corte e sinco legoas ao redor della se não consinta sigano nem sigana alguma com cominação que o que nella se acharpassado o tempo da publicação desta seja sem mais proua nem deligencia condenado em asoutes e toda a vida para galés e a sigana degradada para Angola ou Cabo Verde; e as

peçoas que lhe derem ou alugarem casas e os recolherem sendo piães encorrerão em pena de tres annos de degredo para Castro Marim e trinta cruzados pera captiuos e accusador; e sendo de mayor calidade em dois annos para Africa e sincoenta cruzados. E os fidalgos fora da Corte. E hey por bem declarar que esta ley da prizão senãoemtende nos siganos alistados que seruem nas fronteiras actualmente nas companhias ou lugares em que por seus superiores seruirem, procedendo na forma trage e lugar dos naturais; e onde com licença dos Governadores das Armas e negocio e tempo limitado forem; e porque alguns por seruiços e rezões particulares estão naturalizados com cartas de naturaes e vezinhos de lugares e vilas do Reino se não entenda neles a dita Ley guardando elles em tudo as condições de suas cartas. Pello que mando ao dito meu chançarel mór faça publicado na Chancellaria esta Ley e declaração e della enuiar copias sob meo seloe seu sinal aos ditos corregedores das Comarcas e mais justiças destes Reinos para terem entendido o que ultimamente tenho resolutu sobre os ditos ciganos. E o executarem inteiramente sem duuida nem contradição alguma e se registrará de nouo nas partes costumadas em semelhantes leis. André de Moraes o fez em Lixboa a sinco de fevereiro de mil e seis centos e quarenta e nove. Luiz de abreu de Freitas e fez escreuer. Rey.

[Archivo Nacional. *Leis*, liv. V, fl. 1. *Ordenações e leys confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D. João IV*, etc. Lisboa, 1747. III, 169-170.]

1649****

Governo de D. João IV

Decreto em que se mandarão avisar os Corregedoresdo Crime da Corte, para que fizessem despejar os Ciganos

Faça o Conde Regedor advertir da minha parte aos Corregedores do Crime da Corte, como nella me dizem andão actualmente algumas Ciganas; as quaes, posto que digão vem seguindo seus maridos, visto não terem ellas licenças para usarem do traje para usarem do traje, lingoa, ou giringonça, seria conveniente a meu serviço, e bem da Republica lança-las, seria conveniente a meu serviço, e bem da Republica de 1649. – Com Rubrica de Sua Magestade.

[Liv. X da Supplicação, fl. 23 in *Ordenações e leys confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D. João IV*, etc. Lisboa, 1747, vol. III: Collecção II dos *Decretos e Cartas*, p. 273.]

1655****

Governo de D. João IV

Carta de André d'Albuquerque "Sñor - A ordem, que Vossa Magestade foi mandar-me em carta de 12 de Setembro do anno passado para se prenderem os

siganos, que se achassem nesta Provincia, encarreguei aos Governadores e Capitães Mores das fronteiras, para que a executassem em 25 do ditto, como Vossa Magestade o ordenava; e havendo concorrido todos neta diligência, se acharam somente alguns homens que por me apresentarem Provisões de Vossa Magestade, pelas quaes Vossa Magestade os ha por naturaes, e lhes dá permissão para viverem no Reino e me constar não andavão em quadrilhas daquelle gente, nem tratavão com ella, os tornei a mandar soltar, e também algumas mulheres, que por velhas e miseraveis se não devia intender a ordem com ellas. Nesta forma se procedeu neste particular, e ao diante se prenderão os siganos, que apparecerem, como Vossa Magestade tem mandado. - Deus Guarde a muito alta e poderosa pessoa de Vossa Magestade - Elvas, 2 de Fevereiro de 1655. - Andréd'Albuquerque".

[Esta carta foi compilada pelo dr. Francisco de Santa Clara de um livro pertencente ao archivo do governo de Elvas intitulado Livro II do Registro, que os Senhores Governadores das Armas escrevem a Sua Magestade que Deus guarde.]

1682****

Governo de A. Afonso VI

Processo inquisitorial da cigana Garcia de Mira. Aos sette dias do mez de Dezembro de mil seiscentos e oitenta e dous annos em Lisboa nos Estaos e caza do despacho da Santa Inquisição, estando a ré em audiencia de manhaã, o Senhor Inquisidor Pedro de Atayde mandou vir perante si da salla a humhomem por pedir audiencia, e sendo presente disse a pedira paradenunciar nesta meza couza a ella pertencente e logo lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos, em que pos a mão sob cargo do que lhe foi mandado dizer uerdade e ter segredo, o que prometteo cumprir e disse chamar-se Manoel Alvares da Nobrega official de brincos de cera, natural do Lugar do Cabo Villa, freguezia de S. Salvador do Taboado, termo da Villa de Amarante e morador nesta cidade, e ser de trinta annos de idade. E logo denunciando. Disse que havera tres semanas pouco mais ou menos, não se lembra do dia ao certo, estando elle Denunciante em sua casa na rua de Quebra Costas, detrazz da Igreja de Nossa Senhora da Palma, chegou á sua porta h-ua Sigana, e lhe disse chamar-se Catherina, representa ter sessenta annos de idade, e anda emtrage de viúva com sua saya de estamenna parda e mantilha de baeta negra com capello cozifo debaixo da barba, e não temparte notauel porque mais a haja de confrontar, e só que traz huascontas brancas aconfeitadas, e mora nesta cidade em coompanhia de Siganos junto a cazas do Enviado de Castella, e lhe disse ter hua Irmaã chamada Antonia Ramalha, a qual, falando-lhe, lhe disse que elle tinha sua molher auzente, e muitos perigos que passar, se queria que lhes atalhasse, e dizendo-lhe elle Denunciante em queforma o havia de fazer, respondeo ella que por meyo

dos fieis de Deos, e que por todo este mez saberia que sua molher era morta, para cujo effeito lhe pedio lhe havia de dar algum dinheiro que para os ingredientes lhe era necessario, e necessaria de hum cruzado que elle lhe deu, e pelo premio do que nisso obrasse lhe hauia de dar duas moedas de ouro, que o Denunciante prometteo assim fazer, obrando ella por meyo licito, e sem ofença de Deos, e tornandopor outra uez a dita Sigana a sua caza, não se lembra do dia aocerto, mas haverá quinze, diante delle testemunha, e de Catherina da Costa, que uiue em sua companhia, lhe pegou na mão esquerda delle Denunciante na qual pos hum alfinete ou arame com duas bolinhas de cera em cada ponta sua, e dous alfinetes mais, pregado hum com o bico em hua das dittas bólas, e o outro com a cabeça pregada na ditto bola, com as extremidades uiradas para opulso sem estarem juntas, e logo o obrigou a que cuspiisse por tres uezes na ditto mão, na parte que ficaua cercada dos alfinetes, disendo as palavras seguintes: em nome de Deos PAdre, Deos filho, Deos Spirito Santo, tres Pessoas e hum só Deos verdadeiro, que reynou e reynará para sempre jamais. Amen Jesus. = Santos Fieis de Deos, - obrigando-o a que repetisse estas, e as palavras seguintes e á ditto Catherina da Costa. Os dáquem e os dâlem e os da nauegação, vós fostes como vos, todos uos ajuntareis, e neste caso nos ajudareis. E logo os dous alfinetes das extremidades que estauão pregados nas bolas do arame ou alfinetes se uirarão, hum duas uezes e outro hua, ficando sempre pragados nas ditas bolas com os bicos, com as cabeças para as pontas dos dedos formando hua forca, tendo elle Denunciante sempre a mão quieta, e direita sem a mouer, hauendo-lhe a ditto Sigana primeiro ditto, que aquella sorte fazia para saber se sua molher era morta ou viua, e que se os alfinetes se mouessem, era sem duuida ser morta, e logo tomou os dittos alfinetes, e os guardou, fazendo-lhe alimpar a mão dos cuspos com hum papel e que o deitasse na rua. Disse mais que passados tres ou quatro dias, não se lembra tambem de qual ao certo, tornou a mesma Sigana a sua caza, e dizendo-lhe se queria uer a certeza de sua molher ser morta, lh'a mostraria facilmente, e para isso pedio hum alguidar com agoa e lançando nella meia folha de papel, que lhe pedio mandasse comprar, hauendo-o passado tres uezes por baixo do travesseiro da cama, lhe pos a mão para que molhasse, dizendo huas palaurasque elle não percebeo, e repetio tambem as palauras que atraz ficão dittas da Santissima Trandade e Fieis de Deos, obrigando-o a que rezasse pela alma que estiuesses mais uezinha a uer a Deos Senhor Nosso, que lhe mostrou no ditto papel, e era a figura de hum defunto com quatro castiças, dous á cabeceira, e dous aos pées, o que tudo se figuraua na parte do papel que ficou enxuto, perfilado tudo como em debuxo, em premio do que lhe pedio cinco tostões, sendo que lhe havia dado mais meye moeda, e com outros tostões que lhe deu para para a mortalha fez tudo soma de cincomil réis, pouco mais ou menos. Do que tudo uem dar conta nesta Meza, entendendo que as obras da dita Sigana não são naturaes, comoelle pretendia, e sem offença

a Deos, e o faz por escargo de sua consciencia, e entender que he a isso obrigado. E mais não disse e ao costume disse nada. E sendo-lhe lida esta sua denunciação, e por elle ouuida, e entendida, disse estar escripta na uerdade e nella se affirmaua, ratificaua e tornaua a dizer de nouo sendo necessario, e nella não tinha que acrescentar, diminuir, mudar ou emmendar, nem ao costume ter que dizer de nouo, sob cargo do juramento dos Santos Evangelhos que outra uez lhe foi dado. Ao que estiuerao presentes por honestas e religiosas pessoas os Licenciados João Cardoso de Andrade e Joseph Coelho, notarios desta Inquisição que tudo uirão e ouuirão, e prometterão dizer uerdade e ter segredo no que lhes fosse perguntado sob cargo de juramento dos Santos Evangelhos que lhes foi dado, e assinarão com elle Denunciante, e como ditto Senhor Inquisidor. Manoel Martins Cerqueira o escreui. Pedro de Attaide de CASTro. Manoel Aluares Nobrega. = João Cardoso. - Joseph Coelho. E ido ditto Denunciante para fora, forão perguntados os dittos Licenciados se lhes parecia que elle fallaua, e merecia credito, e por elles foi ditto que sim lhes parecia que elle fallaua uerdade e merecia credito, e tornarão a assinar com o ditto Senhor Inquisidor. Manoel MARTins Cerqueira o escreui. Pedro de Attaide de Castro. - João Cardoso. - Joseph Coelho. Seguem: 1º O depoimento de Catherina da Costa, solteira de 30 annos de idade, em tudo conforme ao de Manoel Alvares, com a particularidade a mais de que a cigana mandou comprar o papel dizendo "que era necessario não fosse a marca da que tivesse Crus". 2º O requerimento do Promotor para que a cigana seja presa e processada na forma do regimento, em o qual, tendo summariado os depoimentos, conclue: "do que tudo se colhe usar a delata de palavras divinas para couzas illicitas e ter pacto com o diabo para advinhar futuros". 3º Despacho. 4º A confissão da ré. "Aos quinze dias do mez de Dezembro de mil seiscentos e oitenta e dous annos em Lisboa nos Estaos, estando alli em audiencia de manhã o Senhor Inquisidor Pedro de Attayde de Castro, mandou vir perante si a hua molher que em onze deste presente mez foi preza nesta cidade, e recolhida nos carceres de penitencia por pedir audiencia, e sendo prezente disse a pedira para confessar nesta meza o que entendia conuir ao descargo de sua consciencia, pelo que lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos, em que pos a mão, sob cargo do que lhe foi mandado dizer uerdade, e ter segredo, o que prometo cumprir. E disse chamar-se Garcia de Mira, molher, digo, viuua de Antonio Soares, que foi Sigano, natural de Montemor o Novo, e moradora nesta cidade junto ao Enviado de CASTella e ser de cincoenta annos de idade. E logo foi admoestada que, poistomaua tão bom conselho como era confessar uoluntariamente nesta meza suas culpas lhe conuinha muito dizer toda a uerdade dellas, não impondo sobre si, nem sobre outrem falço testemunho, porque fazendo assim porá sua alma em estado de saluação, e alcançará a mizericordia que pretende. E promettendo de assim o fazer. Disse que haverá tres semanas nesta cidade foi ella confidente a rua do Quebra-Costas a caza de

Manoel Alvares de Nobrega, official de cera, e fallando com elle dissera que lhe mostrasse a mão para lhe dizer a buena dicha, e que mostrando-lh'a o ditto Manoel Alvares, lhe dissera que tinha muitos trabalhos que passar; e que respondendo o ditto Manoel Alvares que já os tinha passado, lhe tornou ella tornou ella confidente a dizer que não erão esses, senão outros que de nouo hauia de passar; e que entrando neste tempo hum Clerigo a fallar com o ditto MANoel Alvares, hua molher moça que estaua no quintal das mesmas cazas a chamou com as mãos, e indo ella confitente a fallar com a ditta moça, que lhe disse chamar-se Catherina da Sylva, esta lhe disse que o ditto Manoel Alvares não era seu marido, mas era casado com hua molher que hauia fugido, e tinha illicita amizade com ella ditta Catherina da Sylua, que quizesse fazer-lhe alguãs deuções ou feitiços que o obrigasse a recebella por molher, e ella confitente lhe respondendo que sim faria e porque a ditta Catherina da Sylua desejasse fallar com ella mais devagar, e nesse tempo se despedio o Clerigo que estaua fallando com o ditto Manoel Aluares, disse ella confitente á ditta Catherina da Sylua que tornaria a uer-se com ella, e sahio a fallar-lhe na mesma caza o ditto MANoel Aluares de Nobrega, au qual disse que o tornaria a buscar e lhe faria huas sortes para saber se sua molher era uiua, ou morta, em premio do que lhe deu hum cruzado. Disse mais que no dia seguinte, do qual não está lebrado ao certo, tornou a caza do ditto Manoel Aluares da Nobrega, ao qual disse que queria lançar as sortes que lhe promettera para saber se a ditta sua molher, que estava auzente sem lhe dizer aonde, era uiua ou morta, e que para isso abrisse a mão direita, o que elle fez, e pondo-lhe no alvo della hua palhinha de balanço torsida e seca ao fogo, e em cada ponta da mesma palhinha hua bolinha de cera, e em cada bolinha pregado hum alfinete com as cabeças para o pulso, dizendo-lhe que cuspiisse na mesma mão para que recebendo humidade a ditta palhinha destorcesse para a banda dos dedos e trouxesse uirados os ditos alfinetes que com effeito uirarão com a palhinha, e ficarão fazendo a forma de hua forca, hauendo-lhe tambem ditto que se os dittos alfinetes uoltassem era sinal de ser morta a ditta sua molher, e não uoltando a ser uiua, sendo que não tinha duuida o hauer de destorcer a ditta palhinha, e em quanto fes as sobredittas couzas dizia as palavras seguintes: Em nome do Padre, Filho e Spirito Santo, que reynou e reynará para sempre jamais, amen. E em premio do que lhe deu o ditto Manoel Aluares meya moeda de ouro, e lhe prometteo fazer segunda sorte: a qual foi no (ao?) dia seguinte, mandado-lhe comprar hua folha de papel, e que a mettesse debaixo da cabeceira, rezando cinco credos á honra das cinco Chagas de Christo Senhor Nosso, e tornando no dia seguinte tomou meya folha do ditto papel e dobrou em muitas dobras assemelhando a outra meya folha que leuaua debuxada com pedra hume, em forma que fizesse a figura de hua pessoa morta com dous castiças á cabecira e dous aos pés, e tendo-a na mão debaixo da mantilha, tomou na outramão a meya folha que se hauia comprado, e fazendo

algumas ligeirezas de mãos as trcou, e lançou com a agoa que tinha preparada em hum alguidar a meya folha que hauia trazido, a qual burnida com a pedra hume molhou só aquella parte que não estaua burnida com a ditta pedra hume, e ficou enxuta e figurada a estampa de um corpo morto, e dos quatro castiças que fiação dittos, e tornou a dizer que toda a meya folha de papel se ensopou na agoa, e que assim mostraua a figura sobreditta, do que os ditos Manoel Aluares e Catharina da Sylua ficarão admirados e entendendo que erão feiticeiras o que uiam nesta sorte, como na que fes dos alfinetes; e pedindo-lhe dinheiro para hua offerta, lhe dera o mesmo Manoel Aluares dez tostões; e que as sobredittas couzas fez obrigada da sua muita pobreza por ser viuua, e ter filhos que alimentar, uzando de cousas naturaes, que os mesmos Monoel Aluares e Catherina da Sylua poderão conhecer se forão aduertidos, dizendo as palauras sobredittas e mandando dizer as orações que a Igreja aprova, sem animo nenhum de ofender a Deos Senhor a Nosso; mas de ainda assim de não lhe ser licito está muito arrependida; pede perdão e que se uze com ella de mizericordia. Foi-lhe ditto que tomou de bom conselho declarar nesta meza as couzas de que tem dado conta nella, que se abstenha de as tornar a commeter, nemoutras semelhantes que possam introduzir erros, e abuzos no povo Christão, porque tornando a reincidir nellas será castigada com todo o rigor. E por dizer que nem por pensamento tornará a commetter semelhantes culpas, e engano, foi outra uez admoestada em forma, e mandada a seu carcere, sendo-lhe primeiro lida essa sua confissão, que por elle ouuida e entendida, disse estar escrita na uerdade e assinei eu Notario por ella não saber escreuer de seu consentimento com o ditto Senhor Inquisidor Manoel Martins Cerqueira o escreui. = Pedro de Attaide de Castro. - Manoel Martins Cerqueira. Aos Vinte e dous dias do mez de Dezembro de mil seiscentos e oitenta dous annos em Lisboa nos Estaos, e caza de Despacho da Santa Inquisição estando aly em audiencia da manham senhores inquisidores, mandarão uir perante si a Garcia de Myra Sigana, Ré preza conhecida neste processo, e sendo rpezeente foi reprehendida asperamente e aduertida que se tornar a cahir nas culpas porque foi preza será castigada com todo o rigor de justiça. E outro sy será comndenada em penas pecuniarias, e que restitua o dinheiro e pessas que acceitou a alguãs pessoas por meyo de seus embustes, o que tudo prometteo cumprir sob cargo de juramento dos Santos Euangelhos, que para este effeito lhe foi dado e que lhe he dada licença para se poder hir para onde bem lhe estiuessa e que goarde segredo em tudo o que uio, ouuiu e com ella nesta Meza se passou, o que tambem promette comprir; de que fiz este termo de mandado dos Senhores Inquisidores que aqui assinarão e eu Notario, de consentimento de Ré por não saber escreuer. João de Mesquita que o escreui. = Pedro de Attaide de Castro. - João de Mesquita de Macedo.

1686*

Governo de D. Pedro II

Resolução de 10 de Junho

Pedro II Os ciganos eram xpulsos de Castela e se passavam a estes Reinos. (...) que sejam exterminados; filhos e netos de portugueses, se obriguem a tomar domicílio certo, não podendo dele sair vagabunda sejam presos. (...) em contravenção sejam enviados para o Maranhão (Brasil).

1686****

Governo de D. Pedro II

Registro de húa Provisão de sua Magestade sobre os Siganos

“Dom Pedro, por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar e Africa, Senhor de Guiné &. Faço saber a vos corregedor da comarca da cidade de Elvas que, por ser informmado e este Reyno em tanta quantidade que os Povos pequenos seria

1686****

Governo de D. Pedro II

Decreto, em que se mandou cummular o degredo de Africa para o Maranhão

Tenho resolutu que com os Ciganos e Ciganas se pratique a Ley, assi nessa Corte, como nas mais Terras do Reyno; com declaração, que os annos que a mesma Ley lhes impõem para Africa, sejam para o Maranhão, e que os Ministros que assi o não executarem, lhes seja dado em culpa para serem castigados, conforme ao dolo, e omissão, que sobre este particular tiverem; para o que ordenei ao Desembargo do Paço se accrescentasse este Capitulo aos mais do Regimento das Residencias. O Regedor da casa da Supplicação o tenha assi entendido, e nesta fórmula o faça executar pela parte, que lhe toca, encarregando-o aos Ministros de Justiça, e que com todo o cuidado se empreguem nesta diligencia. Lisboa 27 de Agosto de 1686 . – Com Rubrica de Sua Magestade

[Liv. X do *Supplicação*, fl. 276, in *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747, vol. III: *Colecção II dos Decretos e Cartas*, p. 273].

1694*

Governo de D. Pedro II

Provisão ao Corregedor da Comarca de Elvas todos os ciganos nascidos neste reino que não tomarem gêneros de vida de que possam sustentar-se, que dentro

de dois meses, saiam deste reino, com pena de morte, (...) do mesmo modo que tenho resolvido com os ciganos castelhanos que entraram neste reino.

1694****

Governo de D. Pedro II

Registo de huma Prouizão de Sua Magestade pelo Dezembargo do Paço do Corregedor desta Comarca para que os siganos nascidos neste Reyno tomem genero de vida ou o despejem dentro em dois mezes.

Dom Pedro por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guine &. Faço saber a vós Corregedor da Comarca de Elvas, que por quanto sou informado que os siganos nascidos neste reyno continham em seus excessos e delitos, sem tomarem genero de vida nem officio de que possam sustentarse, vivendo arranchados e juntos em quadrilhas, trazendo os mesmos habitos e trages de ciganos, sem terem domicilio certo, tudo contra a minha resolução que sobre esta meteria mandey publicar no anno de 1689 (*sic*), e porque tem mostrado a experiencia que não seruiu thegora de remédio bastante e convem muito tratar da quietação e socego de meus vassalos, cuitandose todos os dias os delitos que se podem temer de gente tam licencioza na vida e costumes. Hey por bem e vos mando que tanto que esta receberdes madeis logo por em todas as Villas e lugares dessa Comarca Editais públicos que todos os ciganos nascidos neste Reyno que logo não tomarem genero de vida, de que possam sustentarse na forma da dita minha resolução do anno de 1689. Sayam deste reyno dentro em dois mezes com pena de morte e passado o dito termo serão hauidos por banidos, e se praticara com elles a pena do banimento na forma da ley. Assi e do mesmo modo que tenho resoluto com os signos castelhanos que entrarão neste Reyno; e na execução desta diligencia que vos hey por muito recomendada poreis todo o cuidado advertindovos sereis seueremente castigado por qualquer descuido que nisto tiuerdes; e para que os vossos sucessores não possam alegar ignorância, mandareis registrar esta minha resolução nos Livros da Correição e nos das Camaras de cada hua das Villas dessa Comarca, de que me dareis conta, rremetendo certidão de como assy o tendes executado; e nas terras aonde não entrardes enviareis a coppia desta Ordem ao Provedor dessa Comarca e da mesma sorte aos Juizes de fora e ordinário della para que cada hum em sua jurisdição a execute e a observe assy como a vós volla encarrego, porque da mesma sorte mandarei proceder contra elles pelo descuido que nisso tiueren. El Rey Nosso Senhor o mandou por seu especial mandado pelos Doutores Diogo Maschão Themudo e Bras Ribeiro da Fonceca ambos do seu concelho e seus Dezembargadores do Paço. Thomas da Sylva a fes em Lixboa a 15 de Mayo de 1694. Diogo Marchão Themudo. Braz

Ribeiro de Affonseca. E não continha mais a dita prouizão que bem e na verdade tresladey e a própria entreguey ao dito Corregedor e por verdade assiney em Elvas aos 17 de junho de 1694. João Bressano leite escrivão da Camara o escrevi. *João Bressane Leite*.

[Tombo II do *Registo dos Alvarás, etc.*, fl. 63 v. Archivo da Camara de Elvas, armário n.º 8]

1694****

Governo de D. Pedro II

Registo de huma Prouizão de Sua Magestade pelo Desembargo do Paço para que o Corregedor desta Comarca faça despejar deste Reino dentro em dois meses os siganos castelhanos intruzos nelle.

Dom Pedro por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guine &. Faço saber a vós Corregedor da Comarca de Elvas, que por quanto sou informado que pelas rayas deste reino tem entrado muitos siganos castelhanos, os quais havião cometido muitos e vários crimes, e porque convem evitar o grande prejuízo que de homens tam licenciozos e criminozos se pode seguir aos meus vassalos. Hey por bem e vos mando que tanto que esta receberdes mandeis logo por em todas as Villas e lugares dessa Comarca edictais públicos em que se declare que todos os que tiuerem entrado neste Reino sayão delle em termo de dois mezes, com pena de morte, e passado o dito termo serão havidos e bannidos e se praticara com elles a pena de bannimento na forma da ley; e na execução desta diligencia que vos hey por muito recommendada poreis todo o cuidado, advertindovos sereis seueramente castigado por qualquer descuido que nisso tiuerdes; e para que vossos sucessores não possam alegar ignorância, mandareis redigir esta minha rezolução nos livros da correição e nos das camaras de cada hua das villas dessa comarca, de que me dareis conta, remetendo certidão de como assi o tendeis executado, é nas terras aonde não entrardeis, inviareis a coppia desta ordem ao Provedor dessa comarca e da mesma sorte a todos os Juizes de fora e ordinários d'ella. E que cada hum em sua jurisdição a execute e observe e assim como a vós vollo encarrego porque do mesmo modo mandarey proceder contra elles pelo descuido que nisto tiuerem, El Rey Nosso Senhor o mandou por seu especial mandado plos Doutores Diogo Marchão Themudo e Bras Ribeiro da Affonceca ambos do seu concelho e seus Dezembargadores do Paço. Thomas da Sylva a fez em Lixboa a 15 de Mayo 694. Francisco Pereira Castello branco a fes escrever. Diogo Marchão Themudo.= Bras Robeiro de Affonceca. – E não continha mais a dita Prouizão que eu bem e na verdade tresladey e a própria enmtreguei ao dito Corregedero em Elvas aos 17 de Junho de 1694. João Bressane Leite escrivão da Camara escrevi. *João Bressane Leite*.

[Tombo cit., fl. 64 v].

1696****

Governo de D. Pedro II

Registo da carte de officio de Thezoureiro da Camara por que Sua magestade que Deus guarde fes mercê da propriedade delle a Antonio Rois de Pinna.

Dom Pedro por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senõr de Guine e da conquista & nauegaçam comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India &. Faço saber aos que esta minha carta uirem que por parte de Antonio Roiz de Pinna me foy apresentado hum meu Aluara passado pla minha Chansselaria do theor seguinte & - Eu El Rey faço saber aos que este Aluara uirem que Antonio Roiz de Oinna escriuão seruentuário do officio das execuções da cidade de Elvas me representou que eu fui seruido ordenar a Lopo Tavares de Araujo estando seruindo de Corregedor daquella Comarca em Abril de 694 que prendesse a hum cigano chamado Manuel Roiz Roza e hauenadolhe por mi recomendado a dita prizão, a qual o dito Corregedor encarregou ao meirinho da correção e a elle, que hindo ambos a villa de Oliuença, aonde viuia o sigano, lhe entrarão em caza na noite de 16 do dito mês, requerendolhe da minha parte por muitas vezes se desse a prizão, o que não quizera fazer, antes os investira com estoque de seis palmos e húa rodella, tirando-lhe muitas estocadas e pancadas, com hua das quais lhe quebrara a espada ao meirinho e ficara brigando com elle somente

[Não está concluído este registo, que se acha a fl. 8o do Tombo II do *Registo dos Alvarás, Provisões, Cartas e mais ordens de Sua Magestade*. – Archivo da Camara de Elvas, armário n.º 8].

1699****

Governo de D. Pedro II

“Provisão Regia de 9 de Julho de 1699 para serem remetidos presos ao Limoeiro os Ciganos”

[J. P. Ribeiro, *Indice chronologico*, Iº, 275.]

1708*

Governo de D. João V

Decreto

D. João V Proíbe o nomadismo, o traje, a língua, negócios de bestas (...), sob pena de açoites e degredo por 10 anos (galés, para os homens; o Brasil, para as mulheres)

1708****

Governo de D. João V

Eu ElRei faço saber aos que esta minha lei virem, que, por ter mostrado a experiencia não haverem sido bastantes as disposições da Ordenação do reino e outras Leis posteriores, e varias ordens, que em diversos tempos se passarão para os Ciganos não entrarem no Reyno, e se conservarem nas Terras delle, nem para que estes, e outros homens, e mulheres de ruim vida, que se lhes agregão, fação com elles escandalosa vida, que os Póvos sentem, e commettão, como frequentemente commettem, furtos, enganos, e outros muitos delictos e enormidades, e mandando considerar esta matéria com toda a ponderação, por convir muito á Justiça e bem do Reyno dar-se lhe remédio: hey por bem, e mando que não haja neste Reyno pessoa alguma de um, ou de outro sexo, que use trage, língua, ou Giringonça de Ciganos, nem de imposturas das suas chamadas, *buenas dichas*: e outro-si, que os chamados Ciganos, ou pessoas, que como taes se tratarem, não morem juntos mais, que até dous casaes em cada rua, nem andarão juntos pelas estradas, nem pousarão juntos por ellas, ou pelos campos, nem tratarão em vendas, e compras, ou trocas de bestas, senão que no trage, língua, e no modo de viver usem do costume de outra gente das Terras; e o que o contrario fizer, por este mesmo facto, ainda que outro delicto não tenha, incorrerá na pena de açoutes, e será degradado por tempo de dez annos: o qual degredo para os homens será de galés, e para as mulheres, para o Brasil. E para que pontualmente se cumpra esta minha Ley, mando aos Corregedores das Comarcas, e aos Juizes de Fóra, e Ordinarios, a executem em suas Jurisdicções, e contra os transgressores procedão a prisão, e a devassa, com a noticia, que dos casos tiverem; a qual devassa bastará ser de até oito testemunhas; e tiradas que forem, se por ellas tanto se provar, que contra os culpados se deve proceder, mandarão logo que os reos summariamente respondão; e com suas respostas enviarão os autos ao Regedor da casa de Supplicação, ainda que seja de Terras do districto da Relação do Porto; e ao dito Regedor mando que com toda a brevidade, com os Desembargadoresm que lhe parecer, faça em sua presença deferir, como parecer justiça, ou seja para sentencear definitivamente, ou seja para interlocuterias, e sempre com muita brevidade. Não he porém minha tenção, que se os ditos homens, ou mulheres tiverem outros delictos de maior pena, deixe de se proceder a execução della; e nenhum outro Tribunal, ou Ministro se intrometterá nesta matéria; porque toda a superintendência della commetto ao dito Regedor, para proceder na forma desta Ley; o qual para este effeito poderá escrever e pedir conta aos Julgadores, e lles lha darão, e todas as

informações necessárias, e elle ma dará, quando convenha. Etc. Alvará de 10 de novembro de 1708.

[*Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747. III, 170-171. *Collecção chronologica de leis extravagantes*. Coimbra, 1819, t. II, pp. 364-366.]

1718*

Governo de D. João V

Decreto de 28 de Fevereiro

Manda enviar para as conquistas - Índia, Angola, S. Tomé, Cabo-Verde, etc. - os muitos presos ciganos no Limoeiro

1718****

Governo de D. João V

Decreto para que se passe ordem aos Governadores de Armas das Fronteiras, para que mandassem prender todos os ciganos

Por convir á boa administração da Justiça exterminar deste Reyno todos os Ciganos pelos furtos, delictos graves, e excessos, que frequentemente commettem; Fui servido ordenar aos Governadores das Armas das Fronteiras, que pelos seus Officiaes os mandassem prender, para serem repartidos por diversas Conquistas; a saber, da índia, Angola, S. Thomé, Ilha do Poncepe, Benguella, e Cabo Verde. E porque se me fez presente que em execução desta Ordem se achavão nas cadêas do Limoeiro muitos Ciganos, e Ciganas presos; Hey por bem que o Chancellér da casa da Supplicação que serve de Regedor ordene se embarquem para as ditas Conquistas os que se acharem presos, na forma, que tenho resoluto. Lisboa Occidental 28 de Fevereiro de 1718.

Com rubrica de Sua Magestade.

[Liv. XII da *Suppilicação*, fol. 14, in *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747, vol. III: *Colecção II dos Decretos e cartas*, p. 273.]

1719***

Governo de D. João V

Carta de 22 de maio de 1719

"Conjunto documental: Secretaria de Estado do Ministério do Reino

Notação: caixa 678, pct. 01

Datas - limite: 1764-1808

Título do fundo ou coleção: Negócios de Portugal

Código do fundo: 59

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Neste documento, Albuquerque informou que seriam enviados para o presídio de Benguela os ciganos e ciganas que estavam praticando furtos e demais delitos no Rio de Janeiro. Caso fugissem do presídio, a ordem do rei era a punição “com graves penas e castigos”.

Data do documento: 22 de maio de 1719

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): 62v e 63

1733***

Governo de D. João V

Carta de 23 de abril de 1733

"Conjunto documental: Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades

Notação: código 84, vol. 02

Datas - limite: 1725-1733

Título do fundo ou coleção: Secretaria de Estado do Brasil

Código do fundo: 86

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: carta de Manoel de Freitas Fonseca, informando a publicação da lei que recebeu de d. José I sobre as moedas falsificadas. Comunicou também o envio dos ciganos de Minas Gerais para a cidade onde possuíam famílias e filhos menores. Data do documento: 23 de abril de 1733

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): 118 a 120

1745*

Governo de D. João V

Lei de 17 de Julho

Nova lei de expulsão dos ciganos, devido ao descuido que tem havido na execução das anteriores.

1745****

Governo de D. João V

Decreto, em que se mandarão pôr em observancia as Leys da expulsão dos Ciganos.

Por quanto tem mostrado a experiencia o grande prejuízo, que resulta aos Povos destes Reynos da assistência dos Ciganos, não tendo produzido o seu devido effeito as Leys promulgadas para a expulsão delles, pelo descuido, que tem

havido na sua execução; Sou servido que a Mesa do Desembargo do paço faça repetir com mayor aperto as ordens necessarias, dando providencia efficaz, para que inviolavelmente se executem as referidas Leys, e não admitta requerimento algum contrario a ellas. A mesma Mesa o tenha assi entendido, e o faça executar. Cisboa 17 de Julho de 1745. Com Rubrica de Sua Magestade.

[Livro III dos *Registos do Desembargo do Paço*, fl. 131, in *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747, vol. III: Collecção II dos *Decretos e Cartas*, p.274.]

1751****

Governo de D. José I

Copia de huma ordem que manou do Senhor Conde de Atalaya para o juízo da ovidoria e do ditto se enviou para o desta Villa e se manda registrar.

“Sendo apresentada a Sua Magestade que esta provincia se acha infestada de siganos, havendo-se introduzido nella contra as leiis do Reyno e hordens reais expedidas sobre esta matéria, e que nos giros que fazem tem cometido vários roubos e escandelosos insultos, foi servido ordenar-me que procurase que fosem presos todos os que se achassem e remetidos ás cadeias das cabeças das comarcas, de sorte que em toda estta Provincia se não tornem a ver hum só individuo daquella prejudicial gente, e para que possa ter a devida excusam, o que o ditto Senhor detremina logo que vosa mercê reseber estta pasará as ordens necessarias sem demora alguma aos menistros das terras de sua comarca para [o] que constando-lhes que nos seos destritos se achão alguns siganos sãão logo com os mesmos povos a prendellos, de modo que possa ter effeito huma delegencia tam recomendada por Sua Magestade; e se para segurança della for nesesario que concorrão as tropas pagas, aondo as houver, poderão as justiças requerer aos comandantes dellas o aucilio que necessitarem que promptamente se lhes dará tudo o que for preciso, e das ordens que vosa merce expedir aos menistros da sua comarca mandará vosa mercê pedir recibos da sua entrega, que me remeterá todos junttos, sem dilasam alguma, para que constando-me que algum delles, depois de as receber, as não observão com a devida exatidão, o farei presente a Sua Magestade para que o mesmo Senhor possa ter com os transgressores da sua Real ordem a severa demonstraçam que mereserem. Deos Guarde a vossa merce munttos annos. Estremos catorze de Julho de mil settencentos e sincoenta e hum. Conde de Atalaija. Cunpra e pase ordem geral na forma que se ordena. Villa Viçosa quinze de Julho de Mill sette centos e sincoenta e hum. E não continha mais em a dita ordem, que bem e fielmente na verdade fis tresladar e trsladei, a qual me reporto, em fé do que me asignei em raso. Villa Boim de agosto outo de mil settecentos e sincoenta e hum annos. Sobredito o escrevi. *Manoel Rodrigues Figueira.*”

[Livro II do *Copiador de alvarás e provisões da Camara* (extincta) Minucipal de Villa Boim, a fl. 163 v. Archivo da Camara Municipal de Elvas.]

1753****

Governo de D. José I

Registo de huma carta precatoria de diligencia

“O Doutor Joaquim Antonio de Azevedo Soares, Cavalleiro professo na ordem de Christo, do Desembargo de El-Rey nosso Senhor e seu Corregedor com alssada em esta munto nobre e sempre leal sidade de Elvas e sua comarca pello dito Senhor que Deos gvarde, que de presente na mesma sirvo de Provedor & Faço saber ao Senhor Doutor Juis de Fora desta cidade, ou a quem em sua abzencia ou impedimento seu nobilíssimo cargo tiver e servir, em como a mim hora me foy remetida huma ordem pello Tribunal do Dezenbargo do Passo, feyta em nome de El-Rey nosso Senhor, que Deus guarde, e asinada pellos Doutores Dezembargadores Joze Pedro Emaus e Antonio Velho da Costa, de cuja ordem o seu theor e forma de verbo ad verbum he o seguinte – Dom Jozé por Graça de Deos Rey de Portugal e dos Alguarves, daquem e dálem mar em África, Senhor de Guiné & Fasso saber a vos coregador da comarca de Elvas que Representando-me os Juizes de fora das Villas de Souzel e Mertola a duvida que tiverão ao cumprimento das ordens que por meu servisso lhe remetera o Sargento mor de Batalha, que governa as Armas dessa Província, para effeito de tirar devasa exacta contra os siganos e quem os protegesse por ser o meio mais conveniente do socego dos Povos e Bem comum, e contra os que extrahirem trigo para o Reino de Castella e lavradores que o vendem aos Castelhanos e Portuguezes que o conduzirem ou em suas cazas o deicharem albergar, dando-se-lhe parte do que resultace desta diligencia para assim mo fazer presente, e sendo tudo visto na meza do Dezenbargo do Passo, em que foi ouvido o procurador da minha Coroa, ele me fez presente em consulta da mesma meza, fuy servido rezolver e declarar que os ditos Juizes de fora fizerão o que devião em não executar as ordens do que governa as Armas, porque Devasas só por cazos de ley, rezoluções e decretos meos he que devem ser tiradas; quanto a extracção do trigo, tenho dado a providencia necessária, e pello que respeita aos siganos hey por bem e vos mando que, constando-vos por qualquer modo que algumas pessoas do voso desricto, de qualquer qualidade ou condição que sejam, acoutão protegem ou recolhem siganos, os autoeis e prendais debacho da chave na cadeya da Cabesa da Comarca, de que me dareis conta pella meza do mesmo Dezenbargo do Paso, tendo entendido que na vosa rezidencia se perguntará se cumpristeis com esta obrigação, ficando assim adisionado este capitulo aos da rezidencia. E esta minha rezolução que mando participar a todos os corregedores ouvidores e provedores deste Reyno e do alguarve fareis também

participar as justiças subalternas de vosso destricto. Cumprio assim. El-Rey nosso Senhor o mandou por seu especial mandado pellos menistros abaixo asinados de seo conselho e seus Dezembargadores do Paço. Francisco Varella de Asis a fez em Lisboa a três de Novembro de mil setecentos e sincoenta e três. Antonio Luis Signet de Cordes a fez escrever. Jose Pedro Emaos. Antonio Velho da Costa. Por rezolução do Dezembargo do Paso, digo por rezolução de Sua Magestade de dois de outubro de mil setecentos e sincoenta e trese despacho do dezembargo do Paso de doze do dito mez e anno. Por El-Rey nosso Senhor ao Corregedor da Comarca de Elvas. E não se contem mais a dita em a dita prouizão por virtude da qual mandey pasar a presente para a vos ella ser dirigida dito Senhor Doutor Juiz de fora desta cidade de Elvas ou a quem em sua auzencia ou impedimento seu nobilissimo cargo tiver e servir a qual sendo-lhe apresentada indo primeiro por mim asinada e selada com sello deste dito meu Juízo (?) que ante mim serve ou com a minha rubrica, de que valha sem sello ex cauza, que tambem em semelhante uso e costuma servir, a cumpra e guarde, fasa munto inteiramente cumprir e guardar assim e da maneyra que em ella se conthem e declara, e em seu cumprimento e por virtude della, sabendo Vossa merse que alguma pessoa, de qualquer qualidade que seja, desta dita cidade e seu termo, por algum modo acouta, protege ou recolhe siganos, os actue e prenda logo na cadeya publica desta cidade, executando tudo na forma da Provizão de Sua Magestade , nesta incerta, que vosa merse mandará cumprir tam inteiramente como nella se conthem, e vosa merse me mandará pasar cetidam de como esta lhe foi entregue e a cumprio; como tambem mandará dar e pagar o feito e asynatura e sello desta, que no fim hirá declarado sendo feita esta despeza á custa dos bens do Conselho desta dita cidade; e de vosa merse assim o cuprir e mandar se cumpra e guarde, fará em tudo a justiça que costuma e he obrigado em rezão de seu nobelissimo cargo que ocupa e admenistra, serviso a Sua Magestade que Deus guarde e a mim mersé, o que eu não menos farey por outras suas semelhantes, sendo-me apresentado da sua parte pedido o deprecado mediante Justiça etc. Dada e pasada em esta dita cidade de Elvas, feita em ella ao primeiro dia do mês de Dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e sincoenta e tres annos etc. Esta Cia subscripta por Jozé Bernardes escrivão proprietário do officio da correição em esta cidade de Elvas e sua Comarca etc. Paguarse-ha de feitio desta ao todo contado na forma do Regimento duzentos e setenta reis e de asynar e sello noventa reis. E eu Jozé Bernardes escrivão da Correição o sobrescrevy. Joachim Antonio de Azevedo Soares. Ao sello valha sem sello ex causa trinta reis. José Bernardes. Cumprace. Elvas sinco de dezembro de mil e setesentos e sincoenta e tres. Falcato. E não se continha mais em a dita precatória que fiz regystrar bem e na verdade e não leva em cousa que duvida fasa, em fée do que a fiz escrever subescrevy e asynci de meus sinais costumado. Elvas dois de março de mil e

setecentos e sincoenta e quatro annos. E eu João Pereyra Coelho, escrevam das execuções, que hora siruo de escrevam da Camara o subescrevi. *João Perera Coelho.*

[Tombo III d *Registo* da Camara Municipal de Elvas, a fl. 203. – Archivo Municipal.]

1753****

Governo de D. José I

Aviso para o Duque Regedor, em que se lhe ordena , que os Siganos, que inquietavão os moradores do Termo desta Cidade, sejam applicados a servirem nas obras publicas da mesma Cidade.

Illmo. e Ex.mo Sr. Fazendo presente a Sua Magestade o Aviso, que V. Excellencia me dirigio na data de 13 do corrente sobre os Siganos, que inquietão os moradores do Termo desta Cidade: Foy o mesmo Senhor servido mandar declarar a V. Excellencia, que não havendo presentemente navio para Angola, em que possam ser transportados os Siganos, que os condenarem, sejam applicados a servirem nas obras publicas da Cidade. Deos guarde a V. Excellencia Paço de Belém, a 15 de Mayo de 1756 = *Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.*

[*Memoria das prncipaes providencias que se derão no terremoto, que padeceu a Corte de Lisboa no anno de 1755.* Lisboa, 1758, pag. 106.]

1760****

Governo de D. José I

Eu ElRey faço saber aos que este Alvará de Ley virem que sendome presente que os Siganos, que deste reino tem sido degradados para o Estado do Brazil vivem tanto á disposição da sua vontade que uzando dos seus prejudiciaes costumes com total infracção das minhas Leis, causão intolerável icomodo aos oradores, cometendo continuados furtos de cavalos, e Escravos, e fasendo-se formidaveis por andarem sempre encorporados, e carregados de armas de fogo pellas estradas, onde com declarada violência praticão mais a seo salvo os seus perniciozissimos procedimentos; considerando que assim para socego publico, comompara correcção de gente tão inutil e mal educada se faz preciso obriga-los pelloos termos mais fortes e eficazes a tomar a vida civil: sou servido ordenar que os rapazes de pequena idade filhos dos ditos siganos se entreguem judicialmente a Mestres, que lhes ensinem os officios e artes mecanicas, aos adultos se lhes assente praça de soldados, e por algum tempo se repartão pelloos Prezídios, de sorte que nunca estejam muitos juntos em hum mesmo Prezídio, ou se facão trabalhar nas obras publicas pagando-lhes o seu justo salário; prohibindo-se a todos poderem commerciar em bestas e Escravos e andarem em ranchos: Que não

vivão em bairros separados, nem todos juntos, e lhes não seja permittido trazerem armas, não só as que pellas minhas Leis são prohibidas, que de nenhuma maneira se lhes consentirão, nem ainda nas viagens, mas tãobem aquellas, que lhes poderão servir de adorno: E que as mulheres vivão recolhidas e se ocupem naquelles mesmos exercícios de que uzão as do Pais; e Hey por bem que pella mais leve transgressão do que neste Alvará Ordeno, o que for comprehendido nella seja degradado por toda a vida para a Ilha de S. Thomé, ou do Principe sem mais ordem e figura de juízo, nem por meyo de Appellação, ou Aggravado do que o conhecimento sumario que resultar do juramento de tres testemunhas, que deponhão perante quaesquer dos inistros criminaes respectivos aos districtos, onde fizerem a transgressão, e provada quanto baste se execute logo a sentença do extermínio, sem que della possa ter mais recurso. Pelo que mando ao Presidente e Concelheiros do meo Concelho Ultramarino, ao Vice-Rey e Cappitão General de mar e terra do Estado do Brazil, e a todos os Governadores, e Cappitães mores delle, aos Governadores das rellações da Bahia e do Rio de Janeiro. Dezembarçadores dellas, e a todos os Ouvidores e mais Ministros, e Officiaes de Justiça do dito Estado executem e fação observar sem duvida este meo Alvará, como nelle se contem, o qual se publicará, o registrará na minha Chancelaria mor do Reino, e para que venha á noticia de todos, e se não possa alegar ignorância será tãobem publicado nos Cappitanias do Estado do Brazil e em cada humas das suas Camaras e se registrará nas ditas Rellações, e nas mais partes, onde semelhantes se costumão registrar, lançando-se este próprio na Torre do Tombo. Lisboa vinte de Setembro de mil, setecentos e secenta. Rey . etc.

[Registado a fl. 351 do L. X do *Registo* do Real Archivo. – Antonio Delgado da Silva, *Collecção da legislação portugueza, 1750-1762*, PP. 749-750.]

1761***

Governo de D. José I

Registro de provisão de 03 de julho de 1761

"Conjunto documental: Registro de provisões, alvarás, leis, portarias e cartas régias da Relação da Bahia

Notação: código 542, vol. 02

Datas - limite: 1759-1791

Título do fundo ou coleção: Relação da Bahia

Código do fundo: 83

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: registro de uma provisão de d. José I na qual o rei comunica ao chanceler da Relação da Bahia o estabelecimento de uma lei ordenando aos ciganos viverem "civilmente" no Estado do Brasil. Informou ainda o envio de

uma cópia impressa, assinada pelo secretário do Conselho Ultramarino, a qual deveria ser publicada em todas as cidades e vilas.

Data do documento: 3 de julho de 1761

Local: s.l.

Folha(s): 36 e 36v

1761****

Governo de D. José I

Provisão de 8 de Fevereiro, relativa á lei de 20 de Setembro de 1760, a qual nada acrescenta de interesse. [Antonio Delgado da Silva, *Suplemento á Collecção de legislação portuguesa, 1750-1762*, p.786].

1771***

Governo de D. José I

Carta de 06 de agosto de 1771

"Conjunto documental: Marquês do Lavradio

Notação: AP-41

Datas - limite: 1768-1769

Título do fundo ou coleção: Marquês do Lavradio

Código do fundo: RD

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: carta do Vice-rei do Estado do Brasil, marquês do Lavradio, ao ouvidor da comarca do Rio de Janeiro Antônio Pinheiro Amado. Neste documento, foi ordenada a prisão do cigano João da Costa, acusado pela parda Maria Ribeira de maltratar a sua escrava e algumas de suas vizinhas. A polícia deveria prendê-lo, bem como a um outro cigano, acusado de ter esfaqueado um soldado do regimento de Bragança. Data do documento: 6 de agosto de 1771

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): 212v

1788***

Governo de D. Maria I

Ofício de 25 de outubro de 1788

"Conjunto documental: Secretaria de Estado do Ministério do Reino

Notação: caixa 678, pac.1

Datas - limite: 1764-1808

Título do fundo ou coleção: Negócios de Portugal

Código do fundo: 59

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: cópia do ofício enviado pelo intendente geral da Polícia, Diogo Inácio Pina Munique, a todos os ministros das comarcas do reino, ordenando a elaboração de relações individuais de todos os ciganos, castelhanos e desertores de tropas, que andavam vagando pelo reino e que deveriam ser recolhidos às prisões. Data do documento: 25 de outubro de 1788

Local: Lisboa

Folha(s): -

1798**

Governo de D. Maria I

7 de fevereiro

Cópia do aviso dirigido a todos os corregedores das comarcas do reino em 10 de julho de 1798. Vossa Mercê expedirá logo as ordens mais precisas a todos magistrados da sua comarca para terem a maior exação em prender todos os ciganos que forem encontrados e todos aqueles estrangeiros que forem desconhecidos e não tragam legítimos passaportes; pois consta nesta Intendência que os mesmos ciganos e um grande número de bandoleiros se têm refugiado a este reino fugindo à perseguição que as justiças de Espanha lhes fazem para os prender e punir; e por isso é que de um tempo a esta parte se tem multiplicado com tanto escândalo nessa província na da estremadura e nesta capital os roubos perpetrados por um modo desusado, como agora acaba de acontecer junto a vila da Castanheira, onde em uma estrada tão frequentada e à face de uma vila tão populosa, vinte daqueles bandoleiros falando espanhol tiveram o descaramento de assaltar os oficiais do tabaco e roubar-lhes pelas dez horas do dia oito do corrente mesado que do Porto conduziam para o contrato, e cujo valor chegava a dezessete contos, novessentos e cinquenta mil réis, tudo em moeda de outro corrente neste reino. Não me recorde de se ter perpetrado assim outro roubo como este perto de uma vila como é a de Castanheira, em uma estrada tão trilhada sempre se viandantes a uma hora tal, e o que ainda é mais: à face de uns passageiros que para a cidade do Porto de conduziam em duas seges e uma liteira, que detiveram enquanto perpetravam o roubo, mas não os ofenderam. Tal é o descaramento e audácia daqueles infames bandoleiros.

Deve V. M. portanto chamar à sua presença o administrador do contrato do tabaco, e recomendar-lhe que encarregue a todos os estrangeiros seus subordinados a cuidado de averiguarem com todo o segredo se alguns ciganos ou bandoleiros naquele dia oito ou nos dois antecedentes e subsequentes pernотaram fora dos lugares em que estão [apousados] ou se giram agora com

mais dinheiros, para neste caso darem parte a V. M. que procederá contra eles como lhe tenho ordenado, fazendo-lhes interrogatórios e dando-lhes extaas buscas para descobrimento deste roubo e dos muitos que neste últimos tempo se têm perpetrado como o que fez a tres espanhóis junto a vila de Alcacovas, aos quais roubaram trinta e sete mil cruzados em pesos duros.

Ao mesmo administrador encarregará V. M de indagar se nas terras contíguas às raias deste reino de têm ido refugiar alguns daqueles malvados, ou se giram com mais dinheiro do que permitem as uas possibilidades, e neste caso V. M. me dará logo conta para resolver o que deverá executar.

Como o prêmio é neste caso um dos mais eficazes e próprios para descobrir os réus, V. M. ordenará a todos os magistrados da sua comarca que nos lugares mais públicos mandem afixar editais em que prometam prêmio de três mil cruzados a todo aquele que denunciar quem sejam os ladrões que no dia oito do corrente junto da vila de Castanheira roubaram os oficiais que conduziam a mesada de dezessete contos, novecentos e cinquenta mil réis e os entregar à prisão, ficando a denúncia em segredo e o denunciante livre e perdoado por Sua Majestade, ainda mesmo no caso de ser co-réu na mesma culpa, contanto que, verificando-se a denúncia, se aprendam os réus e os roubos.

Espero da sua atividade que empregue todo o seu zelo na execução desta diligência que lhe hei por muito recomendada debaixo do Real Nome do Príncipe Nosso Senhor. Deus guarde a V. M. Lisboa, 10 de julho de 1798. Diogo Inácio de Pina Manique. Senhor doutor corregedor da comarca da Secretaria da Polícia, 14 de fevereiro de 1801. Antônio de Oliveira.

1798***

Governo de D. Maria I

Ofício de 15 de março de 1798

“Conjunto documental: Secretaria de Estado do Ministério do Reino

Notação: caixa 678, pac.1

Datas - limite: 1764-1808

Título do fundo ou coleção: Negócios de Portugal

Código do fundo: 59

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: cópia de ofício escrito pelo intendente geral da Polícia de Lisboa, Diogo Inácio Pina Munique, dirigido a todos os corregedores das comarcas do reino. Por este ofício, Pina Munique ordenou a realização de buscas para apreensão dos produtos de roubos acontecidos na corte, bem como a prisão de todos os ciganos e transeuntes (nacionais ou estrangeiros) que estivessem sem passaporte.

Informou ainda que deveriam ser presos todos os que dessem abrigo ou proteção aos ciganos.

Data do documento: 15 de março de 1798

Local: Lisboa

Folha(s): -

1798***

Governo de D. Maria I

Carta de 02 de abril de 1798

"Conjunto documental: Secretaria de Estado do Ministério do Reino

Notação: caixa 678, pac.1

Datas - limite: 1764-1808

Título do fundo ou coleção: Negócios de Portugal

Código do fundo: 59

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: cópia da carta dirigida a José de Seabra da Silva pelo intendente geral da Polícia de Lisboa Diogo Inácio de Pina Munique. Conforme o documento, a Polícia registrou o aumento de roubos por parte de quadrilhas de homens armados e explicou que, embora não pudesse certificar a veracidade do fato de se tratarem de contrabandistas ciganos e desertores espanhóis e portugueses, poderia existir uma boa possibilidade dos ladrões terem saído destes grupos.

Data do documento: 2 de abril de 1798

Local: Lisboa

Folha(s): -

1798**

Governo de D. Maria I

21 de agosto

Cópia do aviso dirigido aos corregedores das comarcas do reino em 21 de agosto de 1798. Vou a prevenir a Vossa Mercê de que nesta Intendência consta que alguns indivíduos têm sido ganhados para levarem notícias perigosas a várias praças ma rítimas do reino de Espanha,e que para se disfarçarem e poderem passar livremente levam passaporte que tiram para este fim. V. M. porá toda a sua atividade e eficácia em prender os referidos indivíduos, fazendo-lhes apreensão em todos os papéis que lhes forem achados, assim manuscritos como impressos; e como é natural que eles não entrem no povoado senão para se proverem do necessário, e que nsem dúvida hão de fazer a horas em que não possam ser apreendidos, deve V. M. tomar as suas medidas de forma que se

consiga que não passe a salvo algum dos indivíduos que fazem o objeto desta diligência, a qual deve ser executada com a maior circunspecção e atividade, principalmente nestes trinta dias próximos à data deste, e porque nela interessam o Real Serviço e o bem do Estado, e a hei a V. M por muito recomendado. Deus guarde a V. M. Lisboa, 21 de agosto de 1798. Diogo Inácio de Pina Manique. Senhor doutor corregedor da comarca da Secretaria da Polícia, 14 de fevereiro de 1801. Antônio José de Oliveira.

1800*

Governo de D. Maria I

Ordem de Oina Manique para o Corregedor de Elvas D. Maria I

Prendam os que andam vagos pelo reino; os filhos de um e de outro sexo sejam transportados para a Casa Pia de Lisboa e aí instruídos.

1800****

Governo de D. Maria I

Rezisto de huma ordem do Entendente garal (sic) da Policia da Corte e Reino para o Doutor Corregedor desta Comarca a qual Remeteo ao Doutor Juis de Fora desta Cidade na forma seguinte.

Vou munto Seriamente recomendar a Vossa merce que especa as ordens mais percizas a todos os magistrados da sua respectiva Comarca assim de vara Branca como ordinários avivandos da exzecução da lei de vinte e sinco de junho de mil e setecentos e secenta e com particularidade o parágrafo doze dela e a de vinte e sinco de Dezembro de mil e seissentos e oito que faz parte da mesma Lei e a de quinze de janeiro de mil e setecentos e oitenta; pois os Repetidos fatos dos transgressores das edicadas Leis teem feito ver que os soberditos magistrados não cumprem o que nelas lhes he ordenado o que obrigou ao General Dom Simmão Trazer a representar ao Principe Nosso Senhor a grande dezerção das Tropas auseliars que estão debaxo do seo comando neste Reino, que os masgestrados não cumprem as Leis e os dexão tranzitar para a Espanha, e neste Reino teem entrado outros muntos estrangeiros sem se legitimarem como ordenão as soberditas Leis que se citouam; sempre foi nesceçariio huma grande circunspeção a vigilancia de tão emportantes obgetos, mas munto mais, essencialmente em uma congetura que ofresem as critiquas sirconstancias e que são bem manifestas não se contentando Vossa marce em recomendar a exzecução destas deligenciasaos soberditos magistrados mas vegiando se cumprem estes as çuas obrigacoins e assim continuar Vossa mercê, emquanto estiver regendo essa correição, a Igualmente na confermidade da ordenação do

Livro quinto Titolo secenta e nove e dos decretos e Alvarás que vão nas coleçõins numaro primeiro e segundo ao dito Titolo e desesete de janeiro de mil e seissentos e seis e de treze de setembro de mil seiscentos e trez e vinte e quatro de outubro de mil seiscentos e quarenta e sete do decreto de vinte oito de Fevereiro de mil e setecentos e dezoito prendão todos os siganos de um e outro seco que vivão sem domecilio e andem vagos no Reino, e os filhos destes de que falo de um e outro sesso remetermos vossa mercê con toda a caridade e comedamente não lhes faltando ao nesceçario alimento conduzindos em carros e cavalgadas aos portos do Mar mais proximos para delles virem para a Rial Caza pia desta Corte e nela serem instruídos na moral Christã e nas obrigações suciais e aprenderem as Artes e manefaturas e aqueles que pelos seos talentos se recomendarem as mesmas siencias pedindo Vossa merce ao Illustrissimo Ex.mo Governador das Armas dessa província que o ausseli na prizão dos referidos siganos que por ela andarem vagando e nesta regra entrarão alguns engeitados e filhos de famílias que andão fugidos girando de terra em terra sem se asoldadarem nem procurar em que se ocoar vivendo de furtos que fazem e da mendacidade a que o ósio os condus em que depois ficão servindo de grave pezo ao estado consta finalmente nesta entendencia que muitos dos Ladroins que de novo tem aparesido são, huma especia de contrabandistas que andão vendendo pelas cazase mascarandose e por este modo não só exzeminão as entradas e saídas delas mas tambem costumão ganhar alguns domésticos que sara mais a seo salvo porpetrarem os robôs e furtos que intentão fazer, pois que digo os que tiverem pois nestas sirconstancias devem ser logo prezos e apreendidas tambem as fazendas que se lhe encontrarem sejam o não de contrabando e as aloará formando-lhes os seos porseços vendendo-lhes, se as Fazendas forem de Lei e como contrabandistas se elas forem de contrabando e nestes casos: Lembro a Vossa merce o capitolo vinte sete da prematica de mil e setecentos e quartenta e nove como tambem a Lei de quatorze de Novembro de mil e setecentos e sincoenta e sete mas previno a Vossa merce que deveesetoar desta regra fazendas que vão endiretura para Espanha pois o que acabo de ordenar entendese a respeito das fazendas que se andão vendendo pelo exterior do Reino estas delegacias deverá Vossa merce ter sempre em vista e não só contentarsse em dar as quas ordens mas vegiar cuidadosamente nas ezeçuõins delas como já referia a Vossa mercê, o munto particularmente estando Vossa mercê adetrito como meo comiçario a comprar e fazer exzecutar o que ordeno e tambem para de futuro recomendo a Vossa mercê que leia huma e muntas vezes o seo Regimento de Corregedores que litalalmente deve observar em toda a sua Comarca e que deve praticar como Corregedor e Prezidente dela e munto principalmente sobre as plantaçoins e rezalvas dos chaparros enxertos dos zambogeiros e abreturas de algumas terras próprias para as semanteiras dos pains de toda a especia segundo a qualidade do terreno o pedir e lembro a

exzecução dos officios que deregi a esse lugar nas datas de vinte sete de Maio e de treze de Julho de mil e sete sentos e oitenta exzcutando o que dis respeito a este officio nas terras de donatários adonde não entrar correição para nas mesmas terras fazer Vossa mercê observar o que neste lhes ordeno e o que ultimamente ordenei no officio que deregi a essa Provedoria em sinco do presente mes relativo aos engeitados nas correçoins que fizer progunta Vossa merce sem tem litalmente exzcutadoo ordenado no dito officio para Vossa merce me dar conta da sua observancia e se houver alguma omição, da parte dos exzectores, estero da atividade e luzes de Vossa merce cumpra e faça exzecutar o que tenho ordenado nos respectivos officios que estes fins tenho espedido a esse Lugar e avivar igualmente a exzecução das indicadas leis para que de foturo os secores desse Lugar assim o cumprão inteiramente a fação exzecutar. Vossa merce fará rezistrar o presente officio nos Livros dessa Correição, remetendome certidão de asum se ter exzcutado. Deos guarde Vossa merce. Lisboa doze de Julho de mil pito centos. Diogo Ignacio de Pina Manique, E não continha mais no dito inserto em huma depercada que veio do Juizo da Correição, para o Doutor Juis de Fora a quem entreguei e a mesma me reporto e eu Antonio Joaquim pereira escrivão da camara a fiz escrever. – *Antonio Joaquim Pereira*. [Livro VI do Tombo do Registo da Camara Municipal de Elvas, a fl. 85 v.]

1801**

Governo de D. Maria I

7 de fevereiro

Cópia do officio dirigido a todos os provedores das comarcas do norte e do sul em 7 de fevereiro de 1801. As repetidas queixas e representações que atualmente se tem feito nesta Intendência por alguns dos habitantes dessa comarca; que se vêem vexados de serem roubados dos gados e toda a espécie e com particularidade das éguas obrigadas; e por outra parte escalando muitos dos montes e não podendo transitar pelas estradas que não sejam atacados para os roubarem; andando os agressores arranchados em quadrilhas, perpetrando os referidos roubos e furtos; e muitos destes vivendo nas terras, à face dos magistrados delas que os conhecem por ciganos, desertores e outros que não têm modo de vida em que se empreguem; se conservam nas terras, em que residem, descansados; sem se lembrarem alguns magistrados das mesmas terras de executarem as leis de 25 de junho de 1760, e com particularidades a que acusa de 25 de dezembro de 1608, a de 15 de janeiro de 1780, a de 14 de novembro de 1757, a ordenação do livro 5º, título 69; os alvarás de 7 de janeiro de 1606, 13 de setembro de 1613, 24 de outubro de 1647, 5 de fevereiro de 1649 e de 10 de novembro de 1708; decretos de 30 de junho de 1648, 20 de setembro de 1649, 27 de agosto de 1686, 28 de fevereiro de 1718 e de 17 de julho de 1745; e os

ofícios, que eu dirigi a esse lugar, que Vossa Mercê tem a honra de ocupar, a ao doutor corregedor dessa mesma comarca também nas datas de 17 de dezembro de 1785, 9 de abril de 1791 e 10 de junho de 1798, e outros em que lhes recomendava especificamente a execução da referida ordenação, alvarás e decretos que acuso e que V. M. e os magistrados dessa sua comarca juraram guardar; devendo V. M. ir a todas as terras da referida comarca, por mais privilegiadas que sejam, a praticar estas diligências; e ainda mesmo nesta generalidade devem ser compreendidas as terras dos grandes donatários da Coroa da Sereníssima Casa de Bragança, da Rainha e da Sereníssima Casa do Infantado; ficando V. M. responsável na sua pessoa por toda e qualquer falta que tenha na execução desta diligência; e de examinar amiudadamente, não só de presente mas de futuro, se os magistrados subordinados a essa correição cumprem o que ordenam os sobreditos alvarás, decretos e os ofícios que a este fim lhe tenha expedido, que se hão de achar registrados nos livros desta provedoria e correição e nos das câmaras dessa comarca como lhes ordenei nos sobreditos ofícios; intimando V. M. a todos os magistrados de vara branca, subordinados a essa provedoria e correição, que não passarei certidão para as suas residências que derem dos lugares que ocupam, sem que me apresentem atestação de V. M. e do doutor corregedor dessa comarca, ou dos que sucederem a esses dois lugares, em como têm cumprido os ditos magistrados as referidas leis, ordenações e decretos e executado o que tenho ordenado nos sobreditos ofícios. Também com igual especificidade e recomendação aviso a V.M. a execução sobre a criação dos Expostos e dos repetidos ofícios que também a este respeito tenho expedido a essa provedoria e correição; pelo que igualmente não deveria dar certidão de resistência aos ditos magistrados, sem que primeiro me apresentem atestado de V. M. jurada, em que os têm cumprido na conformidade da ordenação do livro 1, título 66, capítulo 41 e título 88, capítulo 11 e dos indicados ofícios desta Intendência de 10 de maio de 1783, de 14 de janeiro de 1786, de 15 de abril do dito ano que a este fi, expedi. V. M. fará registrar em todas as câmaras dessa provedoria, assim dos magistrados de vara branca, como leigos, este ofício, e me remeterá certidão de que fica registrado nos livros das ditas comarcas para eu poder dar conta imediatamente a Augusto Príncipe Regente Nosso Senhor, de que ficam cumpridas as suas reais ordens; e V. M. fica responsável na Sua Real Presença no caso não esperado que assim o não execute, e faça observar. Deus guarde a V. M. Lisboa, sete de fevereiro de mil oitocentos e um. Diogo Inácio de Pina Manique. Senhor doutor provedor da comarca da Secretaria da Polícia, 13 de fevereiro de 1801. Antônio Maria Esteves.

1802***

Governo de D. Maria I

Carta de 19 de outubro de 1802

"Conjunto documental: Registro de correspondência do vice-reinado com diversas autoridades

Notação: código 70, vol.23

Datas - limite: 1802-1803

Título do fundo ou coleção: Secretaria de Estado do Brasil

Código do fundo: 86

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: carta de d. Fernando José de Portugal ao coronel de milícias André Pereira Viana, do distrito de São João de Carai. Nesta carta, seguem os comentários sobre as desordens cometidas por ciganos, os quais andavam armados roubando cavalos e escravos. D. Fernando ordena que fossem tomadas as medidas necessárias para suas prisões e o retorno da ordem.

Data do documento: 19 de outubro de 1802

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): 1v

1802***

Governo de D. Maria I

Carta de 22 de outubro de 1802

Conjunto documental: Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades

Notação: código 70, vol. 23

Datas - limite: 1802-1803

Título do fundo ou coleção: Secretaria de Estado do Brasil

Código do fundo: 86

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: carta de d. Fernando José de Portugal ao coronel de milícias Victorino de Souza. Segundo o documento, d. Fernando havia sido informado pelo ouvidor geral sobre o assassinato "cruel" de dois ciganos, cometido por um capitão do mato chamado Dutra juntamente com seu filho e um sobrinho, no distrito de Maricá. Como providência, ordenou que um soldado encontrasse os agressores o mais rápido possível, executando suas prisões.

Data do documento: 22 de outubro de 1802

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): 3 e 3v

1802***

Governo de D. Maria I

Carta de 25 de outubro de 1802

"Conjunto documental: Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades

Notação: código 70, vol.23

Datas - limite: 1802-1803

Título do fundo ou coleção: Secretaria de Estado do Brasil

Código do fundo: 86

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: carta resposta de d. Fernando José de Portugal ao coronel de milícias Victorino de Souza. Neste documento, d. Fernando concordou com todas as providências tomadas pelo coronel de milícias sobre os insultos e desordens cometidos por ciganos no distrito de Maricá, porém, ordenou que fossem incluídos às medidas os motivos das suas prisões, a devolução de seus roubos e a expulsão do grupo da localidade.

Data do documento: 25 de outubro de 1802

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): 3v

1802***

Governo de D. Maria I

Carta de 12 de novembro de 1802

"Conjunto documental: Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades

Notação: código 70, vol.23

Datas - limite: 1802-1803

Título do fundo ou coleção: Secretaria de Estado do Brasil

Código do fundo: 86

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: carta resposta de d. Fernando José de Portugal ao tenente coronel Manoel Antunes de Azeredo. D. Fernando José mostra-se grato por terem sido tomadas as providências necessárias para a prisão dos responsáveis pela morte de dois ciganos. Apesar da condenação à morte de um dos agressores, explicou que estas diligências deveriam ter prudência e cautela para que não se cometessem excessos. Data do documento: 12 de novembro de 1802

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): 15 e 15v

1803***

Governo de D. Maria I

Carta de 05 de janeiro de 1803

"Conjunto documental: Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades

Notação: código 70, vol.23

Datas - limite: 1802-1803

Título do fundo ou coleção: Secretaria de Estado do Brasil

Código do fundo: 86

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: carta de d. Fernando José de Portugal ao coronel Francisco Xavier de Azevedo Coutinho. Segundo informações dadas pela câmara da vila de Santo Antônio de Sá, d. Fernando estaria ciente de que existiam desordens cometidas por ciganos naquele distrito, tendo ordenado que fossem tomadas as medidas necessárias para que estes fossem presos e conduzidos para fora da localidade.

Data do documento: 5 de janeiro de 1803

Folha(s): 46 e 46v

1803***

Governo de D. Maria I

Carta de 05 de janeiro de 1803

"Conjunto documental: Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades

Notação: código 70, vol. 23

Datas - limite: 1802-1803

Título do fundo ou coleção: Secretaria de Estado do Brasil

Código do fundo: 86

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: carta resposta de d. Fernando José de Portugal ao coronel Cláudio José Pereira da Silva, reconhecendo que o cigano Pedro Teixeira de Carvalho tratou este coronel de forma "insolente", afrontando sua ordem de prisão.

Data do documento: 05 de janeiro de 1803

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): 45 e 46v

1807***

Governo de D. Maria I

Ofício de 05 de setembro de 1807

"Conjunto documental: correspondência diversa

Notação: caixa 490, pacote 02

Datas - limite: 1807-1808

Título do fundo ou coleção: Vice-reinado

Código do fundo: Dg

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: ofício expedido pelo ouvidor geral do Crime, passando alvará de fiança na quantia de quarenta mil reis a Casimiro Lúcio dos Santos. Segundo o documento, o réu foi preso em função do falso testemunho prestado pelo cigano João José Xavier, assegurando que o mesmo havia roubado um escravo e tentado agredi-lo fisicamente com um facão. Data do documento: 5 de setembro de 1807

Local: -

Folha(s): -

1808***

Governo de D. Maria I

Ofício de 06 de fevereiro de 1808

"Conjunto documental: correspondência diversa

Notação: caixa 490, pacote 02

Datas - limite: 1807-1808

Título do fundo ou coleção: Vice-reinado

Código do fundo: Dg

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: ofício enviado em nome do príncipe regente, informando ao desembargador ouvidor geral do Crime sobre o alvará de fiança, na quantia de vinte mil reis, concedido ao escravo Manoel, pertencente a Inácio da Cunha Campos. Segundo o documento, o escravo estava preso por causa da “falsa querela” orquestrada por um cigano pelo furto de uma escrava. Data do documento: 6 de fevereiro de 1808

Local: -

Folha(s): -

1809***

Governo de D. Maria I

Ofício de 22 de agosto de 1809

"Conjunto documental: Registro de ofícios da Polícia para várias autoridades e províncias

Notação: código 325 volume 01

Datas - limite: 1808-1814

Título do fundo ou coleção: Polícia da Corte

Código do fundo: OE

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: ofício expedido por Paulo Fernandes Viana ao ouvidor da comarca de S. João d'El Rei. Neste ofício, Paulo Fernandes Vianna solicitou a busca e apreensão do cigano Antônio G. Ribeiro, acusado de furto de escravos. Data do documento: 22 de agosto de 1809

Local: Bairro da Sé

Folha(s): 14v, 15

1810***

Governo de D. Maria I

Ofício de 26 de abril de 1810

"Conjunto documental: Registro de ofícios da Polícia para várias autoridades e províncias

Notação: código 325 volume 01

Datas - limite: 1808-1814

Título do fundo ou coleção: Polícia da Corte

Código do fundo: OE

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: ofício expedido por José da França Costa e Paulo Fernandes Viana ao governador da cidade de São Paulo. Neste ofício, foi solicitado que o governador realizasse uma devassa em razão dos furtos cometidos pelos ciganos Francisco Ferreira e José Pereira.

Data do documento: 26 de abril de 1810

Local: -

Folha(s): 38 e 38v

1813***

Governo de D. Maria I

Ofício de 29 de janeiro de 1813

"Conjunto documental: Registro de ordens e ofícios expedidos da Polícia aos ministros criminais dos bairros e comarcas da Corte e ministros eclesiásticos

Notação: código 329 volume 2

Datas - limite: 1812-1815

Título do fundo ou coleção: Polícia da Corte

Código do fundo: oE

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: registro do ofício expedido por Paulo Fernandes Viana ao juiz do Crime do bairro da Sé. Por este ofício, o intendente da Polícia requisitou a realização de uma devassa, pelos furtos de bestas e cavalos ocorridos nas freguesias de Inhaúma e Irajá. Por consequência, os ciganos Antônio e Francisco José da Costa foram aprisionados.

Data do documento: 29 de janeiro de 1813

Local: bairro da Sé

Folha(s): 56

1813***

Governo de D. Maria I

Ofício de 29 de janeiro de 1813

"Conjunto documental: Registro de ofícios da Polícia para varias autoridades e províncias

Notação: código 325 volume 01

Datas - limite: 1808-1814

Título do fundo ou coleção: Polícia da Corte

Código do fundo: OE

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: ofício expedido por Paulo Fernandes Viana ao ouvidor da comarca de S. João d'El Rei. Neste ofício, Paulo Fernandes Vianna solicitou a busca e apreensão do cigano Antônio G. Ribeiro, acusado de furto de escravos. Data do documento: 22 de agosto de 1809

Local: Bairro da Sé

Folha(s): 14v, 15

1815***

Governo de D. Maria I

Ofício de 18 de janeiro de 1815

"Conjunto documental: Registros de ordens e ofícios expedidos pela Polícia aos ministros criminais dos bairros e comarcas da Corte e ministros eclesiásticos.

Notação: código 329, vol.03

Datas - limite: 1815-1817

Título do fundo ou coleção: Polícia da Corte

Código do fundo: ØE

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: registro de ofício expedido a Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos pelo intendente da Polícia Paulo Fernandes Viana. Por este documento, a Polícia informou ter ciência que o capitão-do-mato Jacinto Dutra do Nascimento fora pego vendendo um escravo fugido para o cigano Felizardo da Bela Cruz. Ordenou ao capitão do distrito de São João de Meriti a prisão dos envolvidos, bem como o recolhimento dos escravos e animais furtados para serem devolvidos aos seus respectivos donos.

Data do documento: 18 de janeiro de 1815

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): -

1815***

Governo de D. Maria I

Carta de 4 de julho de 1815

"Notação: IJJ9 24

Datas - limite: 1808-1857

Título do fundo ou coleção: Série Interior

Código do fundo: AA

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: carta do marquês de Aguiar para o juiz de fora da vila de Campos. Nesta carta, o marquês de Aguiar informa que, conforme o ofício recebido pelo príncipe regente, foi mal sucedida a investigação para a prisão de um bando de ciganos armados que agrediam as pessoas sem o menor respeito à autoridade real. Diante da fuga destes, o príncipe regente ordenou ao intendente geral da Polícia a prisão do grupo com toda a sua comitiva.

Data do documento: 4 de julho de 1815

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): 10v

1819***

Governo de D. João VI

Ofício de 22 de março de 1819

"Conjunto documental: Registro das ordens e ofícios expedidos pela Polícia ao juiz do crime dos bairros de São José, Santa Rita, da Sé, Candelária e outros.

Notação: código 330, vol. 1

Datas - limite: 1819-1823

Título do fundo ou coleção: Polícia da Corte

Código do fundo: ØE

Argumento de pesquisa: população, ciganos

Ementa: ofício de Paulo Fernandes Viana dirigido ao desembargador do crime do bairro de S. José, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Segundo o documento, um grupo de ciganos e o desertor do regimento de artilharia Joaquim Francisco foram presos e levados para a cadeia do Aljube. Além da acusação de roubo, o documento informou a necessidade de serem averiguadas as notícias de mortes causadas pelo grupo nas capitânias do Rio de Janeiro, de Minas e de São Paulo.

Data do documento: 22 de março de 1819

Local: Rio de Janeiro

Folha(s): -

1848*

Governo de D. Maria II

Portaria D. Maria II

Exige aos bandos de ciganos o uso de passaporte, para poderem transitar pelo reino.

1848*

Governo de D. Maria II

“Deve cuidadosamente exigir-se passaporte dos bandos de siganos que transitarem pelo reino, afim de se exercer contra os que o não trouxeram a correção e repressão ordenadas na Lei de 20 de setembro de 1760. Portaria circular 18 de abril de 1848. Ined. (Codigo administrativo 18 Março 1842m e de 1854, p. 181)”.

[Henrique da Gama Barros, *Repertorio administrativo*. Lisboa, 1860. Tomo I, 151].

1889*

Governo de Luis I

Acórdão de 28 de Junho

O Tribunal Constitucional considera não inconstitucional o art.º 81 do Regulamento da GNR atrás mencionado.

1920*

Governo do Presidente Antonio Jose de Almeida

Regulamento da GNR

1º República O capítulo sobre <ciganos> prescreve uma <revera vigilância.>

1980*

Governo do Presidente António dos Santos

Cº da Resolução - 3º República Declara inconstitucionais as normas anteriores.

1985*

Governo do Presidente António dos Santos

Regulamento da GNR

(...) especial vigilância sobre os nómadas (art.º 81)

2006 (Brasil)

Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva

Entre as tradições e a cidadania: os ciganos brasileiros na I conferência nacional de promoção da igualdade racial.

Página do Ministério da Cultura.

http://www.cultura.gov.br/noticias/na_midia/index.php?p=26721&more=1

2011

Governo da Presidenta Dilma Rouseff

Comissão de Direitos Humanos - Ciganos terão projeto de lei em defesa de seus direitos.

Cf.<http://www.senado.gov.br/noticias/ciganos-terao-projeto-de-lei-em-defesa-de-seus-direitos.aspx>

* CORREA, André. Filhos da Estrada e do Vento... e da miséria. (...) Porque estas terras são todas deles. In: <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=216&cf=3>

Apud Bastos e Bastos (2000 e 2006), com dados de Coelho (1994 [1892]), Nunes (1996 [1981]), Costa (1996);

** Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB / Emanuel Araújo (editor) v.6, nº 1 e 2 (1998) - Brasília: UnB, 1999. Documentos Históricos p. 281-289.

***Arquivo Nacional Luso-Brasileiro In: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=505&sid=71&tpl=printerview>

**** COELHO, Francisco Adolpho. Os Ciganos de Portugal. Com um estudo do calão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

Apêndice C

PERCEPÇÃO DOS VIAJANTES SOBRE OS CIGANOS									
	Jean Baptiste Debret	August e de Saint-Hilaire	Henry Koster	Maria Graham	Daniel Parish Kidder	James Wells	Berilo Neves		
LOCAL	Rio de Janeiro	São Paulo	Nordeste - Pernambuco	Rio de Janeiro	Bahia	Minas Gerais	RS – Cacequy		
DATA	(1768-1848) (1816-1831)	(1779-1853) (1816-1822)	(1784-1820) (1809-1815) (1817-1820)	(1875-1842) (1821-1825)	(1815-1891) (1836-1842)	(1869-1886)	1931		
Comércio	X	X	X	X		X		5	71,50%
Aparência		X	X			X	X	4	
Linguagem	X	X		X	X			4	
Nomadismo	X		X	X		X		4	
Roubo	X	X			X	X		4	
Religião	X		X	X				3	42,80%
Práticas Culturais	X	X						2	28,60%
Educação	X							1	14,28%
Origem			X					1	

Apêndice D

RELAÇÃO DE ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES								
N ^o	NOME	IDADE	NÚMERO DE FILHOS	LOCAL NASCIM ENTO	DATA ENTREVISTA	LOCAL ENTREVISTA	GRUPO	ENDEREÇO
1	Luana Costichi	28 anos	2 filhos	Porto Alegre	Junho de 2009 (somente obs)	Gravataí	Grupo 1	Rua Vila São Pedro, bairro São Judas Tadeu, parada 61 - Gravataí / RS.
2					Outubro de 2009 (somente obs)			
3					02 abril 2010			
4					21 Novembro 2009			
5	Kelli Ivanovichi	23 anos	4 filhos	Gravataí	Outubro de 2009 (somente obs)	Gravataí	Grupo 1	Rua Vila São Pedro, bairro São Judas Tadeu, parada 61 - Gravataí / RS.
6					21 Novembro 2009			
7	Aderson Bagesteiro	51 anos		Gravataí	Maio de 2009 (somente obs)	Porto Alegre	Grupo 2	Rua Manduca Nunes, bairro Glória - Porto Alegre / RS.
8					01 Junho 2010			
9	Débora				16 abril 2010	Encantado	Grupo 3	Parque João Batista Marchese - cidade de Encantado / RS.
10	Saul				16 abril 2010			
11	Solange Soares	20 anos	2 filhos	Rondoni a	30 abril 2011	Alvorada	Grupo 4	Av. Presidente Getúlio Vargas -
12	Simone Reis	20 anos	3 filhos		30 abril 2011			

1 3	Fabiana Galvão	19 anos	Não		30 abril 2011			Parada 56 - Bairro Bela Vista - Alvorada / RS.
1 4	Luana Reis	19 anos	Não		07 maio 2011			
1 5	Luana Reis	19 anos	Não		19 maio 2011			
1 6	Luana e Solange				12 junho 2011 (somente obs.)			
1 7	Luana e Solange				20 junho 2011 (somente obs.)			

Apêndice E

Instrumento de coleta de dados – Percepção dos brasileiros sobre os ciganos

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - Percepção dos Brasileiros sobre os ciganos -

1. Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino
2. Local da entrevista:
☐ Centro ☐ Moinhos de Vento
3. Idade: ☐ até 20 anos
☐ de 21 a 30 anos
☐ de 31 a 45 anos
☐ de 46 a 60 anos
☐ mais de 60 anos
4. Estado Civil: ☐ Casado ☐ Solteiro ☐
divorciado ☐ outro
5. Trabalha: ☐ Sim ☐ Não
6. Estuda: ☐ Sim ☐ Não
7. Escolaridade: ☐ analfabeto
☐ fundamental incompleto
☐ fundamental completo
☐ ensino médio incompleto

- ☐ ensino médio completo
- ☐ superior incompleto
- ☐ superior completo
- ☐ pós-graduado

8. Você já teve contato com algum cigano?

☐ Sim

☐ Não

Onde: _____ (Só é pertinente se sim)

9. Como você classificaria este contato? (só é pertinente se sim na questão 8)

☐ agradável

☐ desagradável

10. Você conhece algo sobre as tradições ciganas?

☐ sim

☐ não

11. O que lhe vem à mente quando ouve falar de ciganos?

12. Os ciganos são pessoas confiáveis?

☐ Concorda

☐ Discordo

☐ Não tenho opinião

Porque _____

(Essa questão é pertinente somente para concordo e discordo)

13. Você é a favor ou contra que os ciganos tenham os mesmos direitos civis que os não-ciganos

☐ favorável

☐ desfavorável

☐ Favorável com algumas restrições

Apêndice F

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - Percepção dos ciganos sobre os brasileiros -

1. Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino
2. Idade: ☐ até 20 anos
☐ de 21 a 30 anos
☐ de 31 a 45 anos
☐ de 46 a 60 anos
☐ mais de 60 anos
3. Estado Civil: ☐ Casado ☐ Solteiro
4. Quantos Filhos?
5. Trabalha:
☐ Sim
Onde / com o
quê: _____

☐ Não
6. Estuda: ☐ Sim ☐ Não
7. Escolaridade: ☐ analfabeto
☐ fundamental incompleto

- ☐ fundamental completo
- ☐ ensino médio incompleto
- ☐ ensino médio completo
- ☐ superior incompleto
- ☐ superior completo
- ☐ pós-graduado

8. Há quanto tempo você vive nesta cidade?

9. Porquê você é cigano?

- ☐ Nascido de pai e mãe ciganos
- ☐ Casado com cigano
- ☐ Avós ciganos
- ☐ Simpatizo com a cultura cigana

10. O que significa para você ser cigano?

11. Qual a diferença entre vocês e os outros ciganos?

12. Você mantém contato com os brasileiros?

☐ Sim

Que tipo de

contato: _____

☐ Não

Porque não mantém contato:

13. Como você classificaria este contato?

- ☐ agradável
- ☐ desagradável

14. Você conhece algo sobre as tradições dos brasileiros?

() sim

() não

15. O que lhe vem à mente quando ouve falar de brasileiros?

16. Os brasileiros são pessoas confiáveis?

() Concorda

() Discordo

() Não tenho opinião

Por que

(Essa questão é pertinente somente para concordo e discordo)

17. Você é a favor ou contra que os ciganos tenham os mesmos direitos civis que os brasileiros?

() favorável

() desfavorável

() Favorável com algumas restrições

Por

que

18. Você é a favor ou contra que os ciganos tenham as mesmas obrigações civis que os brasileiros?

() favorável

() desfavorável

19. Você acha que os ciganos devem...

Obrigações civis:	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não

Apêndice G

Imagem dos Ciganos

QUADRO 2 - IMAGEM DOS CIGANOS*				
Positivas	Negativas	Neutras		
7 - “Legítimo cigano é muito bonito, um casamento cigano é lindo. [As ciganas] do centro não são legítimas.”	6 - “Sem paradeiro, festeiro, sem emprego, espertos.”	1 - “Leitura da mão.”	51 - “Casamento cigano.”	88 - “Cultura nômade, sem lugar fixo.”
10 - “São seres humanos iguais a mim, de carne e osso.”	9 - “Roubo.”	2 - “Romênia, Condi Drácula, extermínio, perseguição. Nomadismo, riqueza.”	52 - “Leitura das mãos.”	89 - “Povo diferente, cultura diferente. Nômades. Programa da Liga, logo no início.”
18 - “Povo com liberdade dentro da cultura deles.”	12 - “São pessoas que nos roubam.”	3 - “Nômades.”	53 - “Roupa colorida.”	90 - “Cartomancia.”
38. “Gente boa.”	16 - “Incômodo.”	4 - “Saías compridas, jóias (homens).”	55 - “Ler a mão.”	92 - “Leitura de mãos, Insistência, vivem em grupo, são nômades, danças e casamentos. O contato foi curioso.”
42 - “Dança cigana. Preconceito no	17 - “Sugeira, aspecto ruim.”	5 - NR (29, 31)	58 - “Vestimentas, adereços, danças, música.”	93 - “Filme Corcunda de Notre Dame,

* O número que antecede as citações corresponde ao número do questionário realizado com cada depoente.

centro.”				mulheres ciganas.”
43 - “Ser humano igual a nós. Não tem parada, não tem lugar fixo.”	22 - “Pessoa que vive de roubar.”	8 - “É um povo nômade, origem Europa, bem antigo, cultura danças, comércio.”	60 - “Ler a mão.”	95 - “Nômades, possuem suas próprias tradições.”
44 - “Vida bonit.”a	23 - “Enganação.”	11 - “Aqueles caras que não tem casa e andam por tudo.”	62 - “Nômades.”	96 - “São vendedores.”
45 - “Boa gente, ricos, nômades, vida de passagem”	25 - “Roubam as crianças.”	13 - “Param para ler as mãos.”	64 - “Barraca, acampamento, sensuais e leitura da mão.”	98 - “nômades.”
47 - “Povo calmo, tradições, bonito.”	30 - “Vê a sorte, se aproximam de forma agressiva.”	14 - “Cartomancia, ouro.”	65 - “Leêm a mão (mulheres); muitos filhos, festas ciganas.”	99 - “Leitura de mãos, panela de cobre e jóias.”
63 - “Mercadores, bons negociantes, mulheres bonitas.”	37 - “Rogar praga.”	15. Nada (20)	66 - “Povo nômade.”	100 - “As ciganas da prefeitura.”
81 - “Seis meses em um acampamento, seis meses em outro. Participaram de festas e casamentos, são abertos a comunidade.”	40 - “Falsidade, engano, ilusão.”	19 - “nômades, sem raízes com a terra.”	67 - “Acampamento, vivem em grupo.”	
	41 - “Princesa Isabel. Quando há briga não são punidos.”	21 - “Nômades.”	69 - “O futuro.”	
	54 - “Tirar as coisas, só querem roubar.”	24 - “Pessoas que moram nas ruas, nômades.”	72 - “Vestidos das ciganas, barracas amarelas, todas com cabelos compridos e moedas de ouro.”	

56 - “Insistentes.”	27 - “Ler a mão, mãe Iana.”	75 - “Casamentos arranjados.”
57 - “Roubam.”	28 - “Nômades.”	76 - “Cartas, nômades.”
59 - “Rouba, ler a mão, nômades.”	32 - “Tradição.”	77 - “Vidência, sorte e cartas.”
61 - “Passar para trás, nômade.”	33 - “Ciganas da praça, do centro de Porto Alegre.”	78 - “Festas, muito festivos.”
68 - “Enganação, mentira.”	34 - “Cartas.”	80 - “Povo nômade, não se fixa. Mais os filmes.”
70 - “Leitura de mãos / sortilégio.”	35 - “leitura das mãos.”	82 - “nômades.”
71 - “Medo, cultura.”		
73. Adivinham o futuro, mas mais lêem a mente. As ciganas do centro não funciona.	36 - “Espanhóis, nômades, mania de viver em barracas.”	83 - “Barraca.”
74 - “Trapassam, querem ver a mão. Fingem que rasgam o dinheiro.”	39 - “Adivinhações.”	84 - “Lendas, histórias antigas.”
79 - “Roubo.”	46 - “Tradição, roupa.”	85 - “Nômades.”
91 - “Nômades, fui roubado.”	48 - “Ouro.”	86 - Sidnei Magal
94 - “Povo nômade, negociante, leitura de mãos, ladrão de crianças.”	49 - “Dinheiro.”	87 - “Itinerantes, novela.”
97 - “Oportunistas.”	50 - “Acampamento cigano.”	

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Apêndice H

Confiabilidade dos Ciganos

QUADRO 3 - CONFIABILIDADE DOS CIGANOS*				
POSITIVO	NEGATIVO		NEUTRO	NSA E NR
23 - [Assim] “Como todos”	4 - “Falam mal (roubam crianças).”	61 - “Fama de não ser confiáveis.”	11 - “Não tem nada, vivem andando por aí.”	1. NSA + (2, 3, 5, 7, 8, 15, 25, 26, 27, 29, 30, 38, 42, 62, 64, 66, 70, 73, 83, 84, 86, 88, 93, 96, 97, 99).
43 - “Vê falar tanta coisa, nunca me fizeram nada.”	6 - “Não passam nada seguro (mão leve).”	68 - “vejo a primeira coisa tentando enganar.”	12 - “Não conheço.”	10. NR + (28, 31, 69)
45 - “Se ajudam”	9 - “Meu pai dizia que em Portugal roubavam crianças.”	72 - “Imagem de infância "cuidade com os ciganos" ”	14 - “Todo ser humano é ou não confiável.”	
53 - “São pessoas normais, confio tanto nos ciganos como nos não-ciganos.”	13 - “Não passam confiança.”	74 - “Porque enganam e roubam.”	18 - “Não convivo, tem que conhecer.”	
65 - “Porque teria uma distinção só por ser cigano.”	16 - “Não passam confiança pela abordagem, vestir, linguagem corporal e falada.”	78 - “Não passam confiança pela tradição diferente.”	21 - “Mundo comércio / lei da vida.”	
67 - “São como todos.”	17 - Tentam te levar na conversa, te usurpar.”	79 - “Não transmitem confiança.”	2 - “. “Nunca convivo.”	
71 - “Não vejo porque serem diferentes.”	19 - “Informações muito desconstruídas.”	89 - “Experiência pessoal mais a fama que eles tem.”	32 - “Alguns são e outros não.”	

* O número que antecede as citações corresponde ao número do questionário realizado com cada depoente.

75 - "Porque são seres humanos iguais aos outros."	20 - "Porque sim."	81 - "Quanto todas que não são."	35 - "Não tem como generalizar."	
89 - "Pressume-se a boa fé"	22 - "Fui roubada, (R\$ 50,00 reais na frente da Prefeitura de Porto Alegre) A cigana disse que ia aumentar o meu dinheiro."	85 - "Não confio."	32 - "São pessoas normais."	
92 - "Como qualquer outra pessoa."	33 - "Não passa nenhuma confiança."	87 - "Querem ganhar vantagem."	44 - "Nunca falei com eles."	
98 - "Não tem motivos para discordar. Nunca leu nada sobre os ciganos em manchete de jornal."	34 - "Tanta coisa sabe que fazem."	90 - "Acho que sempre querem tirar vantagem."	46 - "Não conheço direito."	
	37 - "Não deixa se aproximar."	94 - "São uma sociedade muito pequena, fechada e que não estão preocupados com a sociedade além de seu grupo."	47 - "Nunca fui vizinho."	
	39 - "Pegando dinheiro no centro de Porto Alegre."	95 - "Não acredito na leitura de mãos, os ciganos são muito invasivos."	52 - "Não dá para julgar."	
	40 - "Não tem fundamento as coisas que elas iludem."	100 - "Não confio quando elas me pedem o meu dinheiro para abençoar."	54 - "Nunca tive contato, só de passada."	
	41 - "São sujos e não querem pagar. Vigaristas, chingam a gente."		57 - "Não conheço."	
	48 - "Já tentou levar meu dinheiro."		58 - "Não tive contato."	
	49 - "Muito ligeiros, querem passar o golpe."		59 - "Não conheço."	
	50 - "Fazem negócios sempre tentando enganar as		63 - "Entre eles ferro e fogo, com os outros	

	peessoas.” 51 - “É tradição que o cigano rouba, que o cigano engana.” 55 - “Estão sempre querendo ler a mão, tirar dinheiro.” 56 - “Querem ficar lendo a mão, querem opinar.” 60 - “Roubar. Rouba crianças.”		não sabe.” 76 - “Porque tem ciganos bons e outros não.” 77 - “Porque não conhece.” 82 - “Alguns, outros não.” 91 - “Concorda em parte. Tentam passar a cultura.”	

Fonte: dados da pesquisa realizada pela autora em junho-julho/2011.

Anexo A

Texto completo dos viajantes abordados no 2º capítulo

Jean Baptiste Debret

“A casta dos ciganos caracteriza-se tanto pela capacidade como pela velhacaria que põe no seu comércio exclusivo de negros novos e de escravos civilizados, conseguidos por intermédio de agentes que os seduzem e raptam.

Os primeiros ciganos vindos de Portugal desembarcaram na Bahia e se estabeleceram pouco a pouco no Brasil, conservando nas suas viagens os hábitos de povo nômade.

Eles obedecem aos preceitos cristãos, modificados, porém através de ridículas superstições. Acreditam nos sortilégios e no poder mágico de certas orações repetidas três vezes e acompanhadas de certos gestos; e entre outras práticas falsa personalizam, por exemplo, as dores da Santa Virgem e os pregos da verdadeira cruz e se dirigem a esses intermediários, em caso de infelicidade, para implorar a clemência divina. Esses estúpidos cristãos vingam-se grosseiramente da imagem de Cristo e dos santos protetores quando o milagre esperado não se realiza. Sofrem eles algum prejuízo? Apressam-se em enfeitar seus pequenos ídolos protetores, cobrindo-os com uma infinidade de laços de fitas de diversas cores e amarrando a seus pés moedas, etc. Mas se o milagre esperado não se realiza, castigam a imagem de madeira ou de barro, reiterando os adornos e jogando-a a um

canto, até que outra desgraça acorde neles o desejo de implorar proteção (71).

Os ciganos, dedicam-se exclusivamente ao comércio, abandonam por completo a educação de seus filhos; os mais ricos contentam-se com fazê-los aprender a ler, escrever e contar mais ou menos, deixando-os entregues aos seus caprichos sem nenhum preceito de moral; por isso, desde criança se encontram de cigarro na boca e caixa de rapé na mão, exercitando-se impunemente, e as vezes mesmo com o encorajamento culpado dos seus, na trapaça, no jogo, no roubo, e dirigindo a seus pais os mais revoltados insultos. Forçados ao serviço interno do lar, qual recusa ou atraso SOS expõe á brutalidade do pai. Somente o filho mais velho tem alguns privilégios; é sempre o ídolo de sua mãe, cuja imoralidade muitas vezes põe uma nódoa nessa excessiva ternura.

A educação das filhas é também muito abandonada, raramente se elevando até a simples leitura. Desde pequenas tocam violão e, sempre à janela, empregam em trabalhos de agulha o tempo exclusivamente necessário a seus adornos; por outro lado, preguiçosas e faceiras bárbaras para com os escravos, só pensam em agradar aos homens. Se o irmão mais velho seduz a mãe, elas encontram idêntica ternura junto de seus pais, mas são severamente fiscalizadas pela progenitora. As mulheres velhas ajudam os filhos nos trabalhos domésticos.

Esta raça desprezada tem por hábito encorajar o roubo e praticá-lo; roubam sempre alguma coisa nas lojas onde fazem compras e, de volta à casa, se felicitam mutuamente por sua habilidade repreensível.

As mulheres são em geral bem tratadas pelos maridos e se recusam a aliar-se a outra casta, para evitar o desprezo ou o ódio de seus pais. A permissão destes é absolutamente necessária ao casamento dos jovens noivos. O casamento entre parentes faz-se exclusivamente entre colaterais.

Ao sair da igreja os recém-casados se dirigem para a casa da esposa para a benção paterna; após essa sanção religiosa, a recém-

casada recebe da parente mais respeitável pela idade e pela riqueza, uma camisa de preço, quase inteiramente recoberta de bordados; logo depois desta última formalidade, a que assistem todos os parentes e amigos, o casal pode afinal gozar em paz o resto do dia. A esposa deita-se vestida com essa camisa nupcial, que lhe é exigida no dia seguinte. Este primeiro troféu do hímene é religiosamente apresentado aos mais próximos parentes, que habitam a casa, e transportado, depois, para a residência dos amigos e conhecidos. Somente no segundo dia realiza-se o banquete de núpcias, seguindo dos divertimentos habituais.

As mulheres, entre os ciganos, embora faceiras, são em geral castas, menos por virtude do que por medo da vingança e da reprovação de sua casta. Há entretanto exemplos de filhos adulterinos, recolhidos e sustentados até a maioridade por seus pais.

Os celibatários respeitam as mulheres casadas e se divertem com as mulatas e as negras livres.

Logo após o parto, os parentes se apossam do recém-nascido, e de revezam perto dele, dia e noite, até o dia do batizado, a fim de preservá-lo, dizem, das bruxas ou feiticeiras que se transformam em mariposas ou morcegos e, fazendo-se invisíveis, sugam o sangue da criança pagã. A esses guardas, cabe também renovar os ramos de arruda colocados nos cantos suspensos ao pescoço da criança.

O cigano consagra grande parte de sua fortuna à gastronomia e à dança, seus prazeres prediletos. Um belo luar, uma festa religiosa ou seus numerosos patronos (cada qual tem quatro pelo menos) são pretextos para orgias, de que se valem exclusivamente para se entregarem à embriaguez.

As reuniões começam quase sempre ao cair da noite e, graças à temperatura amena do Brasil, os convidados se instalam num pátio interior ou num jardim quando a casa não é bastante espaçosa. Os convivas sentam-se sobre esteiras, em torno de uma toalha sobre a qual se dispõe os pratos; enormes cones de farinha

de mandioca são colocados nos cantos, para serem misturados com molho dos diversos acepipes, numa espécie de bolo comido com os dedos.

Nesse banquete confuso bebe-se à saúde dos santos, do papa, dos antepassados e dos amigos falecidos. O progresso da bebedeira entre os assistentes aumenta-lhes a ternura e os leva a se recordarem dos favores prestados mutuamente e a se agradecerem uns aos outros com lágrimas nos olhos; à cena teatral sucedem, repentinamente, cantos entrecortados de clamores de alegria, como prelúdio às suas danças lascivas. O canto é monótono e desafinado; preferem o ritmo lento do cântico com coro dos convivas. Ouvido inicialmente com o mais respeitoso silêncio, é logo aplaudido com furor. A dança é um sapateado à moda inglesa. O dançarino acompanha-se a si próprio, imitando com os dedos as castanholas e os espectadores reforçam o acompanhamento com palmas. A *chula* e o *fandango* são as duas danças em que melhor brilham a flexibilidade e a vivacidade do dançarino, o qual termina seus passos com atitudes de mais a mais voluptuosas, entre os aplausos gerais.

Para dissimular as fraudes de seu comércio, que não passa de um tráfico de má fé, criaram eles uma língua bastante pobre mas especial, cujas expressões derivam do hebraico.

O espírito do lucro está a tal ponto enraizado neles, que aproveitam a beleza de suas filhas, recusando-as aos primeiros que se apresentam, a fim de que o obstáculo, aguçando os desejos, lhes permita casamentos vantajosos.

Vaidosos de sua riqueza, gostam de bom grado importâncias consideráveis com Jóias por causa de suas fraudes, a freqüentes penhoras, possuem apenas um mobiliário muito simples, composto em geral de algumas canastras e de rede, objetos indispensáveis e de pouco embaraço nas mudanças urgentes.

Naturalmente medroso, o cigano mostra-se valente quando em companhia de outros e se declara sempre protetor de seus companheiros infelizes.

Por ocasião do falecimento de um cigano, os parentes e amigos têm por hábito visitá-lo em trajes de rigor, para exprimir suas saudades com contorções e urros que lembram os selvagens; depois do enterro voltam ainda para gemer o resto da noite mas, no dia seguinte, secas as lágrimas, regalem-se tranquilamente com um magnífico banquete oferecido pelo mais próximo ou mais rico parente do defunto.”¹

Auguste de Saint-Hilaire

“Estava acampado em Urussanga, enquanto ali permaneci, um numeroso bando de boêmios (*ciganos*). Esses indivíduos eram estabelecidos numa vila vizinha – Mogí-Guaçu; mas espalhavam-se pelo país, para fazerem, segundo o costume de sua raça, permutas de muares e cavalos. Haviam construído uma choça em Urussanga, e, quando não necessitavam de seus animais soltavam-no nas pastagens dos arredores, que são excelentes. Nunca os ouvi falar outra língua senão a portuguesa; estavam vestidos como os brasileiros, mas tinham os cabelos compridos e longas barbas. Perguntei-lhes por que, contrariando o costume do país, deixavam crescer a barba, mas só obtive respostas evasivas. Todos tinham boa aparência; possuíam escravos e grande número de cavalos e de animais de carga. Na época de minha viagem, eram os ciganos, principalmente, que, no Rio de Janeiro, faziam em segunda mão, o comércio de escravos, e entre os mesmos encontravam-se homens muito ricos. os ciganos (boêmios), diz Eschwege, “foram convidados para as festas organizadas na capital do Brasil, por ocasião do casamento da filha mais velha do rei D. João VI com a infante da Espanha (248). Os jovens da raça, tendo à garupa suas noivas, entravam na arena, cavalgando belos cavalos, ricamente ajaezados. Cada par saltou ao solo com incrível ligeireza, e todos

¹ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo : Martins, 1972. 3v. p. 191-194.

juntos executaram lindas danças jamais vistas. Todos os olhares estavam postos nas jovens boêmias, e as outras danças pareciam ter único fim fazer sobressair as das mesmas jovens, danças mais interessantes e agradáveis” (249).

Os ciganos de Urussanga passaram um dia inteiro procurando fazer trocas com os proprietários das duas caravanas que, comigo, estavam abrigados no rancho. Em tom de brincadeira, falei a um deles da pouca probidade de que é acusada a sua raça. “Eu engano tanto quanto posso, - respondeu-me seriamente -; mas todos os que comigo negociam fazem o mesmo. A única diferença que existe entre nós, é que eles dão altos gritos quando se vêem embrulhados, ao passo que se me embrulham, nada digo a ninguém” (250). O mais idoso do bando, belo tipo de velho, veio uma tarde consultar-me. - “O senhor é médico:?” - disse-me ele. - “Não”, - respondi. - “O senhor não quer confessar, mas se ao fosse médico, não andaria colhendo tantas ervas”. Neguei quanto pude, mas inutilmente, pelo que me resignei a aceitar o título de médico. - Bem! Vejamos, de que mal se queixa? - disse eu ao velho. - Antigamente - respondeu-me - era um prazer ver-me galopar nestes campos, o senhor não poderia deixar de me admirar; hoje nada mais posso, faltam-me as forças. Essa consulta foi exatamente a que Irene fez ao oráculo (251), e eu respondi como este: - É que o senhor está envelhecendo -; mas não tive a crueldade de acrescentar o que disse o oráculo: É preciso morrer. Minha receita foi muito menos severa: - O senhor tem trabalhado muito; deixe seu filho trabalhar por sua vez. Não lhe aconselho, entretanto, a permanecer em absoluto repouso; continue a montar a cavalo, mas o quanto for necessário para distrair-se e se detenha quando perceber que a fadiga vai começar. Não use remédios; tome bons alimentos e, de tempos a tempo, beba um pouco de vinho-. A receita agradou ao doente, porque, alguns momentos mais tarde, enviou-me ele um prato de carne,

presente que muito me agradou, pois havia um mês que só tinha comido arroz e feijão preto.”²

Henry Koster

“A população livre, enjeitados, tratamento dos escravos, Mulatos, Mamelucos, Negros-Crioulos, Ciganos, Moradores Britânicos.

(...) Resta-me falar de uma raça humana, constituída de indivíduos cujo número não é tão vultuoso que permita dar-lhe um quadro à parte entre as grandes divisões humanas que formam a população do Brasil, e não posso colocá-la na fila daqueles que têm importância maior. São muito falados para que possa esquecer os Ciganos (19). Ouvi assiduamente citar esse povo mas nunca me foi possível avistar um só desses homens. Bandos de Ciganos tinham outrora o hábito de aparecer, uma vez por ano, na aldeia de Pasmado, e noutras paragens dessa zona, mas o último governador da Província (20) era inimigo deles e tendo feito alguma tentativa de prender alguns, as visitas desapareceram. Descreveram-nos como homens de pele amorenada, feições que lembrar os brancos, bem feitos e robustos. Vão errando, de lugar em lugar, em grupos de homens, mulheres e crianças, permutando, comprando e vendendo cavalos e ninharias de ouro e prata. As mulheres viajam a cavalo, sentadas entre os cestos de animais carregados e os meninos são postos dentro dos cestos, de mistura com a bagagem. Os homens são cavalheiros eméritos, e quando os cavalos de carga estão exaustos, contentam-se em diminuir a marcha, sem que descavalguem ou dividam o carroto com os demais componentes do comboio. Dizem que não praticam religião alguma, não ouvindo missa nem confessando seus pecados. E é sabido que jamais casam fora da sua nação.

² SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens à província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p.138-140

Esse nome é sem dúvida de Egipcianos, e me dizem que também os denominam gitanos. (k). Ciganos, não procede de egipciano mas das formas empregadas pelos povos do Oriente e Europa Central designando esses nômades, tsiganin, tsigán, segundo a lição de Adolfo Coelho no “Os Ciganos de Portugal”. Os espanhóis chamando-os gitanos é que se ligam perfeitamente à hipótese, falsa alias, de sua origem no Egito. O gitano da Espanha é aférese de egitano, egipciano, egípcio. O Sr. José B. d’Oliveira China publicou na revista do Museu Paulista, tomo XXI, pp. 323-669, São Paulo, 1937, um estudo sobre os “Ciganos no Brasil”, o mais completo na espécie, em tudo merecedor de uma edição mais ampla.

O governador que perseguira os Ciganos em Pernambuco foi dom Tomaz José elo, que governou a província de dezembro de 1787 a dezembro de 1798. Deve-se a dom Tomaz a criação do estabelecimento destinado a recolher e educar os “enjeitados”, os “expostos”, tão elogiado por Koster.”³

Maria Graham

“A baía de Botafogo é certamente um dos panoramas mais belos do mundo, mas até os últimos anos suas margens eram pouco habitadas pelas classes superiores da sociedade. No ponto mais afastado há uma garganta entre a montanha do Corcovado e as montanhas que preferimos chamar de Pão de Açúcar, garganta que conduz à lagoa de Rodrigo de Freitas, através da qual um riacho de bela água fresca corre para o mar.

Exatamente na foz há um lugarejo habitado por ciganos, que encontraram caminho para aqui, e preservam muita da peculiaridade do aspecto e do caráter em seu novo lar transatlântico. Conformam-se com a religião do país em todas as

³ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil. “Travels in Brazil”*. Companhia Editora Nacional, São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre, 1942. p. 19-20.

coisas exteriores e pertencem à paróquia de que a cura de Nossa Senhora do Monte é pastor. Mas esta conformidade não parece ter influenciado seus costumes morais. Usam seus escravos como pescadores. Uma parte de sua família reside habitualmente nos seus domicílios, mas os homens vagueiam pelo país e são grandes mercadores de cavalos nesta parte do Brasil. Alguns deles dedicam-se ao comércio e muitos são extremamente ricos, mas são ainda considerados ladrões e trapaceiros, e chamar um homem *Zíngaro* [cigano] equivale a chamá-lo de velhaco. Conservam o seu dialeto particular, mas não consegui ficar pessoalmente bastante conhecida deles para formar qualquer juízo sobre o grau em que a mudança de país e clima afetou os hábitos originais.”⁴

Daniel Parish Kidder

Em 1718 chegaram à Bahia diversas famílias de ciganos, com relação às quais o rei de Portugal transmitiu ao vice-rei a seguinte ordem:

“Eu, Dom João, pela graça de Deus etc., faço saber a V. Mercê que me aprouve banir para esta cidade vários ciganos – homens, mulheres e crianças – devido ao seu escandaloso procedimento neste reino. Tiveram ordem de seguir em diversos navios destinados a esse porto e tendo eu proibido, por lei recente, o uso de sua língua habitual, ordeno a V. Mercê que cumpra essa lei sob ameaça de penalidades, não permitindo que ensinem dita língua a seus filhos, de maneira que daqui por diante o seu uso desapareça.”

Os Saltimbancos tornaram-se, entretanto, tão insuportáveis no Brasil como tinham sido na Europa. O subúrbio da cidade, que lhes foi designado, é ainda hoje conhecido por Mouraria. Multiplicaram-se tão rapidamente e com tanta indústria

⁴ GRAHAM, Maria. *Diário de viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. p. 383.

desenvolveram suas atividades características, que, cerca de trinta anos depois de sua chegada, o governo baixou um decreto expulsando-os da província. Uma das principais queixas contra eles relacionava-se com o roubo dos animais usados nas minas, a despeito de todas as precauções dos mineiros.⁵

James W. Wells

“Em um terreno ascendente do Aldo oposto do rio, surgiram umas poucas casas e certa quantidade de barracas brancas. Curioso para descobrir que acampamento era aquele, cavalguei até as barracas, onde me vi cercado por um certo número de sujeitos, os de aspecto mais facínora que eu já vira fora do palco de um teatro. Eram os ciganos. A maioria deles eram sujeitos deveras bonitos, de tez escura cor de oliva, olhos negros brilhantes e penetrantes, traços bem-feitos, cabelo preto longo e oleoso, pendendo em cachos gordurosos que chegavam a seus ombros; alguns estavam vestidos com roupas. Todos estavam bem armados com garruchas; outros carregando ainda carabinas, facas e sabres.

Senti que entrara como que em um ninho de vespas e que precisava por em ação a diplomacia para safar-me com segurança, com meus animais e pertences.

Um homenzinho idoso e confortavelmente vestido veio em minha direção, fazendo, enquanto se aproximava, chapéu na mão, uma série das mais profundas reverências. Ele se dirigiu a mim como o muito ilustre e excelente Senhor estrangeiro e, apontando para a melhor das casas, informou-me que ela era pobre morada do humilde servo do mais ilustre senhor (referendo-se a mim) e, colocando sua mão no freio do burro, levou-me até sua porta, onde, com cortesia exagerada, segurou meu estribo e convidou-me a desmontar e entrar. Minha tropa chegava neste momento, e o animal foi consignado a Chico, que aproveitou a oportunidade para

⁵ KIDDER, op. cit., p. 39-40.

sussurrar, “Esta gente são ciganos, toma cuidado”. Meu efusivamente amável anfitrião fez-me entrar, com mais uma reverência, em um aposento pequeno, bem mobiliado até, e bastante limpo, e informou-se que era o capitão da tribo, mas sendo agora um homem idoso, tinha abandonado a vida nômade e finalmente se estabelecido aqui, onde alguns dos “maninhos” tinham vindo fazer-lhe uma visita.

O velho senhor trouxe então uma garrafa de cerveja de Bass e alguns biscoitos e disse que esperava que eu não me importasse de aguardar um pouco pelo jantar e também que eu me hospedaria ali aquela noite. Tudo isto era sem dúvida muito agradável, mas uma afeição tão repentina e imotivada e a lembrança dos indivíduos com cara de degolados que tinha permanecido lá fora, davam margem a uma certa desconfiança. Uma idéia feliz, no entanto, ocorreu-me. Exprimi minha satisfação em encontrar um cavaleiro tão distinto nestes ermos e a esperança de poder congratular-me pela oportunidade de adquirir algumas mulas. Logo que o ouviu, os olhos do velho faiscaram de prazer diante da perspectiva de um negocinho, e era perceptível que eu tinha tocado em seu ponto fraco. Ele disse que eu veria mulas amanhã de manhã como nunca havia visto antes, etc., e prometeu tê-las prontas para minha inspecção de manhã cedo. Depois disto, com muitas reverências de lado a lado, retirei-me e dei ordem para que a barraca fosse armada, toda a bagagem guardada dela e Feroz atado ao pau da barraca.

A parte feminina da tribo vinha agora visitar-me – moças bonitas e megeras emurchecidas. Logo seguiram-me os pedidos de um pouco de açúcar, um pouco de café, feijão, carne-seca, farinha, carne de porco, sal, ou qualquer coisa que eu pudesse fornecer. A princípio, pequenas quantidades das diversas mercadorias foram dadas, até que os pedidos passaram a ser tão seguidos e insistentes que meus estoques começaram a diminuir com rapidez, e finalmente meu empregado Bob pegou uma velha senhora às suas costas servindo-se do nosso escasso estoque de farinha. A

perspectiva de uma viagem sem desfarinhada foi o suficiente para perturbar a equanimidade de Bob, e ele imediatamente mandou a velha embora. Ela recuou e, levando seu braço magricelo, com o indicador apontado para o céu, amaldiçoou-o poética e fluentemente com uma arenga arrastada, rogando que ele, pelo resto de seus dias na terra, nunca mais tivesse farinha para comer.

Felizmente, o velho chegava agora e expulsou as mulheres como um rebanho de ovelhas e com uma reverência e um “com licença, meu senhor”, sentou-se para uma conversa. Contou-me que os seus “meninos” tinham acabado de chegar de uma viagem a São Paulo, onde tinham estado comprando mulas, que agora levavam para vender na Bahia, ou em algum lugar pelo caminho.

É curioso como esses ciganos romenos conseguiram chegar ao Brasil originalmente, mas é bem sabido que, nos velhos dias do tráfico de escravos, o negócio de compra e venda do marfim negro estava em grande parte em suas mãos, e no Rio de Janeiro muitos fizeram fortunas consideráveis. No interior, são conhecidos como negociantes de cavalos, mas ladrões de cavalos seria provavelmente mais correto. Eles são muito temidos pela gente do interior como povo misterioso.

A tribo compunha-se de cerca de cinquenta homens e mulheres e diversas crianças. Muitos os homens eram filhos ou parentes do velho, que tratavam com a maior deferência.

A região circunvizinha tinha sido povoada apenas nos últimos vinte anos, e os habitantes atuais eram, portanto colonos relativamente recentes; o clima é notavelmente salubre, e o solo excelente, mas há falta de mão-de-obra, pois os “meninos” se recusam a ter outra vida que não a nômade. Meu anfitrião afirmou que ele tinha encontrado ouro na vizinhança, mas não tentara fazer nenhuma prospecção adicional, pois os poucos trabalhadores que conseguiram juntar estavam ocupados no cultivo da terra e cuidando de seus rebanhos para obter um meio de subsistência diária.

“O senhor quer dizer, então, que consome tudo o que produz?”
“Não exatamente tudo, pois o excesso é trocado por gado, sal, roupas, pólvora, ou mesmo o pagamento dos trabalhadores.”

Embora o velho enfatizasse repetidamente sua condição de pobreza, havia no entanto um certo ar abastado de prosperidade em sua fazenda que não parecia confirmar os seus protestos. Aqueles grandes currais de gado eram evidentemente construídos para rebanhos numerosos; a ponte sobre o rio, ele a construíra com os próprios recursos; numerosos escravos moviam-se pela propriedade; e prédios adjuntos, carros de boi, etc., em quantidade considerável, tudo dava testemunho de, pelo menos, um sucesso moderado. Sua história do ouro era provavelmente apenas um dos habituais relatos imaginários ou exagerados que se ouvem quase todo dia quando se viaja por Minas Gerais, e que, em geral, acabam se reduzindo a grãos de mica brilhando nas pedras do rio. Mais tarde, com muitas desculpas pela casa e recursos humildes, ele me convidou para um bom jantar de peixe pescado há pouco, cabrito assado, batatas doces, inhame, etc. e vinho Bordeaux. Na verdade, esses ciganos não são tão terríveis assim. Vários dos seus filhos, sujeitos vistosos e desempregados, que vieram tomar parte da mesa festiva, eram convivas silenciosos do banquete, pois só respondiam com monossílabos a minhas questões e observações; eles eram ou tímido ou mal-humorados, ou estavam muito famintos.

Quando eu, mais tarde, recolhi-me à minha barraca para passar a noite, encontrei lá Bob e José, e o cachorro ferroz (o último com uma disposição selvagem); os homens contaram-me que os ciganos estavam rondando a barraca e tinham feito uma ou duas tentativas de agarrar qualquer coisa portátil, enfiando os braços sob a lona. Felizmente, para eles, o limite da corrente do cachorro não lhe permitia alcançá-los, senão havia mordidas e, certamente, algum problema seria o resultado.

Durante a noite o cachorro perturbou-nos em diversas ocasiões com o barulho de seus grunhidos selvagens, que pelo menos serviam para manter os visitantes indesejáveis à distância e preservar uma paz conveniente.

De manhã cedo, o velho senhor apareceu com quarenta ou cinquenta mulas, algumas delas realmente excelentes. Selecionei duas fortes e de aspecto ativo, e então começou o longo e cansativo regateio acerca do preço. Um valor excessivo foi naturalmente pedido, e um valor igualmente inferior foi oferecido, sendo consumido um longo tempo na tentativa de fazer as duas extremidades se encontrarem. Até mesmo a pantomina de amarrar a carga em meus próprios animais e dar partida teve de ser realizada antes que realmente concluíssemos nossas barganhas, que foram, para minha grande surpresa e satisfação, muito razoáveis. Dei 100 mil-réis (cerca de £ 10) e meus dois pangarés alquebrados e quase sem valor por duas magníficas mulas. O preço reduzido sugeria fortemente que elas eram propriedades roubadas.

Ao fazer esta troca eu sabia que estava correndo o risco de ter os animais confiscados no caminho por um ou mais dos seus prováveis proprietários legítimos; porém se ela não tivesse sido efetuada, só me restaria a alternativa infeliz de não poder partir em paz e de meus próprios animais logo sofrerem um colapso final.

Até o último instante, o velho senhor manteve sua cortesia extravagante, que formava um forte contraste com os modos reservados, ou melhor, mal-humorados, dos outros membros da tribo, no geral, minhas reminiscências dessas pessoas não podem senão ser agradáveis.”⁶

⁶ WELLS, James W. **Explorando e Viajando três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão**. Tradução de Myriam Ávila, Miriam. Trad. Hill, Chistopher. Introdução. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. Vol. I. p. 293-297.

Berilo Neves

“Em Cacequy, um bando de ciganos – tão legítimos que fediam a 50 metros de distância... Uma linda moçoila, que tinha, no pescoço, colares superpostos de poeira, quis ler a minha mão. Dei-lh’a com sincero receio das suas grandes unhas, trajadas de preto... Disse que terei uma vida longa e que há uma pessoa que tem raiva de mim (uma só?!...) Accrecentou-me, ao ouvido, que podia tirar um perigo que me ameaçava pela modica remuneração de 3 laranjas (havia, ao redor, vendedores de laranjas). Francamente, nunca houve, no mundo, um perigo mais barato... Dei-lhe as laranjas e pedi-lhe que deixasse em paz o perigo... O maior perigo que eu via ali eram os seus bonitos olhos pretos de mulher – e as suas enormes unhas sujas, de cigana...”⁷

⁷ NEVES, Berilo. **Pampas e cochilhas**. Porto Alegre: Globo, 1932. p. 62.